

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

CÁTIA FRANCCIELE SANFELICE

**Mudanças no Mundo dos Trabalhadores: Os Pescadores Profissionais de Guaíra/ PR
(1970-2011)**

Marechal Cândido Rondon
Março de 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

CÁTIA FRANCCIELE SANFELICE

**Mudanças no Mundo dos Trabalhadores: Os Pescadores Profissionais de Guaira/ PR
(1970-2011)**

Trabalho apresentado à Banca Examinadora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, como exigência para a obtenção do Título de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi.

Marechal Cândido Rondon
Março de 2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S224m Sanfelice, Cátia Franciele
Mudanças no mundo dos trabalhadores: os pescadores
profissionais de Guaíra/ PR (1970-2011) / Cátia Franciele
Sanfelice. - Marechal Cândido Rondon, 2012.
219 p.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2012.

1. Guaíra (PR) - Pescadores. 2. Trabalhadores. 3. Rio
Paraná - Pesca. I. Universidade Estadual do Oeste do
Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 331.71
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

Autora: Cátia Franciele Sanfelice

Título: Mudanças no Mundo dos Trabalhadores: Os pescadores Profissionais de Guaira/PR
(1970/2011)

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em História da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, 08 de Março de 2012

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (orientador)

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Prof. Dr. Aparecida Darc de Souza

Prof. Dr. Vagner José Moreira

Dedico aos pescadores pelas
entrevistas concedidas para a
realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), pela bolsa de pesquisa concedida por um ano de mestrado, a qual possibilitou condições necessárias para a dedicação e realização deste trabalho.

Ao prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi, pela orientação e profissionalismo no qual conduziu esse trabalho. Agradeço sobretudo pela paciência no decorrer da pesquisa.

A Cida pelo incentivo a realização do mestrado proporcionado durante a orientação da especialização em História: ensino e pesquisa na Unioeste. Obrigado pelo apoio.

A todos os professores da Graduação, e do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste que contribuíram para minha formação e elaboração deste trabalho.

Ao meu esposo Fabiano por me acompanhar durante a realização das entrevistas e pela força durante os momentos de dificuldades. Por acreditar em mim e pela paciência até aqui.

Ao meu filho Gustavo que por muitas vezes não pude dar o carinho e a atenção necessária. Obrigada pela paciência, acredito que no futuro compreenderá minhas ausências mesmo estando bem próxima a você.

Aos pescadores pelas entrevistas concedidas, pela receptividade e por terem me ajudado a realizar outras entrevistas por meio de suas indicações.

As professores Dr. Rinaldo José Varussa, Dr. Vagner José Moreira e Dr. Paulo Roberto de Almeida pelas contribuições e sugestões apresentadas na banca de qualificação, pois me ajudaram a repensar e ver algumas questões discutidas nesse trabalho.

Aos colegas da turma de mestrado de 2010, principalmente a Simone Isabel e Marcus, pela aventura na Argentina.

A Cíntia pela amizade e ao Gabriel pela elaboração do mapa da mesorregião Oeste do Paraná. Obrigada pela atenção.

A Iraci pelo carinho e disponibilidade de sempre.

Aos meus pais (José e Maria) por me instigarem e possibilitarem a aprender a partir de nossas diferenças. Meu pai que me impulsionou a superar meus limites e os desafios que a pesquisa me colocava através da tentativa de fazê-lo compreender de forma crítica os projetos elaborados pela Itaipu. Espero tê-lo feito refletir e despertado um posicionamento crítico em relação a prática do trabalho voluntário

prestado por ele a um dos projetos sociais executados pela estatal – o projeto de recuperação de microbacias.

A todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito Obrigado.

“(…) É preciso superar a fratura que existe, na atualidade, entre a memória do passado que os homens constroem para organizar suas vidas – estabelecendo pontes a partir da própria memória pessoal e familiar em direção a um passado mais amplo, construído com experiências, recordações de pessoas de outras gerações, leituras, imagens recebidas dos meios de comunicação, etc. – é a história ensinada nas escolas que a população comum vê como um saber livresco “sobre a política, os reis, as rainhas e as batalhas”.

Uma nova história “total” deverá dedicar-se a todos os homens e mulheres numa globalidade que abranja tanto a diversidade dos espaços e das culturas como a dos grupos sociais, obrigando, assim, a corrigir boa parte das deficiências das velhas versões.

Deverá renunciar ao eurocentrismo, prescindindo, conseqüentemente, do modelo único da evolução humana com suas concepções mecanicistas de progresso, que aparece como produto das “leis da história”, com escassa participação dos homens que, ao contrário, deveriam ser os protagonistas ativos.

(…) Devemos elaborar uma visão de história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados.

Josep Fontana

Em busca de novos caminhos, 2004.

RESUMO

Esta pesquisa discute as mudanças vividas pelos pescadores profissionais provocadas por transformações estruturais decorrentes da formação do lago de Itaipu e da abertura de um canal de navegação no Rio Paraná em Guaíra/PR. As transformações causadas por tais obras impuseram limites e pressões na vida e no trabalho dos pescadores profissionais daquele lugar, que se organizaram para resistir a elas. Desse modo, tentamos compreender como os pescadores se articularam em um movimento social e se relacionaram com e contra outros sujeitos sociais que representavam projetos distintos desde a década de 1980, período que as fontes escritas e orais nos permitiram cobrir. Em especial, discutimos como o Estado tem intervindo nesse processo histórico através de práticas e projetos que repercutem sobre os pescadores. Dentre os projetos mais relevantes abordo a tentativa de envolver os pescadores com a industrialização da atividade pesqueira. Nesse sentido, problematizamos as investidas do capital, mediadas pelo Estado, sobre a vida e o trabalho dos pescadores criando mecanismos que dificultam e limitam a continuidade de sua sobrevivência por meio da pesca.

Palavras-Chave: Pescadores; Pesca; Trabalho; Guaíra; Itaipu.

ABSTRACT

This thesis discusses the changes experienced by fishermen caused by structural changes resulting from the formation of Itaipu Lake and the opening of a navigation channel on the Parana River, in Guaíra/PR. The changes caused by these builds have imposed pressure limits on the life and work of the fishermen, who have they have organized themselves to resist and to fight them. Thus, we try to understand how fishermen got together formation a social movement against other social subjects that representing different projects since the 1980s, a period that the written and oral sources allowed us to cover. In particular, we discuss how the Brazilian state has intervened in this historic process through practices and projects that impact on fishermen. Among the most relevant projects we approach the attempt to involve fishermen with the industrialization of fishing. In this direction, we discuss the invested capital, mediated by the state, about the life and work of fishermen creating mechanisms that limit and oppose their continued survival through fishing.

Keywords: Fishermen; Fishing; Work; Guaíra; Itaipu.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	i
Lista de Siglas	ii
APRESENTAÇÃO	14
1. MUDANÇAS NO TRABALHO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS DE GUAÍRA: A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL	
1.1 A ORGANIZAÇÃO DO DERROCAMENTO	35
1.2 OS PESCADORES NA VISÃO DA IMPRENSA LOCAL: A LUTA CONTRA O DERROCAMENTO DOS TRABALHADORES	48
1.3 OS PESCADORES AVALIAM SUA LUTA CONTRA O DERROCAMENTO	76
2. OS PESCADORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SETOR PESQUEIRO	
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS	105
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS	123
2.3 A ATUAÇÃO DA ITAIPU FRENTE À DIMINUIÇÃO DA PESCA	127
2.4 O PROJETO DE AQUICULTURA E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ	136
2.5 O PROJETO DE AQUICULTURA E INDUSTRIALIZAÇÃO EM GUAÍRA	145
2.5.1 Adequação dos pontos de pesca	146
2.5.2 O Frigorífico de Peixes de Guaira	156
2.5.3 O Projeto tanque rede em Guaira	161
2.6 O CIRCUITO DA PRODUÇÃO DE PEIXES EM GUAÍRA	169
3. SER PESCADOR EM GUAÍRA	179
3.1 O trabalho na pesca: condições de trabalho dos pescadores	180
3.2 Dificuldades e melhorias na pesca	197
3.3 Condições de vida dos pescadores: estratégias de sobrevivência.....	205
3.4 A importância da pescaria para os pescadores	210
3.5 Os pescadores e a cidade	220
3.6 Limites e possibilidades da luta coletiva	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
FONTES	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização Colônia Z-13 de Guaíra/ PR	14
Figura 2. Frigoríficos de Peixe na mesorregião Oeste do Paraná	138

LISTA DE SIGLAS/ ABREVIATURAS

ACIAG	Associação Comercial e Empresarial de Guaíra
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARHANA	Administração das Hidrovias do Paraná
CODOMAR	Companhia Docas dos Maranhão
COPACOL	Cooperativa Agroindustrial Consolata
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROSUL	Centrais Elétricas S.A
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas
GEMAQ	Grupo de Estudos de Manejo da Aqüicultura
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Progressista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PORTOBRÁS	Empresa de Portos do Brasil S/A
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RCA	Relatório de Controle Ambiental
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SEAP	Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUREHMA	Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aqüicultura
MT	Ministério dos Transportes
NUPELIA	Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictologia e Aqüicultura
RIMA	Relatório de Impactos ao Meio Ambiente
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE	Universidade Estadual Do Oeste do Paraná

APRESENTAÇÃO

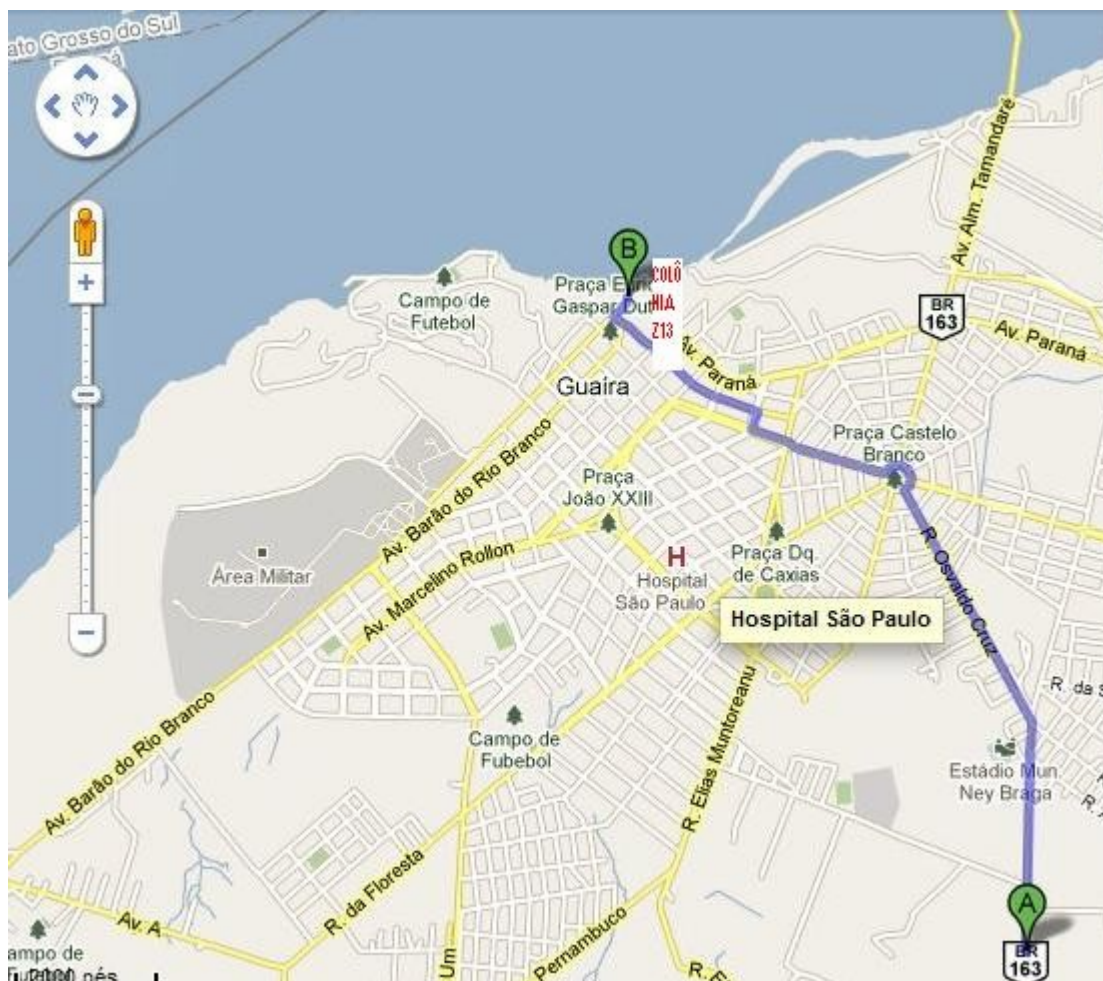


Figura 1: Localização da Colônia Z-13 de Guairá – A: início da cidade, B: Colônia Z-13

O objetivo desta pesquisa é problematizar e discutir as mudanças vividas pelos pescadores profissionais de Guairá, mudanças provocadas num contexto de transformações estruturais vivenciadas nos últimos trinta anos, a partir da formação do lago de Itaipu em 1982, e pela abertura de um canal de navegação no Rio Paraná em 1996. As transformações causadas por tais obras impuseram limites e pressões sobre a vida e o

trabalho dos pescadores profissionais daquele lugar. Por isso, como forma de compreender e ler as mudanças causadas, escolhi estudar os pescadores como um movimento social que vem ao longo desses anos resistindo e lutando para continuarem existindo como pescadores.

A escolha em estudar os pescadores ocorreu por acompanhar nos jornais locais notícias sobre esses trabalhadores e por sensibilizar-me pela problemática, principalmente quando algumas notícias se apresentavam de forma solidária aos problemas enfrentados pelos pescadores. A escolha deve-se, ainda, à possibilidade de, através da temática, compreender questões relacionadas ao trabalho e aos trabalhadores no capitalismo, como forma de entender, de maneira mais ampla, outras inquietações relacionadas ao mundo do trabalho.

Em muitas reportagens, a posição solidária divulgada pela imprensa referia-se ao poder local ou à Hidrelétrica Itaipu Binacional. Isso contribuiu e fez despertar um senso crítico em relação ao caso, tendo em vista que parte dos problemas vivenciados e divulgados na imprensa devia-se à própria Itaipu. A imprensa foi aqui utilizada como uma fonte histórica, fundamental para evidenciarmos, juntamente com as narrativas e as observações realizadas no processo de pesquisa, a organização dos pescadores em movimento. A luta dos pescadores em torno da defesa do Rio Paraná como meio de trabalho e sobrevivência se deu a partir da ameaça de serem prejudicados com a abertura de um canal de navegação, em 1989, após já terem sofrido os danos causados com a formação do lago de Itaipu.

Além das lutas coletivas, procuramos evidenciar as disputas existentes no interior da colônia. Assim, identificamos diversas disputas políticas e divergências relacionadas aos projetos direcionados aos pescadores, como as dificuldades de lutarem por melhorias frente aos distintos interesses entre os pescadores e o presidente da colônia diante dos diferentes projetos em disputa.

Devido às transformações e os prejuízos causados à pesca, os pescadores têm construído resistências e alternativas como forma de enfrentar a realidade. Por isso procuramos, a partir da experiência desses trabalhadores, entender como interpretam e lidam com essas mudanças, para isso analisando os sentidos e significados que atribuem aos seus modos de vida e de trabalho.

Os pescadores estudados nesta pesquisa são organizados em torno de uma colônia de pescadores, a - Z13, criada em 1967. Segundo o presidente, em 2011 a colônia estava

composta por 758 pescadores, embora haja divergência em relação ao número de pescadores cadastrados na colônia. Tal divergência quanto ao número de pescadores pode ser entendida como uma disputa política existente entre o ex-presidente da colônia em relação ao atual presidente. Identificamos, durante a pesquisa, que há uma subestimação quanto ao número de pescadores antes do atual presidente como tentativa de desqualificá-lo.

Os pescadores da Colônia Z-13 realizam o trabalho na pesca de forma autônoma, juntamente com seus familiares, com seus próprios equipamentos, e não mantêm nenhum tipo de vínculo empregatício, embora alguns pescadores entrevistados desenvolvam outras atividades de ganho como forma de complementarem suas rendas.

O recorte temporal da pesquisa está definido a partir da década de 1970, período anterior à formação do lago de Itaipu. Essa escolha se justifica à medida que pretendemos problematizar a experiência dos trabalhadores relativamente às mudanças vividas no trabalho desde a constituição do lago e, posteriormente, com a abertura do canal de navegação e as diversas tentativas de modificação do leito do rio.

A motivação por esta pesquisa ocorreu durante o curso de graduação, mais especificamente quando iniciei a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, cuja exigência era montar um projeto que seria desenvolvido no último ano com o TCC (trabalho de conclusão de curso). Sem um tema ainda em vista, o que tinha em mente era realizar um trabalho que tivesse alguma relação com a cidade onde moro. Comecei então um levantamento sobre as possibilidades de pesquisa relacionadas à cidade, e a procurar por materiais que me dessem subsídios e ajudassem a delimitar uma problemática de pesquisa. Como a disciplina nos orientava sobre o levantamento de fontes relacionadas ao tema escolhido, procurei acompanhar nos jornais locais o que era noticiado sobre a cidade.

Nesse sentido, a escolha pela problemática dos pescadores surgiu a partir das leituras realizadas nos jornais locais, os quais abordavam as problemáticas vivenciadas pelos pescadores, porém me chamava atenção a forma como as reportagens eram noticiadas. Ao mesmo tempo em que denunciavam os problemas relacionados aos pescadores (suas reivindicações e lutas) noticiavam supostos “benefícios” e projetos que a prefeitura de Guaíra, juntamente com a Itaipu, estabelecia em relação aos pescadores, como o projeto tanque-rede e o de frigorífico de peixes¹.

¹ Esses projetos serão trabalhados no segundo capítulo da dissertação. Além desses, as reportagens apontavam para outros projetos, como água encanada, luz elétrica, casa para os pescadores e local para

A inquietação pela problemática ainda pode ser entendida como um sentimento de injustiça em relação aos problemas vivenciados pelos pescadores. Embora não possua uma relação familiar, nem possuísse qualquer outra relação com os pescadores antes da trajetória de pesquisa, o que faria despertar como é comum um interesse em estudar questões que são próximas à nossa realidade vivida, a escolha pela problemática não está distanciada do ponto de vista do trabalho das condições de trabalho que vivi durante a minha trajetória acadêmica.

Ao ingressar no Curso de História da Unioeste em 2003 precisei me sujeitar a um trabalho explorado, numa indústria de laticínios, como forma de conseguir recursos que possibilitassem minha permanência na Universidade. Naquele momento, porém, não entendia que a exigência em fazer hora extra, além de ter que desempenhar várias atividades ao mesmo tempo em que havia sido contratada apenas para exercer a função de telefonista, compreendesse uma forma de exploração. Embora naquele momento ainda não tivesse claramente formada uma interpretação acerca da sociedade, que identificasse nessa relação uma prática capitalista de exploração do trabalho, por outro lado, diariamente precisava resistir às exigências impostas.

A não resistência, principalmente em relação ao horário de saída, implicava minha desistência do curso, tendo em vista que precisava percorrer um longo caminho de volta para casa, para que pudesse alcançar o ônibus de Guaíra a Marechal Cândido Rondon, num tempo de 30 minutos. Além de não entender minha ação como resistência, mas como única forma encontrada para que pudesse continuar na Universidade, afinal de contas, a prioridade não era o trabalho, mas minha formação, sempre me questionava sobre por que exigiam o cumprimento de tantas tarefas. Além disso, exigiam que eu cumprisse um horário de trabalho para além do que deveria, tendo em vista que o combinado com os patrões era fazer um menor horário de almoço, a fim de que pudesse sair mais cedo.

Foi então na graduação, e principalmente durante a pós-graduação realizada na Unioeste, onde tive a oportunidade de desenvolver um trabalho sobre os pescadores, pesquisa voltada à discussão sobre as relações de trabalho na sociedade capitalista, quando pude formar uma compreensão acerca das práticas capitalistas existentes na sociedade.

A pesquisa, juntamente com as disciplinas cursadas na linha de pesquisa, possibilitou a compreensão das dinâmicas capitalistas que envolvem a questão do trabalho. As reflexões realizadas permitiram ainda a compreensão de minha própria inserção no

abate e manuseio do pescado nos pontos de pesca.

mundo do trabalho e por que era utilizada como uma mão de obra explorada. Tanto a exigência em realizar horas extras quanto a atribuição de diversas tarefas podem ser entendidas como uma prática capitalista. A utilização dessa prática é que possibilitava aos patrões a extração de mais-valia através da exploração do sobretrabalho, ao mesmo tempo em que diminuía custos, ao exigir a realização de várias tarefas a uma única pessoa.

No caso dos pescadores estudados, embora não estejam submetidos a uma disciplina capitalista como a da fábrica (porém a intenção com o frigorífico e criação de peixes seria adequá-los a uma dinâmica industrial capitalista, como veremos), eles não estão livres de uma disciplina capitalista. Mesmo havendo diferenças entre minha experiência de trabalho e a experiência dos pescadores, identifico uma semelhança, a de compreender, a partir do estudo sobre o mundo do trabalho, como se dão as relações de trabalho no capitalismo.

Entre os pescadores, embora aparentemente desenvolvam uma atividade que parece estar fora da disciplina capitalista, eles não deixam de estar inseridos no sistema, e por isso precisam diariamente cumprir determinado tempo de trabalho suficiente para que atendam às suas necessidades. Ao estudar os pescadores também me identifico com suas ações de resistências frente aos problemas vivenciados. Por isso, a busca em compreender as questões relacionadas ao trabalho no capitalismo a partir da problemática dos pescadores não está desvincilhada da minha experiência de trabalho. Através das reflexões pude compreender as diversas práticas capitalistas existentes na sociedade, e como se manifestam nas diferentes formas de trabalho.

O contato com os jornais como fonte de pesquisa foi fundamental para compreender os discursos e os projetos presentes na cidade que não consideram e não contabilizam os prejuízos sofridos pelos pescadores. Essas questões permitiram entender o que é considerado mais importante do ponto de vista dos sujeitos que representam o capital. Primeiramente, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a produção de energia se colocou como aquilo que seria mais importante, em detrimento da pesca, e de outras perdas sofridas com a formação do lago. Já com a abertura do canal de navegação, novamente a projeção de “desenvolvimento” e “progresso”, a partir da viabilização de um meio de transporte que reduzisse custos com o transporte de mercadorias, foi e ainda vem sendo priorizado no projeto político federal, estadual e municipal de ampliação da Hidrovia no Rio Paraná, o que pode afetar ainda mais a pesca e a vida dos pescadores.

Embora em algumas reportagens a preocupação com a questão dos pescadores possa ser identificada, na maioria delas também se noticiavam supostas melhorias em relação aos pescadores por parte da Itaipu. Isso me fez despertar o interesse em estudar o tema, em especial com a finalidade de saber dos pescadores em que medida as promessas noticiadas na imprensa se confirmavam, já que muitas das denúncias se relacionavam à Itaipu devido à diminuição do pescado após a formação do lago². Nesse sentido, a pesquisa foi realizada nos seguintes jornais locais da cidade: Jornal Rio Paranazão, no período de 1996 a 2010, e Jornal Ilha Grande, no período de 1980 a 2004³.

Ao fazer uso dos jornais como fonte histórica, tentamos percebê-los não como um meio de comunicação, mas, como apontam Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto, como uma força social ativa na história do capitalismo, e com fortes articulações de um modo geral, mas principalmente com o poder burguês. Dessa forma, antes de pensar a imprensa simplesmente como um meio de registro de fatos, é preciso pensar sua inserção histórica no processo dos acontecimentos. Nesse sentido, compreendemos que a imprensa possui o poder de atuar na tentativa de constituição de modos de vida, de perspectivas e de consciência histórica. Como uma linguagem constitutiva do social, a imprensa deve ser entendida como um campo de subjetividades e que atua, muitas vezes, na defesa de determinados interesses e projetos sociais:

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado da realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade. Como propõe Laura Maciel, trata-se, em primeiro lugar, de “em nossa prática de pesquisa não [tomar a imprensa] como um espelho ou expressão de realidade passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais”. Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “tem uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que

² O primeiro trabalho que realizei sobre os pescadores foi no final de 2006, com o TCC intitulado "A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e a Cultura da pesca em Guaíra/PR". Embora esse trabalho tivesse outras preocupações, foi importante para o início da prática de pesquisa e abriu novas possibilidades para trabalhos futuros. No final de 2009 tive a oportunidade de realizar outro TCC sobre os pescadores, a partir do término do Curso de Pós-Graduação também na Unioeste, intitulado “A natureza do rio virou, não é mais a natureza do rio é a natureza dos homens”: trabalho e sobrevivência dos pescadores profissionais de Guaíra". Nesse trabalho pude aprofundar um pouco mais as questões relacionadas ao trabalho e às formas de lutas e resistências dos pescadores, despertando em mim um interesse ainda maior pelo tema, o que resultou na elaboração do projeto de mestrado vinculado à linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

³ De 2005 a 2011, as edições do jornal Ilha Grande não estão encadernadas e disponíveis para consulta.

em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com os quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (CRUZ; PEIXOTO, 1981, p. 260 e 261).

Desse modo, consideramos que as fontes de imprensa podem expressar interesses de classe à medida que, ao definirem quais são os acontecimentos que merecem ser narrados, há um processo de seleção, ordenação e atribuição de significado às notícias. Por isso entendemos que, diferentemente da compreensão positivista, que toma essas fontes como mero reflexo do real e como expressão da objetividade histórica, as fontes de imprensa constituem-se como uma prática social, em que, por meio delas, tenta-se promover o consenso na sociedade. No positivismo, as fontes de imprensa estariam a serviço e compromissadas com a verdade e a imparcialidade dos fatos, supostamente noticiados como eles são. Diferentemente, atualmente entende-se que a imprensa possui um forte caráter homogeneizador em relação àquilo que noticia, através de envolver projetos e aspirações de classe como sendo de toda a sociedade. Nesse sentido, ao trabalharmos com as fontes de jornais, procuramos evidenciar a intervenção da imprensa nos assuntos políticos e sociais, e como se apresentam a serviço dos interesses das classes sociais.

A utilização da imprensa como fonte histórica, bem como as entrevistas e observações realizadas, permitiram identificar uma questão que não havia sido pensada na elaboração do projeto de pesquisa. Juntamente com as orientações foi possível identificar a organização dos pescadores como um movimento social, principalmente a partir do momento em que passaram a ser noticiados no que se refere à defesa do Rio Paraná como um meio de trabalho e sobrevivência. Por mais que a intenção, ao elaborar o projeto de pesquisa, fosse evidenciar as formas de lutas dos pescadores, os elementos responsáveis pela organização desses trabalhadores não haviam sido pensados.

A organização dos pescadores em sujeito coletivo pôde ser percebida em 1989, quando se apresentaram de maneira organizada, expressando uma identidade política materializada na defesa do Rio Paraná como meio de trabalho e de sobrevivência. Fator aliado a esse elemento, é o de que, em 1989, os pescadores possuíam como representantes no parlamento dois pescadores. Acreditamos que essa questão tenha contribuído para que os pescadores tivessem tido representação no período. Embora em 1996 essa organização

dos pescadores não tenha surtido efeito contra o impedimento do derrocamento, a organização dos pescadores em movimento pode ser identificada através de diversas manifestações realizadas, tendo por finalidade o recebimento da indenização pelos danos causados à pesca.

Identificamos ainda a organização coletiva dos pescadores através da participação de duas reuniões realizadas pela colônia. Através da expressividade dos pescadores nas reuniões foi possível perceber que os pescadores acreditam na forma de organização coletiva como um meio de solução para os problemas vivenciados. É a partir das reuniões realizadas que os pescadores discutem e decidem sobre suas iniciativas coletivas de luta tendo por finalidade melhorias à categoria.

Além disso, a organização coletiva dos pescadores pode ser identificada fundamentalmente pelo fato de que há três décadas os pescadores vêm resistindo, como podem e conseguem, para continuar existindo como pescadores. O fato de terem sido noticiados na imprensa a partir 1989 é uma das evidências sobre a organização do movimento. É também uma evidência de que eles entraram no campo de visão das classes dominantes, no entanto o fato de que, mesmo não tendo conseguido êxito em 1996 contra o derrocamento⁴, os pescadores continuam sendo noticiados na imprensa no que se refere às dificuldades vivenciadas e suas reivindicações evidenciam a força e a expressividade que o movimento ganhou.

Considerando que tais reportagens são noticiadas a partir da procura do presidente da colônia ao jornal, o que evidencia que os pescadores constituem um movimento forte, a ponto de a imprensa noticiar as demandas dos pescadores. Embora as reportagens não problematizem a raiz dos problemas vivenciados, o fato de noticiá-los revela que os pescadores nesse sentido exercem determinada pressão em relação àquilo que reivindicam. Em contrapartida, a imprensa sempre procura passar a imagem da prefeitura municipal ou da Itaipu como aqueles que supostamente estão solucionando os problemas vividos pelos pescadores.

A organização dos pescadores em sujeito coletivo, porém, não significa dizer que o grupo de pescadores se constitui como um grupo homogêneo, e que não haja disputas⁵

⁴ O derrocamento consistiu uma obra de abertura de um canal de navegação no Rio Paraná em 1996 para o aumento da capacidade de navegação.

⁵ O motivo das disputas está relacionado à administração da colônia realizada por muito anos pela família Capatti, principalmente no período em que Antônio Capatti, além de presidente, administrava a colônia que funcionava como cooperativa. Pela entrevista realizada com Antônio, a cooperativa funcionou de 1982 a 1987, período em que ele esteve na presidência da colônia. Segundo ele, além da cooperativa, ele foi responsável pela abertura de várias peixarias em outras cidades, como forma de facilitar a comercialização

entre eles. Ao contrário, uma das disputas identificadas no processo de pesquisa está relacionada ao período em que a Colônia Z-13 funcionava como uma cooperativa, responsável pela monopolização do comércio do pescado, pelo baixo valor pago aos pescadores e pela submissão desses à colônia, sob pena de perderem a carteira de pesca. A Colônia Z-13 funcionou como cooperativa de 1982 a 1987. Como forma de se contrapor à monopolização realizada pela colônia, foi fundada a Associação Beira Rio, em 1988 pelo ex-pescador João Lima Moraes (João Mandi)⁶, cuja função era comercializar o pescado tendo em vista que, nesse período, a Cooperativa já havia deixado de funcionar devido a processos movidos pelos pescadores contra o então presidente Antonio Capatti. Não aprofundamos, porém, neste trabalho, estudos sobre essa discussão devido ao fato de que essas questões só foram identificadas no final da pesquisa, quando o prazo para a defesa

do pescado, sendo uma em Terra Roxa, uma em Assis Chateaubriand, duas em Cascavel e duas em Toledo. Após esse período e até 1998, seu irmão Devaldir assumiu a presidência da colônia, período em que a cooperativa deixou de funcionar. Segundo Antônio, o motivo pelo qual a cooperativa tenha deixado de funcionar se deve a diminuição do pescado, no entanto, em conversa informal com o ex-pescador João Lima Moraes (João Mandi), a cooperativa teria deixado de funcionar devido a denúncias feitas pelos pescadores de irregularidades no que se refere à prestação de contas da cooperativa. Segundo João, a família Capatti, além de monopolizar o comércio de peixes na cidade, era responsável pelo baixo preço pago aos pescadores pelo pescado e pela submissão dos pescadores à cooperativa, sob o risco de perderem a carteira de pesca, caso fosse descoberto que comercializavam sua produção para outras pessoas. Indignado com a situação, João, em 1988, fundou a Associação Beira Rio de Proprietários de Barcos Profissionais e Amadores, uma associação cujo objetivo era defender os direitos dos pescadores em relação a uma comercialização mais justa do pescado. Nesse período, João foi eleito vereador juntamente com Devaldir. Segundo João, ambos foram eleitos pelos pescadores. A fundação da associação nesse sentido foi responsável pela separação dos pescadores, sendo que uma parte continuou na cooperativa (numa média de 200 pescadores) e outra parte passou para Associação Beira Rio (numa média de 280 pescadores). Esse fato fez aumentar a rivalidade e a disputa política entre João e a família Capatti, que, mesmo fechando a cooperativa, não deixou de continuar comercializando o pescado, através da abertura de uma peixaria particular, que atualmente não existe mais. A Associação Beira Rio, fundada em 1988, funcionou até 1996. Segundo João, a Associação deixou de funcionar devido à diminuição do pescado após o derrocamento. Ela, no entanto, continua tendo firma aberta. Segundo ele, devido ao fato de que atualmente a estrutura da associação serve como local para que os pescadores possam guardar seus barcos, sob o cuidado de seu tio e sobrinho, que cobram uma determinada taxa para realizar esse trabalho. Há, porém, outro fator que nos leva a considerar a manutenção da associação através de firma aberta. Embora João não tenha mencionado, não descartamos a possibilidade de a Associação continuar existindo pelo fato do processo contra o DER, movido não apenas pela Colônia Z13, mas também pela Associação Beira Rio. Nesse sentido, a manutenção da Associação se faz necessária a fim de que aqueles que continuam associados também possam ter o direito de receber a indenização.

⁶ João Lima Moraes (João Mandi) deixou de ser pescador profissional na década de 1980. Em 1982 ocorreu em Guaíra a queda de uma das pontes pênsis, pontes que permitiam a circulação de visitantes nas Sete Quedas. Nesse período João já havia deixado de ser pescador e era funcionário da Copel. Juntamente com outro pescador, Joel Onofre, eles conseguiram resgatar várias vítimas desse acidente. Por esse fato, receberam determinada recompensa, o que fez João e Joel deixarem suas profissões. Embora João tenha contado com a ajuda do pescador Joel, ele acabou se destacando por tal ato, passando a ser considerado, pela história oficial do município, como o “herói das sete quedas”. Em 1988 João elegeu-se vereador de Guaíra, ficando no poder por dois mandatos consecutivos, até 1996. Segundo João, ele foi eleito pelos pescadores, pelo fato de que, no mesmo ano em que foi eleito, fundou uma Associação, a Associação Beira Rio, como forma de fazer frente à monopolização do comércio do pescado realizada pela Colônia Z13, quando essa era uma cooperativa.

desta dissertação se esgotava. Apenas citamos isso para indicar a existência de disputas e divergências internas à colônia, e anteriores às disputas relacionadas ao direito à indenização, ao aumento do número de pescadores e às disputas pela presidência da colônia.

Embora haja disputas políticas no interior da colônia, mesmo assim existem formas coletivas de organização dos pescadores. Por isso problematizamos alguns aspectos desse processo de constituição dos pescadores em sujeito coletivo para identificarmos as iniciativas coletivas dos pescadores frente aos problemas enfrentados.

Acreditamos que a defesa do Rio Paraná como meio de trabalho e sobrevivência foi um elemento em comum, de identidade entre esses trabalhadores naquele período. Sua defesa se colocou como um elo de ligação entre os pescadores, que produziram uma consciência coletiva sobre a situação que estava colocada e, nesse processo histórico, organizaram-se em torno de suas lutas.

Nessa direção, orienta-nos as considerações teóricas de Hobsbawm acerca do processo de constituição das classes sociais a partir de elementos de identidade que propiciem a união dos trabalhadores em torno de interesses comuns, de classe, e não de interesses individuais (HOBBSAWN, 1987). Ao estudar o fazer-se da classe operária inglesa no processo de Revolução Industrial, o autor se atentou a observar gostos, costumes e estilos de vida dos trabalhadores no sentido de demarcar a emergência da classe operária. Para Hobsbawm, a classe operária inglesa não era uma classe pronta e acabada, pois a entende como estando em constituição. Para o autor, as classes sociais estão sempre mudando, por isso ele as percebe no seu fazer-se.

A preocupação do autor se voltou a entender a classe operária naquele momento através de uma série de fatores comuns que identificassem os trabalhadores e expressassem uma consciência de classe. Entre esse fatores estavam o uso de boné, o estilo de vida e de lazer que apresentavam, a filiação a sindicatos e partidos, etc. A vida cotidiana era responsável pela formação de uma consciência de classe que apontava para a união solidária dos sujeitos em busca de melhores condições de existência, o que, por sua vez, fazia com que houvesse organizações de sindicatos.

Nesse sentido, além das condições de vida dos trabalhadores, o autor considerou as práticas políticas necessárias para compreender a constituição da classe operária. Ou seja, a preocupação do autor não se voltava apenas para a forma como a classe operária se via, quais eram os elementos de identidade que uniam esses trabalhadores na luta por

melhores condições de vida e de trabalho, mas também as relações sociais que esses trabalhadores estabeleciam com outras classes e sujeitos históricos, e como eram vistos por outros sujeitos e classes sociais.

Para perceber então a formação da classe operária, Hobsbawm tentou compreender em que medida a expansão de uma nova economia industrial afetou e interferiu na vida dos trabalhadores. Nesse sentido, o autor se voltou a entender desde os elementos comuns utilizados como símbolos de identificação da classe até as transformações decorrentes do processo de revolução industrial, como o aumento de tamanho da classe, sua composição ocupacional, ampliação do direito ao voto, etc. Através de todas essas mudanças, a classe operária demonstrava sinais de sua constituição.

É interessante ainda observar como é que, a partir da expansão do direito ao voto, os trabalhadores tiveram a possibilidade de ocupar um cargo político no parlamento a fim de defender os interesses da classe. A partir daí o autor percebe que, além de os trabalhadores terem se reconhecido como grupo, eles também foram reconhecidos através de suas práticas políticas como um sujeito coletivo. Nessa direção tentamos, neste trabalho, compreender a constituição dos pescadores em movimento social, não apenas a partir do elemento de identidade que une esses trabalhadores, materializado em seu meio de trabalho e de sobrevivência, que é o Rio Paraná, mas também a partir de suas práticas políticas, quando se fizeram presentes de forma organizada na audiência pública contra o derrocamento em 1989. Percebemos ainda que a luta dos pescadores não consiste apenas em luta pela sobrevivência, mas também numa luta política a partir de que a organização levada a efeito coletivamente busca melhorias para a categoria.

Entretanto, para compreendermos a constituição dos pescadores em movimento social, em sujeito coletivo, se faz necessário voltarmos a atenção para algumas categorias conceituais que ajudaram a refletir sobre o fazer-se dos trabalhadores. Nessa direção, a leitura das contribuições de Thompson acerca da categoria experiência nos auxiliou bastante (THOMPSON, 2009). Thompson, em a "Miséria da Teoria", mais especificamente em seu texto "O termo ausente: experiência", nos oferece algumas contribuições teórico-metodológicas ao se desvencilhar de uma perspectiva dogmática do pensamento de Marx, colocando-se em diálogo com esse autor, privilegiando, em suas reflexões, a importância de a realidade histórica ser compreendida como um processo histórico, em que a categoria experiência possa ser entendida como uma relação entre o ser

social e a consciência social. Ou seja, o autor aponta a necessidade de diálogo permanente entre teoria e evidências históricas no processo de construção da história.

Assim também, ao criticar as determinações do estruturalismo althusseriano, Thompson ressalta também a necessidade de não concebermos as categorias teóricas como estáticas, como regras a serem seguidas, mas como categorias históricas. Nesse sentido, a teoria deve estar em diálogo com as evidências. Para isso a categoria experiência possui, na obra de Thompson, um lugar privilegiado. Através dela é possível compreender o mental e o emocional de um indivíduo ou de um grupo social. É na experiência social que os indivíduos definem e redefinem suas práticas e pensamentos. A experiência social, por ser gerada na vida material, nos permite considerar o papel dos sujeitos na história superando as formas de determinismo e privilegiando o agir humano. Através da experiência social é possível entender as práticas dos sujeitos, como eles sentem e dão significados ao vivido. Por isso, entender a experiência na vida de homens e mulheres é, para o autor, compreender o diálogo existente entre ser social e consciência social:

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (...) E verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 2009, p. 234).

Além disso, considerar a experiência social é necessário à medida que, através dela, conseguimos evidenciar a capacidade de os indivíduos lutarem contra situações impostas. Através disso entendemos que os indivíduos, ao viverem suas experiências, não reproduzem obrigatoriamente a ideologia dominante. Ao contrário, a experiência social pode levar esses indivíduos a reverem práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, a construírem identidades de classe. Nesse sentido, a classe precisa ser pensada como um fenômeno histórico, resultado das relações entre os homens em seu contexto histórico que se constitui permanentemente em seu fazer-se, num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais.

Thompson, porém, não nega as determinações existentes no processo histórico, mas aponta como alternativa a essas determinações perceber o papel dos sujeitos na história. Dessa forma, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições, ou seja, homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas e pela experiência produzida a partir de suas relações. Essas relações determinadas são entendidas como relações estruturadas em termos de classe a partir da compreensão de que, por vivermos em uma sociedade capitalista, vivemos relações de dominação. Essa dominação fruto da sociedade capitalista precisa ser, contudo, compreendida como uma construção histórica repleta de lutas e de contradições e, nesse contexto, é de fundamental importância compreender como os sujeitos sociais interpretam a realidade em que vivem.

Thompson também chama atenção para o fato de que não basta uma descrição empírica de como os sujeitos sociais interpretam o que vivenciam como sendo o conhecimento objetivo, o retrato fiel da realidade, como se o conhecimento fosse resultado da contemplação passiva do sujeito sobre o objeto e, portanto, sua cópia, seu reflexo. Para o autor, os fatos não falam por si mesmos, mas por meio de procedimentos que levem à interpretação da subjetividade dos sujeitos. Por isso, não basta descrever simplesmente o que os sujeitos vivenciam, mas como atribuem significados à sua realidade através de sentimentos e valores, ou seja, qual é a percepção de vida dos sujeitos e seus projetos sociais frente às relações de dominação capitalista.

O autor ressalta ainda que as relações de dominação provenientes das contradições presentes na sociedade capitalista geram conflitos de valores e de interesses: “[...] toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse” (THOMPSON, 2009, p. 235). Nessa direção, as relações de dominação (capitalistas) precisam ser desnaturalizadas, no sentido de que possam ser percebidas as disputas por valores existentes na sociedade. Como discute Thompson:

Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. (THOMPSON, 2009, p. 240).

Com essa afirmação acredito que o autor busca demonstrar que os sujeitos sociais vivem em meio a conflitos por valores e por isso também em meio de condições

determinadas. Mesmo assim, no entanto, para entendermos como pensam e agem esses sujeitos é preciso entender que suas escolhas precisam ser interpretadas como fruto de pressões e de limites vivenciados em relação a outros grupos sociais. Nesse sentido, o que leva as ações dos sujeitos a buscar melhores condições são as pressões que vivenciam na realidade. O modo, porém, como essas ações são pensadas, sentidas e significadas pelos sujeitos precisa ser discutido, a fim de sabermos como os sujeitos sociais têm, ou não têm, resistido e buscado alternativas frente às relações de dominação.

Assim, acredito que Thompson busca valorizar o papel dos trabalhadores na história. Ao partir da experiência que os sujeitos sociais vivenciam, o autor aponta para a possibilidade de entendermos se esses sujeitos reproduzem ou alteram práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, ou ainda se lhes atribuem novos significados ou os transformam.

Além de entender o processo de constituição dos trabalhadores em movimento social, em sujeito coletivo, e o modo como esses sujeitos devem ser compreendidos, também se faz importante observar em que situações os sujeitos sociais são levados a se constituírem como sujeitos coletivos. Nessa direção, Eder Sader, em “Quando novos personagens entram em cena, ao analisar os movimentos populares de São Paulo”, nos oferece uma reflexão acerca da experiência desses movimentos (SADER, 1988). Ao estudar os novos sujeitos sociais criados a partir da prática política e social, e desvencilhados de qualquer forma de organização ou instituição que os organizasse, o autor pôde perceber que os sujeitos sociais se organizaram a partir da necessidades de mudarem as condições sociais em que viviam.

A politização do cotidiano só foi possível a partir das inquietações e das demandas que os sujeitos sociais apresentavam. Embora suas lutas apresentassem um caráter imediato quanto à resolução dos problemas e se tornassem lutas por reforma e não por transformação da ordem estabelecida, o autor privilegia, no estudo desses novos sujeitos sociais, a defesa pela sua autonomia, porém limitada devido ao grau de dependência que os sujeitos estabeleciam com o Estado à medida que reivindicavam direitos sociais. A natureza dessa autonomia, por sua vez, é privilegiada pelo autor através da preocupação que ele possui de analisar esses novos sujeitos através de suas experiências. É a partir do desenvolvimento de novas práticas e da politização do cotidiano criadas pelos novos sujeitos que eles são analisados. O próprio espaço da casa se apresentou para Sader como um espaço privilegiado para a compreensão de como os

trabalhadores davam sentidos e significados à sua realidade. O objetivo do autor era compreender como determinados sujeitos sociais se tornaram agentes no processo de reelaboração política, organizando-se e reivindicando questões que eram de seus interesses.

Esse processo, por sua vez, permitiu a atribuição de novos significados às vivências cotidianas e às formas não institucionalizadas de organização. Nesse sentido, Sader procurou estudar e compreender os movimentos sociais através de uma análise que prioriza as dimensões mais da ação e do movimento dos sujeitos do que de esquemas e análises predeterminadas que aprisionam as possibilidades de compreensão da realidade vivida por eles. As formas de organização e de atuação política são apontadas pelo autor como uma falta de representação, falta de alguém que pudesse atendê-los em seus direitos e necessidades.

A análise dos movimentos sociais realizada pelo autor permite uma reflexão sobre a constituição desses movimentos, quais são suas práticas, suas ideologias, o que seus projetos sociais anunciam e o que querem responder com seus projetos. Todas essas questões nos permitem interpretar os espaços de reprodução da força de trabalho dos trabalhadores não apenas do ponto de vista do capital, mas de sujeitos que interagem nesse processo. O que está colocado em relação aos movimentos sociais é perceber os sujeitos que os compõem em sua subjetividade. Nesse sentido, os trabalhadores precisam ser vistos como sujeitos que agem e interagem no processo histórico.

O desenvolvimento do capitalismo cria, constantemente, contradições que são vividas pelos trabalhadores, na maioria das vezes, como privações. Falta educação, saúde, moradia, emprego, etc., e essa situação pode ser experimentada como um sentimento de injustiça. Os movimentos sociais feitos pelos trabalhadores muitas vezes são a tradução dessas injustiças, mas muitas vezes os trabalhadores não se movimentam contra tal situação. Isso nos permite pensar não a estabilidade da classe, tampouco a concebê-la numa visão funcionalista, mas interpretá-la a partir de sua processualidade histórica. Desse modo, o sentido da história não deve ser buscado em conceitos predeterminados quando estudamos os movimentos sociais. Eles podem surgir independentemente de nossa vontade, sem regras e padrões claramente conhecidos.

Por isso, interpretar as lutas e as resistências dos trabalhadores tem sido nossa preocupação nesta pesquisa. A partir da constituição dos pescadores em sujeito coletivo verifica-se pela imprensa a tentativa desses trabalhadores de expor sua condição, ao mesmo tempo em que as reportagens expressam as suas formas de luta. Ocorre, porém,

antes de 1989 não havia, nos jornais investigados, registros das reivindicações dos pescadores. Isso não significa que nesse período anterior os pescadores não houvessem realizado alguma outra forma de reivindicação. Por outro lado, o derrocamento realizado naquele mesmo ano parece ter sido o motivo para os pescadores se constituírem em torno de demandas específicas.

Durante o processo de pesquisa, o contato com os pescadores por meio das entrevistas fez aumentar a sensibilização pelo tema e o interesse em estudá-lo. Em certa medida isso se deve à receptividade e às relações de confiabilidade construídas com vários trabalhadores que aceitaram compartilhar suas experiências, colocando-se à disposição para contribuir com a pesquisa desde os trabalhos anteriores. Um desses pescadores foi Jesuíno, que, além de prestar informações sobre as manifestações que realizaram em 1989, com a finalidade de impedirem a abertura do canal de navegação no Rio Paraná, possibilitou o acesso à advogada (também sua irmã), que recentemente vem defendendo várias colônias de pescadores na região contra a nova proposta de ampliação do canal de navegação para a construção da Hidrovia.

Embora Jesuíno também tenha possibilitado o acesso a seu irmão Devaldir (presidente da colônia e vereador em 1989, responsável por organizar os pescadores contra o derrocamento naquele período), não foi possível entrevistá-lo, tendo em vista que, por diversas vezes, por mais que aceitasse conceder a entrevista, Devaldir não compareceu ao local marcado para a realização da entrevista.

Além de Jesuíno, com outros pescadores consegui estabelecer uma relação de amizade, como o pescador Alvino e as pescadoras Maria Aparecida, Teresa e Helena, pessoas que tive oportunidade de conhecer em outro trabalho e que ajudaram acompanhando e apresentando outros pescadores nos pontos de pesca que visitei. Todas as entrevistas realizadas não tiveram a necessidade de serem agendadas. Em todas elas houve uma boa receptividade por parte dos pescadores, principalmente aquelas em que tive a companhia de um pescador no momento da entrevista. Procurei realizá-las aos sábados devido ao fato de que alguns pescadores passam a semana nos pontos de pesca, vêm para suas casas aos sábados, e retornam novamente aos domingos. Isso, no entanto, não ocorre todos os fins de semana, isso porque o trabalho na pesca é realizado pelos pescadores todos os dias. A ida à cidade muitas vezes ocorre devido ao fato de precisarem comprar mantimentos ou irem em busca das peixarias ou de atravessadores para que comercializem sua produção.

Mesmo assim, porém, a pesquisa não esteve imune de encontrar obstáculos. Algumas vezes o contato com alguns pescadores foi marcado pelo receio por parte dos entrevistados em contar sobre suas experiências. Nesses casos percebemos que nem sempre foi possível estabelecer uma relação de confiabilidade, como foi o caso de um pescador que se negou a dar entrevista, no caso do ex-presidente da colônia Devaldir e também do presidente da colônia José Cirineu, os quais, por mais que tenham aceitado realizar a entrevista, acabaram não comparecendo ao lugar e horário marcado. Outro obstáculo encontrado no processo de pesquisa está relacionado à impossibilidade de acesso, no Fórum⁷, ao acordo de ressarcimento aos pescadores estabelecido pelo juiz em 1996, a fim de realizarem o derrocamento.

As entrevistas com os pescadores foram realizadas em suas casas, localizadas em diversos lugares da cidade, e com pescadores que residem nos pontos de pesca, na área rural. As entrevistas não tiveram escolha prévia, seguiram apenas indicações que os próprios pescadores davam de outros colegas de profissão ou indicações de pescadores que já haviam sido entrevistados em trabalhos anteriores. Isso foi importante para obter a confiabilidade de outros pescadores, principalmente daqueles que residem nos pontos de pesca.

Como já disse, o fato de chegar até os pontos de pesca acompanhada por um pescador ajudou muito para estabelecer um primeiro contato. Na maioria das vezes, eles próprios me apresentavam e explicavam sobre o trabalho que estava realizando. Ao todo foram realizadas 21 entrevistas onde procurei priorizar o diálogo com os trabalhadores. Em duas das entrevistas utilizamos pseudônimos como forma de preservar a identidade dos entrevistados⁸. Embora tenha elaborado um roteiro, e tenha me orientado por ele, durante a entrevista ele não foi utilizado pelo motivo de que procurei estabelecer, durante as entrevistas, um momento de diálogo em que o narrador ficasse à vontade para falar sobre suas experiências. Dessa forma, busquei estabelecer primeiramente um diálogo informal, explicar sobre o trabalho que estava realizando, para, posteriormente, informar que a conversa precisava ser gravada e se era possível realizá-la. Creio que essa estratégia tenha dado certo.

Problematizar a experiência construída pelos trabalhadores nos possibilita identificar de que forma eles têm atribuído significado ao vivido na realidade social, tarefa

⁷ Ao procurar no Fórum local pelo acordo realizado entre o juiz e os pescadores em 1996, obtive a informação de que nenhum tipo de processo está disponível para pesquisa no Fórum de Guairá.

⁸ As entrevistas de João e Célia são pseudônimos.

que impõe um diálogo com as perspectivas, avaliações, certezas e incertas dos trabalhadores e os problemas existentes no mundo do trabalho. Como argumentam Antônio Bosi e Rinaldo Varussa sobre os trabalhadores e o trabalho no Oeste paranaense:

Saber como os trabalhadores tentaram e tentam impor as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição aos propósitos das classes dominantes, é mais do que um problema de teoria, senão um compromisso e um posicionamento. [...] Cabe pautar os sentidos que os trabalhadores conferem ao vivido, às estruturas econômicas e sociais, à relação com o trabalho, com a família, com o Estado, de resto com toda a realidade social. (BOSI; VARUSSA, 2006, p. 43).

Além das entrevistas com os pescadores, realizei duas outras entrevistas com ex-políticos da cidade, com o objetivo de compreender qual a posição que assumiam sobre o derrocamento, além de obter informações através de conversa informal com o ex-pescador e presidente da Associação Beira Rio de Pescadores Profissionais, como forma de entender questões relacionadas às disputas existentes na Colônia Z-13.

Além das mudanças causadas pelos danos ambientais, procuramos, nesta pesquisa, evidenciar outras interferências e problemas sentidos pelos pescadores. Nesse sentido, procuramos compreender em que medida as políticas pesqueiras se relacionam com o trabalho dos pescadores profissionais. Aliada a tais políticas, analisamos a atuação da Itaipu em relação aos pescadores no contexto de diminuição da pesca extrativista, tentando perceber a estreita relação que a estatal possui com o Estado na dinamização de projetos sociais. Dentre os projetos elaborados pela Itaipu, priorizamos discutir, nesta pesquisa, aqueles relacionados aos pescadores de Guaíra, o projeto de criação de peixes, denominado de tanque-rede e o projeto de industrialização do pescado.

Antes de iniciar o processo de pesquisa, entendia que os projetos direcionados aos pescadores de Guaíra era um caso isolado, específico no município, porém esse sistema de criação de peixes denominado de aquicultura não é um projeto apenas da Itaipu, pois ele está inserido e sendo priorizado nas políticas públicas desde a criação do Ministério da Pesca e do Plano Mais Pesca e Aquicultura durante o governo Lula, como também no governo atual. No início do projeto, tinha em mente que o projeto tanque-rede estava inserido numa tentativa de camuflar o problema da diminuição da pesca por parte da Itaipu, que passaria a imagem de estar preocupada com a situação dos pescadores. Ainda não havia me atentado para o fato de que a mudança pretendida em relação aos pescadores, que passariam de pescadores a criadores de peixe está relacionada ao processo de industrialização capitalista, ou seja, de uma dinâmica de produção para a indústria.

Por isso, uma das preocupações da pesquisa foi identificar as novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná relacionadas à atividade pesqueira, principalmente a atividade criatória de peixes, e como as políticas públicas vêm sendo criadas nesse contexto capitalista como forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial. Por isso os projetos de criação e de industrialização do pescado em Guaíra foram entendidos, nesta pesquisa, como aqueles que possuem relação com as novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná, relacionadas à atividade pesqueira, principalmente à atividade criatória de peixes. Dessa forma, as políticas públicas criadas nesse contexto capitalista vêm servindo como forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial.

Nesse contexto, acreditamos que a existência dos projetos existentes em Guaíra (tanque-rede e frigorífico) é uma tentativa de tornar os pescadores criadores de peixes, como tem acontecido na região, embora em muitos casos na região a mão de obra utilizada não tenha sido e não seja a de pescadores, mas a de pequenos agricultores rurais no sistema de tanque-terra. No caso de Guaíra, os tanques criadores foram experimentados no lago de Itaipu, mas esse sistema se defrontou com uma série de obstáculos, dentre eles a resistência dos pescadores e a falta de recursos em mantê-los. Nosso esforço, nesse sentido, foi o de compreender os motivos pelos quais os pescadores resistiram ao projeto e os significados que eles atribuem a esse processo, tendo em vista que ele se insere numa tentativa de transformá-los em criadores de peixes.

Durante a pesquisa, foram pesquisados textos disponibilizados na internet sobre o tema e informações disponibilizadas no *site* da Itaipu, do Iparde, IBGE, do DNIT, do DER, do Ministério da Pesca, do Gemaq e da Arhana, e em outras páginas de internet que divulgaram reportagens diversas, como sobre a proposta de ampliação do canal de navegação em Guaíra, projeto tanque-rede e industrialização do pescado no Paraná.

A pesca em Guaíra é apresentada na imprensa local como uma importante atividade econômica e esportiva, principalmente na divulgação de torneios de pesca relacionados aos pescadores amadores. Por essa razão, procurei saber como ela se apresenta nos dados estatísticos. Ocorreu, no entanto, que, ao consultar o *site* do Iparde e o do IBGE, constatei que a pesca não aparecia como uma atividade produtiva realizada na cidade. Essa questão se revela significativa tendo em vista o número de famílias que dependem da pesca para sobreviver. Isso ainda demonstra que não há um controle em relação à atividade pesqueira no que diz respeito à quantidade extraída pelos pescadores

profissionais, como feito o controle com outras atividades, como apicultura e outras atividades relacionadas à extração vegetal e silvicultura, inclusive como a produção de carvão, lenha, madeira, etc.

Todas essas questões, portanto, são aqui estudadas com o objetivo de compreender as mudanças vividas pelos pescadores profissionais e como eles lidam com os problemas relacionados à categoria, seja em relação aos danos ambientais já sofridos, ou aos possíveis danos e mudanças projetadas a partir do projeto de ampliação da hidrovia. Além dessas questões, discutiremos outros problemas vivenciados pelos pescadores na realização de seu trabalho.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, intitulado “Mudanças Vividas pelos Pescadores Profissionais de Guaíra: a constituição de um sujeito coletivo”, buscamos analisar as mudanças vividas pelos pescadores a partir dos danos ambientais ocorridos no Rio Paraná, provocadas pelas transformações estruturais ocorridas na região nos últimos trinta anos. Como forma de abordar essas mudanças procuramos compreender os pescadores como um movimento social organizado, que vem, ao longo desses anos, resistindo e lutando para continuarem existindo como pescadores e buscando melhorias à categoria. Para isso utilizamos como fonte histórica a imprensa, juntamente com as entrevistas já mencionadas, no sentido de mapear a organização dos pescadores desde 1989, quando se apresentaram de forma organizada a fim de impedir o derrocamento. Destacamos, ainda, as disputas políticas existentes no interior da colônia e problematizamos as projeções relacionadas ao projeto de ampliação da hidrovia e suas possíveis consequências para a vida e o trabalho dos pescadores.

No segundo capítulo, “Os Pescadores e as Políticas Públicas Voltadas ao Setor Pesqueiro”, analisamos as políticas públicas estaduais e federais voltadas ao setor pesqueiro. Destacamos principalmente os incentivos dados ao desenvolvimento da aquicultura, atividade produtiva apresentada, no discurso político federal, como um negócio promissor e lucrativo para o país e que visa gerar renda aos pescadores e aquicultores, bem como produzir um alimento saudável para a população. Aliada às políticas públicas, discutimos a estreita relação da Itaipu com o Estado na disseminação de projetos sociais, enfatizando principalmente os projetos direcionados aos pescadores de Guaíra com vistas à industrialização da atividade pesqueira. Ao fazer isso, relacionamos tais projetos com as novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná, direcionadas principalmente à atividade criatória de peixes, e como as políticas públicas vêm sendo

criadas nesse contexto capitalista como forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial. Buscamos, ainda, identificar as percepções dos pescadores em relação à realidade por eles vivenciada, principalmente no que se refere aos projetos criados pela Itaipu. E, por fim, apresentamos o circuito da produção do pescado em Guaíra e os problemas enfrentados pelos pescadores em relação à sua comercialização.

E, no terceiro capítulo, “Ser Pescador em Guaíra”, discutimos as condições de vida e de trabalho dos pescadores frente ao processo de mudanças no mundo do trabalho nas últimas décadas. Busco pensar o processo de mudanças no mundo do trabalho a partir da experiência de luta dos pescadores. Para isso procurei compreender suas condições de trabalho, enfatizando as estratégias utilizadas pelos pescadores como forma de continuarem mantendo-se como pescadores. Devido ao fato de a pesca ter diminuído consideravelmente após os danos ambientais sofridos pelo Rio Paraná, um dos pontos que tentamos esclarecer e discutir ainda diz respeito à ampliação do universo do trabalho desses pescadores, devido à necessidade de se ocuparem com outras atividades visando complementar suas rendas, já que os ganhos conseguidos com a pesca têm sido insuficientes à sobrevivência. Além disso, buscamos compreender as relações dos pescadores com a cidade, a importância atribuída por eles à sua profissão e como eles têm encarado sua realidade através de iniciativas de lutas coletivas. A partir dessas questões, tentamos então evidenciar como os pescadores se definem como sujeitos em relação ao trabalho.

CAPÍTULO 1

MUDANÇAS NO TRABALHO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS DE GUAÍRA: A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL

1.1 A Organização do Derrocamento

O objetivo deste capítulo é analisar algumas mudanças vividas pelos pescadores profissionais provocadas pela formação do lago de Itaipu em 1982 e pela abertura de um canal de navegação em 1996, durante a construção da Ponte Ayrton Senna em Guaíra/PR. Além das mudanças vividas pelos pescadores, procuramos entendê-los como um movimento social, organizado em torno da defesa do Rio Paraná como seu meio de trabalho e sobrevivência. Para isso, utilizamos como recurso a imprensa, aqui entendida e utilizada como uma fonte histórica, com o intuito de mapear a organização dos pescadores em movimento social, tendo em vista a não existência de outras fontes escritas, anteriores à década de 1980. Nesse sentido, a imprensa não foi aqui entendida como a responsável por criar os pescadores enquanto movimento, mas utilizada como fonte para mapear as formas de organização dos pescadores.

A partir dos impactos causados por tais construções, a atividade pesqueira do município vem sofrendo grandes transformações, e os pescadores têm vivido significativas mudanças em seus modos de viver e trabalhar. Por isso, tais questões serão trabalhadas no intuito de identificar como os pescadores têm vivido e enfrentado essa realidade.

Os pescadores aqui estudados são organizados em torno de uma associação, chamada Colônia Z-13. Segundo informações do presidente da colônia, em 2011 Guaíra possuía 758 pescadores profissionais associados na colônia. A Colônia Z-13 foi criada em

1967 e, segundo o presidente José Cirineu, sua criação se deve a um grupo de pescadores que, objetivando organizar os pescadores enquanto categoria, e na busca de seus direitos, fundaram a associação, tendo como finalidade representar e defender os direitos e interesses dos associados. Embora, porém, a colônia tenha sido criada por iniciativa dos pescadores, já existia uma legislação que orientava a fundação de colônias sob a tutela do Estado. Segundo Moraes⁹, desde a fundação das colônias de pescadores, sob a tutela do Estado, no início do século XX, os pescadores artesanais estiveram sob o controle e dominação política de órgãos governamentais. Não consideramos, porém, que as formas de controle e dominação fossem totais e que não existissem formas de resistências dos pescadores nesse processo.

A criação da Colônia Z-13, no entanto, não marca o início da pesca profissional em Guaíra. Tal atividade era praticada anteriormente pelos pescadores profissionais, que somente em 1967 se organizaram em associação. De acordo com os depoimentos de pescadores entrevistados noutra pesquisa¹⁰, observou-se que a pesca era uma atividade capaz de atrair trabalhadores locais e de outras regiões desde 1950.

Dessa forma, as mudanças vividas pelos pescadores se devem a dois momentos distintos. Por isso, primeiramente destacamos as consequências decorrentes da formação do lago de Itaipu e, posteriormente, os danos causados à atividade pesqueira devido às explosões ocorridas no lago provocadas pela abertura do canal de navegação no rio Paraná, durante o período de construção da Ponte Ayrton Senna.

A formação do lago de Itaipu ocorreu em 1982, com o alagamento das Sete Quedas para construção da Hidrelétrica de Itaipu. A implantação da Itaipu estava diretamente ligada à política de industrialização e desenvolvimento do país, que vivia sob um regime de ditadura militar, em que o Estado patrocinava grandes projetos, dentre eles a construção da Hidrelétrica.

Noutra pesquisa¹¹, pude discutir como a formação do lago de Itaipu provocou transformações drásticas no cotidiano das pessoas a partir da inundação sobre áreas

⁹ Segundo esse autor, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1998, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º, foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical. MORAES, Sérgio Cardoso de. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. Doutor em Educação/UFRN – Professor da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://coloniadepescadores.blogspot.com/2009/02/colonia-de-pescadores-e-luta-por.html>>.

¹⁰ SANFELICE, Cátia Franciele. “A Natureza do rio virou... Não é mais a natureza do rio é a natureza dos homens”: cotidiano e sobrevivência dos Pescadores de Guaíra (1970-2009). TCC da especialização História, Ensino e Pesquisa, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2009.

¹¹ Idem.

urbanas e rurais, juntamente com a desapropriação de terras. Para os pescadores profissionais, esse fato foi responsável por uma grande perda econômica que só aumentou ao longo dos anos, como apontado por Demétrius, pescador entrevistado na pesquisa realizada em 2009: “Cada ano que vai passando a gente tá, padecendo mais, cada ano vai fracassando, nos anos 90 mesmo era bom de peixe, né”¹².

Com a formação do lago, várias espécies “nobres” de peixes, como o pintado, o dourado e o jaú desapareceram, devido ao fato de serem espécies que necessitam de água corrente para procriarem, não se adaptando ao lago. Outro problema verificado, após a formação do lago, reside em mudanças sofridas pelos pescadores nas suas relações com o rio, já que o conhecimento e os costumes que tinham em relação a ele perderam sua utilidade, diante da nova realidade vivida. Pescar como se fazia tornou-se impossível. Os peixes que faziam a sorte dos pescadores desapareceram e as espécies que melhor se adaptam ao lago não sustentam os pescadores. No lugar de peixes “nobres” aparecem agora cascudos, armados, curvinas, piaus, pacus, etc.

Em diálogo com os pescadores, foi possível identificar como era pescar antes da formação do lago. Pescador há 35 anos, Cleomar, ao mencionar que havia uma melhor produção de peixes naquele período, no entanto, diz que a locomoção dos pescadores no rio era mais difícil, pelo fato de que não era a todo local que os pescadores podiam ter acesso:

Não, era muito melhor de peixe, só que era melhor de peixe, só que você não tinha acesso de chegar em qualquer lugar, né, que nós pescava antigamente, pescava pra cima e, aqui pra baixo muitos lugar você não conseguia chegar, na beira do lago aqui, na beira do rio, porque era, era uma serra né, não tinha como descer né, e se caísse também lá dentro não tinha como você saí, né. Naquele tempo, a água aí era assim, né, tinha lugar que fazia aqueles reboio assim ... ó de Guaíra até Oliveira Castro (distrito de Guaíra), só tinha um lugar pra atravessar ali ó, pra passar um botinho ali ó, pra você vê, desse trecho pra cima não passava em lugar nenhum. A única embarcação que conseguia andá aí ó era um negócio que o quartel tem lá de, tipo aquele barcão da federal de borracha, aquele conseguia, se caísse alguém na água, o quartel ou a marinha jogava lá em cima aquele trem lá, pra baixo das queda e conseguia descer com aquilo lá, mais barquinho não andava. Pra pescar foi melhor, mais só que melhor assim pra poder navegar, mas dizer assim, que o peixe ele diminuiu muito né. Mas só que tinha muito peixe e grande, agora com a formação do lago esse peixe sumiu¹³.

Esses fatores indicados por Cleomar foram identificados nas falas de vários pescadores entrevistados em 2009. Um desses pescadores, Agenor, além de apontar para o

¹² Entrevista com Demétrius Luiz Pereira, em 4 de abril de 2009.

¹³ Entrevista com Cleomar, em 4 de junho de 2011.

fato de a quantidade de peixes ter diminuído, e para a dificuldade de pescarem em todas as áreas do rio (por conta do perigo com as correntezas), mencionou o que para ele causou a diminuição do pescado:

As sete queda aqui sumir não prejudicou, mais a barragem de Itaipu prejudicou que os peixes não consegue subir, a quantos anos, então prejudicou sim, o que eu me lembro, porque aquela época pescava muito, pouco lugar mas muito peixe grande e subia diretamente, hoje ta essas barragem aí e vedou tudo¹⁴.

Já Maria Aparecida, ao referir-se à maior quantidade de peixes, apontou que, devido a esse fato, os pescadores precisavam de poucos materiais para a realização do trabalho na pesca, diferentemente da realidade que vivenciam hoje:

Na formação do lago, no começo quando eu vim morar, quando eu casei com ele (seu esposo) e vim pra cá, eu ajudava ele ali, dava até gosto de pescar, com dois, três pano de rede você tirava o sustento nosso, né, e hoje se não for 20, 40 pano de rede você num tira o sustento porque não tem peixe¹⁵.

Assim como Maria, Romão também mencionou como ele realizava o trabalho na pesca. Além disso, apontou que, além de uma maior produção, as espécies pescadas naquela época possuíam maior valor comercial, se comparado com o valor daquelas que são pescadas hoje:

Antes da formação tinha muito peixe, era só peixe de primeira, hoje se for ver o peixe que nós pega hoje pegava um peixe na época valia por tudo que ... pega trinta quarenta peixe hoje, na época pegava um já valia por todos porque era peixe de primeira, grande, né. Tinha muito, hoje não. Porque com a formação do lago o peixe caiu, né, diminuiu. Na época, na época a traia do pescador era uns linhadão, num sei se você é da época? Eu comecei pescar em 77, eu tava com catorze ano, a traia do pescador na época era duas linhada, era enrolada na lata de óleo ai, falava tabuleta na época, era tudo de linhada, se ia lá, pescava ate dez hora da noite, pegava um jaú de quarenta, cinqüenta quilo, hoje você tem três mil metro de rede pra pegar aí cinqüenta quilo de peixe¹⁶.

Tanto pela fala de Maria, quanto pela de Romão, percebemos uma mudança no que se refere às espécies pescadas, à forma e aos instrumentos de trabalho utilizados pelos pescadores. Aqui, entendemos a atividade pesqueira como um processo de apropriação da natureza pelo pescador, através do conhecimento adquirido durante seu trabalho, como podemos verificar na fala de Jesuíno, quando ele se refere ao conhecimento que os pescadores possuem em relação ao seu trabalho na pesca:

¹⁴ Entrevista com Agenor Gabriel Lopes, em 11 de abril de 2009.

¹⁵ Entrevista com Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

¹⁶ Entrevista com Romão, em 7 de maio de 2011.

Nós tem a prática, mas a teoria, né, a técnica, a teoria isso aí... nós tem a prática de saber o dia que vai chover, o dia que vai dá vento, isso aí tudo, estamos aí no tempo, nós trabalhamos é no tempo, é de baixo do sol, é de baixo da lua, então nós sabe tudinho, conforme a mudança da água, a mudança de lua isso aí tudo, sabe até o dia que pega mais peixe e o dia que num pega. Nós vai sabendo o que vai acontecer¹⁷.

Além de um processo econômico, a apropriação da natureza na atividade pesqueira é um processo de conhecimento construído na prática do pescador. Quando há alterações nessa natureza, no caso, no ambiente aquático, ocorre uma série de interferências nos ciclos existentes, sendo que esses possuem significados importantes para os pescadores. É o que podemos observar na fala de José Cardoso, ao mencionar as diferenças sentidas por ele após a formação do lago de Itaipu:

Com esse negócio de ter acabado as queda, modificou muito o rio, o rio diferençou tudo, os costume que nós tinha no rio, um dia nós tava naquele costume, no outro dia não tinha mais aquilo, num dia tinha, no outro dia não e, e o rio diferençou tudo, a natureza do rio virou, né, agora tá na... tá do jeito que os homem quer, né, num é mais a natureza do rio é a natureza dos homens, um dia o rio cresce, no outro dia o rio abaixa, no dia que tá abaixando, torna, torna encher e, e desregula o peixe, desregula o rio todo. Naquele tempo (sete quedas), a gente sabia onde é que ia pegar um peixe, o peixe que queria, né, e agora não, você não sabe onde tá o peixe grande, você não sabe onde tá o peixe que você gosta de pegar, né, tem que ir adoidado aí, se deu certo deu, se não deu também, né, nada. Se ia pegar o peixe que você queria, o tamanho que queria, e agora não pega mais. Ah, mudou tudo, mudou tudo, pra te falar a verdade mudou tudo, num é mais que nem nós conhecia, é tudo mudado, tudo diferençou¹⁸.

Interessante é observar, na fala de José, que ele atribui as causas das mudanças em relação a seu trabalho à natureza e não aos homens, como se a natureza por si só tivesse se transformado a fim de atender aos interesses dos homens. José, porém, menciona que agora “tá do jeito que os homem quer”, demonstrando que as mudanças ocorridas beneficiaram alguém, mas não aos pescadores. Sem citar nomes, porém podemos interpretar que José, nesse caso, se refere à Itaipu. Mesmo atribuindo as mudanças vividas por ele às mudanças na natureza, José ainda reconhece que “num é mais a natureza do rio é a natureza dos homens”, justificando as diferenças percebidas por ele na realização de seu trabalho na pesca.

Dessa forma, percebemos que o conhecimento do pescador não está relacionado a conhecimentos científicos, mas a conhecimentos construídos em sua relação com a natureza. Em relação a isso, Eduardo S. Cardoso, em sua pesquisa sobre a apropriação da

¹⁷ Entrevista com Jesuíno, em 11 de junho de 2011.

¹⁸ Entrevista com José Cardoso dos Santos, em 4 de abril de 2009.

natureza e o conhecimento na pesca dos pescadores artesanais do litoral brasileiro, aponta que:

E conhecimento na pesca é conhecimento de ventos, águas, marés, fundos submarinos, correntes, hábitos de peixes, entre uma série de processos “naturais”, formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos. E conhecimento gerado neste processo, que tem entre suas características uma observação contínua da natureza, uma história vivida e observada de sucessão de contatos com o meio aquático, tem servido à reprodução das pescarias e, para além disso, fornecido elementos para a gestão. (CARDOSO, 2001, p. 42).

Embora o autor mencione a importância do conhecimento produzido na pesca no seu processo de reprodução e manutenção desse conhecimento, na fala de José verificamos que parte desse conhecimento que é produzido (principalmente no que diz respeito aos novos costumes no trato com o rio, novos hábitos e a identificação dos lugares das “novas espécies” de peixes) não tem sido transmitido socialmente. A apropriação da natureza pelos pescadores passou por mudanças no que diz respeito à construção do conhecimento através da lida com a pesca e as leituras dos fenômenos naturais.

Diante de tais modificações, os pescadores precisaram se adaptar para continuar exercendo o ofício sem, no entanto, conseguir elaborar novos costumes, pelo fato de o rio estar em constantes mudanças. Nas palavras do pescador José Cardoso: “[...] um dia o rio cresce, no outro dia o rio abaixa, no dia que está abaixando, torna, torna a encher e desregula o peixe, desregula o rio todo [...]”¹⁹.

Juntamente com as mudanças em seu modo de trabalhar, os pescadores também vivem mudanças significativas em seu modo de viver. Antes, não havia a preocupação se iriam ou não conseguir seu sustento, pela certeza que tinham de encontrar no rio a produção necessária para sua sobrevivência. Hoje, devido ao fato de a produção de peixes ter diminuído consideravelmente, os pescadores precisam trabalhar bem mais que em tempos anteriores. Além disso, necessitam se deslocar para diversos lugares, a uma distância bem maior do que estavam acostumados a percorrer em busca do pescado. Isso faz com que fiquem bem menos tempo com suas famílias, já que ocupam mais tempo com o trabalho. Além disso, necessitam desenvolver outras atividades, como forma de complementar suas rendas, como veremos no terceiro capítulo.

¹⁹ José Cardoso dos Santos.

Outro problema apontado pelos pescadores é o fato de a Itaipu, todos os anos, na época da desova (a chamada piracema, entre os meses de novembro a fevereiro), rebaixar o nível do lago. O rebaixamento do lago acontece devido o fechamento das comportas da Usina de Itaipu, para que seja possível um aumento na produção de energia. Isso faz com que haja uma queda no estoque pesqueiro, uma vez que o nível baixo do lago dificulta a desova dos peixes e compromete a sua produção futura. Em decorrência disso, formam-se muitas lagoas que acabam secando, e matando matrizes, sem considerar a perda de grande quantidade de moluscos que servem de alimentos para várias espécies de peixes.

Os danos sofridos pelos pescadores não se restringem, porém, apenas à Hidrelétrica de Itaipu. Outro problema se relaciona às explosões, efetuadas a partir de 1996, para a abertura de um canal de navegação no Rio Paraná. Nesse período já havia sido iniciada a construção da Ponte Ayrton Senna²⁰, que atualmente liga Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS). A construção da ponte teve início em 1985, e só foi inaugurada no final do ano de 1998. Para a construção da ponte o recurso utilizado foi o de escavação das rochas, e não explosões, compreendendo cerca de 263 m³ de rochas escavadas²¹. Por outro lado, para que houvesse a construção do canal de navegação, foram necessárias as explosões em todo o percurso do canal, e na área localizada abaixo da ponte devido à necessidade de aumentar a profundidade do rio Paraná.

Nesse sentido, o canal de navegação foi construído para permitir a navegação no Rio Paraná, e a conclusão da Ponte Ayrton Senna. A ponte só foi concluída após a abertura do canal de navegação, tendo em vista que a aposta do município em alavancar o “desenvolvimento” econômico da cidade estava alicerçada na implantação de um porto intermodal de cargas, que consiste na utilização de dois ou mais meios de transportes de carga. No caso de Guaíra, o porto intermodal foi pensado a partir da construção da ponte, do canal de navegação (hidrovia) e da extensão da Ferroeste, ainda em discussão.

Aqui não se considera que o discurso oficial relacionado a “progresso” e a “desenvolvimento”, propagado no município, tenha como objetivo beneficiar a todos

²⁰ A construção da Ponte Ayrton Senna teve três fases: a primeira fase já de 1985 a 1990 pela Eletrosul. Em 1994, o governo do Paraná assumiu o compromisso de conclusão da obra. Em 1995 a obra foi novamente interrompida. Nesse período a obra foi suspensa porque a Marinha suspendeu a licença das obras por falta de cumprimento de exigências legais. Outro problema que era decisivo para a continuação da ponte era a decisão sobre a realização do canal de navegação e a definição de onde o canal seria construído para permitir a passagem de embarcações abaixo da ponte. A realização do canal de navegação exigia que a construção dos pilares da ponte tivesse uma maior altura e largura. Por isso não era viável o término da ponte antes da decisão sobre a realização do canal de navegação. Em 1996 novamente tiveram reinício as obras da ponte, que foi inaugurada em 1998.

²¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte_ayrton_senna>. Acesso em: 28 abr. 2011.

igualmente, como ele se apresenta, como podemos observar na fala do prefeito Manuel Kuba ao referir-se ao projeto da plataforma logística: “Num futuro próximo, espero, Guaira terá sua importância reconhecida nacional e internacionalmente, já que o projeto pretende uma aliança com países do Mercosul, começando pelo Paraguai”²². Ao contrário, é na contramão desse discurso que pretendemos trabalhar, desnaturalizando o sentido de “desenvolvimento” e de “progresso”, que pretende englobar a todos, quando, na verdade, beneficia uma minoria. Por isso, quando nos referirmos aos termos “desenvolvimento” econômico e “progresso”, no decorrer deste trabalho, é a esse sentido de desenvolvimento que estaremos nos referindo.

A construção do canal de navegação, além de possibilitar a navegabilidade, foi realizada como forma de integrar a rede Hidrográfica Tietê – Paraná²³, uma hidrovia que ligasse o estado do Paraná ao estado de São Paulo. As explosões efetuadas para a abertura do canal de navegação foram responsáveis diretas pela contaminação e mortalidade de 80%²⁴ dos peixes através de substâncias químicas presentes nas dinamites utilizadas para as explosões no lago.

O órgão responsável pelas explosões no lago foi o Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Essas explosões foram efetuadas para que fosse possível a abertura de um canal de navegação no Rio Paraná, tendo como objetivo o transporte fluvial que ligasse as regiões Sul e Sudeste de modo a interligar outras regiões. Esse objetivo fazia com que se justificasse qualquer espécie de obra no Rio Paraná, cuja intenção era a constituição de uma rede que integrasse o transporte ferroviário (Ferroeste) e o transporte viário (com a conclusão da Ponte Ayrton Senna).

A obra de abertura do canal de navegação foi denominada “derrocamento” e consistiu na quebra de pedras situadas no fundo do rio, a fim de aumentar a capacidade de transporte, com o objetivo de tornar o Rio Paraná navegável. O local onde foi realizado o derrocamento encontra-se próximo à cidade de Guaira. O canal de navegação está abaixo da Ponte Ayrton Senna e 1.400 m acima do local, que compreendia o primeiro salto das Sete Quedas. A área derrocada compreende aproximadamente 80 m de largura e 1400 m de

²² Informações disponíveis em: <<http://www.guaira.pr.gov.br/?pg=noticia&id=1768>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

²³ A Hidrovia Tietê-Paraná é uma via de navegação situada entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, que permite a navegação e, conseqüentemente, o transporte de cargas e de passageiros ao longo dos Rios Paraná e Tietê. É uma via utilizada para o escoamento da produção agrícola dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e parte de Rondônia, Tocantins e Minas Gerais. Informações disponíveis no site: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/hidrovia>>. Acesso em: 2 maio 2011.

²⁴ Jornal Ilha Grande, 19/7/1998, p. 1

comprimento, com profundidade média de 2,5 m²⁵. O trabalho de derrocamento teve uma duração de três meses. Para durante esse período (que inclui a piracema), o DER conseguiu uma licença ambiental para executar as explosões e as obras.

Mesmo assim, no entanto, o canal de navegação, por mais que tenha sido aposta do município para alavancar o “desenvolvimento econômico” da cidade, não vem permitindo a concretização do objetivo para o qual foi construído, que é a navegação de grandes embarcações. O canal de navegação liga Guaíra a Foz do Iguaçu e, segundo informações dos próprios pescadores, ele é utilizado no transporte da produção de soja do Paraguai até São Paulo, e de areia de Guaíra até Foz do Iguaçu. A intenção, no entanto, é ampliar esse canal, construindo uma hidrovia que ligue o estado do Paraná ao estado de São Paulo, denominada de Hidrovia Paraná – Tietê.

Por esse motivo, as autoridades locais desconsideram os equívocos presentes na construção do canal, e seus efeitos devastadores sobre a atividade da pesca local, e seguem interessados no cumprimento da promessa de “progresso”. Para isso, estimulam e consentem numa ampliação do canal de navegação, com o intuito de proporcionar a navegação de maiores embarcações, o que acarretará mais explosões no Rio Paraná e, conseqüentemente, maiores danos sobre a atividade pesqueira.

De acordo com o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), a Hidrovia²⁶ precisa ter sua profundidade ampliada para que as embarcações trafeguem com segurança. Segundo o DNIT, em toda a Hidrovia, o problema maior está na região de Guaíra: “Seu ponto crítico está localizado exatamente no município de Guaíra, onde os barcos chegam a ficar parados até duas semanas quando o nível de água fica muito baixo”²⁷.

O canal de navegação é apresentado no discurso oficial presente no *site* da cidade como uma importante contribuição para o “desenvolvimento da economia local”, uma vez que havia a expectativa de garantir o transporte de pelo menos 90%²⁸ da produção de grãos do município para o mercado paulista, apesar de a informação presente no *site* da prefeitura considerar o canal já existente ser responsável pelo escoamento de 90% da produção:

²⁵ Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

²⁶ A hidrovia à qual se refere o DNIT diz respeito ao canal de navegação já aberto no Rio Paraná. Em várias reportagens analisadas, esse canal já aparece como sendo a hidrovia. No entanto a hidrovia que possibilitaria o acesso ao Estado de São Paulo vem sendo discutida desde 2011.

²⁷ Disponível em: <www.dnit.gov.br/noticias/pedraiguairaexplosao>. Acesso em: 29 ago. 2006.

²⁸ Disponível em: <www.guaira.pr.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2006.

O rio Paraná, na economia de Guaíra, é de capital importância, pois é através dele que a navegação fluvial transporta para o Estado de São Paulo 90% da produção do Município. Apesar de épocas em que a navegação fluvial torna-se difícil (estiagem, quando o transporte de cargas é reduzido em média dois terços em períodos trimestrais), este tem sido o meio mais regular de exportação de produtos, concorrendo vantajosamente com as rodovias pavimentadas que demandam ao Porto de Paranaguá²⁹.

Por esse motivo, o debate em torno da ampliação do canal de navegação continua. O projeto de abertura do canal de navegação foi um projeto do governo do estado do Paraná, e do governo federal em parceria com o município de Guaíra. E o projeto referente à ampliação do canal de navegação, para a construção da Hidrovia, também é um projeto do governo estadual do Paraná em parceria com o município de Guaíra e está inserido no programa PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)³⁰ do governo federal. De acordo com informações presentes no *site* do DNIT:

O objetivo da obra, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, é ampliar o calado das embarcações e o período de operação da hidrovia Paraná-Tietê, facilitando o transporte de cargas originárias do Paraguai, Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná até São Paulo, de onde são exportadas via porto de Santos³¹.

Pelas informações do DNIT, o programa PAC, em sua segunda fase, tem como proposta continuar o ciclo de “crescimento” do país através da proposta de investimento de R\$1, 59 trilhão em todo o país em várias obras, dentre elas:

A consolidação e ampliação da rede logística, com interligação dos diversos modais, com o objetivo de garantir a qualidade dos transportes e a segurança dos usuários. (...) No modal aquaviário, serão realizados diversos estudos hidroviários na região amazônica além da dragagem, derrocamento e sinalização das hidrovias: do Paraguai, Paraná-Tietê, São Francisco e Tocantins³².

Em 2008, a Secretaria de Planejamento e Coordenação de Guaíra, em parceria com o Estado do Paraná, vem estudando a possibilidade de implantação de uma plataforma logística na cidade, cuja obra prevê:

²⁹ Disponível em: <www.guaira.pr.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2006.

³⁰ O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento é um programa que foi criado durante o governo Lula. Atualmente o programa está em sua segunda fase – o PAC 2 – no governo Dilma Rouseff. De acordo com a presidente quando ainda era ministra-chefe da Casa Civil: “O PAC não é uma sigla, uma cifra ou uma lista de obras. Ele é, sobretudo, uma realização humana e a transformação do dinheiro público em qualidade de vida para todos os brasileiros”. Informações retiradas do *site* do DNIT: <www.dnit.gov.br>. Acesso em: 2 maio 2011.

³¹ Disponível em: <www.dnit.gov.br/noticias/pedraisguairaexplosão>. Acesso em: 19 jul. 2006.

³² Disponível em: <www.dnit.gov.br>. Acesso em: 2 maio 2011.

A implantação dos modais aéreo, hidroviário, rodoviário e ferroviário em Guaíra. (...) Para tornar viável a implantação desses equipamentos, foram construídos os pactos de desenvolvimento territorial dos Eixos Multifuncionais e Multimodais Guaíra-Cascavel e Guaíra – Apucarana. Durante a solenidade realizada no último dia 30 de abril em Guaíra, o Governador Roberto Requião assinou a adesão do governo estadual aos pactos... (...) Muitas ações estão sendo desenvolvidas para a consolidação deste projeto: o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a AHRANA Administradora da Hidrovia Paraná-Tietê, através da Universidade Federal do Estado do Paraná, estão elaborando o estudo ambiental para as obras de aprofundamento do calado de navegação no trecho Guaíra-Porto Primavera. As próximas ações em 2009, além da participação do Município de Guaíra na agenda dos Pactos e do termo de Cooperação com o Estado, referem-se à continuidade de negociação com os investidores interessados, ao início dos projetos de engenharia, dos estudos para o licenciamento ambiental e da regularização do domínio das áreas públicas na região prevista para a localização da Plataforma, onde inclusive o Município recebeu por doação área de 79 mil metros quadrados da Companhia Mate Laranjeira³³.

Para a ampliação da hidrovia, o município de Guaíra concedeu o uso de um terreno municipal próximo ao lago de Itaipu para que a empresa AHRANA – (Administração das Hidrovias do Paraná), responsável pelo projeto de ampliação da hidrovia, instale no município sua sede para facilitar a realização da obra. Durante o encontro, quando ocorreu o repasse do terreno, o prefeito no poder em 2011 demonstrou sua posição quanto à realização da obra: “A hidrovia Paraná – Tietê será em breve uma realidade e nós temos que dar condições de trabalho à Ahrana, parceria nessa empreitada. A área que estamos cedendo fica no Centro Náutico Marinas, um ponto estratégico para os interesses do órgão”³⁴. Embora, no entanto, a realização da obra esteja sendo noticiada como certa, ainda está sob o poder judicial a decisão sobre o licenciamento ambiental, para que possa ser realizada, como veremos adiante.

Em uma reportagem presente no *site* da cidade³⁵, referente a uma reunião para discussão da expansão do canal de navegação, políticos, empresários locais, a Marinha e o superintendente da administração da AHRANA se reuniram e, na ocasião, o superintendente deixou claros os objetivos que possuem acerca da questão, o que, sem dúvida, também vai ao encontro dos interesses dos poderes locais, de alavancar o “desenvolvimento” do município, nem que para isso tenham que sacrificar alguma coisa,

³³ Relatório da Administração 2005/2008. Guaíra/PR, p. 30.

³⁴ Disponível em: <<http://www.guaira.pr.gov.br/index.php?pg=noticia&id=1742>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

³⁵ Disponível em: <www.guaira.pr.gov.br>. Acesso em: 1º set. 2010.

como a pesca, por exemplo: “Se todos os investimentos forem feitos, nos próximos anos teremos um dos mais complexos sistemas hidroviários da América Latina”³⁶.

Para a concretização desse objetivo, tanto a AHRANA quanto os poderes locais, juntamente com os governos estadual e federal, idealizaram uma obra que possibilite uma maior movimentação de cargas e o desenvolvimento do município e do estado do Paraná:

Para que a hidrovía idealizada se torne realidade são necessários vários investimentos. No trecho compreendido no Lago de Itaipu, por exemplo, será preciso aumentar a profundidade do canal (através do derrocamento) e também fazer reparos na Ponte Ayrton Senna (retirada de dois pilares para o alargamento do canal). Atualmente, a hidrovía Paraná – Tietê está operando com 42% de sua capacidade de transporte. Apesar da crise financeira internacional e da retração da economia o transporte de cargas no ano de 2009 teve um aumento de 0,5% em comparação ao ano de 2008, o que é um índice considerado positivo para o transporte hidroviário. Quando as obras estiverem prontas, a região tem potencial para aumentar a movimentação de cargas de 5 milhões de toneladas para 19 milhões³⁷.

Contando com o apoio da Marinha, empresários e poderes locais, imaginamos que esse projeto proposto pela AHRANA (Administração das Hidrovias do Paraná), com certeza não encontrará obstáculo, da mesma forma como não encontrou obstáculo o derrocamento anterior. Até mesmo porque, nas palavras do prefeito Manoel Kuba: “A hidrovía é um antigo sonho guaireense. Precisamos mostrar interesses político e torcer para que os investimentos sejam feitos. O Brasil precisa investir em logística e Guaíra estará preparada para ajudar no crescimento e no fortalecimento do setor”³⁸.

Tendo total apoio do prefeito da cidade, o superintendente da AHRANA Antônio Badih teceu seus argumentos, e falou da importância que Guaíra terá caso o projeto seja realizado:

A hidrovía não substituirá o ramal rodoviário nem vai embargar o crescimento ferroviário. O que precisamos é de um coerente anel hidrorodo-ferroviário. Mas não podemos deixar de vislumbrar nosso potencial hidroviário, especialmente nesse trecho Paraná – Tietê. O modal hidroviário polui menos, não desmata, é barato e precisa ser mais explorado no Brasil. Guaíra tem vocação e está bem localizada. Por isso, vejo que a hidrovía trará progresso para a cidade, pois estamos falando também em geração de empregos. Nossa missão agora é provar para o produtor que a hidrovía é um meio seguro, ágil e barato. Fora o

³⁶ A AHRANA – Administração das Hidrovias do Paraná é uma Empresa Pública vinculada ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) do Ministério dos Transportes (MT) e órgão também subordinado à Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR), tem como área de jurisdição “a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, inclusive a do Rio Paraguai, assim como as bacias hidrográficas costeiras situadas entre as divisas do Estado do Espírito Santo com o Rio de Janeiro e a do Estado do Paraná com Santa Catarina”, segundo a Resolução nº 4, de 9/7/2002. Informações disponíveis em: <www.codomar.com.br>. Acesso em: 19 abr. 2011.

³⁷ Disponível em: <www.guaíra.pr.gov.br>. Acesso em: 1º set. 2011.

³⁸ Idem.

escoamento de grãos, temos boas perspectivas com o etanol. A Petrobrás tem feito grandes investimentos e, segundo especialistas, estima-se que em 2020 a produção de biocombustíveis alcance 60 milhões de metros cúbicos. O mercado interno deverá consumir menos de 50 milhões, sendo o restante para exportação. É muita coisa. Pode apostar que a hidrovía será uma grande alternativa para o transporte desses produtos³⁹.

Compromissada com o projeto, a empresa AHRANA o justifica dizendo que os outros interesses do município não serão afetados. Além da hidrovía, os poderes locais e o governo do Estado do Paraná discutem, há algum tempo, a possibilidade de uma extensão da Ferroeste. Nesse sentido, a AHRANA busca, em seu discurso, colocar os dois projetos como aqueles que possibilitarão ao município um coerente anel hidro-rod-ferroviário, ou seja, a ligação entre os Estados através da ponte via hidrovía e via ferroviária.

Ocorre, no entanto, que, ao privilegiar o potencial hidroviário da cidade, e os supostos “benefícios” que a obra traria, todos com o intuito de alcançar o “progresso” do município, não são levadas em conta as consequências que tal projeto causaria ao meio aquático. Os pescadores também não são lembrados nos cálculos feitos pelo superintendente. Essa questão fica ocultada pelas promessas de “progresso” e pelas projeções econômicas feitas em relação ao futuro próximo.

O derrocamento alterou o fundo do Rio Paraná e impossibilitou a reprodução de cascudos naquela região, devido à modificação do hábitat natural da espécie. Além disso, os poucos peixes restantes dessa espécie foram contaminados por substâncias químicas, tornando impróprio seu consumo e, com isso, sua comercialização. Segundo a Universidade Estadual de Maringá⁴⁰, que mantém um grupo de pesquisa em Guaíra desde 1987, o NUPELIA (Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura), foi constatado, em seus estudos, que os poucos cascudos existentes estão contaminados por substâncias químicas, e apresentam uma carne gelatinosa, diferente da qualidade de outrora.

Quanto a esse fato, o discurso oficial do DER não nega e nem esconde os danos que o derrocamento causou, e que ainda pode vir a causar, como podemos observar na seguinte reportagem:

[...] estão sendo realizados, sob responsabilidade da UFPR, os estudos ambientais para a obtenção da Licença de Instalação, a ser emitida pelo Ibama. Na reunião desta semana, representantes do órgão ambiental e da UFPR

³⁹ Disponível em: <www.guaíra.pr.gov.br>. Acesso em: 1º set. 2011.

⁴⁰ Disponível em: <www.rioparanazão.com.br>. Acesso em: 18 out. 2009.

destacaram que a maior preocupação é com a preservação da ictiofauna, especificamente do *habitat* do peixe cascudo, existente na área dos pedrais⁴¹.

De resto, fica evidente, na documentação analisada, que os pescadores não são relacionados nos registros feitos pelos grupos envolvidos diretamente nesses empreendimentos, particularmente a prefeitura de Guaíra, o DNIT, o DER/PR e a AHRANA. Os “interesses” alegados por esses agentes referem-se a uma lógica que mobiliza recursos para, principalmente, o trânsito de mercadorias agrícolas (*commodities*). Mesmo os estudos realizados por profissionais da Universidade Estadual de Maringá, cujos resultados indicaram prejuízos para os cardumes que povoavam o Rio Paraná na localidade de Guaíra (fato que certamente repercutiu entre os pescadores), emitiram relatórios que alertavam sobre o desaparecimento de espécies e não dos pescadores. Suas preocupações estiveram articuladas a questões ambientais e não à pesca profissional e às dezenas de famílias que viviam da atividade.

1.2 Os Pescadores na Visão da Imprensa Local: a luta contra o derrocamento

Pela pesquisa nos jornais locais foi possível perceber que a formação do lago e o derrocamento, durante a construção da Ponte Ayrton Senna, foram fatos bastante noticiados pela imprensa. Por isso, além de mapearmos pela imprensa a organização dos pescadores enquanto movimento, buscamos identificar, nas reportagens, como a imprensa local abordou e noticiou tais fatos. Buscamos, ainda, discutir como a pesca, os próprios pescadores e suas demandas foram apresentados nas reportagens. Trata-se de perceber de que forma a questão dos pescadores estava sendo noticiada na imprensa frente aos possíveis danos que tais obras viessem a causar.

⁴¹ Disponível em: <www.rioparanazão.com.br>. Acesso em: 18 out. 2009.

A pesquisa foi realizada em dois jornais locais, o Jornal Ilha Grande⁴², e o Jornal Rio Paranazão⁴³. Como o Jornal Ilha Grande foi fundado anteriormente ao jornal Rio Paranazão, trabalhamos as questões relacionadas à formação do lago a partir do primeiro jornal.

Primeiramente, nas reportagens relacionadas à formação do lago, a imprensa não ocultou os possíveis danos que o desaparecimento das Sete Quedas causaria no meio ambiente, embora tenha feito silêncio no período sobre os desdobramentos de tais danos sobre os pescadores. Tais desdobramentos só viriam a aparecer em 1986, como veremos mais adiante. Naquele momento, os pescadores estavam invisíveis para a imprensa.

Por meio de reportagem do Jornal Ilha Grande veiculada no dia 16 de outubro de 1982, portanto antes da formação do lago de Itaipu, podemos perceber como o próprio responsável pelo departamento do meio ambiente da Itaipu se pronunciou em torno da questão das alterações ambientais que o Rio Paraná poderia sofrer: “A formação de reservatórios vai provocar mudanças muito importantes no meio ambiente biológico. O represamento do rio vai alterar o hábitat dos peixes, das aves e dos animais terrestres e desequilibrar toda a cadeia alimentar existente hoje na região”⁴⁴.

⁴² O **Jornal Ilha Grande** foi fundado em 12/4/1980, tendo como diretor fundador Benedito da Silva Eloy, na época favorável ao partido político da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e como diretor Celestino Antônio Folleto. Nesse período, o Jornal Ilha Grande possuía uma tiragem de 1000 exemplares semanais e era impresso pela Editora Ourinhos Ltda., de São Paulo. Atualmente, o Jornal Ilha Grande permanece com o mesmo número de tiragens semanais (1000 exemplares), tendo como proprietário o ex-diretor Celestino Folleto. O Jornal é editado na residência do proprietário, Rua Shingiro Matsuyama, Centro, Guaíra/PR e impresso pela Gráfica Gazeta do Povo. De 1989 a 1996, a esposa de Celestino (proprietário do jornal), Suemy Aparecida Eloy Foletto, ocupou o cargo de vereadora de Guaíra pelo partido PDS (Partido Progressista do Brasil), cujas origens estão ligadas à ditadura militar quando surgiu a ARENA.

⁴³ O **Jornal Rio Paranazão** foi fundado em 13/11/1996, tendo como diretores fundadores Fábio Brito dos Santos e Silmara Brito dos Santos e, como diretores responsáveis, Ademir Brito dos Santos e Antonia Zulmira dos Santos, de Mundo Novo/MS. Nesse período, o nome do Jornal era “O Paranazão” e possuía uma tiragem de 2.200 exemplares semanais e era impresso pela Editora Arquipélago. Em 2003, o Jornal passa a ter um proprietário de Guaíra, Fabian Vendrusculo, tendo como diretor Douglas R. da Silva, Editor Luiz Antonio Pratti, Conselho Editorial Fabian P. Vendrusculo, Waldomiro Brischiliaw e Heraldo Trento (empresários e políticos locais), e chamado de “Rio Paranazão”. O projeto gráfico era de responsabilidade da gráfica Lex, de propriedade de Ermínio Vendrusculo (pai de Fabian) e a impressão por conta do Jornal Umuarama Ilustrado. De 2004 a 2007, o jornal continuou de propriedade de Fabian P. Vendrusculo, no entanto nas edições informava-se apenas os nomes dos editores. Isso pode ser explicado pelo fato de que 2004 foi um ano eleitoral e Fabian foi candidato a prefeito pelo PT, vencendo as eleições. Fabian governou Guaíra no período de 1998 a 2001, quando foi vereador pelo PFL, e de 2004 a 2008 como prefeito. Durante todo o período de seu mandato como prefeito, o jornal não expunha o nome do proprietário (no entanto era o prefeito). A impressão, que antes era feita pela Gráfica Lex, passa a ser feita pela Gazeta do Povo. Em 2008, quando Fabian deixa o mandato, ele vende o jornal para Tiago Tsuneto. Atualmente, o jornal possui uma tiragem de 2.000 exemplares semanais. A impressão é feita pela Gazeta do Povo e o jornal é mantido com recursos provenientes de assinaturas e de patrocínios de empresas e do comércio local. O jornal é editado num escritório localizado na área central da cidade de Guaíra/PR.

⁴⁴ Jornal Ilha Grande, 16/10/1982, p. 7.

Para além da contradição, do responsável do meio ambiente de Itaipu, em reconhecer os danos devidos ao represamento do lago, aqui é necessário perceber a natureza de sua preocupação. Os sujeitos na reportagem são os peixes, as aves e os animais terrestres. Os pescadores permanecem invisíveis ao representante de Itaipu e ao jornal. Os danos que os pescadores poderiam sofrer, com a formação do lago, não foram mencionados em nenhum momento da reportagem. Dessa forma, a natureza e os animais se colocaram como fatores de preocupação, deixando de lado o elemento humano.

Embora essa preocupação tenha sido noticiada, o represamento aconteceu da mesma forma. Em 1986, portanto quatro anos após a formação do lago, inicia na imprensa uma denúncia de diminuição da pesca no reservatório. Essa diminuição de peixes não foi, no entanto, atribuída à Itaipu, mas à pesca predatória:

O rio Paraná que sempre teve peixes, hoje está se tornando um rio sem peixes. Isso não é tanto pela poluição dos afluentes que trazem venenos das lavouras, como da pesca depravadora. Os peixes, matrizes, estão sendo pescados sem escrúpulos, destruindo milhões de ovos que em poucos meses teríamos mais fartura nos nossos rios. A Sudep proíbe campeonatos ou torneios de pesca a partir do mês de outubro até janeiro, mas a pesca feita por profissionais ou amadores ou mesmo a pesca feita por lazer não é proibida. Não sabemos o por que dessas leis que querem fazer muito mas não fazem nada, continua tudo na mesma....O governo deverá tomar medidas lógicas para que a nossa fama dos rios desapareça (não desapareça) tão cedo que precisamos importar mais carne de peixe do que petróleo. Tomamos o exemplo do III torneio de Pesca Itaipu realizado há poucos dias. No I torneio foram poucas equipes, umas 40, foi pescado em torno de 700 quilos. No I (II) torneio baixou para 540 quilos com 73 equipes. Neste ano o III torneio com 80 equipes, pescou-se 249 quilos. É normal ouvir dos pescadores a grande dificuldade da pesca. Os peixes estão se terminando. Não vemos medidas algumas da Sudep para proteger a desova dos peixes. Os pescadores profissionais também não podem sofrer danos. Mas o governo poderá muito bem ocupá-los os 3 ou 4 meses da reprodução dos peixes⁴⁵.

Nesse período, a diminuição da pesca foi atribuída à pesca predatória, pelo fato de que o órgão responsável, a Sudepe⁴⁶ (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), não exigia que a pesca fosse interrompida no período da piracema.

⁴⁵ Jornal Ilha Grande, 12/6/1986, p. 1.

⁴⁶ A Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) foi criada em 1960, num momento em que as políticas do Estado brasileiro caminhavam para a “modernização” e industrialização da pesca, através de uma política de fomento e subsídio para a criação de uma pesca empresarial e industrial no país. Após vinte anos de incentivos, os estoques explorados passaram a declinar e, no final dos anos 80, a Sudepe é extinta e as políticas federais voltadas à atividade pesqueira passaram a ser realizadas no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – CARDOSO, Eduardo Schiavone. Trabalho e Pesca: Apontamentos para a investigação. Depto. De Geociências – CCNE/UFSM. Pós-doutorando – Geografia – FCT – Unesp. Revista Pegada – Vol. 10, nº 2, p. 3. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/A02.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

O que, porém, nos interessa observar é que em 1986 a imprensa começou a noticiar a diminuição da pesca no Rio Paraná. Embora culpabilizando a Sudepe, existe a possibilidade de que, aliada a essa questão, a formação do lago tenha contribuído significativamente para o início dessa diminuição da pesca, sem, no entanto, ser noticiada. Pela reportagem, percebemos que a denúncia possivelmente tenha partido de alguém ou setor ligado à prática da pesca amadora, tendo em vista que, para exemplificar a diminuição da pesca, o exemplo dado foram os torneios de pesca realizados no município. Nesse sentido, a pesca amadora e os torneios realizados foram noticiados como o centro da preocupação em relação à diminuição do pescado, demonstrando, ainda que timidamente, uma preocupação com os pescadores, caso o governo viesse a determinar o fechamento da pesca na época da piracema. Entretanto, a alternativa proposta não era o seguro desemprego, mas alguma “ocupação” aos trabalhadores.

Ainda em 1986, pela primeira vez foram noticiadas, no jornal Ilha Grande, algumas reivindicações por parte dos pescadores, mas não em relação à diminuição da pesca, e sim reivindicações de outra natureza, feitas pelo presidente da colônia, Devaldir Capatti, como melhorias aos associados com mais de 60 anos, para que tivessem isenção de anuidade (mensalidade paga anualmente à colônia), documentação gratuita (carteira de pescador), liberação do mercado de peixes para o funcionamento da colônia, e casas aos ilhéus e pescadores que residiam no bairro BNH3 em condições precárias⁴⁷. Ou seja, é a primeira vez que o jornal dá visibilidade aos pescadores na imprensa, porém isso não significa que fosse a primeira vez que os pescadores estivessem reivindicando alguma coisa.

Quanto aos danos ambientais noticiados em 1982, eles retornam nove anos depois da primeira reportagem do Jornal Ilha Grande, mas com outro caráter. Os pescadores, que antes não apareciam como sujeitos, foram noticiados na reportagem, ainda que em segundo plano. Escrita por Ernst Mann, engenheiro, que tecia várias críticas à Itaipu, a reportagem trazia por título: “O meio ambiente e o lago de Itaipu”:

Itaipu está se preocupando agora com a preservação dos peixes no lago de Itaipu e os prejudicados são os pescadores, que apesar de receberem moradias boas da Eletrosul em troca das suas cabaninhas na beira do rio Paraná, hoje são os mais atingidos pelo desaparecimento das Sete Quedas⁴⁸.

⁴⁷ Jornal Ilha Grande, 8/3/1986, p. 1.

⁴⁸ Jornal Ilha Grande. 12/3/1989, p. 1.

Em primeiro lugar, são os peixes novamente que são noticiados como sujeitos. Quanto aos pescadores, Ernst é quem fala por eles, avaliando que as moradias “boas da Eletrosul” recebidas “em troca das suas cabaninhas na beira do rio Paraná” não teriam sido um bom negócio. De qualquer modo, o registro feito sobre os pescadores indicava a aproximação de mudanças na vida de quem vivia dos peixes daquele rio.

Pela pesquisa, pudemos perceber que, em 1980, o jornal já noticiava as obras que a Itaipu se encarregaria de realizar na cidade, como forma de reparar a perda que Guaíra iria ter com as Sete Quedas, como possibilitar vias de acesso à cidade, reerguer pontes, recuperação de estradas situadas na área a ser inundada, etc. Noticiava, ainda, as solicitações que o então prefeito Kurt fazia à Itaipu, em relação a projetos urbanísticos a fim de explorar turisticamente o lago, e qual seria a posição da Itaipu em relação às famílias atingidas com a inundação nas áreas próximas à formação do lago:

Em referência às famílias residentes no eixo a ser tomado pela obra, terão suas devidas indenizações. A Itaipu se oferece como intermediária para aquisições de novas terras, os interessados podem procurar informações em seus escritórios: Guaíra ou em Foz. Essas terras são oferecidas com um preço acessível, nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Acre, Rondônia e também na região de Arapotí, no Estado do Paraná. O interesse da empresa é fixar essas famílias no Estado, mas respeitará a preferência de cada família. Servindo de intermediária nas negociações de Terra, a Itaipu espera colaborar com a fixação do homem à lavoura, evitando desta forma o êxodo rural⁴⁹.

À boa vontade da Itaipu, porém, não oculta o fato de que a empresa intermediava a aquisição de terras em outras regiões, devido ao baixo valor das indenizações às famílias que residiam nas regiões alagadas, o que, por sua vez, não possibilitava o acesso a novas terras na mesma região. Assim, portanto, para essas famílias, o acesso à terra em outras regiões do Paraná nem de longe pode ser considerado uma questão de respeito por parte da Itaipu, nem de preferência dessas famílias, e sim uma questão de necessidade, por não terem condições de adquirirem novas terras.

Após a formação do lago, é possível notar, nas reportagens do jornal Ilha Grande, que eram constantes as reuniões entre a Itaipu e a prefeitura de Guaíra. Nessas reuniões, a prefeitura reivindicava projetos de melhorias para o município à Itaipu e essa se comprometia em realizá-los. Em uma dessas reuniões, a prefeitura discutiu com a Itaipu uma proposta de uso e ocupação da área de domínio da Itaipu, na área urbana da cidade, para delimitar onde se efetivariam as obras em cada setor que as necessitasse, como área de uso para recreação e lazer, estaleiros e indústrias navais, Parque Municipal e Terminal

⁴⁹ Jornal Ilha Grande, 13/4/1980, p. 7.

pesqueiro, entre outros. Na ocasião, um dos setores contemplados foi a pesca, com a proposta de um terminal pesqueiro: “Foi aprovado a viabilidade de implantação de um terminal pesqueiro (armazenagem e congelamento do pescado) em áreas de domínio da Itaipu localizado na Foz do Córrego Corumbeí: a Prefeitura Municipal de Guaíra irá formalizar o pedido”⁵⁰.

Embora a reportagem não informe por quem o projeto foi aprovado e a quem a prefeitura formalizaria o pedido. O terminal pesqueiro pode ser entendido pela obra de adequação dos pontos de pesca realizada pela Itaipu em 2009. Desde a promessa de construção do terminal, vemos, portanto, que é recente sua tentativa de construção pela Itaipu, ao contrário de outros projetos, como a implantação do terminal turístico – Marina, local onde hoje é realizada anualmente a Festa das Nações que ocorre já há 33 anos. Ocorre, porém, que, de acordo com os pescadores, tal projeto de terminal não consiste em melhorias para a realização do trabalho na pesca, como veremos no segundo capítulo.

Pela pesquisa, verifica-se que o poder municipal se colocava no direito de reivindicar melhorias para a cidade devido à perda das Sete Quedas. Nesse período eram comuns reportagens sobre reivindicações em que a Itaipu se apresentava solidária a Guaíra, como na seguinte reportagem: “Itaipu: tudo o que for possível para Guaíra”⁵¹, embora muitas das reivindicações fossem feitas por diversas administrações. Quanto aos pescadores, nota-se que, até 1985, as questões relacionadas aos pescadores, como, por exemplo, a promessa de construção do terminal pesqueiro, aparecem como reivindicação do poder municipal em parceria com a Itaipu, e não pelos pescadores.

Após 1986, quando nos deparamos com as primeiras reivindicações feitas pelo presidente da colônia aos pescadores, só em 1989 é que os pescadores foram novamente noticiados, em uma reportagem sobre a audiência pública sobre o derrocamento, em que os pescadores se colocaram contrários à realização da obra.

Nesse período, percebemos, através da pesquisa na imprensa, a constituição dos pescadores enquanto sujeitos coletivos, ou seja, aqueles que se organizaram a fim de impedir algo que os prejudicaria. Não desconsideramos, porém, as possíveis lutas e práticas sociais dos pescadores antes de 1989. O fato é que não há fontes escritas antes desse período que evidenciem alguma forma coletiva de luta dos pescadores. Nesse contexto, as mudanças em relação à forma como os pescadores eram noticiados ficaram

⁵⁰ Jornal Ilha Grande, 26/3/1983, p. 1.

⁵¹ Jornal Ilha Grande, 17/8/1985, p. 1.

mais evidentes quando analisamos as reportagens noticiadas sobre o derrocamento durante a construção da Ponte Ayrton Senna.

Da mesma forma que a formação do lago, o derrocamento também mereceu destaque do jornal da cidade já no ano de 1988. Nesse ano, o jornal noticiou a primeira reportagem sobre o derrocamento com a seguinte frase: “Derrocamento, quem será o responsável”⁵². A reportagem referia-se à posição de um vereador da cidade, Itacy Marques, contrário à obra de derrocamento.

Já em 1989 ocorreu a primeira audiência pública sobre o derrocamento. A reportagem trazia por título “Guaíra diz não ao derrocamento” e noticiou a posição dos diversos setores da sociedade contrários à realização da obra, como o prefeito, vereadores, associação comercial e industrial de Guaíra e os pescadores. A audiência pública sobre o derrocamento foi presidida pela SUREHMA⁵³ (Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente). De acordo com informações noticiadas no Jornal Ilha Grande, os políticos locais no período, como também outros segmentos, eram contrários ao derrocamento:

Na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Guaíra na sexta-feira (1/09/89), à noite, pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), a comunidade guairense acabou se posicionando totalmente contrária ao derrocamento no Rio Paraná, defendido pela Portobrás para permitir a navegabilidade de grandes embarcações nesta área. No entanto, os diversos segmentos de Guaíra que participaram da audiência propuseram como alternativa para o problema, esperar o término do canal que está sendo construído na margem direita do Paranasão, o qual viabilizará então o tráfego fluvial e dispensar o derrocamento – como disse o prefeito Mário Barbosa Rodrigues⁵⁴.

⁵² Jornal Ilha Grande, 7/2/1989, p. 4.

⁵³ A Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, criada pelo Decreto nº 3.209, de 14.2.73 e com sua denominação alterada pela Decreto nº 5.956, de 6.12.78, é entidade autárquica estadual, dotada de personalidade de direito público, com patrimônio e receita próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado do Interior. A SUREHMA cabe: I - a aplicação e fiscalização para o fiel cumprimento da Lei nº 7.109, de 17.01.79, de seu regulamento disposto no Decreto 857, de 18 de julho de 1979 e das normas dela decorrentes. II - a iniciativa de coordenar as ações do Estado relativas à proteção do meio ambiente contra qualquer agente poluidor ou perturbador. Informações presentes no *site*: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/0/1f9ad475ecf84d0103256ae6005d0b95?OpenDocument>>. Acesso em: 24 maio 2011. Em 1992 houve a fusão da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e do Instituto de Terras Cartografia e Florestas – ITCF, dando origem ao atual Instituto Ambiental do Paraná – IAP, hoje vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMA. Informações presentes no *site*: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=349>>. Acesso em: 24 maio 2011.

⁵⁴ Jornal Ilha Grande, 10/9/1989, p. 1.

No mesmo período, a empresa interessada em realizar o trabalho de derrocamento no Rio Paraná era a Portobrás⁵⁵. Como a posição do prefeito Mário Barbosa, assim como de outros políticos no período, era contrária ao derrocamento, a proposta colocada pelo prefeito, na ocasião, era aguardar o término de um canal de navegação, chamado canal de desvio, que no período estava sendo construído pela empresa Eletrosul⁵⁶. Esse canal, por estar sendo construído às margens do Rio Paraná, foi denominado de “canal de desvio”. Ele não implicava explosões nas rochas, que antes compreendiam as Sete Quedas e, assim, evitaria maiores danos no meio aquático: “A estimativa da Eletrosul – responsável pela obra – é de que o canal estará concluído entre março e abril de 1990”⁵⁷.

Por outro lado, a empresa interessada, a Portobrás, tinha como objetivo, com a construção do canal de navegação, uma hidrovia que ligasse Guaíra com outros Estados, não lhe servindo o canal que já estava sendo construído. Interessada na realização da obra, a empresa Portobrás tentou demonstrar os benefícios que Guaíra teria com o derrocamento, mas, apesar de insistir, não alcançou êxito com seus argumentos:

Apesar do clima tenso que pairou sobre a audiência pública, não houve nenhum tipo de incidente e todos puderam expor seus pontos de vista. Adiantou Alberto Baccarin, Superintendente da Surehma – que presidiu os trabalhos – que dentro de aproximadamente 15 dias, será dado um parecer final sobre a questão do derrocamento. [...] Mário Barbosa destacou a união da comunidade em torno deste posicionamento de não permitir a explosão das rochas. Lembrou o prefeito guairense que se já esperou até agora, para permitir a navegação de grandes embarcações neste trecho do Rio Paraná, “podemos aguardar por mais alguns meses e então vamos poder dispensar o derrocamento com a conclusão do canal de desvio”. [...] O Superintendente da Portobrás, Antonio Granja, ainda tentou argumentar, assegurando que com o derrocamento, Guaíra ficará interligada por hidrovia com os Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e com o próprio Paraná. “Não entendemos a posição de Guaíra” – reclamou, Granja

⁵⁵ A Portobrás (Empresa de Portos do Brasil S/A) foi criada em 1975 pela União, com a finalidade de “realizar atividades relacionadas com a construção, administração e exploração dos portos e das vias navegáveis interiores, exercendo a supervisão, orientação, coordenação, controle e fiscalização sobre tais atividades”. Informações presentes no *site*: <<http://www.intersindicalportuaria-es.org.br/portal/noticias/artigo.php?cod=17>>. Acesso em: 24 maio 2011. A empresa foi, porém, extinta em 1990 pelo governo federal, do então Fernando Collor de Melo, quando o Brasil, acompanhando a modernização no sistema portuário mundial, realizou sua reforma portuária, cujo objetivo era a modernização do setor. Informações presentes no *site*: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/17.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.

⁵⁶ A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Foi constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº. 64.395, de 23/04/1969. É uma sociedade de economia mista de capital fechado, e atua nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica. Sua sede está localizada em Florianópolis/SC e suas atividades abrangem os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Informações presentes no *site*: <<http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=857>>. Acesso em: 25 maio 2011.

⁵⁷ Jornal Ilha Grande, 10/9/1989, p. 1.

procurou observar ainda que a dinamitação de aproximadamente 300 metros cúbicos de rochas, não afetarão as rochas de Sete Quedas⁵⁸.

Para rebater a insistência do Superintendente da Portobrás, quanto aos “benefícios” que Guaíra teria com o derrocamento, o presidente da Colônia Z-13 expôs, durante a audiência pública, os prejuízos que teriam com a obra:

“Mas a pesca ficará afetada por muito tempo na área” – rebateu Devaldir Capatti, presidente da colônia de Pescadores, que congrega em torno de 800 profissionais. Ele agradeceu o empenho da Surehma e destacou o apoio do prefeito Mário Barbosa para resolver o impasse que se criou em torno do derrocamento, mas avisou que os pescadores estavam dispostos a impedir a qualquer custo. “Temos de 400 a 500 barcos para colocar sobre os locais das explosões e estamos preparados para o pior”, alertou⁵⁹.

Pela reportagem, percebemos um salto em relação à visibilidade dos pescadores profissionais na imprensa. Percebe-se que, além de espaço na audiência pública, os pescadores contaram ainda com o apoio do presidente da Aciag (Associação Comercial de Guaíra) Heraldo Trento. No entanto, esse apoio dado aos pescadores pelo presidente da Aciag, tendo em vista a posição de comerciante que ele ocupava, e ainda ocupa na cidade, é justificada pelos empregos que a pesca gerava, o que, na sua avaliação, prejudicaria não apenas os trabalhadores, como também o funcionamento do comércio:

A proposta formulada pelo prefeito Mário Barbosa, de se aguardar a construção do canal de desvio, foi encaminhada também pelo presidente da Câmara Municipal, João “Mandi”. “Por aqui nunca existiu navegação antes, em função da existência das Sete Quedas. Portanto pode-se esperar mais um pouco” – argumentou. O presidente da Associação Comercial e Industrial de Guaíra, Heraldo Trento, da mesma forma, se alinhou em torno da sugestão do canal de desvio ao invés do derrocamento. “A carga que passa por Guaíra em embarcação, não é mais importante que as centenas de empregos gerados pela pesca” – comparou. Os vereadores Daniel Honorato de Barros, Maria Elci Venâncio da Silva e Suemy Foletto igualmente descartaram a necessidade do derrocamento e conclamaram a união da comunidade guairense para evitar mais este desastre ecológico⁶⁰.

Pela reportagem, a proposta de construção do canal de desvio foi elaborada pelo prefeito Mário, e pelo presidente da câmara municipal João Mandi, e não pelo vereador e presidente da colônia Z-13, Devaldir. É válido destacar que o fato de João ter assumido uma posição contrária ao derrocamento pode ser explicado por ele já ter sido pescador profissional no passado.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Jornal Ilha Grande, 10/9/1989, p. 1.

⁶⁰ Idem.

Quanto ao empresário, e presidente da Aciag, Heraldo Trento, embora a imprensa noticiasse sua posição contrária ao derrocamento em 1989, durante entrevista realizada com Heraldo⁶¹ ele emitiu qual era sua posição: “Com relação ao derrocamento, o derrocamento, a minha opinião é, veja bem, eu nunca fui contrário ao derrocamento, inclusive eu me recordo bem que houve uma discussão muito grande, muito ampla com a sociedade através de audiências públicas”⁶².

Ao dizer que nunca foi contrário à obra de derrocamento, Heraldo permite interpretarmos que a imprensa no período tentou passar sua imagem como aquele que era contrário à obra, e que havia determinados interesses em jogo, o que fez a imprensa estar noticiando seu posicionamento contrário, como veremos a seguir.

Quanto à visibilidade dos pescadores na imprensa, ela pode ser explicada por três fatores. Nesse período de 1989 supomos que os pescadores desfrutavam, através da colônia, de certa autonomia, quanto a decisões, autonomia conquistada a partir da Constituição de 1988. Nesse momento, os pescadores, juntamente com a Pastoral da Pesca, alcançaram a equiparação das colônias aos estatutos dos sindicatos. Antes disso, segundo Cardoso, existia “[...] uma dupla estratégia, do Estado e do capital, para com os pescadores, ou seja, atrelar os pescadores à Marinha de Guerra e organizar um mercado de trabalho para uma pescaria nascente organizada em moldes empresariais” (CARDOSO, 2009, p. 9). Essa forma de representação de organização dos pescadores permaneceu até a promulgação da Constituição de 1988. De acordo com Cardoso:

Este momento pode ser considerado um marco no processo de mobilização e politização contemporânea da categoria dos trabalhadores da pesca. A partir daí e ao longo das últimas duas décadas, o estabelecimento de um conjunto de políticas de financiamento da produção, preservação ambiental e gestão do território em varias esferas do governo, por vezes demanda a interlocução com os pescadores artesanais ou seus representantes, criando alguns canais de interlocução. (CARDOSO, 2009, p. 9).

Acreditamos que a autonomia dada às colônias de pescadores, a partir de 1988, tenha repercutido na Colônia Z-13 de Guaíra, no sentido de possibilitar a organização dos pescadores num momento que coincidiu com a necessidade que esses trabalhadores tinham de colocar suas reivindicações e expor os problemas que o projeto de derrocamento em

⁶¹ A escolha por entrevistar Heraldo Trento justifica-se pelo fato de que em 1996, quando ocorreu o derrocamento, Heraldo era vereador de Guaíra. Devido em 89 a imprensa ter noticiado sua posição contrária ao derrocamento, procurei, ao entrevistá-lo, identificar se em 1996 ele haveria mudado sua posição, ou se continuava sendo contrário ao derrocamento. Heraldo foi eleito com 308 votos na eleição de 1992, e ficou no poder como vereador de 1992 a 1996 pelo partido PFL (Partido da Frente Liberal).

⁶² Entrevista com Heraldo Trento, em 24 de agosto de 2011.

1989 causaria à atividade pesqueira no município. Em 1988 essa autonomia se apresenta como uma conquista, embora as formas existentes de organização dos pescadores limitem essa autonomia.

De acordo com o acima citado professor pesquisador, as formas existentes de organização dos pescadores enfraquecem suas lutas: “Por outro lado, a representação dos trabalhadores da pesca se fragmenta em colônias, sindicatos, cooperativas e associações de finalidades diversas, por vezes reconhecidas ou não” (CARDOSO, 2009, p. 9). Isso pode ser explicado, em parte, pelas divergências existentes entre os representantes das colônias e pescadores, no que se refere à elaboração de projetos, pelo fato de as colônias estarem submetidas e regulamentadas por órgãos federais, como pelo Ministério da Pesca, ou ainda pelas disputas existentes entre os próprios pescadores, como veremos.

Embora a autonomia dos pescadores seja limitada por essas questões a partir de 1988, o fato de o governo ter tido que estabelecer um diálogo com os pescadores para decidir sobre determinados aspectos (no caso aqui estudado sobre preservação ambiental), permitiu aos trabalhadores uma participação na discussão sobre o derrocamento, diferentemente do que acontecera no período da formação do lago de Itaipu. Outro elemento significativo no período que certamente contribuiu para que a colônia Z-13 tivesse tido a possibilidade de participação na audiência sobre o derrocamento e noticiada pela imprensa foi o fato de que em 1989 o presidente da Colônia Z-13, Devaldir Capatti⁶³, também ocupava o cargo de vereador. Além de Devaldir, os pescadores contavam com outro representante no parlamento, o ex-pescador e vereador João Lima Moraes (João Mandi), o que demonstra a expressão dos pescadores como movimento. De acordo com o que foi noticiado pela imprensa, Devaldir Capatti defendeu com veemência a causa dos pescadores: “O vereador Devaldir Capatti – presidente da Colônia Z-13 de pescadores de Guaira foi afirmativo 'Os pescadores não medirão sacrifícios para impedir o derrocamento'”⁶⁴.

Não podemos, porém, desconsiderar um terceiro elemento que pode ter contribuído para a visibilidade dos pescadores na imprensa. Refere-se aos possíveis interesses da classe dominante local, composta por políticos e empresários, interessada nas melhorias para o município em troca do derrocamento. Dessa forma, não fica descartada a

⁶³ Em 1988 Devaldir foi eleito vereador de Guaira com 501 votos pelo partido PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Já João Lima Moraes (João Mandi) foi eleito vereador com 495 votos também pelo PMDB.

⁶⁴ Jornal Ilha Grande, 10/9/1989, p. 1.

hipótese de que a classe dominante tenha se utilizado do movimento dos pescadores para também se colocar contrária ao derrocamento enquanto não alcançasse as melhorias pretendidas.

Após a audiência pública, a Surehma ficou encarregada de, em 15 dias, apresentar o parecer final sobre o derrocamento, a partir do relatório que seria elaborado pelo RIMA (Relatório de Impactos ao Meio Ambiente). Esse parecer da Surehma foi elaborado tendo como base as questões levantadas durante a audiência pública, e pelo relatório apresentado pela Portobrás produzido pelo RIMA:

Com o objetivo da melhoria do canal de navegação do Rio Paraná na região de Guaíra, duas alternativas foram levantadas, sendo selecionada a que apresentava o menor custo e prazo de execução das obras, bem como a compatibilidade do empreendimento com as ações públicas na região. Os impactos ambientais que os serviços de derrocamento produzirão foram levantados e estão no RIMA apresentado pela Portobrás à Surehma e que está em fase de análise. Entretanto podemos adiantar que os impactos ambientais significativos causados pelo empreendimento afetarão a ictiofauna, mais especificamente a espécie (cascudo-preto) que tem seu hábitat no local e vizinhança⁶⁵.

Dezenove dias após a audiência pública, o Jornal Ilha Grande divulgou o parecer da Surehma, que levou em consideração primordialmente as questões apontadas durante a audiência pública contra o derrocamento. Nesse momento, o relatório técnico ainda não havia sido concluído, como podemos observar na citação acima, apesar de que a Surehma já tivesse adiantado os danos ambientais que a pesca sofreria. Essa questão se revela bastante significativa, para compreendermos a importância que os pescadores tiveram na audiência pública de 1989, a ponto de a Surehma decidir sobre a não realização do derrocamento antes mesmo do término do relatório final sobre os danos ambientais que a obra poderia causar.

Ocorre, no entanto, que a posição tomada pela Surehma não refletia necessariamente sua opinião sobre o caso. Na reportagem acima, o efeito negativo apontado pela Surehma caso o derrocamento se realizasse se referia à pesca. Por outro lado, na mesma reportagem, observamos outro efeito negativo apontado pela Surehma. Se o derrocamento não se realizasse:

Outro efeito que se manifestará negativamente caso este empreendimento não se complete com a ligação rodoviária entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, ou de integração com a futura hidrovia do Ivaí, será a queda da receita tributária do Paraná, em razão da possibilidade do Estado de São Paulo exercer

⁶⁵ Jornal Ilha Grande, 29/10/1989, p. 6.

um forte poder polarizador para os fluxos de mercadorias que trafegam na hidrovia do Paraná⁶⁶.

De qualquer forma, o derrocamento não aconteceu em 1989, no entanto não encontramos no jornal nenhuma referência sobre o término, nem mesmo sobre o funcionamento, do “canal de desvio”, comentado na audiência pública de 1989, que estava sendo realizado. Nesse contexto, procuramos saber um pouco mais sobre a experiência dos pescadores na luta para impedirem o derrocamento. Para isso, a entrevista concedida pelo pescador Jesuíno (irmão do presidente e vereador Devaldir) contribuiu para entendermos algumas questões em relação a esse processo. Ao perguntar a ele, como foi impedir o derrocamento, esse pescador deixa transparecer que não foi algo fácil: “Na pressão, na pressão, aí nós mobilizamos a população de Guaira. Nós barramos a primeira vez, a primeira vez nós impedimos, aí depois eles vieram negociar”⁶⁷.

Pescador há trinta e cinco anos, Jesuíno comenta que, em 1989, a cidade de Guaira não possuía muitas possibilidades de trabalho, e a pesca, nesse sentido, tinha uma importância fundamental na geração de renda e de emprego. E, a principal fonte de renda na pesca, apontada por Jesuíno nesse período, era o peixe cascudo:

Na época o cascudo era o carro chefe, hoje se fala em Guaira o contrabando do cigarro, né? E na época o carro chefe de Guaira era o cascudo, seis, sete tonelada dia, por dia saía de cascudo. Eu tenho até foto, eu vou te mostrar umas foto. Nós, produzia, nós produzia não, nós matava, porque produzir é quando cria, sete, oito tonelada de cascudo por dia. O cascudo foi o carro chefe da cidade de Guaira. Olha a pesca era a maior fonte de emprego dentro de Guaira na época, certo? O quê que tinha? O F Andreis, as balsa dos Andreis, que num existia contrabando, num existia nada disso em Guaira. Era os Andreis que empregava ali umas cem pessoa, cento e cinquenta pessoa, e a pesca que empregava quatrocentas pessoas, quatrocentos pescador mesmo, né, e o carro chefe da, da, financeiro era o cascudo⁶⁸.

Primeiramente, é interessante observar como Jesuíno se afirma como pescador ao dizer que “produzir é quando cria”. Ao lembrar a pesca em 1989, e atribuir a ela a maior fonte de renda ao peixe cascudo, esse pescador procurou afirmar a importância que tinha para os pescadores a luta em defender o Rio Paraná como meio de trabalho e sobrevivência. Devido ao fato de que, nesse período, os pescadores passaram a ser noticiados na imprensa, e de que o elemento responsável pela organização e mobilização dos pescadores tenha sido a defesa do Rio Paraná, perguntei ao pescador Jesuíno como era

⁶⁶ Jornal Ilha Grande, 29/10/1989, p. 6.

⁶⁷ Jesuíno.

⁶⁸ Idem.

nesse período a organização do grupo de pescadores. Embora tenha apontado que, anteriormente a esse período, os pescadores nunca tiveram a necessidade de realizarem manifestações, o grupo de pescadores já se apresentava unido:

A colônia de pescador no geral ela sempre foi muito bem unida e teve muito apoio político, entende? Grupo mobilizado e unido, era só o pescador, pescador mesmo, fizemos passeata, fizemos tudo, impedimos, sabe. O derrocamento foi o primeiro fluxo pra mexer no hábitat natural, e ela continuaria, continuaria trancada pelo pescador ao não derrocamento⁶⁹.

Nas afirmações de Jesuíno, as alterações sofridas pela formação do lago não são consideradas. Isso nos leva a supor que, nesse período, os pescadores ainda não haviam adquirido consciência sobre o elemento que os identificava como grupo, em torno da defesa de seu meio de trabalho e sobrevivência e nem tenham se mobilizado como ocorreu no caso do derrocamento. Ao dizer sobre o apoio político que tinha a colônia, ele fala da posição dos políticos em relação ao derrocamento. Mesmo assim, questionei se os políticos locais eram favoráveis ou contrários à obra. Justificando a posição contrária dos políticos locais, ele diz: “Claro, com certeza, né, porque aí mexia no bolso do pescador, mexia no comércio no geral, né. O que a gente ganhava bancava as festa em Guaíra, patrocinava”⁷⁰.

O fato de a pesca compreender na época uma importante fonte de renda e emprego ao município se apresenta como um dos motivos pelos quais políticos e empresários locais se colocassem contrários à obra. Como acreditar nas supostas melhorias que o derrocamento traria ao município, tão reforçadas pela Portobrás durante a audiência pública, num período em que a pesca possibilitava renda, emprego e a dinamização do comércio local? Cabe, porém, aqui situar os motivos pelos quais Jesuíno faz questão de ressaltar que a pesca compreendia na época uma grande fonte de renda. Desde 1982, a presidência da Colônia Z-13 estava sob a administração de seu irmão Antônio, responsável também pela administração de uma cooperativa que monopolizava o comércio de peixe na cidade. Dessa forma, quando Jesuíno se refere à união dos pescadores na busca de impedirem o derrocamento, isso não significa que o grupo de pescadores não tivesse disputas, como veremos adiante.

Por outro lado, há também a possibilidade de se pensar que os políticos, no período, não eram tão contrários assim à proposta de derrocamento. Essa hipótese ganha

⁶⁹ Jesuíno

⁷⁰ Idem.

força quando analisamos, na fala de Heraldo, o que ele menciona serem os projetos políticos para Guaíra:

Porque aqui, se sonha, né, sempre se sonhou que Guaíra em função de ter perdido as sete quedas, nós a comunidade, a sociedade aqui sempre sonhou em ser a, voltar um pouquinho ao passado e voltar a ser uma cidade portuária, mas uma cidade portuária moderna. É nós entendíamos, meu entendimento é que Guaíra então, já que é inevitável essa questão da, da navegação em razão da formação do lago, que a formação do lago permitiu evidentemente, é possível fazer uma navegação e, esse derrocamento significa é, abrir canais em determinados pontos no rio Paraná, pra que se fizessem então essa sonhada rodovia Paraná-Tiete, né. Então em razão disso Guaíra não queria simplesmente... esse era o pensamento vigente da época, né, Guaíra num, a sociedade não desejava ... desejava sim que se fizesse um derrocamento, ou seja, a explosão de uns determinados pontos das rochas né, é pra que permitisse então um calado necessário pra grandes embarcações, né. Mas é, a comunidade aqui, entendia à época que nós não queríamos ver apenas os navios passarem né, que Guaíra em função dessa história trágica, não é? É, que houvesse uma negociação nesse sentido, que aqui então se fizesse uma infra-estrutura portuária pra distribuir por exemplo combustíveis, né, o frete, o frete... combustíveis, calcário, pensando no agronegócio né, inseticidas, pesticidas, enfim tudo o que se usa, né, no agronegócio, terminais de cooperativas ou de empresas portadoras dessas commodities, né, dessas, desses grãos, soja, trigo, enfim, milho, né, milho e soja especialmente porque são os grãos mais produzidos aqui nesta região. E a época da discussão disso, na época eu era vereador (1996) e eu discuti muito isso, havia um movimento contrário principalmente da colônia de pesca na época, né, aliás a câmara tinha um de seus representantes que era pescador, foi pescador, nasceu neste meio, né, aliás um não, tinha dois, dois vereadores, era o João Lima Moraes, o João Mandi e o Devaldir Capatti, os dois advinham aí eles são oriundos, né, desta, deste movimento aí de pescadores, e tal, foram pescadores, foram negociantes de peixes, enfim, a família Capatti muitos anos sobreviveu do comércio de peixes aqui, né, e o João Lima Moraes também fazia parte deste grande movimento, foi pescador, e tal, aliás é o nosso herói das sete quedas... Essa questão do derrocamento eu a minha posição ela nunca foi contrária, a gente não pode barrar o desenvolvimento em hipótese alguma, né, eu falo isso com muita tranquilidade porque conheço bem a Europa, né, e a Europa é cravada de canais de navegação, isso é transporte sem dúvida mais econômico, então é viável ter sim, né, uma hidrovía que atenda ali a necessidade e certamente isso trará benefícios em relação a preços, a custos, né, isso é benefício geral, né, pro próprio consumidor que vai ter os preços de seus produtos é, melhorados não é⁷¹.

Embora Heraldo mencione, de forma homogênea, que a vontade de toda a “cidade” era a de que ocorresse o derrocamento, porém para isso Guaíra tinha que ser compensada. Talvez isso não reflita necessariamente a opinião de todos na cidade, mas possivelmente de alguns políticos e setores. De qualquer modo, ele expressa os interesses que estavam em jogo no período, os quais ainda se encontram bem visíveis nos discursos políticos já mencionados.

Por outro lado, Jesuíno lembra que a colônia, no período, tinha grande apoio político, isso porque para ele a pesca representava bastante importância para a economia

⁷¹ Heraldo.

local. Cabe, no entanto, questionar se, talvez, o apoio político ressaltado por Jesuíno não se deva mais ao fato de os pescadores no período terem dois representantes no parlamento, embora Jesuíno enumere como representante apenas seu irmão e presidente da colônia:

Era o Devaldir. Depois ele se elegeu vereador, mas continuou sendo presidente, daí aumentou, aí ajuntou muita força, né, ajudou politicamente. Nós barramos, nós barramos, mas e muito, nós fizemos um movimento grande e tal, aí na época Graciele, uma menina da SBT, aqui de Umuarama, tudo o que era da colônia ela vinha dá cobertura, ajudou e muito, divulgava na, na imprensa é, mas é o teu tipo, se você conhecer, agora ela ta mais velhinha faz vinte e poucos ano atrás, mas ela tem teu tipo assim, então depressa nós ligava meia hora a menina tava aqui (sorriu), tudo, tudo sobre pesca⁷².

Atribuindo a representatividade dos pescadores unicamente a seu irmão, e desconsiderando a representatividade do ex-pescador João, é interessante ainda observar, na fala de Jesuíno, o fato de ele mencionar sobre o interesse que tinham os pescadores em noticiar os assuntos relacionados à colônia, quando afirma sobre o contato que mantinha com a jornalista de uma cidade próxima a Guaíra. Isso indica que os pescadores procuravam fazer uso de meios de comunicação para noticiar aquilo que estavam vivenciando.

O fato, porém, de Jesuíno evidenciar apenas a representação de seu irmão, e não a de João, pode ser explicado pelas divergências políticas existentes entre João e Devaldir (irmão de Jesuíno), quanto a Antônio (também irmão de Jesuíno e presidente da Colônia Z-13, anterior a Devaldir).

Embora em 1989 os pescadores tenham impedido o derrocamento, em 1993 a imprensa inicia novamente os comentários sobre a intenção de realizá-lo. Em notícia divulgada em 20 de junho de 1993, pelo Jornal Ilha Grande, “Derrocamento das Sete Quedas volta à tona”, Ada da Silveira⁷³ (prefeita da cidade no período) destacou e criticou os impactos que a obra causaria:

Novamente em destaque mais um capítulo da novela “O Derrocamento das Sete Quedas”, ou melhor, do que sobrou delas. O derrocamento para quem não sabe, é a destruição das rochas que formavam as Sete Quedas, através de explosões, para que se viabilize a navegação de embarcações de grande porte por aquelas águas. O que, com certeza causaria um impacto ambiental de proporções incalculáveis, como por exemplo, a matança de milhares de peixes, acabando com uma das fontes de riquezas do município que é a pesca. Preocupada com o assunto a prefeita Ada da Silveira desde já conta com o apoio de todos, principalmente os

⁷² Jesuíno.

⁷³ De 1993 a 1996, Ada da Silveira ocupou o cargo de prefeita de Guaíra pelo partido PDC (Partido Democrata Cristão). Nota-se que em 93 a prefeita era contrária à obra de derrocamento como foi noticiado no jornal Ilha Grande. Mesmo assim, no entanto, ainda em seu mandato, em 1996, o derrocamento foi realizado.

vereadores, para que juntos consigam, novamente, impedir que Guaíra perca novamente. “Já houve uma tentativa a alguns anos atrás e graças a união de toda a população o movimento pró-derrocamento foi derrubado. Movimento este que foi coordenado pela Portobrás”⁷⁴.

Passados dez anos desde a criação do lago de Itaipu, a opinião expressada pela prefeita de Guaíra tomou os pescadores como o principal exemplo das repercussões advindas do derrocamento. Isso pode ser explicado pelo fato de que, em 1989, os pescadores conseguiram adiar a obra. Naquele momento, os pescadores ganharam visibilidade no jornal como aqueles que seriam atingidos pelas mudanças que afetariam o rio e a pesca.

Em 1993, a posição contrária ao derrocamento continuava sendo noticiada na imprensa, ao menos em relação à prefeita da cidade. Isso, no entanto, não significa dizer que essa posição fosse homogênea, e refletisse a posição de todos os políticos e setores da sociedade guairense do período.

De qualquer forma, como em 1989 o projeto de derrocamento não teve êxito, no final de 1995 o governo federal propôs negociações com o município de Guaíra. Em reportagem noticiada pelo Jornal Ilha Grande, intitulada “Hidrovia Tietê-Paraná – alavanca para crescimento de Guaíra”⁷⁵, o projeto de derrocamento aparece aliado a um discurso de “progresso” e “desenvolvimento” do município.

No período, a promessa do governo federal à Guaíra era a de que a cidade seria transformada na maior estação aduaneira da Região Sul do país, com vistas a atender o Mercosul, tanto nas operações de importação, quanto de exportação, garantindo o trânsito aduaneiro, bem como a conclusão da Ferroeste.

Após serem noticiadas tais promessas, se iniciam na imprensa, em janeiro de 1996, reportagens sobre duas reuniões que antecederam a audiência pública tendo por finalidade a discussão sobre o derrocamento. Em uma delas, presidida pelo presidente da Aciag, Pedro Farah, participaram vários segmentos com o objetivo de discutir e verificar qual a opinião da sociedade sobre o assunto:

Quinta feira, dia 11 de janeiro de 1996, foi realizada, no Centro Cultural Banco do Brasil, reunião de trabalho que tem como objetivo discutir e verificar a opinião da sociedade organizada do município, o evento foi realizado pela Associação Comercial com a participação da Prefeitura Municipal de Guaíra, Rotary Club, Sociedade Rural e Sindicato Patronal Rural, cujo objetivo era a aprovação ou não do derrocamento das rochas do Rio Paraná, permitindo assim a navegação de embarcações de grande calado. (...) O Dr. Pedro Farah, Presidente

⁷⁴ Jornal Ilha Grande, 20/6/1993, p. 1

⁷⁵ Jornal Ilha Grande, 12/11/1995, p. 1.

da Associação Comercial e Industrial de Guaíra, afirmou que o objetivo da reunião é colher informações das pessoas envolvidas na discussão sobre o derrocamento ou não das rochas do Rio Paraná para a navegabilidade de embarcações de grande porte que está previsto para ser realizado em Guaíra, e no próximo dia 06 de fevereiro haverá uma outra reunião onde a sociedade organizada de Guaíra estará novamente debatendo o assunto, em audiência com técnicos do Governo, representante do DER, e IAP⁷⁶.

Nota-se, pela reportagem, que se os pescadores que participaram da reunião não foram noticiados pela imprensa. Em 1996, da mesma forma que em 1989, o presidente da Colônia Z-13 era Devaldir Capatti⁷⁷, que também ocupava o cargo de vereador. E o ex-pescador João Lima Moraes e presidente da Associação Beira Rio também havia se reeleito vereador. Se, em 1989, os pescadores, juntamente com os políticos e empresários locais, conseguiram impedir e adiar a discussão sobre o derrocamento, em 1996 a discussão parece ter tomado outro rumo:

O que prevaleceu na reunião do último dia 11, é de que as obras de derrocamento seja realizada mediante uma pauta de reivindicações do município, e que o Governo do Estado se responsabilize em construir um porto Hidroviário e Ferroviário no Município de Guaíra. O vice-prefeito DR. Manoel Kuba que também esteve presente na reunião representando a prefeita Ada Silveira, afirmou que o derrocamento é uma preocupação de toda a sociedade de Guaíra, e também da administração municipal, e havia necessidade de negociar junto às autoridades competentes e governo do Estado, para fazer reivindicações de algumas obras condicionadas ao derrocamento, para que Guaíra fosse olhada com carinho especial em razão do interesse do Estado no derrocamento⁷⁸.

Na reportagem, as promessas do governo federal, já noticiadas em 1995, aparecem nessa reunião como reivindicações do município, passando a impressão de que foi o município que negociou com o governo a realização do derrocamento, e não ao contrário. Ainda pela reportagem, verifica-se a posição do vice-prefeito, indicando que a decisão em relação ao derrocamento seria favorável perante negociações.

Além da reunião presidida pela Aciag, outra reunião no período aconteceu com lideranças comunitárias de bairros. De acordo com a reportagem, a reunião foi presidida pela administração municipal, e teve a participação de lideranças de bairros, para que, como outros setores, também pudessem discutir e expor suas opiniões sobre o derrocamento. Pela reportagem podemos perceber, no entanto, um discurso pronto sobre os

⁷⁶ Jornal Ilha Grande, 21/1/1996, p. 1.

⁷⁷ Devaldir Capatti foi reeleito na eleição de 1992 como vereador de Guaíra com 392 votos pelo partido PDT (Partido Democrático Trabalhista) e continuou também como presidente da colônia Z13. João Lima Moraes também foi reeleito como vereador com 522 votos pelo partido PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e continuou como presidente da Associação Beira Rio.

⁷⁸ Jornal Ilha Grande, 21/1/1996, p. 1.

pontos positivos e negativos do derrocamento, exposto como sendo a opinião de uma das lideranças presentes na reunião, Francisco Mendes da Silva:

Mendes disse ainda que os impactos positivos são a melhoria da hidrovía existente no Rio Paraná, contribuição para a melhoria do escoamento agrícola, dinamização da economia local resultando na geração de novos empregos: redução do custo do transporte e aumentando a competitividade da produção da região e aumento da arrecadação do Estado, desenvolvimento e integração da região Centro Sul, sobre o impacto negativo ele citou a mortandade de peixes durante a execução da obra, alteração no hábitat natural de algumas espécies de peixes que dependem das rochas para se reproduzirem, reduções temporária de pesca e interrupção temporária de balsas⁷⁹.

Como na primeira reunião, os pescadores não foram noticiados pela imprensa, caso dela tenham participado, porém, por chamar atenção o fato de o vereador e também presidente da Colônia Z-13 não ter sido noticiado em defesa da causa dos pescadores como ocorreu em 1989, nem mesmo o presidente da Associação Beira Rio, busquei na entrevista oral tentar compreender o que teria acontecido, por mais que as fontes de imprensa apontem para uma mudança de posicionamento dos políticos locais em relação ao derrocamento, a partir das negociações entre município e governo federal, ou vice-versa. Como em 1989, o pescador Jesuíno acompanhou o processo de discussão e negociação sobre o derrocamento. Ao lhe perguntar se em 1996 os pescadores também teriam feito manifestações, ele responde:

Sim, teve, nós fizemos uma manifestação impedindo o derrocamento, que nós sabia que o impacto ambiental seria muito, aí o juiz na época foi favorável ao progresso, entende? Então foi sentado e feito um acordo: ressarcir, se nós abrisse mão. O juiz foi até um pouco meio assim taxativo, falo: “Vamos fazer um acordo, porque nós não vamos impedir o progresso, se vocês ir lá impedir com as embarcação nós manda o exército retirar, então vamos fazer um acordo aqui, que o progresso não é vocês que vai impedi” (sorriu). Nós tentamos impedir de todas as formas em 96. Na época o juiz era muito evolucionista, do progresso, aí ele fez uma proposta. É, aí essa primeira reunião aí já foi em 95 antes de sair o derrocamento. O juiz reuniu nós, marcou a reunião com nós pescador dentro do fórum e lá ele fez ameaça, “o progresso é assim, assim e vocês não vão impedi não. Se vocês coloca a embarcação de vocês lá dentro do rio eu vou lá e vou trazer todo mundo preso, vamos fazer um acordo”, eu me lembro até hoje que ele falou: “Vamos começar a comer a costela do boi junto”, quer dizer, aí ele que orientou nós, nós nem sabia pedir ressarcimento, coisas parecida assim, ele que nos orientou, o juiz que nos orientou, e aí nós fomos obrigado, contra..., tava perante o juiz, quer dizer, quando o juiz dá a palavra dele, um tiro de misericórdia, aí ele que orientou nós a pedir o ressarcimento, e foi até o final com nós. Só que ele explicou, ele falou assim: “Ó o progresso vai saí, não é vocês que vai impedir, vocês vão esquecer isso de vocês impedir com embarcação, tá, de vocês ir lá colocar, que se vocês ir eu vou lá, eu vou prender, eu prendo vocês, eu vou lá eu prendo, meto na cadeia, aí vocês vão ficar em dificuldade. Vocês tão contra o progresso, sabe o quê vocês têm que fazer,

⁷⁹ Jornal Ilha Grande, 28/1/1996, p. 1.

gente? Vocês têm que ser inteligente, vamos usar, vamos pedir, eu vou pedir pra vocês um ressarcimento”. Quer dizer, agora nós não sabe se ele ajudou, ou se ele foi ajudado, quem é nós pra dizer isso aí. Ele que, ele que... entendeu? Que organizou o derrocamento em Guaira⁸⁰.

Embora Jesuíno mencione que o juiz foi “favorável ao progresso”, cabe problematizar a que “progresso” ele se refere? Em suas palavras, os pescadores sentiram-se ameaçados caso tentassem impedir o derrocamento. Ao dizer “nós nem sabia pedir ressarcimento, coisas parecida assim”, esse pescador permite interpretarmos que o objetivo dos pescadores era fundamentalmente impedir os danos que o derrocamento viesse causar. Interessante é observar que o fato de a reunião com os pescadores ter acontecido no Fórum, revela o desconhecimento da sociedade sobre essa reunião, e a intencionalidade de ela não ser noticiada pela imprensa, diferentemente da reunião presidida pela Aciag e pela Prefeitura com as lideranças de bairros. Segundo Jesuíno, a reunião realizada no Fórum pelo juiz ficou restrita aos pescadores, permitindo-nos supor que, dentre os setores da sociedade, os pescadores se apresentavam como uma ameaça à realização da obra. Por isso, já que se colocavam contrários ao derrocamento, a alternativa encontrada foi impor um possível ressarcimento.

Nota-se ainda que, nas lembranças de Jesuíno, a reunião entre os pescadores e o juiz aconteceu em 1995, portanto antes das reuniões noticiadas pela imprensa, realizadas pela Aciag e pela Prefeitura. Esse fato nos permite indagar sobre o porquê de os pescadores não terem sido noticiados e por que essas reuniões tinham por conteúdo um discurso pronto sobre o projeto de derrocamento, embora tivessem sido realizadas e noticiadas como reuniões democráticas, um momento de discussão e de esclarecimento à população.

Jesuíno ainda aponta os interesses que ele acha que estavam em jogo em relação à decisão sobre a realização ou não do derrocamento, principalmente em relação ao juiz, e supõe o que em sua concepção acha ter ocorrido:

Na época ele levou um monte, né, tipo assim, na época foi setecentos e cinquenta mil, milhão, falava milhão de cruzeiro, setecentos e cinquenta, então digamos setecentos e cinquenta mil reais, setecentos e cinquenta milhão, seria isso, ele deve ter levado uns metade disso aí, só por aí. Ele deve ter levado.... olha eu vou te explicar uma coisa pra você, eu olho hoje a coisa, hoje eu tenho uma irmã que é advogada, a Mara, então bronca aqui em Guaira é o que mais tem, então isso é legal ter um amigo advogado, tá, você leva lá a bronca lá, você dá lá um x do honorário deles, então eu acho que na época ele levou um monte, tipo assim: 25% do advogado, rachou, que ele abriu, se entende como é que é? Eu, eu assim,

⁸⁰ Jesuíno.

eu acho que foi nessa... tipo assim, na época 500 mil de honorário, rachou. Só pode porque ele abriu, ele abriu tudo isso aí e em seguida foi embora de Guaíra⁸¹.

Devido às negociações entre o município e governo federal, noticiadas pela imprensa, o que presume uma aceitação do município à realização da obra, perguntei então a Jesuíno qual era a posição dos políticos locais em relação à proposta de derrocamento em 1996. Segundo o pescador:

Não aí na, não, não, claro eles continuava, os pescador e os político continuava sendo contra, mas desde que os pescador tava sob o parecer do ministério público, do juiz, daí entenderam, que na época se falava que ia passa navio de grande calado, que ia ter mais portos, escoamento agrícola, etc., e agora que tá pra vim, né?. Só que uma coisa liga a outra, fala até de uma plataforma logística de Guaíra, dinheiro... tudo essas coisa foi debatido, influenciou, influenciou⁸².

Na concepção do pescador, os políticos locais, por mais que fossem contrários ao derrocamento, ficaram impotentes diante da determinação do juiz. Além disso, as promessas feitas pelo governo federal de transformar o município em um importante centro de escoamento de produção agrícola, na opinião de Jesuíno, influenciou tanto o processo de convencimento quanto a aceitação da obra por parte do município. Na fala de Jesuíno, os pescadores aparecem como aqueles que foram obrigados a aceitar tal imposição, mas uma imposição determinada única e exclusivamente pelo juiz, como se esse não tivesse nenhuma relação com os interesses de outros setores na sociedade. Por mais que ele afirme que os políticos locais foram influenciados pelas promessas de “progresso”, a responsabilidade pela negociação do derrocamento é atribuída apenas ao juiz. Nesse sentido, ao retornar à questão sobre se a negociação proposta pelo juiz não teria o envolvimento de políticos, Jesuíno responde: “Não, não, tava acertado com o presidente da colônia, com os pescador, tava com o juiz, tava tudo em comum acordo, assinamos um papel com o promotor...”⁸³.

Na opinião de Jesuíno, os políticos no período não tiveram envolvimento no caso, no entanto, como já mencionado pelo empresário Herald Trento e pela entrevista concedida por Osvaldino, esposo da prefeita Ada, em 1996, foi possível identificar que eles assumiam uma posição favorável, e não contrária ao derrocamento, como divulgado na imprensa em 1989 e depois em 1993:

⁸¹ Jesuíno

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

Osvaldino: Os ambientalistas era contra, não tinha necessidade também, já afogou (Sete Quedas) o que era quebrar alguma pedra a mais, né? Tinha uns contrário, mais depois a justiça determinou saí, até mesmo porque tinha que viabilizar o transporte, né.

Cátia: Então em 96 o município era contrário o derrocamento?

Não era o município, era os que defendiam a permanência das sete quedas submersas, pra ficarem intactas, né. O derrocamento, os ambientalistas eram contrário, e a colônia de pescadores, né, à depredação, a colônia de pesca e os ambientalistas eram contrários porque eles sabiam que existia um laudo, um laudo, como é que se dizia, um , era um laudo técnico assim, que provava, provava que ia depredar o rio, ia haver mortandade de peixe, mas mesmo assim eles acharam, o governo da época assumiu o custo, né, de depredar o lago, depredar os peixes pelo derrocamento, viabilizar o transporte. E tudo tem um custo, né, viabilizou o transporte mas morreu muito peixe, depredou o lago. Acabou saindo, por intervenção judicial acabou saindo, saiu, mais saiu assim condicionado a só explodi, implodir as pedras aonde os navio passava, as embarcações passava com produto agrícola. Daí deu um prejuízo grande porque eles provaram depois, que com a explosão morreu muito peixe né, a explosão, morreu muito peixe, mais só que a Itaipu tentou repor, ela, ela, a Itaipu, nessa parte ela fez a parte dela, ela criou o laboratório de alevinos que chama, né, pra criar alevinos e ela povoou de novo o lago, tá povoado hoje, mas na época do derrocamento foi uma mortandade de peixe, mas só que já foi superado, né. O derrocamento foi pra viabilizar, também o município carregar também aqui o que se produz por custo menor, o frete, né, eu acho que o derrocamento foi uma necessidade que eu acho que... só os ambientalistas na época... Ah, mais os pescadores, que eles tão certo, se eles num protestassem, se movimentassem... mas não recebia nada porque o governo ele só ajuda se a pessoa se movimentar, eles receberam uma indenizaçaozinha assim, temporária, né, até o lago povoar novamente, eu num me lembro a quantia que saiu pra colônia, né. Vamos dizer assim, o progresso ele tem um custo, tudo o que vai fazer pra gerar progresso ele tem um custo, ele, alguma coisa ele prejudica né. A colônia de pescadores ela foi muito prejudicada. A colônia de pescadores ela ficou eu num me lembro quantos anos sem poder pescar, eles deram assim uma indenizaçaozinha pro pescador, mas é coisa pouca⁸⁴.

Em sua fala, Osvaldino deixa claro que a posição contrária ao derrocamento não era do município, mas de ambientalistas e dos pescadores da Colônia Z-13. Mesmo com essa oposição, por intervenção da Justiça, a obra acabou se realizando, demonstrando que o interesse pela obra era unicamente do governo federal e não do município de Guaíra. Interessante é observar que sua fala reflete exatamente aquilo que foi noticiado pela imprensa, que as negociações teriam partido do governo federal para o município, e não ao contrário. Embora reconheça os estragos à pesca, e os prejuízos aos pescadores, ele próprio demonstra a sua posição favorável ao derrocamento, a partir de atribuir a ele uma necessidade. Como Osvaldino, embora João Mandi fosse contrário à obra de derrocamento, ele expressou, durante conversa informal, sua opinião sobre o caso. Para ele, por mais que os pescadores tivessem se colocado contrários à obra, ele demonstrou determinada

⁸⁴ Entrevista com Osvaldino, em 24 de agosto de 2011.

impotência dos pescadores diante o caso, a partir de que para ele não era possível impedir uma obra projetada no período pelo governo federal. Segundo ele, o que restou aos pescadores foi aceitar o ressarcimento.

Ao que parece, é que, enquanto não havia uma negociação entre o município e o governo federal, a imprensa noticiava uma posição dos políticos locais, como sendo contrários à obra. Isso permite identificar a estreita relação da imprensa com os políticos no período. Da forma como o derrocamento em 1996 foi organizado, e noticiado pela imprensa, a impressão é a de que essa obra teria sido negociada entre município e governo federal de forma legal, aparentemente democrática, de conhecimento de toda a população, e de que os pescadores também estariam de acordo.

Nesse sentido, a imprensa tentou passar uma imagem de harmonia sobre o caso, onde, em nenhum momento, houvesse tido contestação. Ao mesmo tempo, no entanto, em relação aos pescadores, os políticos locais tentaram passar uma imagem de neutralidade diante do caso. Entendida dessa forma, a decisão de realizar a obra de derrocamento não poderia ser questionada, uma vez que havia sido determinada pelo poder judicial. Como os pescadores, os políticos locais parecem ter tentado passar por vítimas nesse processo. Quanto aos pescadores, o fato de acreditarem que o município e outros poderes não estariam envolvidos no processo de negociação, e de que também estavam impotentes diante da situação, não lhes restou outra saída senão aceitarem o ressarcimento proposto.

Ao perguntar a Jesuíno se os pescadores tentaram reagir diante da proposta de ressarcimento, ele diz:

O Devaldir falou, mais doutor eu não vou aceitar essa tua proposta. Então você vai lá e coloca teu barco que eu vou lá te buscar. Aí ele balançou nós, quer dizer, prender o cacique, os índio aqui vai toma pau, né (sorriu). Aí, aí a coisa balançou. E nós achemos assim que em termos de... com ele a coisa andou, a negociação andou, mas andou que é uma beleza, dentro de um mês fizeram tudo isso aí, daí, aí já trouxe o DER, o secretário de Estado lá dentro com nós, tava acertado. Aí já foi a discussão de valor, aí voltada, acertada a discussão sobre o valor, aí já a segunda audiência pública, novamente com, com, com a Aciag, com o prefeito (sorriu) e o juiz tava lá, e ele tava lá, pra vê se alguém cuspiu pra trás (sorriu). Ele teve que aceitar porque, o próprio juiz falou, o próprio juiz, nós não se sabe se foi um jogo político no meio, todos os pescador falou ia a sua cabeça mesmo, ele falou, ó, você é o cabeça, se você não conter, você é o primeiro que vai pra cadeia, o juiz ameaçou ele, o primeiro é o cabeça cara, o primeiro que ameaçou foi ele no meio de nós tudo. Teve que aceitar, que daí houve um acordo entre pescador, aí ele também, nós não ia né..., aquele movimento que ele tentava fazer pra nós, acertaram a cabeça dele, que era a força, até o juiz chegou e falou, não adiante vocês ir pra lá, que eu te busco preso⁸⁵.

⁸⁵ Jesuíno.

Nota-se que, diferentemente do que havia afirmado em relação à negociação do derrocamento, aqui o pescador aponta para a possibilidade de ter havido o envolvimento político: “nós não se sabe se foi um jogo político no meio”. Essa questão demonstra, por outro lado, que a organização dos pescadores no período colocava-se, como em 1989, uma ameaça à realização da obra. Sabendo disso, seus idealizadores trataram de conter o movimento, de forma sigilosa, dando a esse processo um ar de perfeita harmonia. Nesse sentido, perguntei ao pescador Jesuíno se a audiência pública teria constituído um espaço de debate como noticiado na imprensa, como veremos adiante. Ao se referir a ela ele diz:

Pra dá um xeque mate na nossa cabeça, porque nós... eles vieram fazer... Aí quando teve a audiência pública os pescador tava murchinho, que nem o modo do outro, acertado, né, só que se ele tivesse ficado aí (juiz), tivesse permanecido aqui nós teria recebido a, tudo isso aí porque... recebemos a primeira parcela, pra depois fazer o derrocamento e ele ia fazer nos receber tudo. Ele era um molecão, bom de conversa, bom assim pra negociar e aí quando, e aí veja bem, fez essa reunião com nós, fez nós abri a mão do impedimento, tá, aí marcou a audiência pública só com os diretor do DER e com nós (sorriu) dentro do fórum, já dali já saiu acertado, que tal dia ia pagar e tal dia ia explodi. Aí acertou os valor, aí lá junto com ele, eu olhava pra lá e falava assim, e depois que a gente foi vê, que ele tava por trás, e ele “e tá bom pra vocês? não porque se não estiver bom vocês fala que aí eu vou bater o pé” (sorriu)⁸⁶.

De acordo com o pescador, na reunião em 1995 já teria sido acertada a questão dos valores a serem pagos como ressarcimento pela realização da obra. Na audiência pública, e até mesmo nas reuniões que a antecederam, a questão do derrocamento já estava decidida. Mesmo assim questionei Jesuíno se acaso ele tinha conhecimento sobre as melhorias que teriam sido negociadas e noticiadas na imprensa (ora como reivindicação do município para o governo, ora como promessa do governo ao município), como condição à realização da obra. Segundo o pescador:

Não, aí o prefeito da época, o presidente da colônia pediu pra nós é, então que ajudasse a cidade, que pedisse alguma coisa, eles pediram um porto, mandaram nós pedi um porto, nós pedimos esse porto, talvez é hoje essa plataforma logística que tão falando, então na época mandaram pedi um porto. E aí eles, eles assumiram esse compromisso verbal, verbal, o governo, que dizia que seria o governo, o secretário do, do, que o DER seria o secretário do, da secretária do governo. Assumiu verbal, perante nós, perante o juiz, verbal isso aí, foi. Num saiu até hoje. Só que hoje tão discutindo essa plataforma logística, que é uma continuidade daquilo tudo⁸⁷.

Ao que parece, os pescadores foram porta-vozes em relação às melhorias que os políticos locais queriam em troca da obra de derrocamento. Assim, a hipótese de que as

⁸⁶ Jesuíno

⁸⁷ Idem.

classes dominantes locais tenham feito uso da organização dos pescadores ganha força, porém o objetivo das classes dominantes não estava em impedir o derrocamento, mas, por meio dele, conseguir do governo federal determinadas “melhorias”. Essa questão evidencia, ao mesmo tempo, a expressão do movimento dos pescadores e a incapacidade das classes dominantes de se organizarem da mesma forma que os pescadores em busca do que queriam.

Tais melhorias não foram, porém, realizadas. Em 2011, a discussão sobre a plataforma logística nada mais é do que o cumprimento das promessas feitas em 1989 e, posteriormente, em 1996. A única diferença está em relação à “modernização” do termo, antes porto hidroviário e ferroviário e hoje plataforma logística. Agora, no entanto, a condição para a concretização dessa plataforma logística está na ampliação do canal de navegação, o que possibilitará a integração com a Hidrovia Paraná – Tiete.

Das fontes analisadas, acreditamos que a decisão por parte dos políticos locais em realizar o derrocamento foi tomada a partir das promessas feitas pelo governo federal ao município. Como forma de impedir a contestação dos pescadores, o governo propôs o ressarcimento, no entanto os políticos locais não podiam deixar transparecer que eram favoráveis ao derrocamento. O processo de negociação, dessa forma, foi realizado pelo juiz, como se fosse sua a determinação de realizar a obra, embora estivesse atendendo a interesses políticos, certamente do governo federal e também do município. A decisão sobre o derrocamento se verifica ainda na reportagem, onde o jornal noticiou um esclarecimento sobre o derrocamento como aquele que já estava certo para acontecer, embora a audiência pública ainda não tivesse ocorrido:

Encontra-se exposta no saguão da Prefeitura Municipal de Guaira, desde o dia 25 do corrente, as maquetes demonstrativo do local onde deverá ser feito o derrocamento das rochas do Rio Paraná (grifo nosso). As maquetes foram encaminhadas pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER) de Curitiba, à visitaçao do público, constituir-se a 1ª Etapa Preparatória para a audiência pública que será realizada no dia 06/02⁸⁸.

Dessa forma, a realização de reuniões com lideranças e outros setores da sociedade guairense serviu como um suposto esclarecimento, um momento de informação e de discussão sobre o projeto que já estava acordado. Isso se verifica ainda em função do reinício das obras da Ponte Ayrton Senna, que estavam paradas, dentre outros motivos, porque se aguardava a decisão sobre a realização ou não do derrocamento, a fim de que a

⁸⁸ Jornal Ilha Grande, 26/1/1996, p. 1.

construção dos pilares possibilitasse altura suficiente à navegação de embarcações abaixo da dela. O reinício foi noticiado em dezembro de 1995, 28 dias depois das promessas do governo federal à Guaíra. Como podemos observar pela reportagem:

Como a autorização do reinício da Ponte de Guaíra está nas mãos dos deputados estaduais, estes para acelerar o processo de votação querem dar carta branca ao Governador Jaime Lerner para que o reinício seja o mais breve. [...] Espera-se que as lideranças políticas que apóiam o Governo Jaime Lerner tenham força para que seja dada carta branca ao governo para o reinício da ponte⁸⁹.

A análise feita sobre essas reportagens nos leva a considerar que a posição dos políticos locais nunca foi contrária à obra de derrocamento. O que aguardavam era uma negociação com o governo federal, para que a obra fosse realizada mediante uma compensação ao município, noticiada pela imprensa como uma mudança de posicionamento dos políticos locais. Tal compensação, porém, até hoje continua sendo discutida. No período, a própria Câmara Municipal expôs sua posição favorável ao derrocamento antes da audiência pública. As condições para a realização da obra aparecem como se tivessem sido resultado das reuniões realizadas com os setores da sociedade, e não como reivindicações do município em que os pescadores foram porta-vozes:

A Câmara Municipal de Guaíra através da imprensa tem emitido, a princípio posição favorável a realização do derrocamento, porém, desde que sejam atendidas pelos órgãos Governamentais a nível Estadual e Federal, as reivindicações da comunidade Guairense que basicamente são (grifo nosso):

- 1- Criação e instalação da estação aduaneira de fronteira para desembarcação, no município de Guaíra, de mercadorias importadas pela República do Paraguai, oriundas do Porto de Santos – SP, em trânsito pelo território brasileiro pelo transporte intermodal de cargas ferroviárias e hidroviárias;
- 2- Reestruturação do atual porto de Guaíra-Paraguai, capacitando-o para o atendimento de transbordo de cargas portuárias;
- 3- Manutenção do atual canal de navegação, ora comprometida, inexplicavelmente pelo atual projeto da ponte, visando minimizar o impacto da explosão (grifo nosso), uma vez que o volume de desmonte de rocha é infinitamente inferior à proposta atual, o que, indubitavelmente, causaria menos danos ao meio ambiente (grifo nosso).
- 4- Conclusão efetiva da ponte de ligação Guaíra-Mundo Novo, com respectivos acessos rodoviários;
- 5- Estabelecer critérios de compensação aos pescadores profissionais que, efetivamente, praticam a atividade nas áreas circunvizinhas às obras de derrocamento⁹⁰ (grifo nosso).

⁸⁹ Jornal Ilha Grande, 10/12/1995, p. 1.

⁹⁰ Jornal Ilha Grande, 4/2/1996, p. 1.

O projeto de derrocamento, que anteriormente apresentava, através da imprensa, resistências, acaba se tornando uma reivindicação de políticos e empresários locais. Nesse período, visto que nada consta no jornal, não havia indícios de que algum político local, além do presidente da colônia e do ex-pescador e então vereador João Mandi, fosse contrário ao derrocamento. Ou seja, o derrocamento já estava decidido antes mesmo da audiência pública, justificado por algumas “melhorias” à cidade e pelo pedido de indenização aos pescadores, através do discurso de que os impactos seriam mínimos, causando “menos danos ao meio ambiente”.

Por fim, dois dias após essa reportagem aconteceu a audiência pública sobre o derrocamento. Cumprindo com os procedimentos obrigatórios, previstos na legislação ambiental, a audiência pública foi presidida pelo Ibama. Por meio da imprensa, a população foi informada da realização da audiência conforme noticiou o Jornal Ilha Grande:

O – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - , Superintendência Estadual do Paraná, convoca os interessados em participar da audiência pública sobre o *derrocamento* subaquático de rochas no Rio Paraná no município de Guaíra/PR, a comparecerem no dia 06.02.1996 às 19:00 horas no auditório da agência do Banco do Brasil S/A, sito à Rua Bandeirantes nº. 1578 no município de Guaíra/PR⁹¹.

Entendemos que a audiência pública, realizada em 1996, teve por finalidade cumprir com a exigência da legislação para o licenciamento ambiental, que prevê que:

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo⁹².

Embora a decisão sobre a realização do derrocamento já tivesse sido tomada, a imprensa noticiou que a audiência rendeu um grande debate popular:

Numa média de 400 pessoas participaram da audiência pública para o derrocamento das rochas no rio Paraná em Guaíra na noite de terça-feira. A reunião foi muito produtiva, e além da apresentação do projeto pelo DER, houve um grande debate popular. Todos os Pescadores e líderes da região tiveram suas dúvidas esclarecidas pelo diretor do DER, Luiz Alberto e, pelo representante da RIMA responsável pela elaboração do relatório Impacto ambiental – RIMA, que estuda os danos socioeconômicos e alternativas para reparar os possíveis danos que a obra pode causar. Grande parte das dúvidas são relativas a necessidade do derrocamento das rochas subaquáticas e sobre a preservação das Sete Quedas. Os

⁹¹ Jornal Ilha Grande, 21/1/1996, p. 1.

⁹² Disponível em: <<http://www..gov.br/licenciamento/>>. Acesso em: 3 jun. 2011.

pescadores tiveram suas preocupações contempladas nas medidas que o DER vai tomar. Em relação às Sete Quedas, os saltos nada sofrerão, pois o derrocamento acontece a um quilômetro. Com as duas audiências, a de Guaíra e Mundo Novo, o DER vence mais uma etapa no processo de licenciamento da obra de derrocamento. Os trabalhos foram presididos pelo Superintendente do Ibama, Jonel Nazareno Iurk, e intermediado pelo representante do Instituto Ambiental do Paraná Pedro Dias. O diretor do DER, Luís Alberto Kuster, junto com os representantes da empresa responsável pelo projeto do derrocamento, esclareceu todas as questões levantadas pela platéia. Os trabalhos contaram ainda com a participação do representante do Ministério Público, Edson Peters e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, José Roberto Mazacatto⁹³.

Pelo que parece, a audiência pública não compreendeu um espaço de debate e sim de convencimento do restante da população. Como o próprio jornal noticiou, foi apenas “mais uma etapa no processo de licenciamento da obra de derrocamento”. Além disso, o fato é que o RIMA (Relatório de Impactos do Meio Ambiente) sequer estava concluído nesse período para que os órgãos públicos demonstrassem com precisão e clareza os resultados concretos obtidos, e assim saber ao certo os verdadeiros impactos que tal obra causaria ao meio ambiente. Isso se verifica ao mencionarem em que situação permaneceriam as “Sete Quedas e os Peixes”:

As Sete Quedas não serão afetadas, pois o último ponto de derrocamento ficará à distância de 1,0 Km do início do salto 14, que nada sofrerá com a obra. A previsão de impacto letal sobre os peixes deve ser mínima. Isso porque antes da explosão serão feitas perfurações nas rochas subaquáticas e estima-se que com o impacto das trepidações os peixes busquem outros locais para se abrigarem. Para realizar um levantamento sobre os possíveis impactos que as obras terão para os peixes, o DER firmou convênio com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), e Hidrelétrica de Itaipu, o qual demonstrará com precisão as providências necessárias a serem tomadas para minimizar esse impacto. Uma equipe de especialistas em ictiofauna (peixes), com nove profissionais, fará uma avaliação dos estoques atuais e possíveis variações do cascudo preto, durante e após a conclusão do derrocamento. O estudo de ictiofauna é dirigido principalmente ao cascudo preto, porque esta é a principal espécie que habita o substrato rochoso na região de Guaíra. Com os resultados obtidos serão tomadas as devidas providências para compensar os impactos negativos, caso eles venham a ser confirmadas⁹⁴. (grifo nosso).

Na ocasião, o representante do DER e o responsável pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), na presença de “pescadores e líderes da região”, propuseram a realização de estudos com o objetivo de identificar quais medidas seriam necessárias para evitar “o impacto letal sobre os peixes”. Ao que parece, a medida principal foi o estabelecimento de um convênio com a Universidade Estadual de Maringá e Itaipu, que

⁹³ Jornal Ilha Grande, 11/2/1996, p. 1.

⁹⁴ Jornal Ilha Grande, 11/2/1996, p. 1

informariam sobre “as providências necessárias a serem tomadas para minimizar esse impacto”. Ou seja, não havia, no momento da audiência, um prognóstico preciso sobre os impactos ambientais, tampouco sobre as interferências que a obra causaria a pesca.

Isso, em certa medida, pode ser explicado pelo fato de que talvez, mais importante do que esse esclarecimento ao público presente, em especial aos pescadores, estavam as projeções em que o governo do Estado apostou com a realização desta obra em Guaíra. Ao se referirem aos impactos da construção do canal de navegação, os pontos positivos projetados na obra sufocaram qualquer outro efeito negativo que se colocasse como empecilho para a sua realização:

O Governo do Estado tem nas obras de Guaíra um ponto importante para o desenvolvimento do Estado e integração da região Centro-Oeste. A ponte sobre o rio Paraná vai integrar um dos maiores corredores de escoamento da safra. Este será o primeiro canal de navegação do país com este porte e fará a ligação longitudinal de Foz do Iguaçu ao rio Tietê, em São Paulo. A construção desse canal e da ponte de Guaíra vão transformar a região numa importante via de escoamento da produção agrícola. O melhoramento da hidrovia existente no rio vai dinamizar a economia local, contribuir para a geração de emprego e para a redução dos custos nos transportes. Além de colocar os produtos da região em condições vantajosas de competitividade, a obra vai contribuir para o aumento da arrecadação do Estado⁹⁵.

De qualquer modo, o ponto mais ressaltado na posição do representante do DER voltou-se para as melhorias a serem conseguidas com o derrocamento e a construção da ponte e da hidrovia. Mesmo admitindo a probabilidade de danos ao meio ambiente (que seriam minorados a partir de uma intervenção de especialistas – UEM e Itaipu), o representante do DER reafirmou a necessidade da obra como forma de “transformar a região numa importante via de escoamento da produção agrícola”, o que geraria muitos empregos.

Na arquitetura desse evento, os pescadores aparecem ao lado dos “líderes da região”, numa encenação organizada cujo resultado, na opinião do jornal, seria o esclarecimento das dúvidas apresentadas relativamente a tal obra. Nessa reportagem, o jornal indicou ter havido uma pacificação da situação. De modo sutil, passou-se a impressão de que os pescadores foram “esclarecidos” sobre os possíveis danos que a obra do derrocamento iria causar.

1.3 Os Pescadores Avaliam sua Luta contra o Derrocamento

⁹⁵ Jornal Ilha Grande, 11/2/1996, p. 1

Diante do que foi exposto, resolvemos dialogar com o material produzido sobre o derrocamento no sentido de perceber qual leitura foi realizada sobre esse fato. Diferentemente da produção bibliográfica existente sobre as Sete Quedas, e sobre os pescadores da Colônia Z-13, não há muitos registros específicos que tratem sobre a questão do derrocamento em Guaíra. Há apenas um livro produzido pelo autor Hagaides de Oliveira⁹⁶, livro que utilizamos para dialogarmos em relação a algumas questões que achamos problemáticas em relação à questão do derrocamento.

Primeiramente, é preciso observar que a análise sobre o derrocamento realizada pelo autor concentrou-se especificamente no período 1996, não abordando, nesse sentido, a tentativa de derrocamento que ocorreu em 1989. Assim, sem referência à primeira tentativa, o autor afirma que a principal preocupação dos pescadores em 1996 estava centrada em torno da discussão se receberiam ou não as indenizações e não com os danos ambientais que o derrocamento causaria: “A preocupação era com as medidas mitigadoras”⁹⁷. Analisando, porém, o processo de discussão sobre a realização do derrocamento, o que parece não é ter havido uma falta de preocupação com os danos ambientais por parte dos pescadores. Ao contrário, a preocupação era justamente essa. Tanto era que o ressarcimento foi proposto como condição para que os pescadores não tentassem impedir o derrocamento.

De outra forma, afirmar que os pescadores não estavam preocupados com os danos ambientais, ou que estavam “desconectados da temática ambiental”⁹⁸, significa desconsiderar a constituição dos pescadores em movimento social (processo mais visível desde 1989), quando o principal elemento constitutivo da identidade desses trabalhadores foi justamente a defesa em torno de seu meio de trabalho e sobrevivência. A justificativa utilizada pelo citado autor é a de que os pescadores não compreenderam o significado do que seria o derrocamento:

[...] pode-se perceber, em grande parte, o distanciamento da sociedade (pescadores da Colônia Z-13) e da “sociedade acadêmica” (equipe multidisciplinar” quando ocorreu a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do *derrocamento* subaquático à sociedade guairense, em reuniões e na audiência pública em Guaíra. A população foi condicionada à intrepidez do poder do saber⁹⁹.

⁹⁶ OLIVEIRA, Hagaides de. **Pescadores do canal mestre: análise de impacto ambiental e socioeconômico pós-derrocamento** do Rio Paraná em Guaíra. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2008.

⁹⁷ OLIVEIRA, p. 65.

⁹⁸ OLIVEIRA, p. 48.

⁹⁹ OLIVEIRA, p. 48.

Em primeiro lugar, o relatório ambiental não estava concluído quando houve a audiência pública (como ficou evidenciado nas fontes que analisamos), muito menos nas reuniões que antecederam a audiência. Mesmo assim, não parece que os pescadores não tenham entendido o que seria o derrocamento ou os danos que ele causaria. Os pescadores conheciam as conseqüências que as explosões provocariam para o meio ambiente, tanto é que se organizaram em 1989 para impedi-lo. Ao que parece, houve uma pacificação da situação em relação aos pescadores antes mesmo da audiência pública e uma tentativa de convencimento do restante da população presente na audiência, interpretada pelo jornal Ilha Grande como um momento de esclarecimento, embora a intenção era afirmar os “benefícios” que a obra traria para o município.

Analisado de outro modo, como faz o autor, dá a (falsa) impressão que o derrocamento ocorreu apenas porque os pescadores não estavam a par da situação, como se eles tivessem o poder de decisão. Além de retirada a autonomia dos pescadores enquanto sujeitos ativos no processo de defesa do meio ambiente, o autor reduz a problemática ao não evidenciar os interesses políticos que estavam colocados, como já mencionamos.

Além dessa, outra questão que precisamos melhor evidenciar acerca desse processo histórico sobre o derrocamento diz respeito às reuniões que antecederam a audiência pública em 1996. Quanto a ela, o autor afirma:

Para informar a necessidade de audiência pública, foram realizadas reuniões, nas quais abordou os impactos positivos e negativos do empreendimento. [...] A etapa de informação à sociedade acerca dos impactos positivos e negativos foi realizada por meio de reuniões e audiências públicas com a participação das lideranças políticas, empresariais e acadêmicas, as quais deram seu parecer sobre a questão¹⁰⁰.

As reuniões realizadas antes da audiência pública não são vistas pelo autor como uma forma encontrada por políticos e empresários locais de convencer a população sobre a obra de derrocamento (que já estava acordada entre os governos estadual e federal com a prefeitura):

Pela explicação confusa, expressa nas manchetes dos jornais daquele período, transparece o desconhecimento dos palestrantes, tanto em relação às atividades do empreendimento, quanto aos esclarecimentos do impacto ambiental do *derrocamento* à fauna subaquática, apresentando conclusões simplistas nos discursos proferidos¹⁰¹.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, p. 62.

¹⁰¹ OLIVEIRA, p. 63.

Além da população, o autor afirma que os palestrantes desconheciam o que seria o derrocamento, sendo que eram políticos e empresários locais e, portanto, setores bastante interessados na realização da obra. Os discursos e as explicações simplistas que o autor menciona não são interpretados como propositais, intencionais, como formas de realmente não informar a real situação à população, e assim facilitar o processo de convencimento. Quanto à audiência pública, o autor afirma que: “foi aberta ao público e serviu para prestar as devidas explicações sobre o empreendimento e os possíveis impactos ambientais, positivo e negativos”¹⁰². Nesse sentido, a possibilidade de que a audiência pública tenha servido como um mero cumprimento da exigência feita pelo Ibama também não é considerada pelo autor. Da nossa parte, no entanto, a partir do que demonstram as fontes analisadas, apostamos em outra interpretação, a de que o derrocamento já estava decidido bem antes da audiência pública.

Com a realização do derrocamento, os estragos feitos aos pescadores ocorreram no final do ano de 1996, quando o trecho foi construído. Já a pesca ficou proibida durante o período do derrocamento e essa proibição permaneceu por todo o ano de 1997 por determinação do Ibama. Durante esse período, os pescadores tiveram danos que foram reconhecidos e “reparados” por meio de indenização paga pelo DER no valor de R\$ 3.123,00 para cada pescador (num total de R\$ 786.750,00, setecentos e oitenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais), porque estavam proibidos pelo Ibama de pescar por 12 meses. Esse valor compreendeu a primeira parcela do valor acordado entre os pescadores e o juiz. Ficou ainda acertado, que o DER pagaria a indenização complementar após a realização de estudos que avaliassem os prejuízos sofridos. Com os estudos prontos desde 1997, e sem o pronunciamento do DER, os pescadores através da Colônia Z-13 e da Associação Beira Rio, entraram na Justiça pleiteando uma indenização complementar no valor de R\$ 3.147 milhões¹⁰³.

O DER contestou esse valor, justificando que os pescadores já haviam recebido indenização pelo tempo que ficaram privados de efetuarem a atividade, mas que não ficaram proibidos de pescar depois desse período, e que, portanto, não cabia indenização. Considerado pela Justiça improcedente o pedido de indenização, os pescadores novamente contestaram afirmando que as explosões ocorreram na época da piracema e que, portanto, isso ocasionou prejuízos aos pescadores, cabendo nesse sentido indenização. Além disso, alegaram que o DER não estaria cumprindo com o acordo feito durante a audiência

¹⁰² OLIVEIRA, p. 65.

¹⁰³ Jornal Ilha Grande, 19/7/1998, p. 1.

pública, em 1996: “além do que o Requerido não cumpriu o que ficou consignado na audiência pública realizada no dia 06.01.1996, nesta cidade...”¹⁰⁴. Nota-se que, no processo, o acordo aparece entre os pescadores e o DER, e não entre o juiz com os pescadores. Além disso, a data da audiência aparece no processo com data do mês anterior a ela.

Não havendo acordo, os pescadores tornaram a recorrer por uma terceira vez, quando o Ministério Público deu o parecer favorável aos pescadores, mas com valor menor do que os pescadores haviam pleiteado, de R\$1.573.500,00. O advogado dos pescadores novamente recorreu, a fim de que a Justiça revisse esse valor. Foi então considerado pelo juiz que, além do derrocamento, outros fatores também tiveram papel considerável em relação à diminuição do estoque pesqueiro, como assoreamento do rio, a poluição de agrotóxicos trazidos das lavouras, por outros tipos de poluentes jogados no rio, pela pesca predatória e pelo aumento do número de pescadores. Nesse sentido, a indenização a ser paga aos pescadores ficou estabelecida no valor de R\$ 2.077.020,00¹⁰⁵.

Esse processo corre na Justiça desde 1998 e só em 2005 recebeu parecer favorável aos pescadores. A imprensa e muitos pescadores afirmam que o fato de o DER não ter se pronunciado, em relação à indenização complementar, em 1998, deve-se a irregularidades em relação a quem tinha ou não o direito ao benefício. De acordo com informações divulgadas no jornal Ilha Grande em 1998, o fato de o restante do valor não ter sido pago se deve a uma alegação de que muitas pessoas que exerciam o ofício na época do derrocamento, mas que, por terem feito a carteira de pescador, teriam recebido o primeiro pagamento. Esse ato foi considerado indevido pela Justiça, que bloqueou o restante do dinheiro:

A primeira parcela foi paga e a segunda deveria ter sido paga até agosto do ano passado, mas o dinheiro não foi depositado por causa de um bloqueio sugerido pela justiça. A alegação é que muita gente em Guaira que não exerce a profissão de pescador recebeu o dinheiro. [...] Outras informações dão conta de que alguns pescadores da Associação 080 nem a primeira parcela receberam¹⁰⁶.

Devido a essa alegação, muitos pescadores dizem terem sido prejudicados por terem ficado sem receber qualquer valor até 2011. Como o derrocamento ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 1996 e no mês de julho de 1997, todos os pescadores que fizeram carteira de pescador após esse período tiveram o direito à indenização, o que

¹⁰⁴ Processo movido pelos pescadores contra o DER, 20/7/2005, fornecido pelo pescador Jesuíno.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Jornal Ilha Grande, 23/1/1998, p. 4.

foi questionado por outros pescadores que já pescavam. Mesmo assim, no entanto, muitos desses pescadores que iniciaram na profissão após ter ocorrido a obra receberam a primeira parcela da indenização, diferentemente de outros pescadores que já exerciam a profissão e alegam não terem recebido. O conflito pelo direito à indenização se intensificou a partir de 1999, quando a colônia teve uma troca de presidente, e com ela alguns pescadores afirmam ter havido um aumento significativo de pescadores associados à colônia.

A partir desse período, os pescadores tornaram a se dividir, formando dois grupos com interesses distintos. De um lado, os pescadores que já exerciam a profissão antes do derrocamento afirmam serem os únicos que possuem direito à indenização. De outro lado, os pescadores que iniciaram na profissão após o derrocamento, os quais vêm desde esse período realizando diversas manifestações e reivindicações, com o intuito de terem o direito à indenização garantido. Segundo os pescadores mais antigos, essa questão é responsável pelo problema do não recebimento da indenização até 2011. O fato de o número de pescadores ter aumentado significativamente tornou-se para eles um empecilho, já que eles discordam dividir o valor estipulado pela Justiça com os pescadores mais novos. Ao perguntar ao pescador Jesuíno sua opinião sobre o não recebimento da indenização, ele afirma:

Olha de fato é, essa indenização não sei se você tem conhecimento de tudo, de como que é o procedimento legal? A indenização começou o seguinte, em 1997 há catorze anos atrás eles vieram fazer o derrocamento, então pra fazer o derrocamento eles tinha que utilizar aquela área ali pra explodir e tal, tal, tal e coisa. Paralisaram a pesca pra nós por um ano, um ano nós num podemos pescar pra eles fazer o trabalho. E em cima disso aí, depois que eles fizesse o, o derrocamento, aí que eles ia ressarci nós. Então cumo saber o que morreu e o que não morreu, foi dado, foi escolhido uns quarenta e cinco pescador, colocaram pra pescar quarenta e oito hora, chamado de estoque pesqueiro. Em quarenta e oito hora nós chegava e tal a universidade pesava o peixe nosso, marcava e devolvia pro rio, x tonelada, antes do derrocamento. Então se x tonelada você capturo por dia, se multiplicar tinha aquilo ali, aí deram lá uma parcela pra nós de 3000 reais, paralisaram nós por um ano. Se passou o derrocamento, fomo fazer a pesquisa novamente, os mesmo quarenta e poucos pescador, 48 hora pra pescar pra universidade pra vê o... (que tinha prejudicado), exatamente. Aí, porque o cascudo é um peixe sedentário, ele só fica ali, ele não tinha como saí, então conforme explodia ele foi morrendo. Aí deu uma queda de 85% no cascudo, acabou, acabou com o peixe. Aí essa ação, que dizer já tinha que pagar. Aí tudo pronto pra pagar, pra pagar, foi onde houve a mudança de presidente e o Cirineu já entrou e metendo documento e. Aí nós era num total de documento, acho que era quatrocentos e pouco, ai já foi pra mil e pouco e já exigindo que esses outro teriam o mesmo direito e aquela coisarada e aquela balela. E aí o quê que nós fizemos, o nosso grupo de pescador, nós mesmo contestamos a ação dele. Cumo que nós vamos dividi dinheiro com nego que entrou hoje, fez carteira e nem sabe que é o quê. Aí nós contestamos isso aí, então é por isso que tá isso aí¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Jesuíno.

O aumento de associados à colônia é explicado por esse pescador como uma estratégia política do presidente José Cirineu, em 1999. Segundo Jesuíno, o aumento de pescadores foi proposital, como forma de conseguir eleitores, já que o presidente garantia aos mesmos que todos os pescadores que fizessem a carteira de pescador também teriam direito à indenização. O presidente da Colônia Z-13, José Cirineu, é presidente da Colônia há 11 anos e, juntamente com os pescadores que iniciaram na profissão após o derrocamento, vem realizando diversas manifestações a fim de garantir a indenização desses pescadores. De acordo com Jesuíno:

Aí o quê que o Zé fez, ele pegou e queria que todo mundo... fazer política em cima disso. É dividir, tipo assim é, o meu dividia com os outro, o teu dividia, era assim. Aí o pior que ele fez essa, essa cagada, ele fez numa assembléia, aí ele levo lá mil e poucas pessoa e pediu quem tava de acordo, todo mundo ué, se eles não tinha nada a vê com aquilo ali, eles tava ali pá, pá, pá tenta alguma coisa, e aprovou por unanimidade, com certeza, mil e duzentos contra trezentos. Nós protestamos é com isso, aí nós protestamos. Agora se você conversar com quem tem documento de 2000 pra cá, de 2005, todo mundo vai dizer que o Zé tá certo, entende, você entende? porque esse volume de carteira cresceu dali pra cá, de 2000 pra cá, aí eles acha que o Zé tá certo, que eles fizeram carteira pra eles participar da indenização¹⁰⁸.

Para Jesuíno, garantir a indenização em troca de apoio político foi inaceitável. Como ele diz, foi “fazer política em cima disso”. Por outro lado, nem todos os pescadores mais antigos são contrários ao presidente José Cirineu, como diz Jesuíno. Durante a pesquisa, foi possível identificar que, entre os pescadores que pescam há mais tempo, há também uma certa rivalidade e discordância das ações do presidente anterior, Devaldir Capatti, irmão de Jesuíno, e a quem Jesuíno atribui um grande esforço na luta contra o derrocamento. Um desses pescadores é Cleomar, que, ao ser perguntado sobre as manifestações realizadas pelos pescadores, tendo como finalidade o recebimento da indenização, mencionou outra versão sobre a problemática da indenização, diferente daquela afirmada por Jesuíno:

Cleomar: É o seguinte, essa, isso aí virou uma política muito grande esse negócio dessa indenização aí. É que envolveu, envolveu muita pessoa no início, isso aí num é problema de agora né, desde o começo, foi mal feito no começo. No começo o outro cara que era presidente da colônia então ele recebia dinheiro de pessoas que não era pescador pra... eles usava um meio pra receber indenização. Depois daí ele tirou o registro dos pescador sabe. Então o que aconteceu? aí virou, virou uma revolta né, porque muitos pescador não receberam, então de lá pra cá já vem o problema né.

Cátia: Ah, então esse problema já vem antes desse presidente agora?

¹⁰⁸ Jesuíno

Cleomar: É, então é antes, isso aí, já é coisa antiga já, né, que o outro homem lá ele recebia mil reais, quinhentos reais de cada um pra colocar a pessoa.

Cátia: Quem era o presidente?

Cleomar: O Devaldir né, Devaldir Capatti. Sê vê, até outro dia, o dia que ele me encontrou, ele pegou um galão de gasolina vazio assim e bateu na minhas costa e falou assim: é você não vai receber, você votou no João Mandi. Eu num sei se você é de Guaira, você é de Guaira?

Cátia: Sou.

Cleomar: Então se vê, porque na época, era época de eleição e eu tinha votado no João Mandi pra vereador, né, e ele era candidato, aí ele falou: sê não vai receber rapaz, você votou no João Mandi, né, rrsrs (sorriu) e me tirou mesmo (sorriu).

Cátia: E até hoje tem essa disputa pra presidente da colônia, né?

Cleomar: É, até hoje eles que disputa¹⁰⁹.

Ao contrário de Jesuíno, Cleomar afirma ser Devaldir o responsável pelas irregularidades em relação à determinação de quem tinha ou não tinha direito ao recebimento da indenização no período. Além disso, relembra de um fato ocorrido entre ele e Devaldir, para exemplificar que um dos critérios utilizados por Devaldir, para selecionar quem receberia a indenização, estava relacionado àqueles que o elegeram vereador. Nesse sentido, o fato de Cleomar ter votado noutro candidato implicava o não direito à indenização. É válido lembrar que o candidato a vereador e ex-pescador João Mandi, citado por Cleomar, também era um representante dos pescadores.

Tanto a fala de Jesuíno, quanto a de Cleomar apontam irregularidades de ambos os presidentes da colônia. Se, de um lado, Jesuíno atribui a José Cirineu um aumento no número de pescadores por interesses políticos por parte do presidente, por outro lado, Cleomar, ao apontar que Devaldir fazia a carteira de pesca para não pescadores com o intuito de estes receberem a indenização, em detrimento de quem realmente era pescador, sendo que depois as cancelava, demonstra um suposto favorecimento possibilitado por Devaldir a determinadas pessoas. Ainda é importante ressaltar que o aumento do número de pescadores após 1999 pode estar relacionado ao fato de que, após esse período, por intermédio do presidente José Cirineu, ele obteve o direito de a mulher de pescador fazer a carteira de pesca, o que não existia na época em que Devaldir foi presidente da colônia. A crítica ao aumento do número de pescadores pode ter sido utilizada pela oposição como forma de deslegitimar a atuação do presidente da colônia.

Essas questões nos ajudam a compreender as disputas políticas existentes na colônia. Longe de os pescadores serem um grupo homogêneo, como apresenta a imprensa,

¹⁰⁹ Cleomar.

a disputa política entre eles deve tanto ao problema da comercialização do pescado, quando a colônia era uma cooperativa, quanto ao problema em relação ao direito pela indenização, porém a disputa construída a partir da expectativa de direito por parte daqueles que não exerciam a profissão antes do derrocamento pode ser explicada por alguns fatores. Assim, primeiro, o fato de haver a possibilidade de ter garantido o direito à indenização, sem dúvida nenhuma, foi um forte fator para que várias pessoas fizessem suas carteiras de pesca. Ocorre, no entanto, que o aumento significativo de pescadores decorrente desse fato pode ser entendido também como uma consequência da falta de condições no município. Assim, a pesca profissional se apresenta como uma alternativa de trabalho e sobrevivência de muitas famílias. Aliada a essa questão, a possibilidade de obter a carteira de pescador no município propicia, além da regularização profissional, o acesso a determinados direitos, como o seguro desemprego e a indenização, inclusive para as mulheres de pescadores envolvidas no trabalho da pesca, e também, como apontaram vários pescadores entrevistados, serve como um alibi utilizado por muitas pessoas, que, ao invés de exercerem a profissão de pescador, vêm nos últimos tempos se infiltrando em atividades consideradas ilícitas. Nesse sentido, possuir uma carteira de pescador vem assumindo outros significados que não o de regularização da profissão.

Por esse motivo, os pescadores anteriores ao derrocamento contestam qualquer forma de mobilização realizada pelo segundo grupo de pescadores, deslegitimando-os. A cada manifestação realizada na Ponte Ayrton Senna, o DER, como forma de liberar o trânsito, propõe negociações, no entanto os acordos propostos não são cumpridos, conforme analisa Jesuíno:

É tudo ilegal, é tudo ilegal, ficou tentando pressionar o governo pra pagar indenização pra repor tudo esse pessoal que ele tinha feito carteira. Ele tentava fazer aquela mobilização e incluía aquele pessoal no processo. Porque quem deve para os pescadores, no caso é o DER, e quem era responsável pela ponte é o DER, então é uma forma de... tanto que toda a vez que ele fez aquilo o juiz determinou que se retirasse, então quer dizer que não era nada legal (sorriu) nós não participamos, nós ignoramos aquele ato, porque nós sabia que era, que tava lutando por um objetivo que não ia conseguir, em cima de uma ilegalidade, como uma forma de pressionar o governo pra que se apressasse a indenização pra intaxar aquele grupo de, de, dessas coisa aí, de carteira, né?. No entanto que isso aí, esse fluxo de carteira isso só atrapalhou porque na época ele documentou todo mundo e pediu uma aprovação na, pra dividir esse dinheiro pra todos, só tinha quem não era pescador profissional ué, era unânime, aí mandou aqueles papel, aquela ata de assembléia, só atrapalhou. Aí nós, nós reunimos um grupo de pescador e entramos na Justiça contestando, contestamos a forma como ele queria colocar¹¹⁰.

¹¹⁰ Jesuíno.

Jesuíno, ao dizer que os pescadores que iniciaram na atividade após o derrocamento não são pescadores profissionais, por conta dos fatores já citados, acaba homogeneizando a todos, como se não houvesse, após 1999, pessoas que dependessem da pesca para sobreviver, e que fazem dela sua profissão. Nesse sentido, o conflito gerado a partir da expectativa de direito pela indenização acaba por provocar uma descaracterização por parte dos pescadores antigos aos pescadores mais novos.

Mesmo o juiz tendo dado o parecer favorável aos pescadores em 2005, a indenização continua sem ser paga. Há duas possibilidades de explicação para o caso. Uma delas pode ser pelo fato de que os pescadores anteriores ao derrocamento não aceitam dividir o valor da indenização, e entraram na Justiça para que somente eles a recebam. A outra hipótese deve-se ao fato de que o DER questiona na Justiça o valor estipulado pela Justiça. Em 2005, a Justiça determinou o valor da indenização no valor de R\$ 2.077.020,00, como um valor que teria que ter sido pago em 1998. Portanto, com os ajustes, esse valor, em 2005, se aproximava de R\$ 9 milhões, como consta em reportagem retirada da internet:

Os pescadores profissionais de Guaíra, Noroeste do Paraná, formaram uma comissão com representantes da categoria, da Câmara de Vereadores e da Prefeitura, para reivindicar do governo estadual o cumprimento da decisão judicial que determina o pagamento de aproximadamente R\$ 9 milhões em indenizações aos 600 inscritos na Colônia Z-13. Eles alegam que as explosões de rochas para a construção do canal de navegação em 1996 praticamente extinguiram o estoque pesqueiro na região onde estão submersas as Sete Quedas. O DER – Departamento de Estradas de Rodagens informou, por meio da assessoria de imprensa, que concorda com a indenização, mas está questionando na Justiça o valor do pagamento. [...] Na época, a Justiça determinou ao DER pagar R\$ 2.077.020,00 aos pescadores, valor que atualizado se aproxima dos R\$ 9 milhões. O DER diz reconhecer a importância da indenização, mas questiona o montante na Justiça sem citar o valor a ser proposto ¹¹¹.

Além de o DER questionar o valor a ser pago, os pescadores mais antigos, ao entrarem na Justiça contra o pagamento da indenização a todos os cadastrados na colônia, exigiram que a Justiça averiguasse quem realmente estaria exercendo a profissão. Segundo ele:

Nós tivemos a audiência com o juiz, com o promotor, além de impetrar uma ação contra ele no judicial, pessoalmente com o próprio promotor nós se comprometemos em sair com o juiz e o promotor e mostrar quem é quem dentro da água, dentro das casa, entende? e o juiz falou não já que vocês tão fazendo isso aí, isso não vai ter necessidade. Mostrar a realidade aí, aí o juiz bloqueou

¹¹¹ Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2005/09/26/21003-pescadores-paranaenses-cobram-indenizacoes-de-r-9-milhoes.html>>. Acesso em: 31 maio 2011.

tudo e daí deu como é que fala? Como se fala? Indeferiu, indeferiu é, indeferiu o pedido dele, indeferiu o pedido dele. E o juiz indeferiu, acatou, indeferindo eles né, indeferiu o trâmite deles, entanto que as conta foro aberta agora esse ano em janeiro, o próprio juiz mandou que o gerente do banco... porque naquele processo, daquele processo que nós tem pra receber, o juiz tem tudo nosso, CPF, identidade, endereço, o juiz determinou aquela relação, mandou pro banco do Brasil, o próprio gerente abriu as conta pra hora que acerta lá, já cai direto. Inclusive esse dinheiro ta depositado desde o dia 18 de janeiro e já era pra ta... dá trinta e dois mil reais para cada um, tipo assim trinta e dois mil pra mim, trinta e dois mil pra minha esposa, pra seiscentos e vinte e cinco, é da no geral, dá trinta e dois mil reais. Tipo aí tem 11 milhões de reais, são quatrocentos e, seiscentos, o total é seiscentos e pouco com as mulher, agora você vai dividi pra mil e quinhentos? É a mesma coisa que eu pegar meu dinheiro e saí... a minha parte que é legal e saí fazendo papai-noel com o meu dinheiro¹¹².

O valor de R\$ 11 milhões, citado pelo pescador, se refere ao valor da indenização reajustado em 2011. Segundo ele, esse valor está depositado no Banco do Brasil, aguardando que o problema do número de pescadores a receberem a indenização se resolva. No seu entender, o problema em não receber a indenização está relacionado ao aumento de carteiras de pesca, e não ao fato de o DER questionar na Justiça o valor a ser pago. Como o caso está sob o parecer do juiz, Jesuíno acredita que em breve esse fato será resolvido. Em sua interpretação, as imposições feitas pelo Ministério da Pesca em 2011, em relação à renovação das carteiras de pesca, como veremos no último capítulo, não serão consideradas. Ele explica que ter havido várias carteiras cassadas no ano se deve ao aumento do número de pescadores, uma vez que foi e ainda está sendo feito um levantamento sobre quem estaria ou não exercendo a profissão:

Tem essa lista, temo uma lista do Ministério da Pesca da carteira profissional que tá cancelada e tem mais uma lista na Polícia Federal com 530, que esses 530 já tão sendo, já foram indiciado e vão ter que fazer a devolução do seguro desemprego. Essa que ta em segredo de justiça, quinhentas e poucas pessoas que já tá sendo chamada e tá indo lá pra... a Polícia Federal em cima das denúncia a Federal foi investigando e foi chegando na conclusão da veracidade dos fatos, que realmente não é mesmo pescador. Atrapalha toda a instituição, né. Cai 50 pessoas preso, 49 carteira de pescador, nós, nós, como diz nós o pescador mesmo tradicional, nós somo totalmente contra isso aí, entende? nós não concordamos com essa situação. Prende 50 pessoa dentro de Guaira, 49 pescador profissional. Passa trinta pessoa com coisa dentro de Guaira, 29 tem a carteira de pesca, quer dizer, a verdade não é isso aí. Se você pegar o CPF e a identidade do pescador mesmo, nunca, nunca teve problema com polícia, com nada. Então quer dizer, aí teve um grupo de pescador mesmo que começou fazer a denúncia pro Ministério Público e a coisa foi tomando uma proporção¹¹³.

Ao que parece, enquanto o problema do aumento do número de carteiras levantado por Jesuíno não se resolve, o DER ganha tempo quanto ao pagamento da

¹¹² Jesuíno.

¹¹³ Jesuíno.

indenização. Enquanto isso, entre os pescadores a disputa pela presidência da colônia vem se acirrando, uma vez que os pescadores mais antigos se sentem numa posição desfavorável, já que compreendem a minoria em relação ao grupo que está no poder. A cada eleição o resultado é o mesmo, tendo em vista que todos aqueles que possuem carteira de pesca podem votar, independentemente de estarem ou não exercendo a profissão. Indignado com a situação, Jesuíno afirma que, por mais que ele já não possa colocar-se como candidato em oposição, pelo fato de estar aposentado por problemas de saúde, o grupo de pescadores ao qual ele pertence não permitirá que o atual presidente seja reeleito:

Então, e esse grupo que vai concorrer eu posso te dar garantia, eles vão pro promotor, nós vamos, se tiver que interditar aquela eleição com o exército nós vamos interditar, só vamos fazer, vamos fazer valer os direito de voto de quem é o pescador profissional. Esse tipo de pessoa, que nós só conhece ele no dia de receber o seguro, e no dia da reunião, nós não vamos permitir. Sabe que a investigação, faz um ano que tá acentuada nisso aí e nós tá pedindo pressa em cima disso daí, o que tiver de nós embargar esse pleito eleitoral nós vamos... porque da forma que tá não... Essa eleição vai ter que ter um transcorrer legal porque dentro da lei nós estamos legal e nós vamos ser de total transparência nisso aí¹¹⁴.

Jesuíno diz ainda que lutar contra o que para eles são irregularidades na colônia é lutar em defesa da profissão:

Nós às vez, nós o grupo se reúne, eu já tô com 50 ano, meus companheiro, o outro tá com cinqüenta, aí nós fala, é o nosso fim de carreira, é o nosso... mas vamos deixar pra essa geração que tá vindo aí, nós vamos fechar isso aqui... se nós consegui nós num temo certeza, nós vamos ter que passar, infelizmente nós vamos ter que disputar voto com pessoas que não tem nada a ver com a nossa profissão, vamos lutar por esse direito nosso porque a colônia é a nossa casa, entende? Então nós não vamos desanimar, não vamos deixá isso aí nunca¹¹⁵.

Diante de todas essas questões, os pescadores da Colônia Z-13 se apresentam como dois grupos que se antagonizam pelo menos no que se refere à divisão da indenização e, portanto, na constituição da identidade de pescador. Nesse contexto, além dos problemas advindos do derrocamento, a falta de indenização provocou disputas em torno da expectativa de direito em recebê-la e só dificultou ainda mais o recebimento. Ocorre, porém, que, por mais que a questão da indenização provoque disputas no interior da categoria, e em certa medida a desmobilize a partir das divergências, ao mesmo tempo, ela também é responsável por reorganizá-la, quando a une em movimento na luta pelo seu recebimento.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

Assim, o derrocamento causou e ainda vem causando grandes prejuízos, principalmente para os pescadores que viviam da pesca quase que exclusiva do cascudo, afetando drasticamente a vida desses pescadores e seus familiares. Segundo o juiz de Direito da comarca de Guaíra, Christian Leandro Pires de Camargo Oliveira¹¹⁶, o derrocamento retirou as áreas propícias à reprodução da espécie. Embora as “famílias de cascudeiros”, como são chamadas, tenham também como meio de sobrevivência outras espécies existentes no lago, porém escassas, era do cascudo (40 quilos por dia em média) que retiravam sua maior fonte de renda responsável, fato reconhecido pelo próprio juiz.

Já em relação à Itaipu, não há indícios de que no período houvesse algum acordo de indenização firmado com os pescadores pelos possíveis danos que a formação do lago pudesse causar, e nem como condição para a formação do mesmo, como identificamos no caso do derrocamento. Pela pesquisa, verifica-se que o advogado dos pescadores entrou na Justiça contra a Itaipu para requerer indenização em 1997. Na reportagem, noticiada pelo Jornal Rio Paranazão, “Pescadores de Guaíra vão entrar na Justiça contra a Itaipu”, o advogado dos pescadores responsabilizou a Itaipu pela queda da qualidade dos peixes, a fim de que os pescadores fossem compensados pela perda:

A ação contra a Binacional será protocolada em virtude da queda na quantidade do peixe existente no lago. [...] Aparecido de Souza Martins, representante da associação de pescadores localizada na comunidade alega que a Itaipu vem sendo responsável pela baixa qualidade dos peixes existentes no lago. O que provocou essa queda na qualidade dos peixes segundo Aparecido, foi a construção da barragem da Hidrelétrica que está afetando a formação da Piracema que deixa de trazer os peixes considerados nobres, como o dourado e o pintado – “Hoje não existe mais esses peixes no lago. Os pescadores só conseguem pescar pacu, cascudo e outros peixes de baixa qualidade”, disse o advogado. – “E quem está perdendo com isso são os pescadores”, completou. Para ele, a hidrelétrica tem que arcar com todos os prejuízos, indenizando os trabalhadores que dependem do lago. Hoje esses peixes, considerados nobres, estão povoando as águas do Pantanal, de onde eles saíam antes da construção da barragem para no período da Piracema, virem procriar no Rio Paraná. (...) O advogado expôs sua preocupação com a baixa qualidade do peixe existente no lago, e disse que o direito dos pescadores, de tirarem do lago produtos de qualidade, tem que ser respeitado¹¹⁷.

Nota-se, pela reportagem, que o direito dos pescadores citado pelo advogado foi produzido pelo conflito dos pescadores num primeiro momento com a Itaipu, e, posteriormente, com o DER. Embora o direito pela indenização por parte do DER tenha sido produto de um acordo com os pescadores, percebe-se que isso não garantiu o que foi afirmado antes. Entendemos, nesse sentido, que o direito não é algo conseguido facilmente,

¹¹⁶ Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em; 18 out. 2009.

¹¹⁷ Jornal O Paranazão, 24/10/1997, p. 3.

mas fruto de lutas e disputas. Em relação ao DER, a questão das indenizações está determinada juridicamente, embora isso não venha trazendo resultados. Já no caso da Itaipu, do ponto de vista jurídico os pescadores não possuem o direito por indenização. Como noticiado no Jornal O Paranazão:

O juiz da 3ª Vara Federal de Circunscrição Judiciária de Foz do Iguaçu, Erivaldo Ribeiro dos Santos julgou improcedente o pedido de indenização, movido pela Colônia de Pescadores Profissionais de Guaíra contra a Itaipu Binacional. A colônia, por intermédio de uma ação judicial, alegou que a construção da usina causou danos à pesca no reservatório da hidrelétrica. Porém, na sua decisão datada de 9 de dezembro, o juiz acatou a argumentação dos advogados da Itaipu de que particulares não podem questionar prejuízos causados pela formação do reservatório, porque o lago é uma propriedade da União conforme dispõe a Constituição Federal. De acordo com o despacho do juiz, "... não há que se falar em indenização em favor de particulares, tendo como causa a redução da quantidade de peixes no trecho atingido, já que os pescadores não exerciam posse ou propriedade sobre essas águas públicas". Baseado em levantamento efetuado pela Universidade Estadual de Maringá, por meio do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictologia e Aquicultura (Nupelia), Itaipu promoverá uma exposição da situação do seu reservatório para os membros da Comissão Técnica Itaipu, IAP, e Ministério Público (CTIM). A apresentação será feita pelos técnicos da Nupelia. Eles demonstrarão que não existem problemas de caráter ecológico que possam causar problemas à atividade pesqueira no reservatório¹¹⁸.

Curioso observar é que esse argumento não é válido ao derrocamento. Percebe-se também que o pedido de indenização não procede na argumentação do juiz, não porque a Itaipu não tenha prejudicado os pescadores, mas pelo fato de que o lago é propriedade da União, e sendo sua propriedade não cabe indenização a particulares. Na concepção liberal do juiz, o que possibilita o direito à reivindicação é o direito de posse ou a condição de proprietário. Para o juiz, os pescadores não desfrutam de tais direitos, o que os impede de reivindicar qualquer melhoria nesse sentido. No entanto, é preciso problematizar que o direito de uso aos pescadores é negado quando aferem os interesses da União, o que não significa que os pescadores não tenham direito de uso em relação às águas públicas no exercício de sua profissão. Além disso, o discurso utilizado pelos técnicos da Itaipu é o de que os peixes estão se adaptando ao rebaixamento do reservatório:

Os técnicos da área do meio ambiente da Itaipu Binacional constataram que os cardumes de peixes estão se adaptando ao rebaixamento do nível do reservatório da usina. "A afirmação de que os peixes estariam morrendo por causa do rebaixamento é no mínimo leviana", afirmou o biólogo Hélio Fontes, da Binacional. Em função da prolongada estiagem na bacia do Rio Paraná, a Itaipu está diminuindo o nível do seu reservatório para garantir a energia que as outras usinas não podem

¹¹⁸ Jornal O Paranazão, 23/12/1999, p. 8.

produzir por falta de água. Sem Itaipu, o fornecimento de energia elétrica no Brasil entraria em colapso, com conseqüências imprevisíveis para a economia da população. “A quantidade de peixes mortos encontrados até agora é muito pequena, desprezível, e nada indica que tenha relação com o rebaixamento”, explica Fontes. É comum, em qualquer época de ano, se encontrar peixes mortos no Lago. Muitos deles são jogados pelos próprios pescadores, por já estarem em decomposição quando a rede é recolhida ou porque são peixes sem valor comercial. De acordo com o Nupelia, os pescadores profissionais retiram do lago de Itaipu cerca de 1,5 mil toneladas de peixe limpo por ano, ou o equivalente a mais de 2 mil toneladas de peixe bruto. Levando-se em conta que o peso médio de cada peixe seja aproximadamente de 800 gramas, quantidade de exemplares capturados anualmente é superior a 2 milhões e meio. Esse número representa apenas uma pequena parte da população total do lago. O cálculo serve para comprovar que, para o rebaixamento causar um dano significativo na fauna aquática do lago de Itaipu, o número de peixes mortos deveria ser de centenas de milhares de peixes¹¹⁹.

Os argumentos utilizados pelos técnicos da Itaipu revelam que o peso e a importância que a pesca possui em seus cálculos são invisíveis se relacionados à projeção de produção e fornecimento de energia elétrica no Brasil. Devido a essa justificativa, o direito por indenização construído pelos pescadores em relação à Itaipu não alcançou êxito. Já em relação ao DER, mesmo com seu direito reconhecido juridicamente, ele vem sendo motivo de disputas. Isso demonstra que o direito, enquanto discurso, está disseminado na realidade vivida pelas pessoas, mas é por meio de lutas que elas tentam materializá-lo, como ao longo desses anos vem tentando os pescadores. Com a formação do lago, ou com o canal de navegação, percebemos que os interesses que envolveram tais obras apenas contabilizaram o “progresso” e o “desenvolvimento”, porém não para os pescadores.

Após 1997, a formação do lago e o derrocamento passaram a ser noticiados na imprensa como obras que acarretaram prejuízos à pesca e aos pescadores. A reportagem trazia por título: “A Falência de uma Atividade: pescadores profissionais”. “Informativo da Associação Beira Rio de Pescadores Profissionais Proprietários de Barcos Amadores de Guaíra-PR”:

É certo que a construção e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Itaipu trouxe fantástico progresso ao mundo da produção e do bem-estar. Insensível, por outro lado, é desconhecer os desequilíbrios projetados no mundo da natureza e sócio familiar das regiões atingidas pelos impactos estruturais ocasionados. Dentre os descompassos verificados a partir de 1982, justamente quando iniciou-se o fechamento das comportas da maior Usina do mundo, o município de Guaíra passou a presenciar a gradativa falência da atividade pesqueira e a destruição de milhares e milhares de áreas de terras localizadas nas ilhas atingidas pela formação do remanso do Rio Paraná. Ninguém pode negar, aliás até reconhecido

¹¹⁹ Jornal O Paranazão, 23/12/1999, p. 8.

pelas autoridades administrativas e políticas de nosso município e Estado, que os profissionais da pesca vêm, ao longo desse período, experimentando crescentes prejuízos em sua atividade produtiva. Em meio a todos esses desequilíbrios e tendo em mira o progresso a qualquer custo, resolveu o DER, Departamento de Estradas e Rodagem, derrocar as rochas subaquáticas do Rio Paraná, objetivando viabilizar a navegação de embarcações de grande calado. Executaram o derrocamento das prefaladas rochas e com ele destruiu-se também, o hábitat natural do peixe cascudo, fonte de renda de inúmeras famílias de pescadores guairenses. Convém destacar que após uma luta intensa da Associação Beira Rio de Pescadores Profissionais, que congrega todos os pescadores de cascudo, e da Colônia Z-13 de Pescadores, o Governo do Estado do Paraná, através do D.E.R. curvou-se diante do direito líquido dos 186 (cento e oitenta e seis) pescadores profissionais e indenizou pela paralisação da pesca no leito do Rio Paraná compreendido da Ponte até o ponto 080, isto pelo período de 12 (doze) meses. Receberam, na verdade, os Lucros Cessantes pela inatividade por 12 (doze) meses, ficando, no entanto, convencionado que após esse período (que vence no final de agosto próximo) os senhores pescadores receberiam uma indenização complementar, tendo em vista, logicamente, a redução, no estoque das espécies cascudo, armado, pintado, jaú e dourado, verificada naquele espaço do Rio Paraná¹²⁰.

É curioso observar a forma pela qual a reivindicação dos pescadores foi noticiada na imprensa. Ao enunciar a “falência” da pesca como atividade profissional e atribuir isso a Itaipu e ao DER, o título da reportagem permite interpretarmos que a referência à atividade pesqueira parece estar mais relacionada a uma atividade empresarial, do que propriamente à pesca realizada pelos pescadores. Isso em certa medida pode ser explicado porque nesse período, segundo João, a Associação já havia deixado de comercializar o pescado devido à sua diminuição.

O fato é que, diferentemente das reportagens que denunciavam a diminuição da pesca devido à formação do lago, e que não colocavam os pescadores como aqueles que foram atingidos pela obra, percebe-se, que além da denúncia referente aos danos sofridos pela pesca, os pescadores profissionais aparecem como sujeitos desse processo. Dessa forma percebemos que a visibilidade dada aos pescadores pela imprensa, em 1989, se estendeu mesmo depois que a obra de derrocamento tivesse sido realizada.

Chama atenção o fato de que, pouco tempo após o derrocamento, a repercussão na imprensa dos danos ambientais por ele causados não foi ocultada. Ao contrário, a denúncia feita pelo jornal não se relacionava apenas aos danos ambientais, mas também ao fato de que o DER deveria cumprir com o acordo de indenização aos pescadores, que venceria em agosto (um mês após a reportagem ter sido noticiada). Essas questões nos levam a considerar que houve, por parte dos pescadores, uma pressão em relação ao direito de receberem a indenização, levada a efeito tanto pelo presidente da Colônia Z-13, quanto da

¹²⁰ Jornal Ilha Grande, 27/7/1997, p. 26.

Associação Beira Rio, ambos ex-vereadores de Guaíra em 1997. Mesmo não tendo conseguido impedir o derrocamento, continuaram sendo noticiados como um grupo organizado como em 89, porém antes de 1989 não havia, nos jornais investigados, registros das reivindicações dos pescadores. O derrocamento realizado naquele mesmo ano parece ter sido o motivo para os pescadores se constituírem em torno de demandas específicas.

A partir desse período, as reportagens sobre denúncias e reivindicações dos pescadores passaram a serem noticiadas com maior frequência. Em 1998, após o bloqueio da indenização sugerido pela Justiça, os pescadores prepararam um protesto durante a inauguração da Ponte Ayrton Senna:

Os 55 pescadores da Associação de Pescadores Profissionais do setor 080 irão realizar neste sábado um protesto durante a cerimônia de inauguração da Ponte de Guaíra. O objetivo desse protesto é sensibilizar o governador Jaime Lerner quanto à situação de pesca nos locais do lago de Itaipu onde o DER fez o derrocamento de rochas para abrir o canal de navegação exigido pela Marinha. Os estouros de dinamites no fundo do lago para abrir esse canal de navegação afugentaram os peixes considerados nobres pelos pescadores. Desde então, o lago de Itaipu tem oferecido peixes de baixa qualidade e, o que é pior, em pouca quantidade. Para amenizar a grave situação, os pescadores exigiram do DER, na justiça, uma indenização pelos danos provocados durante a construção da ponte. [...] O caso está nas mãos de um promotor público da comarca de Guaíra. A reportagem do Jornal O Paranazão tentou manter um contato com o promotor, mas este está de férias até o final deste mês. Outras informações dão conta de que alguns pescadores da Associação 080 nem a primeira parcela receberam

¹²¹.

Pela reportagem, é possível observar que a indenização aparece nesse momento como algo em disputa. O fato de o protesto ter sido organizado apenas com os pescadores do ponto de pesca 080, e não com todos os pescadores da Colônia Z-13, demonstra um conflito entre os próprios pescadores profissionais quanto ao direito à indenização já em 98. Tendo em vista que o ponto de pesca 080 é ponto de pesca em que trabalha Jesuíno, é possível que já naquele período o grupo de pescadores que ele diz serem os “verdadeiros” pescadores já se organizava para reivindicar o direito à indenização e brigar em relação àqueles que deveriam ou não recebê-la. Percebe-se, ainda, que foi veiculado, nesse período, o fato de alguns pescadores terem ficado sem receber a indenização, por isso na mesma reportagem foram destacadas as condições de vida e de trabalho a que os pescadores estavam submetidos, a partir dos danos sofridos com o derrocamento:

O presidente da Associação do 080, Belchior Gonçalves de Souza, disse que a justiça tem que ser feita para aqueles que realmente são pescadores: “já venceu no dia 28 de agosto do ano passado (o pagamento da parcela). Está atrasado

¹²¹ Jornal O Paranazão, 23/1/1998, p. 4.

demais”, salienta Belchior. Segundo ele, o Ministério Público já deveria ter se posicionado sobre o pagamento da última parcela e resolvido de vez essa situação. [...] O presidente lamenta a falta de organização de outras entidades ligadas à cultura pesqueira no município, e adverte que se o problema não for solucionado agora, muita gente vai passar fome. [...] “Quem está sofrendo é só nós”, disse o presidente. Os pescadores de Guaira vivem o pior momento nos últimos anos. Praticamente todas as espécies de peixes consideradas nobres foram embora, por causa do derrocamento das rochas. Além disso, os peixes considerados de baixa qualidade e que seriam uma alternativa de pesca, estão em pouca quantidade no lago. Para comprovar tudo isso a Reportagem do Jornal O Paranazão percorreu o trecho com o presidente da Associação. A reclamação é uma só: “Se a Itaipu não construir um novo canal para trazer os peixes de volta e o nosso dinheiro não for liberado o jeito vai ser procurar outras paradas de pesca”¹²².

O fato de ter sido veiculado que “justiça tem que ser feita para aqueles que realmente são pescadores”, indica irregularidades quanto ao recebimento da indenização para quem não exercia a pesca como profissão. Na inauguração da ponte, portanto, como haviam anunciado, os pescadores se fizeram presentes com seus barcos, numa tentativa de chamar atenção do governo Jaime Lerner para a causa dos pescadores: “Os pescadores fizeram um protesto discreto, em barcos eles esperaram a passagem do Governador Jaime Lerner pela ponte para apresentarem algumas faixas pedindo indenização e mais atenção para categoria”¹²³. Enquanto isso, a cerimônia de inauguração da ponte transcorria em meio aos discursos de políticos locais e estaduais, comemorando o término da ponte como um “marco de uma nova era”¹²⁴ que traria o “progresso” e “desenvolvimento”¹²⁵. Nas palavras do prefeito Manoel Kuba ao se referir à ponte: “Esta obra é o pulsar dos corações de todos os cidadãos guairenses, sul-mato-grossenses e paraguaios, trazendo progresso para a região”¹²⁶.

Ainda em 1998, os pescadores foram novamente noticiados em função de uma reunião com políticos locais em que se reuniram e discutiram alternativas diante da ruim situação que estavam vivenciando.

Na reunião vários pescadores contaram aos vereadores a suas dificuldades, situação de miséria em que vivem hoje. Na oportunidade estavam presentes os advogados que representam os pescadores, os Doutores Acyr Golveia, e Aparecido Martins, além dos presidentes da Associação Beira Rio, João Lima Moraes e da Colônia Z-13, Devaldir Capatti. Ficou decidido que será criada uma comissão para ir a cidade de Curitiba, tentar uma audiência com representantes do DER. A situação dos pescadores é tão miserável que solicitou até a hipótese de que o DER passasse ao mesmo cestas básicas, até que o problema seja

¹²² Jornal O Paranazão, 23/1/1998, p. 4.

¹²³ Jornal Ilha Grande, 1º/2/1998, p. 2.

¹²⁴ Jornal Ilha Grande, 1º/2/1998, p. 1

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Jornal Ilha Grande, 1º/2/1998, p. 1

resolvido ou amenizado, e que os pescadores ou parte deles acampassem próximo as instalações do DER, pedindo por justiça. João Lima Moraes, Presidente da Associação Beira Rio de pescadores, acredita que o problema seja resolvido, antes que os pescadores tomem uma atitude mais drástica, até porque esse é um ano eleitoral, e deve-se aproveitar esse momento. Na oportunidade, pescadores contaram que dificilmente se consegue algum peixe na área derrocada e quando se consegue os mesmo estão contaminados¹²⁷.

Nessa reportagem nota-se tanto a Colônia Z-13 quanto a Associação Beira Rio reivindicando o recebimento da indenização, inclusive perante vereadores da cidade. Após esse período, as reportagens sobre os pescadores da Colônia Z-13 continuaram a serem veiculadas, porém após esse período não identificamos mais nenhuma reportagem sobre a Associação Beira Rio. Além das reportagens referentes ao pedido de indenização ao DER, após 1998 outras denúncias e reivindicações foram noticiadas pela Colônia Z-13. Em uma delas, veiculada em 1999, o jornal Rio Paranazão repercutiu uma denúncia do advogado dos pescadores, Aparecido Martins, relativamente aos danos ambientais ocorridos em Guaíra: “É preciso que alguém faça alguma coisa, é preciso que as autoridades ambientais tomem consciência da situação porque em pouco tempo estaremos sentindo ainda mais o efeito desse crime ambiental”¹²⁸. Na ocasião, o advogado dos pescadores denunciava o rebaixamento do lago ocorrido em 1999, o que, na sua avaliação, comprometeu a desova dos peixes. Através de seu advogado, os pescadores foram representados por um discurso político engajado do ponto de vista das políticas locais.

A partir desse período, tornou-se comum encontrar denúncias sendo noticiadas tanto pelo advogado quanto pelos pescadores, como pode ser observado na reportagem seguinte, em que o pescador Nilson Carlos Cirineu expôs sua situação:

Não podemos ser feitos de palhaço, nós fomos prejudicados pelas barragens desde quando represaram o lago, impedindo que os peixes chegassem ao Rio Paraná. Não adianta a gente se conscientizar em defender o meio ambiente se as próprias barragens fazem uma destruição de grande monta¹²⁹

Intitulada “Não podemos continuar sendo feitos de palhaço”¹³⁰, essa reportagem diferenciou-se de outras. Além da denúncia sobre a situação vivenciada pelos pescadores, tal reportagem teve como preocupação informar que tais denúncias foram noticiadas a partir da procura de um pescador à redação do jornal. Além disso, tal reportagem possibilitou a hipótese de que as reportagens relacionadas às denúncias dos pescadores,

¹²⁷ Jornal Ilha Grande, 26/6/1998 p. 9

¹²⁸ Jornal O Paranazão, 10/12/1999, p. 1

¹²⁹ Jornal O Paranazão, 25/5/2001, p. 1

¹³⁰ Jornal O Paranazão, 25 de maio de 2001, p. 2.

principalmente aquelas noticiadas a partir de 1999, quando a colônia passou a ter um novo presidente, foram feitas a partir da procura dos pescadores à imprensa e não mais através de seus representantes Devaldir (presidente da Colônia Z-13) e João Mandi (presidente da Associação Beira Rio). Isso pode ser percebido através da seguinte frase: “Nilson Carlos Cirineu coloca à tona mais uma vez a situação precária em que vivem os pescadores de Guaíra”¹³¹, demonstrando que tal ação já teria ocorrido outras vezes. Isso evidencia que, a partir de 1999, os pescadores continuaram sendo noticiados na imprensa sem a intervenção de representantes que já tinham visibilidade e influência, principalmente pelo fato de terem sido vereadores no município.

Assim entendemos que, a partir de 1999, os pescadores continuaram sendo noticiados na imprensa por constituírem um movimento forte a ponto de a imprensa noticiar as demandas dos pescadores. Isso evidencia a força e a expressividade que ganhou o movimento, ao exercer pressão em relação ao que reivindicavam.

Embora a reportagem acima faça menção e atribua os danos ambientais à formação das barragens, foi a partir do derrocamento que começaram surgir denúncias feitas pelos pescadores na imprensa. No entanto as reportagens noticiadas a partir de 1999 marcam uma diferença em relação às reportagens noticiadas anteriores a esse período. A partir de 1999, os pescadores deixaram de serem noticiados tendo em vista a representação que tinham do presidente da Colônia Z-13 (Devaldir), ou então do presidente da Associação Beira Rio (João Mandi), ambos ex-vereadores de Guaíra. Passaram, então, a serem noticiados a partir da procura do novo presidente da Colônia, José Cirineu, à imprensa. Ou seja, passaram a ser noticiados por eles próprios. Isso demonstra que, a partir desse momento, os pescadores começaram a aparecer como atuantes e como uma ameaça ao discurso hegemônico que privilegia o “progresso” e o “desenvolvimento” como sendo de todos, por pressionar e reivindicar seus direitos. Iniciou-se também, na imprensa, reportagens que demonstraram preocupações com a categoria profissional dos pescadores, reportagens essas que até hoje são noticiadas como processos paliativos. Esses processos paliativos, na maioria das vezes, foram e são noticiados como uma parceria entre o poder municipal e a Itaipu, chamando atenção o caráter da imprensa, o de não ocultamento dos problemas vivenciados pelos pescadores, mas, por outro lado, tentando passar uma imagem de que os problemas estão sendo solucionados. Sejam eles através de promessas, como o

¹³¹ Jornal O Paranazão, 25 de maio de 2001, p. 2.

frigorífico de peixes, projeto tanque-rede, água encanada nos pontos de pesca, casa para os pescadores nos pontos de pesca, transformação da colônia em cooperativa, etc.

Já em relação à proposta recente de derrocamento, não encontrei reportagens sobre danos ambientais a ela atribuídos, nem sequer estão sendo mencionados os prejuízos que os pescadores possam vir a ter caso essas obras sejam realizadas. No próprio *site* da AHRANA nota-se que a questão ambiental é a que menos importa frente os interesses da empresa de garantir o transporte hidroviário:

Muito se fala sobre os impactos que as hidrovias causam sobre o meio ambiente. Toda ação humana, algumas mais outras menos, causa impacto ao meio ambiente. Desde que o homem descobriu a exploração dos recursos naturais para melhorar seu conforto, a utilização desses recursos vem sendo gradativamente crescente, nem sempre com os devidos cuidados para uma exploração racional desses recursos. Assim, a grande preocupação hoje para a conservação dos recursos deve considerar não só as necessidades das populações atuais como das populações futuras. Por isso a importância dos aspectos de conservação ao meio ambiente estabelecidos hoje em dia pela sociedade, através de leis específicas, como também pela manifestação das Organizações não Governamentais (ONG's) preocupadas com o tema. Há porém que se tratar o tema de modo científico e não apaixonado, como algumas vezes se observa. Nesse sentido pode-se dizer que o transporte hidroviário é comprovadamente o de menor impacto ambiental, segundo dados apresentados por estudo elaborado por uma instituição de pesquisa alemã¹³².

Através da naturalização histórica das ações humanas, em relação ao meio ambiente, a empresa tenta legitimar e justificar o transporte hidroviário como sendo de menor impacto ambiental. Além disso, como muitas empresas, a AHRANA também se utiliza do discurso de sustentabilidade, ou seja, de preservação e conservação de recursos naturais para as gerações futuras, porém esse discurso não altera muita coisa em relação aos problemas ambientais e sociais. Na verdade, o objetivo está em assegurar as condições de classe para uma geração futura. Isso se legitima quando a empresa vem afirmar que o tema deve ser tratado de modo científico, isto é, coloca o desenvolvimento tecnológico como o único responsável por resolver os problemas hoje existentes, sem, no entanto, levar em consideração que é ele o responsável por provocar não apenas os problemas ambientais como também sociais.

Desconsiderar o desenvolvimento tecnológico científico como primordial seria, na concepção da empresa, tratar o tema ambiental de modo apaixonado. Ou seja, o desenvolvimento capitalista aparece como desenvolvimento de todos. Aparece como

¹³² Disponível em: <<http://www.ahrana.gov.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

inevitável, de tal modo que os problemas ambientais e sociais, também inevitáveis, são, nessa via, racionalizados, integrados e naturalizados.

Por outro lado, a preocupação dos pescadores com a nova proposta de derrocamento já pode ser sentida. Durante a pesquisa, ao perguntarmos sobre os prejuízos que o derrocamento anterior trouxe aos pescadores, esses já demonstraram suas angústias ao saber que novamente podem ter a pesca afetada. Pescadora desde 1986, Maria Aparecida expôs sua opinião sobre a questão dizendo:

Prejudicou, é o que mais ainda ajudou prejudicar mais ainda porque você vê foi soltado bomba ali pra quebra aquelas pedra que foi pnhado né, foi onde teve muita mortação de peixe. Teve bastante peixe morto, então prejudicou muito, que nem inclusive agora tão falando de novo, se eles for mexer de novo vai sê um outro problema pra nós pescador né, porque vai atrapalhar nós de novo¹³³.

Além de responsável por uma grande mortandade de peixes, como lembrou Maria, o pescador Ari, que exerce a profissão há 12 anos, explicou que o derrocamento foi responsável por muita contaminação, o que os tornou impróprios para o consumo. E, da mesma forma que Maria, demonstra sua preocupação ao se lhe perguntar sobre a nova proposta de derrocamento:

Ah, aquele lá prejudicou, né, aquele lá estragou os cascudo preto tudinho, contaminou por causa de bomba. Tá vivo, tá tudo vivo aí mas não presta, a carne dele virou geleia. Diminuiu bastante, né, pegar, pega, mas não pega que nem antigo, né, antes de estourar a pedreira aí e, diz que vai estoura de novo, né?¹³⁴

De resto, por mais que a nova proposta de derrocamento não venha sendo divulgada na imprensa, a oportunidade de acesso ao caso permitiu compreender o andamento desse processo. Embora a nova proposta de derrocamento ainda esteja sendo debatida judicialmente, como vimos anteriormente, o município de Guaíra, apostando na realização da obra, já possibilitou a concessão de um terreno para que a empresa AHRANA se instale para a realização da mesma.

Nesse sentido, frente à ameaça de um novo derrocamento, os presidentes das colônias da região que será atingida (caso a obra se realize), juntamente com os advogados que as representam e o ex-vereador e presidente da Colônia Z-13, Devaldir, estão movendo a ação contra a nova proposta de derrocamento.

¹³³ Maria Aparecida.

¹³⁴ Entrevista com Ari, em 12 de março de 2011.

A ação¹³⁵ vem sendo movida contra o Ibama, no sentido de impedir o processo de licenciamento ambiental, requisito exigido para a realização de obras relacionadas ao meio ambiente, ao DNIT e à União. A ação movida pelas colônias de pescadores possui como exigência impedir o processo de licenciamento ambiental, e que o Ibama apresente estudos detalhados sobre os impactos que o meio ambiente pode sofrer com a realização da obra.

Através da ação, as colônias reivindicam o impedimento do processo de licença ambiental devido ao fato de que o Ibama se nega a apresentar o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório Impacto ao Meio Ambiente). No lugar desses estudos, o Ibama quer apresentar apenas o RCA (Relatório de Controle Ambiental), justificando que a obra pretendida causará pequenos danos. Quanto a isso, o Ibama se defende dizendo:

O empreendimento em análise, de forma geral, gera impactos de pequena abrangência e baixa magnitude, significa dizer que, os impactos a serem causados possuem baixa significância, podendo ser analisados à luz de um estudo mais específico e direcionado, como é o caso do Relatório de Controle Ambiental – RCA, mesmo porque eles estão adstritos a um único ecossistema (aquático fluvial), ao invés da exigência de um estudo amplo como é o caso do EIA/RIMA, onde são detectados impactos significativos em ambientes variados¹³⁶.

O fato de o Ibama não querer apresentar um estudo mais amplo sobre o caso revela os impactos que a obra pode vir a causar, além do que, se o empreendimento não causa danos, qual o motivo pelo qual o Ibama se recusaria apresentar os estudos do EIA/RIMA? Além dessa questão, ao referir que os impactos com a obra não serão significativos, automaticamente o Ibama desconsidera a pesca, e atribui a ela uma atividade sem importância.

O Ibama ainda se justifica dizendo que possui autonomia sobre como deve proceder e que o poder judiciário, caso determine que o processo de licenciamento seja suspenso, estaria abalando o Estado democrático de direito. Utilizando-se do mesmo discurso, o DNIT afirma que, ao proceder à ação, haveria uma agressão ao Estado de Direito. Em defesa do procedimento adotado pelo Ibama, o DNIT diz que não há razões para desconsiderar o estudo feito até o momento, pelo fato de que possuem as mesmas garantias, além de que estaria gerando novos gastos públicos e a demora com a realização da obra acarretaria prejuízos à população:

¹³⁵ Informações retiradas da ação civil pública nº 2009.70.04.002046-5 (PR) movida pelos pescadores da Colônia Z16 de Altônia/PR, contra o Ibama, DNIT, e União. A Colônia Z13 também está movendo a ação no mesmo processo, diferenciando apenas a defesa, à qual não tivemos acesso.

¹³⁶ Contestação da ação nº 2009.70.04.002046 (PR) movida pelos pescadores, por parte do Ibama.

O conjunto dessas obras, diretamente associadas à operação do Sistema Paraná – Tietê depende do derrocamento previsto. É importante estratégia para o desenvolvimento econômico e social regional a utilização do anel rodoviário paranaense formado pelas cidade-pólo, sendo este o meio de se integrar todas as regiões do Paraná, nas cidade e no campo, de forma que toda e qualquer política, programa ou obra traga necessariamente benefícios aos diversos segmentos da atividade humana, tendo sempre como objetivo o desenvolvimento econômico e social da região. A partir dessa ótica, a hidrovia poderá criar, como foi apontado acima, condições para o desenvolvimento agrícola e industrial de vastas áreas ribeirinhas, permitindo a fixação do homem à terra¹³⁷.

Embora o desenvolvimento ao qual se refere o DNIT aparece como sendo de todos, e que a obra pretendida trará benefícios a diversos segmentos, para os pescadores, a realização de um novo derrocamento, tendo em vista os malefícios já feitos à pesca com o primeiro derrocamento, acarretará ainda maiores danos. Essa, no entanto, não parece ser a opinião expressada pelo governo federal. Além das justificativas do Ibama e do DNIT, o governo federal também se pronunciou a respeito do caso. Dando total legitimidade e autonomia às ações do Ibama e do DNIT, ele afirma que a ação movida pelas colônias está no plano da futurologia uma vez que alega não haver provas sobre os danos que a obra causará:

Dessa forma, a petição inicial não passa de um exercício de futurologia... [...] Ademais, não há qualquer início de prova, a cargo da autora, acerca da possibilidade de ocorrer o alegado dano ambiental. A atividade de derrocamento do Rio Paraná não é inédita, mas já foi realizada há muitos anos, nas proximidades do mesmo local. As obras, àquela época, atingiram plenamente o resultado esperado, não tendo havido dano ambiental algum. No presente, dispendo-se de técnicas mais modernas e melhores equipamentos, resta óbvio que as obras de derrocamento subaquático não oferecem o menor risco de dano ao meio ambiente. Ainda, como visto, foram sopesadas em estudo ambiental as possíveis conseqüências para a ictiofauna da região, não havendo prejuízos significativos¹³⁸.

Além da afirmação de que o derrocamento anterior não causou nenhum dano ambiental, da mesma forma que o Ibama, a União desconsidera a importância da pesca ao atribuir aos possíveis danos do novo derrocamento prejuízos não significativos. Negando os danos já causados à pesca, e desconsiderando como significativos os que possivelmente virão com a obra, a União utiliza como justificativa o aumento de pescadores nas colônias de pescadores¹³⁹:

¹³⁷ Contestação da ação nº 2009.70.04.002046 (PR) movida pelos pescadores, por parte do DNIT.

¹³⁸ Contestação da ação nº 2009.70.04.002046 (PR) movida pelos pescadores, por parte da União.

¹³⁹ A ação analisada é referente à colônia de pescadores Z16 localizada em Altônia/PR, no entanto, como informou a advogada que cuida do caso e que possibilitou o acesso ao processo, todas as ações relacionadas às colônias são iguais e estão sendo pleiteadas no mesmo processo, diferenciando apenas as defesas das mesmas. Nesse sentido a Colônia Z13 possui a mesma ação em mãos de outra defesa, ação à qual não tivemos acesso.

Aliás, o elevado número de associados da entidade autora revela que a atividade de pesca profissional na região conta com um grande grupo de trabalhadores, sendo de se concluir que o cenário não é tão desfavorável como se alega. Na medida em que há centenas de pescadores profissionais associados a uma única colônia de pescadores, localizada no pequeno município de Altônia/PR, dentre tantas outras colônias que existem na região, é de se concluir que a atividade pesqueira na região não tem passado por grandes crises, a ponto de afetar a economia das famílias que dela dependem¹⁴⁰.

Através de uma visão funcionalista, a União, ao referir-se à pesca, associa o aumento do número de pescadores à sua possibilidade de sobrevivência, no entanto em nenhum momento é levado em consideração em que condições econômicas os pescadores estão sobrevivendo com a pesca, tampouco os fatores que os levaram a essa atividade, e os que os levam a permanecerem nela. Embora o governo federal se refira, na citação acima, à Colônia Z-16 localizada em Altônia/PR, suas alegações se direcionam a todas as colônias, uma vez que as ações correm na Justiça sob o mesmo processo.

Se não bastassem essas alegações, o governo federal ainda procura justificar a realização da obra apontando para alguns efeitos que a sociedade sofreria, caso o processo de licenciamento ambiental seja revogado:

Com a pretendida paralisação dos procedimentos de licenciamento ambiental que estão em andamento junto ao IBAMA, pode-se perceber uma série de efeitos danosos para os anseios desenvolvimentistas da nação. A começar pelo desperdício de investimentos, os empecilhos para a ampliação da capacidade da Hidrovia Paraná – Tietê, gera diariamente um enorme prejuízo para a economia, num país que não pode se dar ao luxo de gastar recursos financeiros sem retorno, porque estes se mostram tão escassos em áreas fundamentais para a população, como a saúde, a educação, a segurança pública. Não há dúvida de que a sobrecarga hoje existente no sistema de transporte terrestre apresenta maiores danos ambientais do que se o transporte estivesse sendo feito por hidrovia. Até mesmo em razão da poluição decorrente das emissões de gases pelos motores de caminhões e dos riscos de acidentes, com o conseqüente derramamento de cargas às margens das rodovias e nos rios, impõe-se a urgente ampliação do sistema hidroviário. Assim, tem-se um círculo vicioso que determina o emprego de investimentos privados num setor da economia mais poluente e menos econômico. A prevalecer o entendimento defendido pela autora, estar-se-á alimentando esse círculo, numa armadilha da qual a coletividade dificilmente conseguirá livrar-se no futuro¹⁴¹.

O governo federal diz que estaria desperdiçando dinheiro público caso houvesse a paralisação dos procedimentos de licenciamento ambiental para adotarem outro procedimento. Ocorre, no entanto, que o procedimento que vem sendo negado por ela e pelo Ibama permitiria um estudo preciso sobre o caso, a saber dos possíveis danos

¹⁴⁰ Contestação da ação nº 2009.70.04.002046 (PR) movida pelos pescadores, por parte da União.

¹⁴¹ Contestação da ação nº 2009.70.04.002046 (PR) movida pelos pescadores, por parte da União.

ambientais. Ao contrário, o governo federal, ao mesmo tempo em que não demonstra nenhuma preocupação com o meio ambiente, ao negar a necessidade desse estudo, reivindica o transporte hidroviário por causar menores danos ao mesmo. Ou seja, a construção da hidrovía evita danos ambientais, porém não importam os danos advindos com sua construção. Ao supor os benefícios gerados pela ampliação da hidrovía, o governo federal afirma que os pescadores, além de outros setores na sociedade, se beneficiarão com a obra, no entanto, assim como ele não contabiliza os danos que os mesmos sofrerão, também não diz como os pescadores serão beneficiados:

Não só as grandes empresas e seus colaboradores serão beneficiados pela ampliação da hidrovía; também os pescadores profissionais, os pequenos produtores agrícolas, os pequenos empresários, os comerciantes locais, os prestadores de serviços da região, os profissionais liberais, enfim, todos os setores da economia perceberão o considerável desenvolvimento econômico da região. [...] Toda a região será beneficiada pela utilização da hidrovía¹⁴².

A ação contra a nova proposta de derrocamento vem sendo movida desde 2009. De lá pra cá, por várias vezes, os advogados conseguiram derrubar o pedido de revogação da ação tanto em relação ao Ibama, ao DNIT e à União. Além de pedir o cancelamento do processo de licenciamento ambiental e exigir estudos que demonstrem com precisão os danos ambientais que a obra de derrocamento pode vir a causar, a ação movida ainda pleiteia uma indenização no valor de R\$ 10.000.000,00, caso não consigam por meio da Justiça impedir a realização do novo derrocamento.

A partir da pesquisa, porém, identificamos que não há o envolvimento propriamente dos pescadores na ação movida pelas colônias. Isso demonstra que a indenização está desconectada dos pescadores. Consiste em algo que vem sendo negociado por alguns, sem a garantia de que todos os pescadores terão acesso, como ocorreu com a indenização em 1996. Essa questão pode ser evidenciada na fala de Jesuíno. Em sua concepção, a ação movida pelas colônias tem exclusivamente a intenção de receber o ressarcimento. Isso fica claro quando ele menciona como lucraram os advogados que defendem a colônia, da mesma forma como já tinha mencionado anteriormente os supostos benefícios recebidos pelo juiz. Segundo ele:

Por que na época quando ele queria, (DER) queria, veja bem, quando ele queria porque queria fazer o derrocamento, nós pegamos e contratamos um advogado em nossa defesa pra contestar o derrocamento né, nós não sabia lá na frente o

¹⁴² Contestação da ação nº 2009.70.04.002046 (PR) movida pelos pescadores, por parte da União.

quê que ia dá, pra contestar com nós o derrocamento. Até que um dito cujo dia me chega um juiz que nos convoca lá dentro pra nós não impedi o progresso, que teria que sê feito é, um acordo pra ressarci. Aí os advogado pegou uma puta de uma carona, pra quem tava ganhando merrequinha, aí quando falou em ressarci aí entrou os honorário deles, em 25% eles nos cobraram. Daquele valor, dos setecentos e cinqüenta mil reais que foi depositado pra dividir entre os pescador eles tiraram 25% entendeu? Aí pagaram, já receberam aquela parte, continuaram na ação pra ressarci, pra tudo, o complemento total do derrocamento que e esse valor de 11 milhões e pouco que já ta depositado. Agora se soma 25%, dá três milhão, três milhões, o advogado é que vai pegar dinheiro nisso aí. Aí dividi pra eles dois, pro Acir Golveia e pro Aparecido. Então se entendeu como que é? Aí depois com a minha irmã aí, depois que... nós nem sonhava que a minha irmã ia sê advogada, aí que a minha irmã se formou advogada, aí quando começo ter essa discussão aí do, do, a hidrovía, aí como já, nós já tinha brigado e conseguido êxito, os pescador se encostou ne nós, o quê que nós vamos fazer? vamos briga judicialmente. Já... não adianta querer impedi, vamos pedi ressarcimento, se entende? Aí ela pegou a colônia de mundo novo, pegou a Z 16, pegou Porto Camargo, Porto Rico, tudo junto com ela aí, não é só de um, um, uma colônia, é quatro, cinco colônias¹⁴³.

É curioso observar que Jesuíno se refere a indenização de 1996 como algo em que obtiveram “êxito”. O mais curioso é que ele não atribui o “êxito” aos pescadores de uma forma geral, mas a ele e supostamente a seu irmão, quando menciona “nos já tinha brigado e conseguido êxito”. Isso certamente porque, em sua concepção, alguns pescadores só conseguiram a indenização devido à mobilização que realizaram, organizada nesse sentido por seu irmão Devaldir. Ou seja, Jesuíno vê como “êxito” o recebimento da indenização em 1996, em detrimento de não terem conseguido impedir o derrocamento, e faz isso considerando unicamente a atuação de seu irmão Devaldir, e não dos pescadores de uma forma geral. Por outro lado, a fala de Jesuíno também permite interpretarmos que a luta dos pescadores estava pautada senão no impedimento do derrocamento, mas na possibilidade de serem compensados pela perda que sabiam que sofreriam. Por isso, serem compensados, diante o fato de não conseguirem impedir a obra, e ainda correrem o risco de não serem ressarcidos, justifica, em certa medida, a posição de Jesuíno, de considerar a indenização como “êxito”.

De qualquer forma, a fala de Jesuíno não demonstra uma pretensão de querer impedir a obra de derrocamento. Com a nova proposta de derrocamento, a expectativa de Jesuíno está voltada ao recebimento de indenização, embora a ação movida pelas colônias esteja voltada também ao impedimento da licença ambiental. Como ele diz:

Jesuíno: Esse novo derrocamento então que vai sair, cê tá sabendo, né? Da hidrovía, esse é minha irmã que tá segurando, mas tá segurando até, ela é advogada, até não sai esses honorário gordo dela. O advogado tem esses lado aí,

¹⁴³ Jesuíno.

então os pescador contratou ela pra ela... entrou com uma ação pedindo ressarcimento. Num pede, ela num barra nada, ela pede ressarcimento, porque esse derrocamento aí vai se só o pau. Ó o ano passado ela teve uma reunião com os procuradores da República, tudo molecada de 27, 30 ano, e eles num chacoalharam o paletó contra ela não. Não, vamos ver, vamos ressarcir, vamos acertar doutora, só que nós temor que fazer a hidrovía, aí esse dinheiro é, como é, é orçamentado no PAC... E ela tem audiências diariamente sobre a hidrovía.

Cátia: Então dessa vez os pescadores não estão pensando em impedir?

Jesuíno: Não, é ressarcir, vai impedir uma obra, um montante, se o derrocamento que era pequenininho já deu trabalho, imagina uma obra do PAC, do governo Federal, quem que impede isso aí? Quem que impede isso aí? Aí, aí, veja bem, aí é até essa área aqui próxima ta acabada, tá coma minha irmã, mas dali pra cima já tá com outros advogados na mesma ação, entende com que é? Daí vai abrindo essa esteira até São Paulo¹⁴⁴.

O fato de Jesuíno não ver possibilidades de os pescadores impedirem a nova obra de derrocamento pode ser explicado pela experiência que tiveram em 1996. Por outro lado, sua fala também revela certa intencionalidade diante da nova proposta de derrocamento, a chance de conseguirem novamente outra indenização. De certo modo, isso pode ser entendido como uma forma encontrada, inclusive, por sua família, que, por muito tempo, sobreviveu na cidade por meio da monopolização do comércio de peixe, de levar vantagem com a nova proposta de derrocamento, já que lutar para impedir a obra é entendido por esse pescador como algo em vão.

Isso revela a falta de insegurança que permeia a vida de Jesuíno, enquanto pescador, como a de vários outros pescadores, o que também pode ser entendido como uma forma de assegurar um recurso financeiro que lhe garanta a sobrevivência. Se assemelha ainda à atitude tomada pelos políticos locais, a de consentirem o derrocamento, mas que para isso fossem compensados. O que resta saber é se todos os pescadores terão direito à indenização, como não ocorreu com o derrocamento de 1996. As evidências nesse sentido, tanto aquelas relacionadas à fala de Jesuíno, quanto aquelas relacionadas ao fato de a ação estar sendo movida pelo ex-vereador, advogados e presidentes das colônias possibilitam a compreensão de que a indenização se tornou um negócio.

Com a nova proposta de derrocamento, a maneira encontrada pelas colônias para impedir a ampliação da hidrovía está na ação judicial apontada pelo pescador Jesuíno como provisória. Para o restante dos pescadores pode ser, porém, que a ação não tenha o mesmo significado que para Jesuíno. Talvez ela consista e seja vista por eles como uma forma de impedir mais um dano à sua forma de trabalho.

¹⁴⁴ Idem.

No capítulo seguinte, buscarei analisar as políticas públicas federais e estaduais relacionadas à pesca. A intenção é compreender as interferências que tais políticas possuem no trabalho dos pescadores, além das interferências sentidas pelos pescadores pelos danos ambientais. Além disso, aliada as políticas pesqueiras, problematizarei a atuação que vêm tendo a Itaipu em relação aos pescadores, através da criação de projetos que visam modificar o trabalho desses trabalhadores, numa dinâmica inserida nos moldes capitalistas, o de produção para a indústria.

CAPÍTULO 2

OS PESCADORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SETOR PESQUEIRO

2.1 As Políticas Públicas Federais

É possível compreender e explicar as mudanças que afetaram o Rio Paraná a partir da perspectiva dos pescadores profissionais de Guaíra. A constituição do lago de Itaipu, ocorrida no início da década de 1980, parece ter sido a razão que colocou em movimento diversos pescadores que se viram obrigados a viver novas relações de produção à medida que o lago modificou a realização da pesca e as espécies de peixe até então presentes no rio e objeto do trabalho daqueles pescadores. Logo na sequência os pescadores enfrentaram, já em meados da mesma década, a ameaça do derrocamento de um grande trecho do rio Paraná devido à “necessidade” de tornar o rio navegável de modo a dinamizar a economia local. Uma vez mais os pescadores desconfiaram que seriam prejudicados pela obra “modernizadora”. Atentos a esse evento eles pressionaram o DER fazendo-o vir a público explicar os prováveis desdobramentos no que se referia aos peixes e à sobrevivência dos pescadores. Apesar de impedirem e adiarem a obra, em 1996 nova batalha ocorreu, porém perdida. Naquele momento já de 1989, os pescadores mostraram-se como um sujeito coletivo, articulados juridicamente e com argumentos qualificados sobre as consequências daquela obra.

A atuação coletiva dos pescadores foi capaz de colocá-los em evidência na agenda do Estado, particularmente de Itaipu, responsável direta pela formação do lago e pelo desaparecimento de espécies de peixe que garantiam o sustento de dezenas de famílias de pescadores. No ano de 1997 os pescadores haviam conseguido uma indenização no valor de R\$3.123,00 (para cada pescador), do DER devida ao fato de ter interrompido a atividade pesqueira por período contínuo decorrente das explosões que abriram e aprofundaram um trecho do rio Paraná. Há, porém, aqueles que afirmam nunca ter recebido esse valor, o que demonstra irregularidades no que diz respeito ao processo indenizatório. Mais de uma década depois persistiam naquele lugar vivendo como pescadores, verdadeiros sobreviventes das explosões que mutilaram o Rio Paraná e com ele o ganha pão de muitas famílias. Muitos deles já dependiam de outras atividades além da pesca para sobreviver, e sua insistência em não desaparecerem como pescadores certamente funcionou como pressão sobre Itaipu, num contexto político marcado por um questionável compromisso de muitos países com a preservação do meio ambiente e da presença humana nele.

A presença dos pescadores materializada por suas reivindicações e na persistência em sobreviverem da pesca serviu como pressão também em relação à criação de políticas públicas. Nesse sentido procuramos, neste capítulo, evidenciar não apenas as interferências sentidas pelos pescadores devido aos danos ambientais, como também compreender em que medida as políticas pesqueiras se relacionam com o trabalho dos pescadores profissionais. Aliada a tais políticas, analisamos então a atuação da Itaipu em relação aos pescadores no contexto de diminuição da pesca extrativista, tentando perceber a estreita relação que a estatal possui com o Estado na dinamização de projetos sociais. O capítulo tem ainda o objetivo de identificar as novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná, relacionadas à atividade pesqueira, principalmente a atividade criatória de peixes, e como as políticas públicas vêm sendo criadas nesse contexto capitalista como forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial. É também objetivo, nesse capítulo, apresentar o circuito da produção do pescado em Guaíra e, por fim, as percepções dos pescadores em relação aos projetos criados pela Itaipu.

A intervenção do Estado na atividade pesqueira não é recente. De acordo com Eduardo Schiavone, apesar de uma história remota de intervenção na atividade, a presença do Estado no setor pode ser percebida em três momentos demarcados. O primeiro deles desde a formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra no

século XX, quando, “[...] como estratégia de consolidação deste organismo das forças armadas, a Marinha atrelou a si os pescadores brasileiros, através da criação do sistema organizativo da categoria – Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores” (CARDOSO, 2009, p. 8).

O segundo momento citado por esse autor está relacionado à “modernização conservadora” da pesca promovida pela SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), criada em 1960. Baseada no modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar, a criação desse órgão provocou uma “modernização” conservadora no setor pesqueiro, ocasionando “concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais” (CARDOSO, 2009, p. 8).

O terceiro momento se refere à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que, segundo o autor, “[...] trazem desafios recentes para o ordenamento da atividade pesqueira em mar alto, bem como questões para uma geografia política dos mares” (CARDOSO, 2009, p. 8). Além desses momentos demarcados pelo autor, a presença do Estado na atividade pesqueira recentemente foi contemplada com uma nova lei da pesca, através da criação do Ministério da Pesca, em 2003, e com o Plano Mais Pesca e Aquicultura, em 2008. Essa política voltada ao setor está relacionada a outras que priorizam a questão ambiental, por isso constantemente é utilizado o discurso de sustentabilidade como forma de possibilitar a resolução dos problemas socioambientais.

Atrelado à problemática ambiental, o discurso propagado por tal política tem como intuito gerar renda aos pescadores e aquicultores e produzir um alimento saudável para a população. Por esse motivo, a aquicultura a nível nacional vem ganhando espaço e um lugar privilegiado nas políticas públicas, que acreditamos ser também uma estratégia do governo voltada a concretizá-la como um negócio promissor e lucrativo¹⁴⁵ no país, como é divulgado por essa mesma política.

A justificativa de tal política se relaciona ao fato de que o setor pesqueiro foi historicamente pautado por políticas descontinuadas, em que o Estado brasileiro esteve ausente no que diz respeito a projetos de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, das comunidades pesqueiras e de políticas estratégicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura:

Na área social, a pesca era vista como uma atividade marginal. O pescador tinha poucas perspectivas de melhoria de suas condições de trabalho e inexistiam

¹⁴⁵ Informações disponíveis em: <[http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos_e_politicas/docs/Plano %20Mais%20Pesca%20e%20Aquicultura.pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos_e_politicas/docs/Plano%20Mais%20Pesca%20e%20Aquicultura.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2011.

políticas de desenvolvimento social para a pesca artesanal [...] Havia, portanto, carência de políticas integradas e integradoras que, associadas aos princípios de inclusão socioeconômica, identidade territorial e respeito ao meio ambiente, proporcionassem ao Governo Federal a realização de ações estratégicas ao atendimento das diversas demandas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Brasil¹⁴⁶.

A criação do Ministério da Pesca nesse sentido é tida pelo governo como uma forma de resolver os problemas vivenciados pelos pescadores. Além disso, é atribuída a essa política a resolução dos problemas ambientais, a partir da qual o desenvolvimento da aquicultura supostamente preservaria a pesca extrativista. Essa questão se torna significativa devido ao fato de os problemas ligados ao meio ambiente aquático serem explicados e relacionados pelo governo à pesca extrativista. Qualquer outro elemento causador de degradação é ocultado nessa interpretação, que apela ao discurso de preservação. Para isso, busca-se criar uma nova forma de produção, que, em tese, não causaria danos ao meio ambiente.

Dentre os desafios propostos por essa política pesqueira, o aumento da produção é enfatizado fundamentalmente como forma de garantia alimentar, geração de renda, aumento do consumo do pescado e preservação ao meio ambiente. Para isso prioriza-se, nessa política pesqueira, o desenvolvimento da aquicultura: “O aumento da produção pesqueira está relacionado, especialmente, ao desenvolvimento da aquicultura, que apresenta grande potencial de crescimento”¹⁴⁷. Outra justificativa utilizada pelo governo é a de que há no Brasil grande potencial de águas a serem exploradas com o desenvolvimento da aquicultura e que a pesca extrativista, além de escassa, não tem apresentado possibilidades de crescimento:

Assim, o Governo se comprometeu a atuar em dois pontos considerados essenciais: o licenciamento ambiental e a cessão das águas de domínio da União (onerosa e não onerosa). A pesca extrativa, no mar ou nas águas continentais, tem possibilidades restritas de crescimento, haja vista o histórico das pescarias no Brasil e no mundo....¹⁴⁸

Através do projeto de desenvolvimento da aquicultura, o Ministério da Pesca se utiliza do discurso de que está possibilitando uma política mais próxima da sociedade. Esse

¹⁴⁶ Informações presentes no artigo "Incentivo à Aquicultura", disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

¹⁴⁷ Informações do artigo "Incentivo à Aquicultura" disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

¹⁴⁸ Idem.

projeto é divulgado como se fosse fruto da participação e da vontade da população, que estaria tendo a oportunidade de partilhar o poder do Estado:

O desenvolvimento econômico e social passa pela participação da própria comunidade. Por isso, construir espaços de discussão, onde diferentes vozes estejam reunidas para dialogar e decidir, é o mesmo que partilhar o poder do Estado na implementação das políticas públicas. [...] A abordagem territorial no enfrentamento da pobreza, da exclusão social, da degradação ambiental, das desigualdades regionais, sociais e econômicas são os objetivos dessa política. [...] Definidos como prioridade pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura, os Territórios aproximam o Governo e a sociedade que passam a unificar esforços para que todos ganhem com isso. Trabalhadores, empresários, pesquisadores, lideranças municipais, estaduais e federais, gestores públicos e a sociedade civil como um todo¹⁴⁹.

O trecho citado acima informa uma imagem do Estado unido com diversos sujeitos sociais, afirmando que não existem separações entre um e outro. Com esse tipo de visão, tenta-se ocultar de fato a identificação das classes sociais que partilham o poder do Estado. Passa-se a ideia, portanto, de que todas as classes sociais compartilham com a mesma intensidade do poder do Estado, que possuem os mesmos direitos e oportunidades. Desconsideram-se, com tal afirmação, apresentada como homogênea, as desigualdades sociais existentes na sociedade. De outro modo, é preciso compreender o Estado como relação social e identificar nos projetos de sociedade criados pelo Estado, os reais interesses com sua criação e quais classes sociais esses projetos contemplam, para além do que é divulgado.

Ao contrário disso, o discurso utilizado pelo governo homogeneiza e engloba todas as classes sociais, como se todas tivessem em seus projetos a contemplação de suas necessidades. Nosso esforço nesse sentido foi tentar compreender em que medida os objetivos expostos em relação ao projeto de desenvolvimento da aquicultura se restringem àqueles noticiados, tentando compreendê-lo através das percepções dos trabalhadores.

Chama atenção, ainda, o caráter ideológico que envolve as justificativas desse projeto, o qual enfatiza a importância da pesca e dos pescadores na economia nacional como forma de convencer a sociedade de uma forma mais ampla, de que existem políticas públicas que vão ao encontro das necessidades dos pescadores:

Grande parte do pescado de boa qualidade que chega à mesa do brasileiro é fruto do trabalho dos pescadores profissionais artesanais. São eles os responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais de 500 mil toneladas por ano. A pesca artesanal é muito importante para a economia

¹⁴⁹ Informações disponíveis em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/territorios>. Acesso em 1º ago. 2011.

nacional. Ela é responsável pela criação e manutenção de empregos nas comunidades do litoral e também naquelas localizadas à beira de rios e lagos. São milhares de brasileiros, mais de 600 mil, que sustentam suas famílias e geram renda para o país, trabalhando na captura dos peixes e frutos do mar, no beneficiamento e na comercialização do pescado¹⁵⁰.

O enaltecimento da pesca e dos pescadores, e o destaque de sua importância para a economia nacional, fazem parte da política social utilizada pelo governo e podem ser entendidos como uma estratégia utilizada para demonstrar que existe a valorização da categoria a ponto de criar projetos a eles direcionados. Além do aspecto econômico, ainda é destacado o valor cultural que possui a pesca no país:

A pesca artesanal também tem grande valor cultural para o Brasil. Dela nasceram e são preservadas até hoje diversas tradições, festas típicas, rituais, técnicas e artes de pesca, além de lendas do folclore brasileiro. Os pescadores profissionais artesanais têm papel fundamental no desenvolvimento sustentável do país, até porque é do mar, dos rios e lagos que eles tiram o seu alimento e renda¹⁵¹.

É contraditório o Estado falar em “preservação” de técnicas e artes de pesca tendo em vista que a política empregada enfatiza bem mais a criação de peixes do que a permanência da pesca extrativista. Além dessa questão, encontramos no discurso governamental certa intencionalidade. Ao afirmar a dependência que os pescadores têm em relação a rios, mares e lagos como seus meios de sobrevivência, se tenta responsabilizá-los pelo comprometimento que devem ter com o projeto de desenvolvimento sustentável. Esse discurso ainda os culpabiliza pela degradação ambiental, pela escassez de espécies de peixes, como se eles tivessem que contribuir, por dever, com o projeto, sem questioná-lo, mesmo que isso lhes causasse perdas no que diz respeito à sua profissão, aos seus modos de vida e de trabalho. Nesse discurso se percorre um caminho iniciado com a valorização da pesca e dos pescadores até chegar à divulgação do projeto de sociedade, que, acreditamos, pretende-se que seja aceito pelos pescadores:

O Ministério da Pesca e Aquicultura vem investindo na reestruturação do setor, com a construção e reforma de entrepostos e terminais pesqueiros, dos Centros Integrados da Pesca Artesanal e no incentivo à criação de associações e cooperativas de produção. O pescador artesanal voltou a contar com linhas de crédito para financiar a recuperação e construção de embarcações e a implantação de pequenos frigoríficos e unidades de beneficiamento, entre outras ações estruturantes. Todas elas, incluindo as políticas de inclusão social, geração de renda e agregação de valor ao pescado, priorizam a melhoria do trabalho e da vida desses trabalhadores¹⁵².

¹⁵⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

¹⁵¹ Informações disponíveis em: <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

¹⁵² Idem.

Mesmo assim, no entanto, os investimentos citados pelo Ministério da Pesca parecem não ir ao encontro da resolução dos problemas vivenciados pelos pescadores profissionais de Guaíra. Ao dialogar com os trabalhadores, tomamos conhecimento de que as linhas de crédito enfatizadas pelo governo não resolveram seus problemas como é propagado pelo Ministério. Pelos relatos, muitos pescadores que contraíram dívidas através de financiamentos para compra ou reforma de equipamentos não conseguiram saldar suas dívidas.

Muitos pescadores explicam por que não foi possível quitar suas dívidas, apontando, principalmente, dois fatores. O primeiro deles pelo alto valor de juros cobrados, pois se trata do mesmo financiamento feito a agricultores (Pronaf). O segundo elemento diz respeito ao fato de a pesca não ser suficiente para os pescadores garantirem sua sobrevivência e ainda saldar suas dívidas. Nesse sentido, ao invés de ajudá-los, o financiamento veio prejudicar ainda mais as condições de muitos pescadores, que são considerados devedores ou maus pagadores perante a sociedade, de acordo com muitos relatos.

Essa questão teve repercussão para os agricultores do município. Considerando o grande número de pescadores que não conseguiram saldar suas dívidas, o governo cortou os financiamentos. Frente a isso, os agricultores passaram a reivindicar a abertura da linha de crédito por meio do sindicato de trabalhadores rurais para que pudessem contrair novamente o empréstimo. Nesse sentido, durante as entrevistas com os pescadores foi comum, em suas falas, eles se referirem à questão do Pronaf quando perguntados sobre alguma melhoria em relação à categoria no últimos tempos.

Esse foi o caso, por exemplo, do pescador Roberto, que se recordou de duas melhorias: o direito à carteira de pesca concedido às mulheres de pescadores e o empréstimo por meio do Pronaf. Mesmo assim, no entanto, em relação ao empréstimo, ao mesmo tempo em que Roberto o percebe como uma melhoria, por outro lado deixa no ar a dúvida de que talvez não o tenha ajudado: “Teve também aquele empréstimo, num sei se ajudou muito, mais teve aquele empréstimo, nove mil”¹⁵³. No momento em que entrevistava Roberto, o pescador Cleomar, chegando da cidade ao ponto de pesca no qual reside, próximo a Roberto, se aproximou e opinou sobre o empréstimo por meio do Pronaf:

Cleomar: Tá certo que nós foi um pouco lesado naquilo lá, mais ainda tá bom, né. Porque eles fizeram... nós que tem conhecimento de motor essas coisa, então nenhuma firma compro esse material pra vende pra nós, eles venderam no preço

¹⁵³ Entrevista com Roberto e Luzia, em 4 de junho de 2011.

que quis. Nós paguemos três e meio, quatro, em Marechal Candido Rondon era três mil.

Cátia: E vocês compraram aqui em Guaira?

Cleomar: É, paguemos juro alto, então naquilo lá nós fomos lesado, a colônia¹⁵⁴.

Na concepção de Cleomar, não houve por parte da colônia uma pesquisa de preço em relação aos motores de barco que pretendiam adquirir, no sentido de favorecer os pescadores. Cada pescador os adquiriu de forma individual, por falta de instrução por parte da colônia, embora em sua fala ele se refira a “nenhuma firma”. Em diálogo com os dois pescadores foi possível identificar que, além da falha da colônia em não realizar a pesquisa e brigar por melhores preços, houve outros elementos que os pescadores avaliam como negativos em relação ao empréstimo. De acordo com Roberto: “fala a verdade, foi muito pesado o negócio. Fala a verdade, a maioria não consegue nem pagar, num consegue pagar, num consegue. Não todos, né”¹⁵⁵.

A falta de condições para pagar a mensalidade do empréstimo é apontada por Roberto como uma das dificuldades para quem contraiu o empréstimo. Já Cleomar, além da falta de condições, cita várias outras situações em que as pessoas contraíram e não pagaram o empréstimo e a exigência feita pelo Banco do Brasil para que fosse possível o acesso dos pescadores ao recurso:

Cleomar: O pescador ele não tem isso tudo, então, muitos pegou o benefício e num deu nem satisfação, né, tem pessoas aí que num sabe tirar leitura do relógio certo, então ele num sabe de nada, aquilo que dá certo ele vai atrás. E outra o tipo que o banco fez com nós também foi, foi meio ruim porque, aí um assinava pro outro né, um pescador assinava pro outro, então aquele que num pagava, eu mesmo to ciprocado, porque os dois cara que eu assinei morreu os dois. Eu to pagando a minha, pago mil e poucos reais por mês é, por ano, e meu nome, nunca vou ficar limpo porque os cara, eu assinei pros cara e morreram, eu vou ficar sujo o resto da vida, mesmo pagando minha conta¹⁵⁶.

Cleomar se refere a diversas situações para explicar a falta de pagamento de muitos pescadores: aqueles pescadores que possuem a carteira e não exercem a profissão e que, mesmo assim, contraíram o empréstimo; os pescadores que por falta de estudos talvez não tenham compreendido ou não tenham tido esclarecimento sobre o empréstimo e a exigência do banco de o pescador avalizar outros pescadores como requisito para a aquisição do empréstimo. Desta forma, por mais que um pescador honre com sua conta, ele fica responsável pela conta de outras pessoas de que tenha sido avalista. Tanto no caso de

¹⁵⁴ Cleomar.

¹⁵⁵ Roberto.

¹⁵⁶ Cleomar.

Cleomar quanto de Roberto, as pessoas que eles avalizaram morreram e, segundo eles, as dívidas só seriam liquidadas mediante seguro.

Cleomar: Aqui em Guaira morre muita gente matada, né. Então mataram os dois cara... Mas cê sabe o quê? A gente tem que pagá um seguro, né, então todo o ano nós tem que pagar um seguro, esse ano mesmo eu não alembro que eu paguei seguro, então se nós tivesse pagado seguro... então o seguro não cobre. Então foi... e nem um dos cara tinha pagado quando eles morreram, sabe, e aí ficou, morreu o finado Ricardo e o finado meu primo¹⁵⁷.

Roberto: Os dois que fizeram comigo morreram também. Os dois que fizeram comigo morreram também. Um foi matado e o outro foi...¹⁵⁸

Por ser uma exigência do Banco, o empréstimo só é efetivado mediante avalista. De outra forma, os pescadores não conseguiriam ter acesso ao empréstimo. Por esse motivo, tanto Cleomar quanto Roberto, mesmo saldando suas dívidas, continuarão como devedores para o banco e impossibilitados de contraírem outro empréstimo caso necessitem. Esses pescadores ficam também impossibilitados de terem crédito no comércio devido à restrição no CPF. Cleomar vê essa questão como um problema hoje para os pescadores que se encontram nessas condições, pois, além das restrições, caso adquiram algum bem, este fica sob o risco de compensar a dívida.

Cleomar: O gerente falou pra mim se a gente tiver um carro novo, uma moto nova, eles pode tomar de nós. Então se vê, então com isso aí nós estamos enrolado, né. E o banco deveria assim fazer cada um individual, né, eu me responsabilizo por mim, cada um. Agora fizemos um grupinho de quatro, cinco pessoas, agora como você vai fazer isso num grupo de quatro, cinco pessoa e vai da certo? até na família é difícil se fazer um empréstimo com quatro na família que já não vai dá certo... Então, e eu fui no banco várias vez tentar pra ver se mexia com isso aí, mais num tem nada, o quê que eu vou fazer, eu num consigo pagar, o meu eu tou pagando, tem vez, tem ano que eu pego empréstimo de outro banco pra paga o banco do Brasil, né, mais tou pagando, graças a Deus, né, aí...

¹⁵⁹

O fato de o pescador se ver obrigado a contrair outro empréstimo para saldar o Pronaf leva-nos a considerar que os juros cobrados anualmente pelo Banco do Brasil estão fora do orçamento de muitos pescadores. Enfatizado pela imprensa, e certamente de conhecimento dos pescadores, como um benefício que os ajudaria na compra ou reforma de novos materiais de pesca, muitos pescadores, como Cleomar e Roberto, conseguem perceber a estratégia utilizada pelo banco como forma de garantir os valores que foram contraídos. Mesmo assim, no entanto, o fato de os pescadores avalizarem uns aos outros

¹⁵⁷ Cleomar.

¹⁵⁸ Roberto.

¹⁵⁹ Cleomar.

não se apresenta como uma garantia de recebimento do dinheiro por parte do banco, devido à falta de condições dos pescadores. O resultado foi o endividamento de muitos, sob pena de terem algum bem confiscado e sofrerem restrições de compra em todo o comércio.

Em relação a isso, Cleomar novamente se refere à falta de organização em que se desenrolou esse fato, demonstrando a necessidade que tinham de ter um melhor esclarecimento tanto em relação à aquisição de equipamentos, de forma coletiva, onde poderiam brigar por um melhor preço, como já apontado por esse pescador, e também em relação à forma como se efetivou a realização do empréstimo:

Cleomar: Esse empréstimo pra nós ele veio muito mal organizado, na linguagem do banco lá, que nem eles lá são ligeiro, eles fizeram um jeito pra eles num perder, mas só que nós, entre nós que num temos estudo, num conhecemos de lei, pra nós foi prejuízo, né, igual tá acontecendo com muitos aí. Que nós num conhece de lei, entendeu? Nós num conhece de lei, nós vamos assinando e vamos, né, achando que vai dar tudo certo, nós acaba acreditando e aonde que nós, pode dá certo e pode não dá, né¹⁶⁰.

Na divulgação realizada pela imprensa, o Pronaf-Pesca foi apresentado como um benefício, que, além de ajudar os pescadores na compra de equipamentos de pesca, também poderia ser utilizado para outras finalidades:

O Banco do Brasil liberou esta semana os primeiros recursos para os pescadores de Guaíra, que estão cadastrados no Pronaf-Pesca (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O financiamento para pesca distribuirá valores de R\$ 1,5 mil, com juros de 4% ao ano, podendo ser reduzido com o pagamento em dia. O programa, do governo federal, é voltado para a promoção do desenvolvimento do setor pesqueiro e tem como objetivo principal financiar o pescador artesanal, para que possa desenvolver uma sustentabilidade econômica e ambiental. Existe um interesse muito grande da secretaria municipal de Agricultura e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater) em incentivar a distribuição dos benefícios no município de Guaíra, colaborando para que o pescador profissional possa utilizar esses recursos para a aquisição de equipamentos para trabalho ou investir em atividades alternativas para os períodos difíceis da pesca. O Banco do Brasil espera poder atender em torno de 300 profissionais em Guaíra, mas acredita que esse número possa ser ampliado¹⁶¹.

Pela reportagem observamos que a imprensa considerou o fato de que a pesca passa por períodos difíceis, mas que, mesmo assim, os pescadores poderiam utilizar o recurso em “atividades alternativas”. Ou seja, o importante na divulgação do “benefício” feita pela imprensa é que ele existe. E se a pesca não trouxesse retorno, o recurso poderia ser

¹⁶⁰ Cleomar.

¹⁶¹ Jornal Rio Paranazão, edição 415 (sem data no *site*). Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

utilizado em outras atividades, certamente naquelas em que os pescadores teriam que “inventar”, como forma de conseguirem sobreviver e saldar a dívida, porém isso ficou suposto como um problema unicamente dos pescadores.

Apesar da “boa” intencionalidade por parte do governo, noticiada na imprensa, a forma pela qual o “benefício” foi apresentado aos pescadores não se efetuiu exatamente nesses termos. Ao perguntar ao pescador José sobre alguma melhoria nos últimos tempos para os pescadores, ele comenta:

José: Saiu um Pronaf no banco, mas um monte que entrou lá num pode pagar, tá tudo enroscado no banco, lá, uma bronca pesada. Eu não entrei não nesse dinheiro, não, por causa que eu fui lá conversar com a moça lá que tava fazendo esses papel lá. Eu falei pra ela, espera lá, ela queria assim: que eu assinava os meu, pra eu compra só barco, rede, traia assim sabe, pro rio, né. Aí eu respondi pra ela: escuta, se saí esse dinheirão aí, não tem como a gente fazer assim um outro tipo pra aumenta a renda pra gente poder paga o banco? Ela disse que não podia, que o dinheiro tinha que usar no rio. Aí eu falei: a senhora tá pensando que o rio vai dá tudo esse dinheiro aí de volta? Certo. Eu falei, eu não quero não, vou pensar, depois eu volto aí, e não voltei mais. Não compensava jogar esse dinheiro nessa traia, porque sabe o que acontece? A gente põe lá no rio, rouba muito a gente, é de perder, vem um pau e arranca leva embora, todo ano você tem que comprar rede senão num. Agora mesmo eu tou com as minha rede aí tudo nova, pronta, as outra que tá aí só ficou o bagaço. Você joga a rede na água o outro dia tá enroscado, pau, né. Agora fazer uma bronca dessa daí, os que tiraram o dinheiro também não fizeram nada. Tem cara aí que nem comprou nada¹⁶².

Na fala de José, percebemos três motivos pelos quais esse pescador não contraiu o empréstimo Pronaf: o primeiro diz respeito ao fato de o pescador não ver perspectivas de saldar a dívida no banco apenas com recursos provenientes da pesca; o segundo motivo por ser exigido do banco que o recurso fosse investido apenas nos equipamentos de pesca, ao contrário do que expôs a imprensa; e em terceiro pela incerteza de retorno financeiro devido às constantes perdas que ocorrem com o material de pesca, sejam elas através de roubo ou pelos próprios riscos no rio. Como comenta a pescadora Teresa, esposa do senhor José: “de quatro em quatro mês tem que compra um pano”¹⁶³.

Pela incerteza de conseguirem saldar o empréstimo no banco, José e Teresa preferiram comprar aos poucos seus equipamentos de pesca. Em diálogo com eles, relataram a dificuldade em adquiri-los:

Teresa: O material que nós tem foi segurando.

José: Foi. Até o barco e o motor não é muito bom, mais foi tudo mordido assim, entendeu.

¹⁶² Entrevista com José, em 5 de março de 2011.

¹⁶³ Entrevista com Teresa, em 5 de março de 2011.

Teresa: Eu falei, pega o seguro meu, e vai lá e compra madeira.

José: Eu peguei o seguro dela, comprei madeira, por dois ano ficou por debaixo da casa. Depois eu fui segurando mais um pouco, segurando. Eles compraram, pegaram esse Pronaf, aí, com esse motor, o cara veio pelo pescoço e eu tinha dois mil real, peguei e soltei porque o motor tá valendo quatro e, é quatro seiscentos e cinqüenta. Eu falei vamos guarda esse dinheiro aí que uma hora vai pintar um motor bom, no jeito (sorriu), mas não deu outra. O cara apertou, veio com três mil, eu dou dois se você quiser assim eu dou. Ah, não, não dá não, voltou. Quando foi no outro dia, quando foi no outro dia ele chegou e encostou aqui, aí eu comprei o motor, o motor a óleo diesel, é bom o motor.

Teresa: Ta com cinco ano já.

José: Nunca deu problema.

Catia: E antes vocês pescavam a remo?

José: A remo, fiquei três ano aqui a remo, chalana. Pnhava rede, tirava rede, pegava cobra, sucuri, pegava tudo¹⁶⁴.

Nesse sentido, observamos que não é suficiente a existência de projetos por parte do governo federal, como o Pronaf-Pesca. A realidade vivenciada pelos pescadores não lhes oferece condições materiais para saldar uma dívida como a que foi contraída por muitos deles. Por vivenciarem condições econômicas parecidas como a de José e Teresa, muitos pescadores viram no Pronaf-Pesca a oportunidade de adquirir um barco com motor e melhores materiais como forma de facilitar seu trabalho no rio, mas acabaram endividados. Outros, mesmo conseguindo pagar suas dívidas, acabaram tendo que assumir dívidas de outros. Já os que não contraíram empréstimo tiveram que enfrentar suas dificuldades, como José e Maria, guardar suas economias e contar com a sorte de conseguirem comprar um equipamento usado por um menor preço. Diante do que foi exposto, é possível notar que a existência de projetos e de políticas públicas não dá conta dos problemas presentes na realidade social, embora sejam divulgados como solução.

A política pesqueira elaborada pelo governo Lula está pautada na proposta adotada em seu governo, de combate à pobreza e de diminuição das desigualdades sociais. Essas questões são abordadas na divulgação do Plano Mais Pesca e Aquicultura, de forma relacionada aos pescadores, embora reconheça que um dos elementos que objetiva essa política se refere ao controle social:

A partir de 2003, a orientação do Governo Federal foi direcionar esforços para a redução da pobreza e o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Os avanços de ordem social passaram a ser pautados como desafios de grande importância para que os pescadores e pescadoras do Brasil pudessem garantir sua inserção produtiva e cidadã na sociedade. Nesse sentido, as políticas públicas implantadas priorizaram: o reconhecimento e respeito aos trabalhadores da pesca artesanal; a capacidade de organização das pessoas para acessar as políticas públicas nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação e assistência social; e a busca de outras formas de

¹⁶⁴ José e Teresa.

geração de trabalho e renda, por meio da organização popular, maior participação e controle social¹⁶⁵.

Ao que parece, no entanto, o projeto de desenvolvimento da aquicultura elaborado pelo governo, ao se apresentar com o discurso de inclusão social, geração de renda e preservação do meio ambiente, demonstra, por outro lado, outras perspectivas no que se refere ao aumento da produção e à dinamização econômica do setor pesqueiro através da agregação de valor ao pescado. Por esse motivo são também objetivos do projeto:

Estruturar e modernizar as diversas etapas da cadeia produtiva, bem como capacitar o setor para melhor gestão de seus empreendimentos produtivos, foi um dos principais objetivos lançados para vencer os desafios propostos. Desde a captura do pescado até a transformação (beneficiamento) do peixe em produtos que agreguem maior valor para comercialização, existe uma série de ações e intervenções que o Governo se propôs realizar para garantir produtos em quantidade suficiente e com a qualidade desejada para que o consumo de pescados no Brasil fosse estimulado¹⁶⁶.

Aqui é importante problematizar que o termo “agregação de valor”. Consiste em um conceito ideológico que busca ocultar interesses capitalistas do agronegócio. Como em outras atividades, como, por exemplo, com a avicultura, na aquicultura o termo também passa a existir quando inicia o processo histórico de produção industrializada do peixe e a criação de uma cadeia produtiva.

Além do projeto de desenvolvimento da aquicultura, o governo federal também vem divulgando a criação de alguns meios de ajuda para a dinamização da produção ao seu destino final, desde a criação de fábrica de gelo, unidades de beneficiamento do pescado, até a criação de políticas sociais para a promoção de incentivo ao seu consumo, como a inclusão de peixes na merenda escolar e feiras:

As ações nas áreas de infraestrutura relacionam-se à implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização do pescado – 19 Terminais Pesqueiros Públicos e 14 Centros Integrados da Pesca Artesanal –, e mais de uma centena de fábricas de gelo, unidades de beneficiamento de pescado, caminhões frigoríficos, entre outras, para a estruturação da cadeia produtiva. O Governo tem atuado para estimular a comercialização e o consumo de pescado. São exemplos os mais de mil módulos da Feira do Peixe para venda direta pelo pescador, as sete edições da Semana do Peixe e a inclusão do pescado na alimentação escolar, em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foram adaptados diversos instrumentos de financiamento, operados por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério da

¹⁶⁵ Informações do artigo "Incentivo à Aqüicultura", disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

¹⁶⁶ Informações do artigo "Incentivo à Aqüicultura", disponíveis em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O MPA intensificou sua atuação junto a diversos parceiros – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e entidades vinculadas – para viabilizar o desenvolvimento de pesquisas estratégicas. Dentre as ações de inclusão e desenvolvimento social, destacam-se os projetos de capacitação de pescadores, as ações de inclusão digital e de distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional, além das ações de alfabetização e elevação da escolaridade (Pescando Letras)¹⁶⁷.

Ainda como forma de aumentar o consumo, o governo tem como plano desenvolver campanhas de incentivo:

O Ministério da Pesca e Aquicultura também vem planejando criar no Estado campanhas de incentivo ao consumo de pescados. “Está sendo planejada uma campanha para incentivar o consumo em todas as sextas-feiras e não apenas na Sexta-Feira Santa. Além disso, queremos aumentar a inclusão do peixe na merenda escolar. Ele já é utilizado em escolas do litoral e de muitos municípios da região Oeste, que é o maior pólo produtivo do Estado”¹⁶⁸.

Prevê também medidas de incentivo para a prática da aquicultura e para o aumento da produção de pescados. Entre elas está a concessão de créditos, assistência técnica especializada, recursos para treinamento de técnicos na área, e que o governo federal, em conjunto com o governo do Paraná, possibilitará descontos especiais de energia elétrica. Segundo o ex-ministro da Secretaria de Aquicultura e Pesca, Gregolim, esse incentivo à aquicultura vem se dando primordialmente no Paraná, isso é devido ao “*potencial de reservatórios de usinas hidrelétricas a ser explorado*”¹⁶⁹.

Os projetos relacionados ao Ministério da Pesca visam a estruturação da cadeia produtiva, desde a produção até o consumidor final. Uma característica específica presente no projeto de desenvolvimento da aquicultura está em relacioná-lo com pescadores e pequenos agricultores. Devido à escassez da produção pesqueira proveniente da pesca extrativista, envolver pescadores e agricultores na proposta de desenvolvimento da aquicultura vem sendo, na concepção do governo, a saída para a geração de renda, para o aumento da produção e, ao mesmo tempo, para a conservação do meio ambiente. Dessa forma, organiza-se a cadeia produtiva, a partir da qual aos pequenos agricultores caberia a criação de alevinos e, aos pescadores, sua criação nos tanques criadores.

Algumas informações apontam para o fato de que, na década de 1990, o desenvolvimento da aquicultura já contava com técnicas de produção que lhe davam

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Informações do artigo "Incentivo à Aquicultura" disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

¹⁶⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=24729>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

suporte: “A partir da década de 90, a difusão das técnicas de produção, a elaboração de trabalhos de pesquisa, experimentos com a espécie, e o surgimento da tecnologia de reversão sexual permitiram que essa atividade começasse a se estruturar e se desenvolver”¹⁷⁰. A atividade criatória vem se desenvolvendo por meio de pesquisas nas quais se empregam tecnologias que possibilitem desde experimentos com espécies até a transformação da produção em diversos produtos que agreguem valor ao pescado, como, por exemplo: defumados, enlatados, embutidos, etc. De acordo com a política pesqueira federal:

Fomentar o desenvolvimento tecnológico por meio de pesquisas, estruturar e viabilizar o acesso a políticas de crédito e extensão e revitalizar o setor de comercialização são alguns compromissos relacionados às questões econômicas da pesca e aqüicultura¹⁷¹.

Tal política pesqueira, voltada ao desenvolvimento da aquicultura, embora criada e reforçada com a criação do MPA durante o governo Lula, também continua sendo implantada no governo Dilma. Aliadas ao fato de que a pesca extrativista está escassa e sem possibilidades de crescimento, desde 2003 essas políticas veem na aquicultura uma possibilidade de crescimento no setor., Alguns fatores, no entanto, são apontados por essa política como empecilhos para esse crescimento que precisam ser resolvidos. Em primeiro lugar, pelo fato de haver pouco consumo de peixes pelos brasileiros e, em segundo lugar, pela falta de diversidade da produção proveniente do pescado.

Nesse sentido, amparadas por considerações divulgadas pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), tais políticas vêm apelando para o fato de que é preciso que os brasileiros adquiram o hábito de consumir o pescado em maior quantidade, devido à sua qualidade nutritiva. Para isso o governo se utiliza de informações e estatísticas divulgadas pela FAO, a fim de planejar, projetar e justificar a importância que necessita ser dada ao setor:

A FAO projeta um aumento do consumo mundial para 2030 dos atuais 16 kg/habitantes para 22,5 kg/habitantes/ano. Isso representará um aumento de consumo de mais de 100 milhões de toneladas/ano. Além disso, o Brasil tem um grande potencial de mercado. São 190 milhões de brasileiros que hoje consomem 7 kg/habitantes/ano. Enfim, a produção de pescado é uma grande oportunidade para o Brasil produzir uma proteína nobre e gerar milhões de postos de trabalho,

¹⁷⁰ NOGUEIRA, Alex Cosa; RODRIGUES, Thales. Criação de tilápias em tanques-rede. Salvador, BA: Sebrae Bahia, 2007. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A9006DF4BC/\\$File/NT0003737A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A9006DF4BC/$File/NT0003737A.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2011.

¹⁷¹ Artigo: Incentivo à Aqüicultura. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

emprego e renda e fazer isso de forma sustentável somente aproveitando o vasto território de águas que o Brasil tem. Temos espaço, clima e espécies, condições para ser um dos maiores produtores de pescado cultivado no mundo¹⁷².

Dessa forma, tais políticas procuram unir a “preocupação” alimentar dos brasileiros com interesses em expandir a atividade pesqueira no Brasil por meio da aquicultura. Por esse motivo, o desenvolvimento de tecnologias é priorizado como forma de melhorar as possibilidades de crescimento e de diversificação do setor. Isso podemos observar em alguns artigos relacionados ao tema e produzidos pelo curso de Engenharia da Pesca da Unioeste, *Campus* de Toledo, como no artigo intitulado “Situação Atual e Perspectivas para o Consumo, Processamento e Agregação de Valor ao Pescado”, do Engenheiro de Pesca Robie Allan Bombardelli:

[...] devem ser estudadas estratégias alternativas que busquem a popularização e aumento do consumo desses produtos, além da agregação de valor e melhorar a rentabilidade das empresas. Um dos principais métodos considerados deve ser as formas de processamento da carne do pescado, buscando não somente a forma eviscerada ou em filés, mas também produtos mais elaborados ou *prê* - prontos como salgados, defumados, enlatados, embutidos, reestruturados e fermentados. Sobretudo, deve ainda ser considerado o aproveitamento dos resíduos tanto para a produção de farinha, silagem e óleo, quanto para o curtimento das peles. O correto uso e destino desses resíduos apresentam importância não somente econômica, como também ambiental. [...] O setor produtivo da aquicultura, em especial, neste caso, a piscicultura, somente poderá se consolidar e se tornar competitiva com outros segmentos industriais produtores de carne a partir do momento em que sejam solucionados os diversos problemas de cunho tecnológico no que se refere ao abate, manipulação, processamento, armazenamento, comercialização, distribuição (MARCHI, 1997a) e gestão de qualidade de produtos de valor agregado (BORGHETTI et al., 2003). Tais problemas são os principais responsáveis pela redução da qualidade, tempo de vida na prateleira e, conseqüentemente, do consumo de pescado. O processo de modernização permitirá uma maior agregação de valor aos produtos e subprodutos, além de permitir a popularização deles. Isso se deve principalmente à tendência da sociedade moderna em preferir o consumo de produtos semiprontos ou prontos, de alta qualidade, maior diversidade e custos compatíveis¹⁷³.

Assim, percebemos que a política pesqueira adotada no governo Lula vem, nos últimos tempos, ao encontro dos anseios de empresas que atuam no setor, ao priorizar a criação e o beneficiamento da produção em produtos diversos, derivados do pescado. De acordo com informações presentes no *site* do MPA, tanto o Ministério da Pesca, quanto o Plano Mais Pesca e Aquicultura, são projetos que:

¹⁷² Idem.

¹⁷³ BOMBARDELLI, R.,A.; SYPPERRECK, M. A.; SANCHES, E. A. Situação atual e perspectivas para o consumo, processamento e agregação de valor ao pescado. *Arq. Ciên. Vet. Zool. UNIPAR*, 8(2): p. 181-195, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/veterinaria/article/view/57/38>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

[...] representa uma resposta à crescente demanda mundial por alimentos. [...] O plano contém ações para fomentar a produção de pescado e metas para serem cumpridas até 2011. [...] De acordo com as metas estabelecidas no plano, a produção de pescado deverá ter um aumento em torno de 40%, devendo passar de um milhão de toneladas para 1,4 milhão por ano¹⁷⁴.

De acordo ainda com informações contidas no *site* do Ministério da Pesca, a aquicultura vem sendo priorizada pela política pesqueira devido a supostas vantagens em relação à pesca extrativista:

A aqüicultura se apresenta como a melhor opção para as indústrias de processamento e beneficiamento do pescado. A produção é contínua, com duas ou três safras por ano. Não existe, como na pesca, o dispositivo do defeso – a época em que a pesca é proibida para proteger as espécies durante o seu período de reprodução – e, também, as incertezas quanto à disponibilidade os estoques. Afinal, os alevinos (“filhotes de peixe”) e juvenis são produzidos em laboratórios. Esta característica incentiva o aumento da produção e a instalação de frigoríficos para o beneficiamento do pescado, dado o fornecimento regular de matéria-prima nas especificações das linhas de produção. A economia de escala permite ainda a redução de preços ao consumidor final¹⁷⁵.

Tais vantagens são destacadas no *site* relacionadas à viabilidade que a aquicultura possibilita do ponto de vista do beneficiamento das indústrias e não dos trabalhadores. A produção contínua é pensada para o favorecimento de frigoríficos que, para funcionar, precisam constantemente de produção, o que não ocorre na mesma intensidade quando a produção é de procedência extrativista. Dessa forma, o processo de industrialização da produção do peixe pressiona para a substituição ou eliminação da pesca extrativista, tendo em vista que para haver e ser viável a atividade dos frigoríficos de peixes é necessário ter o controle da cadeia produtiva.

O aumento da produção projetado pelo governo se relaciona ao objetivo de tornar o Brasil um grande produtor de pescado. A própria cartilha do plano traz como *slogan* o tema “Brasil, o país do pescado”¹⁷⁶, em referência ao objetivo de expandir e fortalecer o setor pesqueiro. Analisando a cartilha, é possível perceber o objetivo de expansão de um negócio que até então é pouco explorado. Através do título presente no texto inicial da cartilha: “*Produção de Pescados - uma grande oportunidade para o Brasil*”¹⁷⁷,

¹⁷⁴ Informações disponíveis em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/mais-pesca-aquicultura>. Acesso em: 2 ago. 2011.

¹⁷⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/informacoes/emprego-e-renda>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

¹⁷⁶ Cartilha Plano Mais Pesca e Aqüicultura. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/mais-pesca-aquicultura>. Acesso em: 20 fev. 2011.

¹⁷⁷ Idem, p. 4.

verificamos a intencionalidade do Plano, a de tornar o Brasil “*um dos maiores produtores mundiais do pescado*”¹⁷⁸.

Se, por um lado, o plano “Mais Pesca e Aquicultura” é apresentado como uma oportunidade de grande negócio, por outro lado, o governo procura demonstrar o lado favorável aos pescadores e aquicultores, através da geração de renda e emprego. Por isso, nosso esforço foi identificar, através dos trabalhadores, suas percepções acerca do projeto de criação de peixes, tentando compreender em que medida essa política social vem ao encontro dos problemas vivenciados pelos pescadores ou se é desfavorável e problemática pelo fato de que a criação de peixes ocasionaria uma mudança em relação à profissão de pescador. Os pescadores passariam a ser criadores de peixes, inseridos como mão de obra numa dinâmica industrial capitalista. Entendemos que essa seria a forma encontrada para que tal política concretizasse o objetivo tão enfatizado, o de aumentar a produção a partir de evidenciar as condições favoráveis de desenvolvimento da produção e as possibilidades de mercado:

O país possui condições extremamente favoráveis para o incremento da produção. São 10 milhões de hectares de lâmina d’água em reservatórios de usinas hidrelétricas e propriedades particulares no interior do Brasil, sendo que nosso país representa 13,7% do total da reserva de água doce disponível no mundo, além do potencial das grandes bacias hidrográficas para produção de pescados, principalmente pela aqüicultura. [...] O mercado é muito promissor¹⁷⁹.

Como vimos, a aquicultura a nível nacional vem ganhando espaço e ocupando um lugar privilegiado nas políticas públicas a fim de se concretizar como um negócio promissor e lucrativo no país. De acordo com a afirmação do ministro da Pesca e Aquicultura em 2010, Altemir Gregolim:

O Brasil tem potencial para produzir 20 milhões de toneladas de pescado. [...] "O Brasil pode efetivamente se tornar um grande produtor mundial de pescado. Um setor não se desenvolve com políticas conjunturais, e sim, com políticas estruturantes", afirmou o ministro, defendendo uma visão de longo prazo, para competir com países como Noruega, Estados Unidos, China, Tailândia e Chile, grandes concorrentes do setor. [...] "Estamos envolvendo não só o setor empresarial do Brasil nesse movimento, mas também os principais produtores do mundo"¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Idem, p. 6.

¹⁷⁹ Cartilha Plano Mais Pesca e Aqüicultura. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/mais-pesca-aquicultura>. Acesso em: 20 fev. 2011, p. 7.

¹⁸⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.economiasc.com.br/index.php?cmd=industria&id=1737>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

A partir da análise das políticas públicas federais voltadas ao setor pesqueiro discutiremos de que forma o projeto de criação e de industrialização do pescado vem se apresentando a nível estadual, mais especificamente no Estado do Paraná.

2.2 As Políticas Públicas Estaduais

Segundo dados oficiais¹⁸¹, com o incentivo à aquicultura a nível Federal, o Estado do Paraná foi o primeiro estado brasileiro a conseguir o licenciamento do IAP para o cultivo de peixes. No Paraná, o desenvolvimento da aquicultura vem se dando a partir da implantação do projeto tanque-rede elaborado pela Itaipu, ou em tanques escavados como o que acontece na região de Toledo/PR.

De acordo com o ex-ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Frishes, para a construção do I Parque Nacional Aquícola, no lago de Itaipu em 2005, foram investidos, por parte do governo federal, R\$ 2 milhões, que, em tese, reunia cerca de 400 produtores de peixes em tanques-rede¹⁸². É interessante observar que o licenciamento ambiental para o desenvolvimento do projeto tanque-rede não é divulgado como sendo de interesse do governo tampouco da Itaipu. De acordo com o ex-secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, “[...] *o licenciamento ambiental a cargo do Estado era uma reivindicação dos pescadores e piscicultores da região que levavam em média três anos para conseguir uma licença pelo Ibama*”¹⁸³.

Pela afirmação, o desenvolvimento do projeto aparece como uma reivindicação dos pescadores e aquicultores, em que o governo correspondeu através de facilitar as licenças ambientais. A hipótese de que o governo estadual, assim como a nível federal, tenha interesses com a expansão do setor pesqueiro fica ocultada com essa questão.

Segundo dados oficiais¹⁸⁴, em 2005, quando foi anunciado o projeto tanque-rede, pelo então governador do Paraná, Roberto Requião, foram liberados R\$ 18 milhões em investimentos para financiamento e instalação de equipamentos.

¹⁸¹ Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

¹⁸² Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

Além dos objetivos presentes no projeto de desenvolvimento da aquicultura pelo governo federal, de geração de renda, preservação ambiental e produção de um alimento saudável à população, outro objetivo do governo a nível estadual, segundo a SEAB (Secretaria Estadual de Abastecimento), se volta à preocupação com a reposição do estoque pesqueiro dos rios do Paraná:

Nesse primeiro momento o programa não será voltado para a produção industrial. Será um investimento sem risco de prejuízo. O Paraná irá comprar os peixes juvenis dos tanques a partir de um determinado tamanho não para comercializá-los, mas para soltá-los novamente nos rios acelerando o processo de repovoamento dos rios do Paraná, explicou o governador. Para o governador, o repovoamento dos rios deve estar aliado à garantia da proibição no período de defeso ou reprodução das espécies. Eu já assinei um decreto proibindo a pesca em todas as áreas de abastecimento de água do Paraná. Onde se produz a água que nós bebemos, eu não quero pesca mais, afirmou Requião. Ele ainda disse que os abastecedouros das cidades serão preservados de forma absoluta e a fiscalização será feita pela Força Verde da PM de forma rigorosa. [...] O principal objetivo do programa é a recomposição ambiental na região, aliando a recuperação das matas ciliares, da qualidade das águas e do estoque pesqueiro¹⁸⁵.

Embora demonstrando, num primeiro momento, que a elaboração do projeto não estava voltada a produção industrial, e sim ao repovoamento, é significativo observar a relação que é feita pelo governador entre o fato de repovoar e garantir a proibição da pesca na época do defeso, com o fato de afirmar não querer mais a realização da pesca onde se produz água. Cabe então a interrogação: tal proibição seria aplicada apenas no período do defeso? Se sim, qual o motivo de afirmar “eu não quero mais pesca”? Estaria o projeto tanque-rede aliado ao suposto objetivo de repovoar, “proteger” a qualidade da água e do setor pesqueiro através de impedir a pesca extrativista, restando aos pescadores apenas a criação de peixes?

Nessa via de interpretação, a pesca extrativista é apresentada como responsável pelos problemas ambientais que é preciso resolver. Vista dessa forma, a alternativa colocada é buscar outras formas “sustentáveis” para resolver esse problema, a criação de peixes, por exemplo, se coloca como uma delas.

Demonstrando que há um crescimento no setor da aquicultura, atualmente os governos federal e estadual, juntamente com a Itaipu, vêm desenvolvendo políticas de incentivo principalmente para que os pescadores conciliem a pesca extrativista com a criação de peixes. A partir de tais políticas percebemos a estreita relação do governo com a

¹⁸⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

Itaipu na geração de um suposto “desenvolvimento social, econômico e ambiental”. Como noticiado:

A relação da Itaipu com o governo brasileiro resulta em grandes contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região onde está localizada. Diversas iniciativas e projetos realizados pela empresa contribuem para o fortalecimento de políticas públicas, gerando mais qualidade de vida para a população local¹⁸⁶.

Essa relação ainda pode ser percebida em outros momentos. Em 2005, quando da visita do ministro da Pesca a Foz do Iguaçu, ficou clara a projeção que a Seap (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) fez em relação ao projeto desenvolvido pela Itaipu:

A vinda do ministro se deve ao fato de a Seap ter o programa de aquicultura e pesca do reservatório da Itaipu como referência nacional, especialmente no que se refere ao zoneamento da capacidade de suporte da atividade, por meio da demarcação dos parques aquícolas. Para o setor, dentro do programa Cultivando Água Boa, a Itaipu desenvolve o projeto “Mais Peixes em Nossas Águas”, com o objetivo de “promover a sustentabilidade da pesca profissional, amadora e esportiva e aumentar a proteína de alto valor biológico pelo incremento da piscicultura, promovendo assim o desenvolvimento sócio-econômico com responsabilidade social e ambiental”¹⁸⁷.

Ou ainda, em 2003, na visita do presidente Lula a Foz do Iguaçu:

Em agosto de 2003, quando de uma visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Foz do Iguaçu, foi assinada Carta de Intenções para a celebração de convênio entre o governo federal, via Seap, e a Itaipu Binacional, para o desenvolvimento de um programa de aquicultura e pesca no reservatório da usina. Os entendimentos culminaram com a celebração do convênio no final de 2004, envolvendo a ordem de R\$ 718.690, sendo R\$ 541.000 a cargo da Seap e R\$ 177.690, da Itaipu. [...] Os recursos estão sendo aplicados em três frentes: incremento à piscicultura em tanques-rede, demarcação dos parques aquícolas no lago; e pesquisa em cultivo de peixes em tanques-terra (açudes), inicialmente com as espécies pacu, jundiá e corimba¹⁸⁸.

Tanto por parte dos governos federal e estadual, quanto por parte da Itaipu, é enfatizado que os pescadores profissionais em sua maioria possuem baixa renda e, entre eles, os que se saem melhor são os que conciliam a pesca extrativista com a criação de peixes. Embora nem o governo e nem mesmo a Itaipu deixe explicitados os possíveis interesses provenientes com essa atividade criatória, o destino da produção transparece nas

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-foz-itaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

¹⁸⁸ Idem.

informações noticiadas pela Itaipu como sendo fruto também das políticas públicas, uma delas de introdução do peixe na merenda escolar:

O estímulo ao consumo de pescado e o desenvolvimento de estratégias comerciais estão entre as principais preocupações do programa. Em 2009, pela primeira vez, os produtores conseguiram vender toda a sua produção. O aumento da demanda foi resultado de uma ação que introduziu o peixe na merenda escolar. Ao todo, foram produzidas em tanques-rede 19,8 toneladas de peixe, das quais 10,3 toneladas foram destinadas às escolas. A comercialização foi feita por meio do programa Compra Direta do Governo Federal¹⁸⁹.

Além disso, o objetivo do governo é demonstrar que as águas públicas não estão apenas para a geração de energia: *“Nos últimos anos, temos trabalhado no uso de águas públicas para aqüicultura, sendo que antigamente elas eram utilizadas apenas para produção de energia”*¹⁹⁰. A partir da afirmação, desconsidera-se a importância da pesca extrativista como uma atividade que também é desenvolvida nas águas públicas.

Na criação de peixes no Paraná, as espécies mais utilizadas são a das tilápias (80%) e a dos pacus (10%), e diversos tipos de peixes (10%)¹⁹¹. Além da atividade criatória, as políticas federal e estadual vêm também enfatizando a industrialização do pescado através de diversificá-la em diversos produtos que possam ser consumidos pela população e, com isso, se tenha automaticamente o aumento da produção e do consumo. A partir do processo de transformação do pescado, tem-se o objetivo de incluí-lo na merenda escolar através dos programas sociais desenvolvidos pelo governo federal e de acordos firmados com prefeituras dos municípios do Paraná, como podemos observar em uma reportagem sobre a produção pesqueira no Paraná presente no *site* da Gemaq (Grupo de Estudos de Manejo da Aquicultura), em junho de 2011:

A Produção Pesqueira Paranaense e os Mercados Institucionais foi o tema da audiência pública que lotou o plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná durante toda a quinta-feira (16). O evento foi uma parceria do mandato popular do deputado Professor Lemos, Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, e da Pesca e Aquicultura, além de entidades da sociedade civil organizada. Lemos destaca que, com a inclusão do pescado, além de promover a alimentação saudável, os programas sociais e políticas de governo também estão contribuindo para o aquecimento da economia, "é na escola onde se muda o hábito alimentar, estamos ajudando não só a saúde das crianças, como as famílias de agricultores e pescadores e também a economia"¹⁹².

¹⁸⁹ Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1º jul. 2011.

¹⁹⁰ Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1º jul. 2011.

¹⁹¹ Informações disponíveis em: <<http://www.impactoonline.com.br/destaque/mar-pra-peixe-no-parana.html>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

¹⁹² Informações disponíveis em: <<http://www.gemaq.org.br/?pg=noticias&id=299>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

O projeto de desenvolvimento da aquicultura criado pela política federal e estadual, como vimos, faz parte de uma política social que se utiliza do discurso de resolver tanto problemas sociais, quanto econômicos e ambientais. Esse projeto vem sendo planejado a partir de sistemas de criação de peixes, nos quais será utilizada a mão de obra não só de pescadores, mas de pequenos agricultores e de indígenas.

Nesse sentido, percebemos que essa política dita social, promovida pelo governo, acaba sendo desenvolvida pelos próprios trabalhadores, a partir da qual o desenvolvimento da aquicultura viabiliza outro projeto social, a agregação do peixe na merenda escolar. Nosso objetivo, portanto, foi verificar de que forma o projeto social de desenvolvimento da aquicultura vem sendo implantado no Paraná, qual a relação da Itaipu com essa política social e qual a percepção dos pescadores profissionais estudados em relação a esse projeto.

2.3 A Atuação da Itaipu Frente à Diminuição da Pesca

Em Guaíra, devido aos impactos provocados à atividade pesqueira, essa atividade não vem possibilitando a garantia de sobrevivência de muitos pescadores, os quais precisam desenvolver outras atividades de ganho como forma de complementar suas rendas.

Nesse contexto foi então que, admitindo o fato de que a pesca diminuía com a formação do lago, Itaipu se propôs a desenvolver um sistema destinado à criação de peixes, chamado “Tanque Rede”, cujo objetivo seria proporcionar uma fonte de renda aos pescadores que não conseguiam mais retirar o sustento de sua família exclusivamente da pesca¹⁹³. Na divulgação desse projeto, Itaipu procura demonstrar que tem uma preocupação com a situação dos pescadores.

Ocorre, contudo, que a pesca passa a ser ameaçada com o desenvolvimento desse sistema (apoiado pela Prefeitura de Guaíra), uma vez que os pescadores seriam “convertidos” em pescadores-aquicultores. Essa hipótese vem ao encontro da percepção dos pescadores de que aqueles que adotarem o sistema de criação de peixes em tanques redes não poderão mais exercer a profissão de pescadores, já que o sistema exige cuidados e muita dedicação, o que, por sua vez, estenderá suas jornadas de trabalho, impossibilitando a prática da pesca extrativista.

¹⁹³ Jornal Ilha Grande, 9/1/2004, p. 1.

Esse sistema de tanque-rede está inserido num projeto criado pela Itaipu denominado “Mais Peixes em Nossas Águas”, que, por seu turno, faz parte de outro programa, também criado pela Itaipu, o “Cultivando Água Boa”. De acordo com informações veiculadas pela Itaipu, o cultivo de peixes, como é chamado, se coloca na perspectiva da direção dessa estatal, como uma alternativa sustentável. Para isso:

Quando se propôs a trabalhar para o desenvolvimento sustentável das comunidades da Bacia do Paraná 3, que das terras e águas tiram o seu sustento, a Itaipu sabia que o primeiro a fazer seria o diálogo com os diversos atores sociais da região. Um dos trabalhos importantes nesse sentido seria com as comunidades de pescadores que ali viviam. Desde a formação do reservatório da Itaipu, em 1982, a população de pescadores residentes entre Foz do Iguaçu e Guaíra saltou de 200 para quase 900 famílias. Além desses pescadores artesanais, que dependem da pesca para sobreviver, a região abriga ainda comunidades indígenas, agricultores assentados e ribeirinhos que vêm na atividade uma alternativa para complementar a renda familiar. São trabalhadores que dependem dos recursos oferecidos pela natureza e do equilíbrio ecológico de toda região. Recursos esses que vêm se reduzindo gradativamente e equilíbrio que vem sendo afetado pela falta de cuidado com a qualidade da água, com a variabilidade genética das espécies, com a preservação das matas ciliares que protegem os rios e com a contaminação dos solos. Esse alerta está se comprovando pelas estatísticas da atividade pesqueira extrativista, que mostram a redução do volume pescado a cada ano¹⁹⁴.

Pela citação acima, a Itaipu tenta justificar seus projetos através de uma abordagem bastante disseminada na atualidade sobre a questão da sustentabilidade, ou seja, procura utilizar do problema ambiental para reafirmar ainda mais a necessidade de desenvolver tecnologias como um meio de mudança e transformação da sociedade. Diferentemente da afirmação acima, pelas falas dos pescadores entrevistados, não há informações de que a Itaipu os tenha consultado antecipadamente sobre a intenção de desenvolver junto a eles o projeto tanque-rede. Ao contrário, afirmam que, quando tomaram conhecimento do projeto, ele já estava elaborado. Muitos desses pescadores relatam inclusive que foi um projeto imposto, sem saber ao certo se daria ou não resultado na realidade. Outra questão a ser problematizada é o fato de a Itaipu se referir ao aumento do número de famílias de pescadores da pesca extrativista sendo fator de redução do volume de pescado, embora alie esse fator com a falta de cuidados com as águas da região, com a diminuição da variabilidade genética das espécies, com a falta de preservação das matas ciliares e a contaminação (adubação química, inseticidas, herbicidas...) dos solos agrícolas em geral.

¹⁹⁴ ITAIPU. Produção de Peixes em Nossas Águas. Cultivo de peixes como alternativa sustentável. Disponível em: <<http://www.cultivandoaguaboia.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

Aqui não se retira a responsabilidade e a possibilidade de esses fatores regionais contribuírem para a redução do pescado, porém em momento algum se mencionam as conseqüências trazidas pela construção da barragem de Itaipu, com a submersão das Sete Quedas por ocasião da formação do lago, pois é indubitável, por exemplo, a não procriação de determinadas espécies de peixes a partir de 1982 devido à modificação sofrida no hábitat natural, incluindo o posterior assoreamento do Rio Paraná em todo o trecho do lago.

A Itaipu, por sua vez, cria e divulga esse discurso na sociedade como forma de explicação pelos danos causados. Chama atenção o fato de alguns pescadores entrevistados reafirmarem esse discurso quando indagados sobre a diminuição da pesca. Muitos não veem a Itaipu como responsável pelo problema e ainda apontam como alternativa a interrupção da pesca por alguns anos em função do aumento do número de pescadores, o que, em suas concepções, agridem o ambiente do lago pela pesca extrativista.

Foi então, recorrendo ao discurso que apela para a preservação do meio ambiente, que a Itaipu criou o projeto de cultivo de peixes como alternativa sustentável:

Nesse contexto surgiram dentro da Itaipu ações voltadas à sustentabilidade da atividade da pesca na Bacia do Paraná 3. Essas ações foram incorporadas ao Cultivando Água Boa, no programa Produção de Peixes em Nossas Águas. A grande inovação foi apresentar aos pescadores o processo de cultivo de peixes, uma alternativa sustentável à pesca extrativista. A implantação do programa iniciou pelo diálogo com as famílias dos pescadores, visando ao diagnóstico completo da região. O trabalho resultou de um plano diretor para o reservatório que apontou as áreas adequadas à criação de peixes, bem como as necessidades e deficiências. Por meio de parcerias e convênios, tiveram início também atividades de pesquisa na área da aquíicultura e capacitação de pescadores e produtores para o manejo de peixes. E assim o programa Produção de Peixes em Nossas Águas foi estabelecido. É um programa que promove a inclusão social, valoriza os pescadores e melhora a qualidade de vida daqueles que tiram seu sustento das águas da Bacia do Paraná 3. De quebra, a população toda da região passou a contar com maior produção pesqueira, o que tornou esse importante alimento de alto valor nutritivo mais acessível aos consumidores¹⁹⁵.

Desconsiderando o fato de os pescadores não terem sido consultados sobre a elaboração do projeto, e reafirmando em diversas reportagens o desenvolvimento do cultivo de peixes como uma alternativa sustentável, a Itaipu segue divulgando o projeto como a solução tanto para os problemas ambientais como sociais. O apelo feito à inclusão social é a forma escolhida por Itaipu para construir uma série de relações na sociedade que lhe dá sustentação. Como na citação acima, ela estabelece parcerias e convênios com

¹⁹⁵ ITAIPU. Produção de Peixes em Nossas Águas. Cultivo de peixes como alternativa sustentável. Disponível em: <<http://www.cultivandoaguaboa.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

várias instituições, dentre elas universidades, e assim constrói sua imagem de boa empresa preocupada em resolver problemas como a melhora “da qualidade de vida” e, de “quebra”, contribuir para a boa alimentação da população através da acessibilidade ao consumo do peixe proporcionada, segundo ela, pelo aumento da produção.

Embora na divulgação de seus projetos a Itaipu tente demonstrar uma preocupação social e ambiental, alguns desses projetos, inclusive presentes no Programa “Cultivando Água Boa”, foram criados pela estatal como forma de solucionar problemas relacionados ao próprio funcionamento da hidrelétrica, como a recuperação das microbacias, de nascentes e da mata ciliar, como comentado por Irene em seu trabalho sobre a Formação e Organização Política da Classe Dominante Agrária do Oeste do Paraná, em que ela discute a relação da Itaipu juntamente com cooperativas e agricultores da região Oeste do Paraná na elaboração de projetos que demonstrem a responsabilidade destes quanto ao uso sustentável dos recursos naturais:

Vale lembrar que o Programa Água Boa foi criado pela Itaipu como uma das tentativas de frear o processo de assoreamento dos rios da região e por consequência do Lago da Itaipu, o que poderia causar graves danos ao funcionamento da hidrelétrica. Assoreamento este causado pelo modelo de produção estabelecido na agricultura regional, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. (ADAMY, I. S. 2010, p. 104).

Segundo dados de um vídeo presente no *site* da Itaipu, sobre o programa Cultivando Água Boa, o programa foi criado em 2003 através do aproveitamento de ações já existentes na Itaipu Binacional e na região, mas acima de tudo trazendo novas ações. Pelos dados oficiais, esse programa está implantado em 29 municípios e apresenta 63 ações que são desenvolvidas. Além disso, existem 1480 parceiros no programa, que compreende representações de diferentes segmentos, entre eles organizações não governamentais e entidades. O vídeo é narrado pelo diretor de coordenação da Itaipu, Nelton Miguel Friedrich, o qual justifica que são as parcerias que dão sustentabilidade ao programa. Como afirma:

Isso faz com que esse trabalho tenha como grande força a participação comunitária e a participação cidadã, tanto é que a implantação do programa se dá microbacia por microbacia, em cada microbacia, com a comunidade que lá vive. São feitas é ... as etapas todas de implantação do programa, que acima de tudo começam com reuniões de sensibilização e em seguida é criado um comitê gestor pra fazer a gestão do programa na microbacia, e esse comitê gestor tem poluidores, poluídos, ministério público, universidades, ONGs, é, órgãos ambientais, governos local, estadual e federal, Itaipu Binacional e evidentemente isso faz com que o comitê seja multifacético, multidimensional e, que este é que ajuda a fazer a gestão do programa na microbacia. Em seguida são feitas as

oficinas do futuro, é um método Paulo Freire. Em cada microbacia 1, 2, 3, 5, 10 oficinas. A primeira delas é exatamente o muro das lamentações, nós falamos, estimulamos pra a comunidade abrir seu coração, pra ela dizer o que sente, e todos os lamentos são anotados e inclusive porque com isso a gente ajuda a quebrar um pouco a vitimologia, que é muito de, de, do ser humano, e nós brasileiros somos campeões nisso, que sempre os outros são culpados, né? ¹⁹⁶.

Por “sensibilização” compreende-se a intenção de fazer com que as pessoas se convençam de que são elas as verdadeiras culpadas pelos problemas ambientais existentes atualmente. Como analisa Arlete M. Rodrigues, em seu artigo sobre Desenvolvimento Sustentável, o meio ambiente é tratado atualmente como um “bem comum”. Segundo a autora, “Na segunda metade do século XX a biosfera é o lugar das contradições e conflitos, que seriam hipoteticamente resolvidos se todos cuidassem de preservar o meio ambiente – o bem comum” (RODRIGUES, 2006, p. 77).

Além da questão da sensibilização, o discurso produzido pela Itaipu para com as pessoas que participam do programa se aproxima muito do discurso religioso. As oficinas do futuro, como são chamadas, têm como primeira instância ser o “muro das lamentações” em que as pessoas são estimuladas a “abrir seu coração” como forma de dizer o que sentem. Com isso a Itaipu se coloca como um poder maior que está acima dessas pessoas, capaz de solucionar seus “lamentos”, ou seja, seus problemas. A isso eles denominam quebrar com a “vitimologia”, com o intuito de promover o consenso entre as pessoas e fazer com que elas não questionem e nem tenham uma visão crítica diante dos problemas sociais, muito menos de quem os causa. Essa visão, por sua vez, não é apenas apresentada para as pessoas que participam do programa. Há uma tentativa de estendê-la a toda a sociedade tendo em vista os diversos projetos na sociedade e as diversas formas de divulgação que a Itaipu promove, entre eles, na internet, jornais, revistas, fôlders, etc.

Após expor seus lamentos, as pessoas participam de outra etapa das oficinas chamada “árvore da esperança”:

Em seguida, a oficina do futuro quando passa dos muros das lamentações para uma etapa que chama-se árvore da esperança, é um *banner* que é introduzido naquela reunião, uma árvore impressa e aí a comunidade é estimulada a colocar é, todos os seus sonhos e, cada sonho que é discutido e que é aprovado, é que vai para a árvore da esperança. Terceira etapa desse processo é exatamente o caminho adiante inspirado na Carta da Terra, que é um dos documentos que baseiam todo o programa, porque o caminho adiante na verdade é um plano de trabalho, é aquilo que vai ser feito. Depois de lamentar, de sonhar, vamos agir. E isso nós estamos chamando de agenda 21 do pedaço, daquela microbacia. E aí vai-se para um grande Pacto das Águas. Normalmente nós reunimos aí 400, 600,

¹⁹⁶ Vídeo disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/lista-de-videos?page=1>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

800 até 1000 pessoas de cada microbacia num grande Pacto das Águas, que é quando todos firmam o pacto, é, do que vai ser feito. E aí as ações acontecem: recuperar microbacia por microbacia, recuperar nascente, readequar estrada que muitas vezes é erosiva, fazer a mata ciliar. Nós estamos chegando perto de 600 km de mata ciliar, 30 metros plantados de árvore e cerca nos riozinhos dessas microbacias, enfim, sem nenhuma briga contra o programa, sem nenhuma contestação jurídica por exemplo. Isso significa que há um convencimento do que tem que ser feito, e porque que estamos fazendo. E aí tem mais o terraceamento, adubação verde, aí tem todo o trabalho de plantar o plantio direto com qualidade e outras práticas conservacionistas, os abastecedouros comunitários e também as ações individuais, o quê que tem que recuperar em passivo em cada propriedade¹⁹⁷.

Diante do exposto, notamos como é intenso o caráter ideológico do programa desenvolvido pela Itaipu. Baseado na Carta da Terra¹⁹⁸, a Itaipu procura difundir os mesmos princípios éticos presentes na carta, o de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Daí o motivo de afirmar a realização do programa sem “contestação jurídica”, o que, em sua concepção, seria a única forma de impedimento para a efetivação do programa, e com “convencimento”.

Além dessas questões, o fato de a Itaipu desenvolver diversos projetos na sociedade também cabe ser problematizado. Isso implica retirar o papel e a responsabilidade do Estado de muitas ações e compromissos com o social. Como a Itaipu estabelece várias parcerias na sociedade com prefeituras, governo estadual e órgãos do governo federal, ela não desenvolve e realiza esses projetos por conta própria, mas conta com verbas e trabalhos voluntários, o que, geralmente, lhe confere uma imagem de boa empresa, empresa preocupada com os problemas socioambientais que ela mesma, em parte, provocou. Não só os governos são envolvidos nesses projetos, como também diversas entidades, como algumas universidades:

E aí nós envolvemos todas as faculdades que existe na bacia, com curso de agronomia, zootecnia, engenharia ambiental, que é com acadêmicos desse último ano, que em cada propriedade, a gente faz o diagnóstico e o plano de controle ambiental. E aí vêm os complementos: tem um grande programa da agricultura orgânica, nós estamos hoje perto de 1000 famílias fazendo a agricultura orgânica. Vamos chegar a 29 agroindústrias de produtos orgânicos. Nós temos também um trabalho muito intenso de plantas medicinais, fisioterápicos,

¹⁹⁷ Vídeo disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/lista-de-videos?page=1>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

¹⁹⁸ De iniciativa da ONU, a Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

aromáticos, condimentares. Ao mesmo tempo estamos com 1618 catadores de lixo no programa coleta solidária e aí, a última etapa que nós estamos agora é, conquistando, já estamos com 1000 carrinho de catador elétricos, em que carrega a bateria desse carrinho de catador como se carrega celular, e aí evita de fazer aquele esforço que desmonta inclusive sua coluna (risos), e cria grandes problemas até é, físicos. Ao mesmo tempo um outro projeto interessante, jovem jardineiro¹⁹⁹.

Dos diversos projetos desenvolvidos pela Itaipu, priorizaremos o projeto voltado aos pescadores denominado “Mais Peixes em Nossas Águas”, porque vemos nele tentativas de camuflar os danos causados pela construção da hidrelétrica. Entre os projetos comentados no vídeo pelo diretor da Itaipu, o tanque-rede relacionado aos pescadores é divulgado como um ótimo trabalho direcionado à classe pela possibilidade de o pescador não apenas pescar, mas criar peixes: “Temos também um trabalho muito intenso com os pescadores, temos hoje quase 800 pescadores no programa “Mais Peixes em Nossas Águas”, produzindo peixes, não é só pescando com rede, é produção de peixe, tanques-redes”²⁰⁰.

Com a elaboração dos projetos citados aqui, dentre eles o relacionado aos pescadores, a Itaipu procura convencer a sociedade de que os problemas ambientais possuem solução, bastando que as pessoas façam sua parte. Para isso, porém, elas precisam saber o que podem fazer. A maneira encontrada pela empresa nesse sentido é divulgar seus projetos utilizando-se do discurso de educação ambiental, uma educação voltada ao conformismo e à não crítica dos problemas vivenciados. Assim, ela afirma o que seria preciso para a realização dos projetos:

Mas tudo isso permeia a educação ambiental. O eixo principal é a educação ambiental formal, não formal e informal. Se a gente não construir consciências esclarecidas, não mover e comover as pessoas para as transformações não tem saída para o planeta. O ser humano é o grande causador da maior crise sócio ambiental da história da humanidade, que pela primeira vez tá colocando em risco a vida humana. Por isso a educação tem que ser transformadora e, para ser transformadora ela tem que entrar nas mentes e nos corações das pessoas. Então nós temos hoje 10400 protagonistas de educação ambiental, mas na verdade desses 10400 que fazem a educação ambiental nos 29 municípios apenas 8 são funcionários da Itaipu Binacional, ela é uma grande rede para a sustentabilidade e de sustentabilidade. Enfim, então outras ações que poderia ser aqui, ser comentadas, como, por exemplo, as 3 comunidades Awá Guarani que nós temos, duas delas exemplares no que diz respeito a questão indígena e, principalmente poder dizer que o que nós trabalhamos finalmente é o novo jeito de ser, o novo jeito de sentir, o novo jeito de produzir, o novo jeito de consumir, porque é preciso um novo padrão civilizatório, esse que está aí se esgotou, porque é causador da depredação, do egoísmo doentio, de um processo absolutamente predador e portanto é preciso esse outro paradigma, muito mais

¹⁹⁹ Vídeo disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/lista-de-videos?page=1>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

²⁰⁰ Vídeo disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/lista-de-videos?page=1>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

do cuidado, do que da quantidade e de conquistas, é muito mais de qualidade e da ética do cuidado²⁰¹.

Aproximando-se, mais uma vez, do discurso religioso, a Itaipu atribui à educação ambiental uma forma de se construir consciências esclarecidas (curiosamente por meio de uma linguagem gramsciana (“[por] isso a educação tem que ser *transformadora* e, para ser transformadora, ela tem que *entrar nas mentes e nos corações das pessoas*”). E a forma de se obter uma consciência esclarecida para a empresa passa por convencer as pessoas de que elas são as causadoras dos problemas ambientais que está colocando a vida humana em risco. Conseguindo esse objetivo, então se teria uma nova civilização. Através desse discurso é retirada toda a responsabilidade com o resultado que tais projetos possam vir a ter, pois é atribuída ao homem a responsabilidade da reversão dos problemas socioambientais. Caso qualquer objetivo não seja alcançado, isso se deve ao egoísmo doentio e à falta de ética do cuidado que o ser humano não foi capaz de pôr em prática. Em momento algum o sistema capitalista, hoje responsável por tamanha degradação ambiental, é mencionado e, juntamente com ele, as muitas empresas que viabilizam a exploração do trabalho e a lógica da produção e da produtividade capitalista, dentre elas a própria Itaipu.

De acordo com as informações presentes no *site* da Itaipu, o programa Cultivando Água Boa foi desenvolvido e incorporado às políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro no contexto de sua criação pelo governo Lula, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP), logo no início do seu primeiro mandato. Em agosto de 2008, essa secretaria foi reforçada com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura. O argumento presente no *site* da Itaipu que legitima a atuação do governo e a importância que é dada por ele ao segmento é a seguinte:

O Brasil tem potencial pesqueiro como poucos países do mundo, pela quantidade de água marítima e continentais, entre ela os reservatórios de hidrelétricas, como o da Itaipu. A organização das Nações Unidas para a alimentação e Agricultura (FAO) reconhece esse potencial, sustentando que o Brasil tem condições de, em poucas décadas, estar entre os maiores produtores de pescado do mundo. A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo no início de seu primeiro mandato, demonstrou a importância que o segmento viria a ter em seu governo – posicionamento que seria ainda reforçado com a criação, em agosto de 2008, do Ministério da Pesca e Aquicultura. E a Itaipu, a partir da inovação na sua missão institucional, incorporou no Cultivando Água Boa as políticas públicas voltadas ao setor, tornando-se inclusive referência nacional na sua implantação. Atualmente, há mais de 700 pescadores residentes entre Foz do Iguaçu e Guaira. A eles se somam 130 famílias com mais de 600 índios, além de assentados da reforma agrária, ribeirinhos e pescadores amadores. Assim, os que

²⁰¹ Idem.

dependem do reservatório para obter o sustento familiar vêm sendo gradativamente penalizados com a redução do volume pescado e conseqüente redução na renda²⁰².

Analisando a citação acima, percebemos como a Itaipu procura demonstrar e salientar uma preocupação com aqueles que dependem do reservatório para sobreviver. Ao mesmo tempo é explicitado que essas políticas públicas proporcionariam melhorias ao setor pesqueiro. Ainda na mesma matéria presente no *site*, a Itaipu aponta o desenvolvimento da aquicultura através do sistema tanque-rede como alternativa aos pescadores que não conseguem sobreviver com a pesca extrativista:

É a partir desse contexto que a Itaipu entendeu a necessidade da criação do projeto Mais Peixes em Nossas Águas, que, além de fortalecer a atividade da pesca, fomenta a aqüicultura por meio do cultivo sustentável pelo sistema de tanque-rede. A iniciativa também objetiva aumentar o consumo. Apesar do grande potencial do Brasil no setor, o país é importador de pescado e, mesmo assim, o brasileiro come pouco peixe: 7 kg/ano, bem abaixo da média, que é de 16 kg/ano. Por isso, a política pesqueira do Governo Lula e da Itaipu preconiza não apenas “mais peixes em nossas águas”, mas também “mais peixes na mesa dos brasileiros”²⁰³.

A Itaipu incorpora, em seu discurso, uma preocupação nacional em relação ao consumo de peixes, ou ainda de que o país precisa produzir peixes em maior quantidade. Dessa forma, a Itaipu, como empresa estatal, assume como sua a política pesqueira que vem sendo desenvolvida pelo governo na tentativa de demonstrar a sua importância na sociedade e qual a participação que vem tendo nesse processo. A preocupação com a situação dos pescadores também é enfatizada pela Itaipu, no entanto como forma de justificar seu projeto como aquele que solucionará os problemas verificados na sociedade:

Estudos recentes demonstram que para 94% dos pescadores artesanais a renda mensal é inferior a dois salários mínimos. Como conseqüência, a maioria desses pescadores é carente de recursos básicos, como moradia, aquisição e manutenção de equipamentos de pesca e das embarcações, condições sanitárias e de comercialização. Na maioria das vezes, eles entregam sua produção para intermediários, com ganhos reduzidos. É a partir desse contexto que a Itaipu entendeu a necessidade da criação do projeto Mais Peixes em Nossas Águas, que, além de fortalecer a atividade da pesca, fomenta a aqüicultura por meio do cultivo sustentável pelo sistema de tanque-rede. A iniciativa também objetiva aumentar o consumo. Apesar do grande potencial do Brasil no setor, o país é importador de pescado e, mesmo assim, o brasileiro come pouco peixe: 7 kg/ano, bem abaixo da média mundial, que é de 16 kg/ano. Por isso, a política pesqueira

²⁰² Informações disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/mais-peixes-em-nossas-aguas>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

²⁰³ Informações disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/mais-peixes-em-nossas-aguas>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

do Governo Lula e da Itaipu preconiza não apenas “mais peixes em nossas águas”, mas também “mais peixes na mesa dos brasileiros”²⁰⁴.

Nessa citação é clara a preocupação com a causa dos pescadores aliada ao objetivo de aumento da produção e do consumo do pescado. Isso indica que o projeto tanque-rede criado pela Itaipu está inserido em uma dinâmica industrial capitalista, que vem ocorrendo no Oeste do Paraná. Assim, portanto, os objetivos da estatal visam promover a industrialização do pescado na região, diferente dos objetivos divulgados em seu *site*:

Assim, surgiu o projeto que busca promover a inclusão social, o resgate e a valorização da categoria dos pescadores. Busca também proporcionar melhor qualidade de vida aos pescadores, assentados, pequenos produtores e comunidades indígenas, diminuir o esforço de pesca no reservatório, aumentar a produção pesqueira, promover o desenvolvimento sustentável da aquíicultura e piscicultura BP3, (Bacia do Paraná 3) produzir alimento com alto valor nutritivo, monitorar e conservar a biodiversidade²⁰⁵.

, Para que esse projeto dê certo e tenha sustentação na sociedade se faz necessária, ao entanto, a existência de matéria-prima. Esta, por sua vez, foi pensada a partir da criação, tendo em vista a baixa produção extrativista.

2.4 O Projeto de Aquíicultura e Industrialização no Paraná

De acordo com informações veiculadas pelo Sebrae, o processo de criação e de industrialização do pescado teve início no Estado do Paraná:

O estado pioneiro foi o Paraná, que imprimiu um ritmo empresarial à atividade, estruturando a produção. Começaram a surgir os primeiros frigoríficos específicos para o beneficiamento de tilápia, particularmente nos municípios de Toledo e Assis Chateaubriand. Assim, foram criadas as condições para que o Paraná fosse, em pouco tempo, o maior produtor de tilápia do País, posição que viria a perder somente em 2003 quando, segundo dados do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -, a produção do estado do Ceará alcançou a marca de 13.000 toneladas, superando as 12.782 toneladas produzidas naquele ano pelo estado do Paraná²⁰⁶.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/mais-peixes-em-nossas-aguas>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

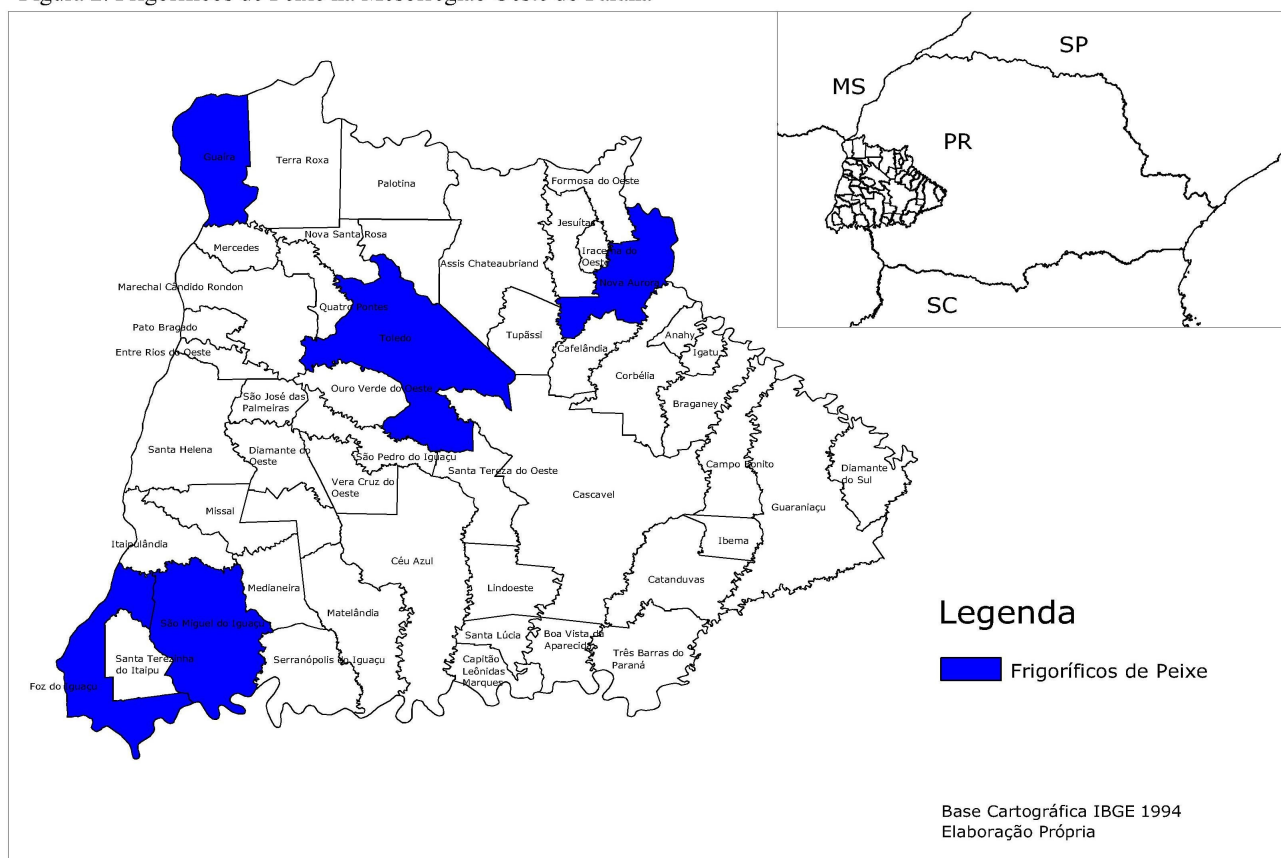
²⁰⁶ Informações disponíveis em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A9006DF4BC/\\$File/NT0003737A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A9006DF4BC/$File/NT0003737A.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2011.

A região de Toledo é a que mais comporta frigoríficos de peixes no Paraná. De acordo com o engenheiro de pesca Altevir, ao todo são 7 frigoríficos em funcionamento, que abatem e industrializam o pescado. Embora esses frigoríficos comprem outras espécies de peixes na região, dentre elas bagre, corimba e pacu, o peixe mais produzido para o abate e comercializado pelos frigoríficos é a tilápia.

Pelo levantamento realizado, o pescado abatido nesses frigoríficos, seja ele produzido ou comprado na região, é fruto da atividade criatória e não da pesca extrativista. Isso nos leva a supor que a lógica que está posta na região é uma lógica voltada à industrialização, em que se faz necessário uma maior produção. Essa, por sua vez, vem sendo pensada na região através da utilização da mão de obra de pescadores, pequenos proprietários e indígenas, o que nos aponta nesse sentido para uma tentativa de substituição da pesca extrativista pela criação em sistemas de tanque-rede e de tanque-terra.

Embora em outras cidades tenha sido possível verificar a existência de frigoríficos, como, por exemplo, em São Miguel do Iguaçu e em Nova Aurora, em Toledo se encontra com maior expressividade esse sistema de criação e industrialização do pescado. Em São Miguel do Iguaçu, a produção de peixes fornecida ao frigorífico local é proveniente a criação de peixes por parte dos pescadores profissionais através do projeto tanque-rede desenvolvido pela Itaipu e de produtores locais com o sistema de tanque-terra (tanques escavados). Dessa forma, é utilizada a mão de obra, tanto de pequenos agricultores, responsáveis pela criação de alevinos, quanto a mão de obra de pescadores, através da criação desses alevinos até seu tamanho adulto.

Figura 2. Frigoríficos de Peixe na Mesorregião Oeste do Paraná



Além da produção do pescado para o frigorífico local, em São Miguel do Iguçu, o pescado vem sendo transformado em polpa, cujo destino é servir de merenda escolar. De acordo com reportagem do jornal *O Presente*, intitulada “Piscicultores colocam no mercado a polpa do pacu”, essa transformação passou a ser realizada em 2010:

A produção da polpa do pacu deriva da produção/cultivo de peixes-pacus em tanques-redes, no Lago de Itaipu. São produtores, pescadores e piscicultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pelas colônias e Associação de Pescadores dos Municípios Lindeiros. Os mentores do projeto estão em conversa com os prefeitos para que o produto seja incluído definitivamente na merenda das escolas. A polpa de pacu está sendo comercializada em embalagens de 500 gramas e dois quilos, nos mercados da região. Trata-se de um alimento saudável, rico em proteínas, sais minerais e vitaminas de grande qualidade e baixo teor de gordura saturada²⁰⁷.

²⁰⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.opresente.com.br/geral/noticias/5114/>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

Em Nova Aurora, embora não sejam pescadores, são produtores locais associados à Copacol²⁰⁸ que fornecem a produção a ser abatida no frigorífico, através do sistema de tanque-terra. Já em Toledo, o sistema está relacionado ao sistema de cooperativismo e há também os produtores não associados que produzem para o abate nos frigoríficos locais.

Naquele lugar, a produção é realizada em tanques escavados e a espécie cultivada é a tilápia. Uma diferença existente em relação ao projeto desenvolvido pela Itaipu, de produção em tanques-rede, está na espécie cultivada, que é o peixe pacu. De acordo com as explicações da própria Itaipu, o pacu é a melhor espécie para tanques-rede:

Por causa de sua boa adaptação ao cultivo e aceitação no mercado, o pacu (*Piaractus mesopotamicus*) é o peixe que mais tem sido utilizado no projeto de tanques-redes de Itaipu, que hoje beneficia mais de 180 famílias ao longo do reservatório. Como o pacu se adapta bem ao cultivo, sua reprodução é rápida, e em aproximadamente cinco meses o peixe já está pronto para o abate. De acordo com o gestor do programa Mais Peixes em Nossas Águas, Pedro Tonelli, o pacu é ideal para o consumo quando pesa entre 1,3 e 1,6 quilo. “Neste tamanho, conseguimos aproveitar até 50% do peixe”, conta. Além disso, a taxa de renda para o produtor é bastante significativa – pode chegar a até 40%²⁰⁹.

Devido ao fato de o pacu ser um peixe que possui espinhos, a Itaipu vem trabalhando com o processamento da produção através de uma máquina desossadeira a fim de realizar a separação da carne e a produção da polpa de peixe:

Só que o pacu apresenta um probleminha em termos de consumo: a espinha em formato de forquilha. Mas a Itaipu encontrou uma solução para isso com a compra de uma máquina desossadeira. A máquina separa a carne dos ossos, pele e vísceras do peixe. O resultado é uma polpa pura de carne. Essa máquina vai ser emprestada às prefeituras da região para ajudar no incremento da atividade pesqueira local²¹⁰.

De acordo com informações oficiais divulgadas em outubro de 2007, naquele período a Itaipu possuía 573 tanques-rede na região Oeste do Paraná:

Atualmente, Itaipu mantém 573 tanques-redes, 40 com os índios da aldeia Ocoy, e os demais divididos entre as sete colônias de pescadores: de Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia e Entre Rios D'Oeste. No total, a produção dessas colônias chega a 150 toneladas por temporada, ou seja, 300 toneladas por ano, o que movimenta

²⁰⁸ Cooperativa Agroindustrial Consolata, fundada em 23 de outubro de 1963, pelo padre Luís Luise e mais 32 agricultores imigrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A cooperativa possui sede em Cafelândia, e trabalha nas atividades de suinocultura, bovinocultura de leite, piscicultura, avicultura e agricultura.

²⁰⁹ Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/?leia_mais=1&secao=manchete&q=pt/node/1445>. Acesso em: 8 ago. 2011.

²¹⁰ Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/?leia_mais=1&secao=manchete&q=pt/node/1445>. Acesso em: 8 ago. 2011.

significativamente o mercado de peixe. [...] Além dos tanques fornecidos por Itaipu aos produtores das colônias, outros 130 são mantidos para pesquisa de impacto ambiental, e já existem 100 particulares, de produtores que perceberam a lucratividade e adquiriram os próprios tanques-redes²¹¹.

Embora relacionada às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de projetos sociais, está presente no projeto tanque-rede, tanto por parte do governo, quanto da Itaipu, uma projeção de grande negócio com a atividade, como identificamos nas palavras do gestor da Itaipu, Pedro Tonelli, ao se referir ao cultivo de peixes: “É o grande futuro para o mercado pesqueiro do Brasil e do Mundo”²¹². A criação em tanques-rede pela Itaipu se restringe à espécie pacu devido ao fato de que a criação de outras espécies, como a tilápia, que é criada na região de Toledo, ser proibida. Existe um impedimento legal firmado por um tratado entre Brasil e Paraguai em 2002, que proíbe a introdução e o cultivo de qualquer espécie exótica no lago. Embora a espécie tenha um bom desempenho no processo de cultivo, como afirma Pedro Tonelli, gestor do Programa "Mais Peixes em Nossas Águas": “É uma espécie muito manejada e tem a vantagem de ser um peixe bastante conhecido em todo o mundo, o que facilita a sua comercialização”²¹³. A proibição de seu cultivo em tanques-rede reside no fato de que a espécie pode provocar um desequilíbrio ambiental. Mesmo com restrição em relação às espécies que podem ser cultivadas, o projeto de desenvolvimento da aquicultura realizado pela Itaipu possui grande visibilidade. É interessante observar que, em algumas reportagens de divulgação, o projeto é apresentado como forma de amenizar os impactos ambientais decorrentes da construção da hidrelétrica:

A empresa Itaipu Binacional, responsável pela hidrelétrica, desenvolve vários projetos sócio-ambientais no estado do Paraná. Um deles é a criação de peixes em cativeiro. Uma forma de amenizar o impacto causado pela construção da usina. O fenômeno natural conhecido como piracema foi interrompido no Rio Paraná, na região de Foz do Iguaçu. A grande barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu impediu durante vinte anos a jornada de espécies migradoras²¹⁴.

Apesar do não ocultamento dos danos causados à pesca, é através dos projetos socioambientais que a Itaipu tenta demonstrar que os problemas advindos da construção da hidrelétrica vêm sendo solucionados. Numa entrevista com o coordenador do Programa

²¹¹ Idem.

²¹² Idem.

²¹³ Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/?leia_mais=1&secao=manchete&q=pt/node/2468>. Acesso em: 10 set. 2011.

²¹⁴ Informações disponíveis em: <http://www.conepe.org.br/2010/sistema/index.php?com_content&task=view&id=1327&Itemid=2>. Acesso em: 27 abr. 2011.

“Mais Peixes em Nossas Águas”, Pedro Tonelli, ele próprio admite e reconhece os impactos causados à pesca, responsáveis pela não reprodução das espécies presentes no lago:

Impactou porque dificultou a reprodução, as espécies que têm que migrar e procurar as planícies, os locais protegidos do noroeste do Paraná ou nordeste de São Paulo, locais propícios, eles não tinham mais contato com essa região que são os locais de desova”. A construção da maior hidrelétrica do mundo em geração de energia mudou o ambiente, mexeu com a diversidade de peixes e também com a quantidade²¹⁵.

Apesar de Tonelli reconhecer os estragos feitos à pesca, por outro lado o diretor de coordenação do Meio Ambiente da Itaipu, Nelton Friedrich, tenta justificar que os estragos realizados ocorreram durante a construção da obra e que, no entanto, através dos projetos desenvolvidos pela Itaipu, dentre eles o Canal da Piracema²¹⁶, tais estragos se tornaram inexistentes:

Se criou impacto quando a obra estava sendo feito, não podemos esquecer que essa energia é renovável, limpa e que abastece 20 por cento de tudo o que brasileiro consome”. Para que os peixes pudessem superar a barragem de 196 metros de altura e atingir o reservatório, a usina construiu o que chama de canal da piracema com dez quilômetros de extensão e largura entre cinco e doze metros. Ele liga o Rio Paraná ao lago de Itaipu²¹⁷.

Outra justificativa se refere ao fato de que a energia produzida é “renovável, limpa” e abastece parte do que é consumido pelos brasileiros. Nesse sentido, os diversos projetos desenvolvidos pela estatal podem ser entendidos como uma forma de compensar os danos causados. A própria visibilidade dada a esses projetos pelos diversos meios de comunicação reforça essa imagem vendida pela empresa.

Dessa forma, o projeto de criação de peixes criado pela Itaipu vem sendo implantado juntamente com o projeto de industrialização do pescado em várias regiões do Oeste do Paraná. Já em Toledo, além de uma região com maior concentração de frigoríficos do Paraná, existem, no Curso de Engenharia de Pesca, pesquisas no sentido de desenvolver tecnologias relacionadas à criação e ao processamento do pescado. Assim como a política pesqueira federal que visa agregar valor ao pescado, em Toledo o grupo Gemaq (Grupo de Estudos de Manejo da Aquicultura), juntamente com o Curso de

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ O canal da piracema construído pela Itaipu consiste em um rio artificial que faz ligação do reservatório com o rio, à jusante da usina, e tem por objetivo permitir a migração de peixes no Rio Paraná.

²¹⁷ Informações disponíveis em: <http://www.conepe.org.br/2010/sistema/index.php?option=com_content&task=view&id=1327&Itemid=2>. Acesso em: 27 abr. 2011.

Engenharia da Pesca, vem desenvolvendo tecnologias voltadas à transformação do pescado. Tais tecnologias são utilizadas pela Itaipu no desenvolvimento do projeto tanque-rede, no que se refere à criação de peixes e também ao processamento do pescado.

No vídeo de 2011 presente no *site* da Gemaq relacionado à proposta de construção de uma indústria de beneficiamento do pescado apresentada à prefeitura de Toledo, podemos perceber, na fala do agrônomo Audi, a pretensão dos pesquisadores do setor para a atividade pesqueira no município:

Olha, desde 2002, a Universidade vem trabalhando, pelo Curso de Engenharia de Pesca, a pesquisa na área de tecnologia do pescado, quer dizer, agregação de valor ao, ao peixe cultivado na região e nós tivemos já uma série de projetos já financiados por setores públicos, aonde a gente trabalha tanto com a questão das rações, como também com a industrialização do pescado. Como a região de Toledo concentra o maior número de frigoríficos que nós temos no Paraná e no Brasil, hoje nós somos o maior pólo industrial de peixe, é, nós temos sete frigoríficos em Toledo e mais dois na região que abate hoje mais de sessenta toneladas de peixe por dia. Toledo que desde 83, com a criação do Centro de Piscicultura, é uma referência na área de produção de peixe, nós estamos trabalhando pra buscar novas formas de agregação de valor do pescado pela industrialização, pra produzir produtos como embutidos, como enlatados, como produtos até doces, né, como é, produtos que possam fazer com que esse peixe, aumente seu consumo na região, principalmente com as crianças, né, produtos pra merenda escolar, né, que não permite frituras, então são tecnologias que nós viemos desenvolvendo²¹⁸.

Embora Toledo possua vários frigoríficos de peixes, o produto principal industrializado é o filé de tilápia. Nesse sentido, o intuito dos pesquisadores ao propor o projeto de industrialização do pescado é desenvolver outros produtos derivados do peixe, para que, dessa forma, se tenha um aumento do consumo do pescado e, conseqüentemente, uma maior agregação de valor:

Bom, mesmo com um grande número de plantas industriais, né, frigoríficos em Toledo, nós temos uma dificuldade que toda a produção se concentra sobre o filé de tilápia, né, que é um terço do produto, né, e a nossa busca é criar um centro de referência de tecnologia do pescado aqui em Toledo, que possa desenvolvermos nossos produtos e prestar serviços pra essas unidades, por exemplo, nós temos quatro frigoríficos que têm o sistema de inspeção municipal, e eles só vendendo filé eles vão ter dificuldades ao longo do tempo em fazer o giro, eles poderiam muito bem, não só eles, como outros frigoríficos, terem outros produtos lançados no mercado, né, hoje se você vai numa lanchonete encontra um filé de tilápia, você não encontra um patê de tilápia, você não encontra um embutido, uma salsicha, um outro produto que possa ser colocado não só aqui mas no Brasil inteiro. Então o consumo do peixe anda aumentando, né, e nós queremos dar a contribuição da Universidade que é pública, né, numa região de referência em pescado. Com a equipe que nós temos de estudo de manejo da aqüicultura, o Gemaq, que desde 2002 vem trabalhando nisso, hoje nós viemos apresentar uma

²¹⁸ Vídeo “Centro de Referência”, disponível no site: <<http://www.gemaq.org.br/?pg=videos>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

proposta de criação desse núcleo, uma planta piloto de processados pra cinco linhas de produtos, desde empanados, embutidos, congelados e enlatados²¹⁹.

Assim como o agrônomo Audi, o engenheiro de pesca Altevir expressa a mesma posição, de diversificar a produção com o intuito de se obter um maior consumo dos produtos processados:

O projeto ele está estruturado em uma planta piloto no núcleo central, que seria em Toledo, né, e com cinco indústrias servindo cozinhas industriais que serviriam como pólos multiplicadores tanto das tecnologias geradas com esse processo ou já desenvolvidas pelo Gemaq da Unioeste e também pra incentivar tanto a produção nas regiões é Oeste e Noroeste e Sudoeste do Paraná e também o consumo através de produtos processados. Essa planta piloto vai gerar essas tecnologias e vão ser implantadas nessas cozinhas industriais. E essa planta piloto vai ter o objetivo de formação de recursos humanos, né, desenvolvimento de novos produtos e processos além desses que já constam na planta outros produtos e processos podem ser gerados e também capacitação de mão de obras aplicadas, né, nas indústrias frigoríficas da região e também de técnicos especializados em linhas de produção que possam estar desenvolvendo trabalhos em parceria com os frigoríficos. Além disso, nós temos a possibilidade de trabalhar com a prestação de serviços, onde as indústrias da região ou do município possam também se utilizar da estrutura pra se adequar, se utilizando dessa indústria como um novo modelo de processamento e implantar isso ao longo do tempo em suas indústrias processadoras, seja ela do sistema de inspeção municipal, estadual ou federal, né²²⁰.

A estrutura pretendida pelos pesquisadores de Toledo visa constituir um pólo de referência em relação à industrialização do pescado na região. Parte-se do pressuposto de que os frigoríficos existentes não estariam de acordo com as exigências do mercado, próprias da sociedade capitalista, a de possibilitar a diversidade de produtos para um possível aumento do consumo pelas pessoas. Nesse sentido, a tecnologia é enfatizada fundamentalmente como forma de possibilitar a geração de novos produtos no mercado, a partir da transformação da matéria-prima, que é o pescado:

Pra diferentes tipos de processo nós temos já metodologias desenvolvidas, outros pra essas novas linhas que serão implantadas, né, outros processos podem ser trabalhados dentro dessa mesma linha de processamento, né, dentro dessa mesma planta, né, então, a planta ela já foi desenhada, né, o croqui dela, já está pronto visando esse tipo de aproveitamento do pescado, seja ele enlatado, processado congelado, é nuggets, embutidos, é patês, bolinhos, é salsichas e outros processos, né, que vão estar aí agregados a esta planta, possam ser trabalhados e desenvolvidos junto aos frigoríficos através da prestação de serviços, ou mesmo com técnicos formados pra atender aquela demanda regional que é o foco de melhorar a otimização do pescado²²¹.

²¹⁹ Vídeo “Centro de Referência”, disponível no site: <<http://www.gemaq.org.br/?pg=videos>>. Acesso em 5 jul. 2011.

²²⁰ Idem.

²²¹ Vídeo “Centro de Referência”, disponível no site: <<http://www.gemaq.org.br/?pg=videos>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

A partir da elaboração de novos produtos se torna possível a agregação de valor ao mesmo tempo em que se cria, a partir desses produtos, um atrativo para que as pessoas possam estar consumindo. A preocupação com a diversificação de produtos derivados do peixe está em facilitar seu preparo e, conseqüentemente, seu consumo. Assim, as pessoas podem consumir produtos derivados do peixe sem que haja a necessidade de tempo para prepará-lo. A falta de tempo vivenciada pelas pessoas é, porém, própria da sociedade capitalista em que vivemos. Nesse sentido, o projeto desenvolvido pelos pesquisadores de Toledo está inserido numa dinâmica capitalista de produção de mercadorias que, ao mesmo tempo, facilitem e aumentem o consumo e que possam, através do processo de transformação, agregar mais valor ao pescado, gerando com isso maiores lucros com a atividade através de um maior aproveitamento:

Hoje o pescado quando ele é abatido, ele é aproveitado pra consumo humano em torno de quarenta por cento, né, quando que nós temos um aproveitamento total de mais de sessenta por cento com simples métodos a serem implantados, que nós hoje tanto em formação de recursos humanos, quanto em tecnologia disponível pra servir de base pra um frigorífico da região, é uma necessidade essa planta piloto. [...] Um recurso pra é, colocar essa planta, ou estruturar essa planta e começar a ter ela, essa ação tanto dos estudantes, como nós pesquisadores gira em torno de dois milhões de reais, um pouquinho mais, um pouquinho menos, vai ficar nessa faixa de dois milhões de reais²²².

Na ocasião, a planta do projeto foi apresentada à prefeitura de Toledo tendo como objetivo a obtenção de recursos para materializá-la. Além desse projeto, um dos frigoríficos já constituído em Toledo vem, desde 2011, transformando a produção de pescado em almôndegas, diversificando a produção que antes consistia apenas na industrialização do filé de tilápia. De acordo com a reportagem presente no *site* do Gemaq, o frigorífico, em parceria com o Instituto Água Viva, vem modificando e terceirizando a carne da tilápia, cujo destino é atender a merenda escolar:

O Instituto Água Viva (IAV) deve fechar parceria com o Frigorífico Tilápia Pisce de Toledo nos próximos dias, trata-se da terceirização da produção de almôndegas de filé de tilápia e carne mecanicamente separada (CMS) de peixe. Nesta semana, a equipe do IAV com o auxílio dos técnicos do Grupo de Estudos de Manejo na Aquicultura (GEMAQ), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus Toledo, vão elaborar 100 quilos de almôndegas de filé de tilápia. A princípio, o Frigorífico Pisce vai repassar esta produção para a Prefeitura do Município de Querência do Norte com a finalidade de ser agregada na merenda escolar²²³.

²²² Idem.

²²³ Informações disponíveis em: <<http://www.gemaq.org.br/?pg=noticias&id=299>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

Através dessas informações podemos perceber como vem se estruturando a atividade criatória de peixes no Paraná. É interessante frisar que a industrialização proveniente dessa atividade criatória é recente. No caso do frigorífico Tilápia Pisces, por exemplo, ele está na atividade há quatro anos, o que demonstra estar havendo uma tentativa de experimentação da atividade, visto por muitos empresários como um mercado a ser explorado. Como vimos, o processo de criação e industrialização do pescado vem sendo desenvolvido em várias cidades no Oeste do Paraná. Pela pesquisa foi possível observar que, além de São Miguel do Iguaçu, Nova Aurora e Toledo, que vêm apostando no processo de industrialização, outra cidade é Foz do Iguaçu. Como em São Miguel, a industrialização realizada provém da produção em tanques-rede pelos pescadores da Colônia Z-12. Uma diferença identificada entre as duas cidades é que em São Miguel o frigorífico é de propriedade particular, enquanto que em Foz do Iguaçu o frigorífico é administrado pela colônia de pescadores. Já em Guaíra, o projeto de industrialização do pescado não teve êxito. Embora a estrutura esteja pronta desde 2007, o frigorífico nunca chegou a funcionar.

2.5 O Projeto de Aqüicultura e Industrialização em Guaíra

A partir das fontes relacionadas ao processo de criação e de industrialização no Paraná, acreditamos que a existência dos projetos existentes em Guaíra (tanque-rede, frigorífico e adequação dos pontos de pesca), além de projetos que visam camuflar os danos causados à pesca por parte da Itaipu, são projetos articulados a uma tentativa de tornar os pescadores criadores de peixes, como tem acontecido na região, embora em alguns casos a mão de obra utilizada seja de pequenos agricultores rurais no sistema de tanque-terra. São projetos voltados a uma dinâmica industrial para agregar valor à matéria-prima, diferenciando-se da forma pela qual os pescadores estão acostumados trabalhar.

Em Guaíra, segundo informações dos pescadores, os tanques criadores foram experimentados no lago de Itaipu durante um período de aproximadamente um ano e meio, no entanto esse sistema se defrontou com uma série de resistências dos pescadores. Antes é preciso considerar que essa dinâmica industrial que vem ocorrendo na região Oeste do Paraná não é algo projetado apenas pela Itaipu ou por políticas públicas. Tais projetos não

estão desvencilhados da dinâmica capitalista. Por isso, para que esses projetos possam se efetivar na sociedade se faz necessária uma série de mudanças, principalmente em relação à forma de produção, fazendo-se necessária uma constante oferta de matéria-prima.

Dessa forma, a partir da relação da Itaipu com a SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), o projeto "Mais Peixes em Nossas Águas" criado pela Itaipu possui diversos objetivos. Dentre eles discutiremos, nesta pesquisa, aqueles relacionados às mudanças projetadas em relação aos pescadores. São eles:

- adequação de pontos de pesca;
- formação do pescador aquícultor;
- incremento e qualificação do associativismo entre os pescadores e suas colônias para comercialização do pescado;
- instalação de pontos de venda de pescado e promoção da participação em feiras;
- capacitação para a criação de peixes e transformação do pescado²²⁴.

2.5.1 Adequação dos pontos de pesca

Em Guaíra, os projetos elaborados pela Itaipu relacionados aos pescadores foram pensados a partir da criação de peixes através do sistema tanque-rede, de industrialização do pescado, através do projeto do frigorífico de peixes e da adequação dos pontos de pesca (investimento em infraestrutura, como em estradas, limpeza e casas nos pontos de pesca e local para limpeza, manuseio e conservação do pescado). Embora tais projetos sejam divulgados pela Itaipu como meios de possibilitar melhores condições de vida e de trabalho, perguntamos em que medida eles encontram respaldo entre os pescadores profissionais. Por isso discutimos a intenção da Itaipu com a elaboração e a divulgação de tais projetos e os significados atribuídos pelos pescadores. De acordo com a Itaipu:

Entre as cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra, na Costa Oeste do Paraná, cerca de 800 famílias sobrevivem da pesca. [...] Segundo o supervisor dos projetos de Pesca, Piscicultura e Apicultura da Itaipu, Pedro Tonelli, faltam aos pescadores e pescadoras da região condições mínimas de trabalho. “Ano passado nós fizemos uma pesquisa antes de iniciar os projetos. Os pescadores chegam no reservatório e não têm um abrigo para ficar, não têm onde limpar os peixes, não têm nada. O objetivo da Itaipu é criar condições mais humanas para eles”, explica Tonelli. No entanto, a preocupação com tais trabalhadores não se limita à estrutura física, um trabalho de educação ambiental intenso também está sendo desenvolvido, além disso, o programa Tanque e Rede estimula a aquícultura (criação de peixes). “A Itaipu cedeu dois tanques para cada uma das 56 famílias que integram o programa e os ensinou a criar peixes. Com a criação, eles podem programar a renda familiar e não esgotam os recursos naturais”, comenta Tonelli. O estímulo

²²⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-foz-itaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

à aqüicultura também ajuda a preservar o meio ambiente. Com o objetivo de garantir a biodiversidade no Rio Paraná, a Itaipu lançou ano passado o projeto Canal da Piracema, no qual há uma ligação entre o rio e o reservatório, que permite que as espécies retornem para reprodução²²⁵.

Desconsiderando o fato de os pescadores não terem sido consultados para a elaboração do projeto, a preocupação de Itaipu com os pescadores não se limita apenas à estrutura física, mas ao trabalho de educação ambiental. Assim, ela tenta realizar uma mudança na forma e no costume de como a pesca é realizada pelos pescadores profissionais. Visto pela Itaipu como um trabalho clandestino, a intenção da estatal é a de modificar um trabalho que é realizado de forma artesanal em um trabalho industrial. Podemos observar essa intenção a partir da reportagem “Da pesca ao prato, cadeia produtiva do peixe ganha novo incentivo de Itaipu”:

A Divisão de Reservatório (MARR.CD) começou um trabalho de adequação dos 63 pontos de pesca e das 15 unidades de beneficiamento coletivo da Bacia do Paraná 3, na extensão do reservatório de Itaipu. O objetivo é melhorar as condições sanitárias da produção, qualificar os profissionais e viabilizar a comercialização do pescado no mercado formal. A ação tem potencial para beneficiar os cerca de 700 pescadores que atuam na região e dobrar a renda das famílias. De acordo com Alderico Coltro, responsável pela ação nos pontos de pesca da MARR.CD, o pescado de origem extrativista da BP3 não passa por inspeção sanitária, ao contrário do que ocorre com a produção em tanques-redes. “Os pescadores (extrativistas) só têm direito a vender o peixe na rua. Por isso, a produção é escoada para municípios que não tem uma Vigilância Sanitária atuante. E o preço é sempre irrisório”, afirmou. Mas o lucro poderia ser bem maior. Levantamento do setor indica que cada um dos 63 pontos de pesca da BP3 tem de 10 a 32 pescadores, com produção anual de 800 a mil toneladas – de espécies como curvina, armado, mapará, cará e traíra. Na rua, o quilo do peixe misto é vendido, em média, por R\$ 2,50. Se o produto fosse embalado e tivesse o selo de inspeção, o valor chegaria a R\$ 5, no mínimo²²⁶.

A tentativa da Itaipu é imprimir à atividade pesqueira extrativista uma dinâmica industrial capitalista. Para isso demonstra a fragilidade na forma como o pescado é comercializado pelos pescadores e divulga as vantagens que eles teriam caso a produção fizesse parte do mercado formal, principalmente em relação ao preço. A partir da intenção de inserir a pesca na atividade industrial, a Itaipu iniciou várias ações. Num primeiro momento buscou adequar os pontos de pesca:

A primeira ação do MARR.CD foi a limpeza dos pontos de pesca, entre o final do ano passado e o começo de 2010. E foi um trabalho pesado: 360 metros cúbicos de lixo foram removidos, incluindo restos de acampamento, pedaços de

²²⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Edição 400, sessão “geral”, 26/11/2004. Acesso em: 7 jan. 2011.

²²⁶ Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335>. Acesso em: 9 set. 2011.

fogões e geladeiras e todo tipo de entulho que foi se acumulando ao longo do ano. Dois apiários (para produção de mel) e 60% dos animais domésticos também foram retirados dos locais. “São ações indispensáveis porque, sem elas, não consigo começar nenhuma ação para que o local consiga passar por inspeção sanitária”, explicou Coltro. A etapa atual é a melhoria das estradas que dão acesso aos pontos de pesca, com instalação de cascalho, pátio de manobra, atracadouro e bacias de contenção para evitar a erosão. O trabalho já foi concluído em Guaira, Itaipulândia e Mercedes. No total, cerca de 10 quilômetros de estradas serão melhorados²²⁷.

As ações de limpeza nos pontos de pesca foram realizadas com o objetivo de obter a licença sanitária para que os pescadores realizassem o trabalho de limpeza do pescado nas estruturas construídas pela Itaipu. A partir dessa ação, os pescadores ficaram proibidos de criar animais nos pontos de pesca, desde domésticos a animais que ajudariam na dieta alimentar, a cultivar hortas ou qualquer outro produto nos pontos de pesca. A segunda etapa foi a de “adequar” as unidades de beneficiamento:

A próxima ação será adequar as unidades de beneficiamento de acordo com as normas sanitárias de cada município. Alderico Coltro informou que já fez um levantamento inicial e que, no final do mês, vai concluir o relatório com todas as reformas necessárias. “Vamos implantar as mudanças e depois pedir o certificado de inspeção sanitária”, disse. Dentre as mudanças sugeridas, estão a separação da área suja (limpeza) da área limpa (embalagem) e a abertura de uma porta exclusiva para a expedição. “Tudo para que o pescado siga um fluxo sem retornar para a área suja”, explicou. A médio e longo prazos, a ideia é que todos os 63 pontos de pesca tenham uma unidade de beneficiamento adequada às exigências sanitárias²²⁸.

As unidades de beneficiamento se referem aos locais para limpeza, manuseio e conservação do pescado, construídos nos pontos de pesca. Em Guaira, não foi em todos os pontos de pesca que essa obra foi construída, no entanto, nos pontos em que há a estrutura, também se percebe uma série de divergências e resistências por parte dos pescadores na utilização da obra. De acordo com os pescadores, a Itaipu realizou a construção da estrutura para que eles deixassem de realizar o serviço de limpeza do pescado no lago, como de costume.

Tal exigência entra, no entanto, em conflito com os pescadores por algumas questões: a primeira delas deve-se ao fato de os pescadores realizarem o trabalho de limpeza utilizando as vísceras dos peixes como isca para a captura de outros peixes. Isso faz com que consigam diminuir gastos, tendo em vista o alto custo das iscas. Essa forma de

²²⁷ Idem.

²²⁸ Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335>. Acesso em: 9 set. 2011.

realizar o trabalho na pesca foi apontada por vários pescadores quando perguntados sobre o local para limpeza do pescado construído pela Itaipu, entre eles o pescador Alfeo:

É porque é proibido limpar no rio, né, diz que é proibido, lá no nosso porto quando a gente pega um armado a gente limpa lá no rio e aí com as tripa do armado consegue pegar outro tipo de peixe, pega o pati. às vez você tem dez quilo de armado se pega quinze de pati, pescando, limpando peixe e jogando na água, e aqui eu não sei como que funciona porque eu não sou daqui, mas lá funciona assim, você pega quinze quilo de armado e aí você vai limpando, isca uma vara ali e põe e ali você consegue pegar o pati, na época que é dele, que é agora, né, então se consegue fazer alguma coisa²²⁹.

Além de Alfeo, Roberto e Luzia também explicaram como realizam o trabalho de limpeza do pescado. Embora no ponto de pesca onde residem a estrutura não tenha sido construída, demonstram que lá ela não funcionaria pelo fato de que também aproveitam das vísceras de peixe como isca:

Cátia: Como vocês fazem a limpeza do pescado?

Roberto: Na barranca mesmo. No próprio barco, no barco.

Luzia: Na barranca e joga no rio.

Cátia: Nesse ponto de pesca não tem o local para a limpeza do pescado?

Roberto: Aqui não, não.

Cátia: Vocês sabem por que aqui não foi construído?

Roberto: É alguns porto que foi beneficiado com isso aí, não foi todos. Igual aqui em cima tem, o outro porto ali, poucos. Nós mesmo limpa o peixe e joga tudo no rio, serve pra sevar também, pra pegar pati. Praticamente também é aproveitado²³⁰.

As estruturas para limpeza do pescado apenas foram construídas nos pontos de pesca próximos à instalação dos tanques criadores e da construção do frigorífico de peixes. Isso permite observar que o objetivo inicial da Itaipu não era incluir todos os pescadores nessa dinâmica industrial capitalista, mas apenas parte deles, aqueles que residiam nos pontos de pesca próximos à construção do frigorífico, apesar de noticiar que o projeto envolveria todos os pescadores. O segundo embate está no fato de que o local de limpeza construído pela Itaipu não é adequado. As pias são de inox, sendo que, em seus barcos, os pescadores utilizam de tábuas de madeira, um material mais resistente para o tipo de serviço realizado, como comenta Alfeo:

Pra começar não tem peixe, filha, não tem peixe, não tem. Então não adianta, isso aí, é conversa da Itaipu. Isso aí é palhaçada, isso aí num tem mesmo, fizeram esse troço aí sem fazer pesquisa, pros pescador, porque se fosse pra usar, é que você não viu limpar um armado, filha, se tem que ter uma prancha de peroba pra você cortar, se tinha que ver eu limpar um peixe pra você ver como é que

²²⁹ Entrevista com Alfeo, em 7 de maio de 2011.

²³⁰ Roberto e Luzia.

funciona, fizeram uma pia inox ali, por causa de bactéria, é, num existe cara, como é que tu vai me cortar um armado, um peixe numa plataforma, num aço inox daquele ali, se num tem, num tem cabimento. E o tubo é de, de cem, o armado, em se tratando do armado, que vai a cabeça fora quando você corta as asa fica aberta, as lateral e a de cima, não passa, os ferrão dele não passa²³¹.

Através da fala de Alfeo percebemos que o sistema proposto pela Itaipu não ajuda os pescadores. O exemplo das pias de inox é a expressão de como a Itaipu lida com as questões sociais na região. Interessante é observar que, antes de se referir à estrutura, Alfeo se refere primeiramente ao fato de não haver peixe, o que, para ele, já seria motivo suficiente para não se construir a estrutura. Além disso, o local não permite que os pescadores realizem o trabalho de limpeza ao mesmo tempo, levando ao atraso de suas atividades, como comenta a pescadora Maria Aparecida, embora perceba um fator positivo, o de realizar o trabalho em pé: “Não é bom, então eles, é bom porque você fica numa posição de pé, né, mas não ajuda. Então você vê, em cada ponto tem dez pescador, dez pescador num lugar só num tem”²³². Em terceiro lugar, os pescadores dizem não funcionar a estrutura pelo fato de a produção de todos os pescadores do ponto de pesca ser armazenada dentro do mesmo local. Embora armazenada em congeladores diferentes, eles não acham confiável deixar sua produção junto com a dos demais pescadores. Para isso justificam que, se precisarem se ausentar do ponto de pesca, pode ocorrer de a sua produção ser vendida ou apropriada por outra pessoa, uma vez que todos os pescadores do ponto podem ter acesso ao local. Quanto a isso, Romão e Itamar, quando perguntados se a estrutura seria melhor para os pescadores, disseram:

Romão: Depende a união, né, do povo. Pra mim eu sei lá, eu, pra mim eu acho que não funciona aquilo lá não, não funciona por causa da união. O peixe os cara deixa dentro do congelador lá, tudo lá dentro, se não tiver união, se não confiar no outro lá. Que é pra deixar tudo no freezer lá dentro, né, cada um tem um freezer.

Itamar: Todo mundo teria acesso ao local.

Romão: Eu conversei lá embaixo, o cara falou, eu, eu já fui pescar naquele porto lá, o Alvino mesmo falou pra mim, eu vou deixar meu peixe aí rapaz, aí o caboclo vai lá quando eu tô pra Guaíra, o cara vai lá e limpa meus peixe ali dentro, então não tem condição, né. Por isso que importante era entregar no frigorífico que daí pegava todo dia²³³.

Não significa, no entanto, que alguns pescadores são contrários ao frigorífico de peixes, como observamos na fala de Romão. Para esse pescador, o frigorífico seria importante por possibilitar a entrega do pescado todos os dias, sem necessidade de ser

²³¹ Alfeo.

²³² Maria Aparecida.

²³³ Entrevista concedida por Romão e Itamar, em 7 de maio de 2011.

armazenado. Assim como Romão, Maria Aparecida compartilha da mesma opinião. Quando perguntamos sobre a forma como ela realiza a limpeza do pescado, ela se refere também ao frigorífico como algo positivo, pois que os pescadores não precisariam realizar a limpeza do pescado, além de o perceber como uma melhora para sua comercialização:

Limpa no rio e, que nem no barco, né, aí as cabeça já joga na água pra outro canto, né, que nem agora se abrir o frigorífico que é uma coisa também que o Zé também tá lutando por esse frigorífico já, faz tempo que tá lá, num sei por um motivo e outro não sai esse frigorífico, né, que fez esse frigorífico e ele tá lutando por isso aí que é um benefício pra nós também, porque aí nós só vai pegar o peixe e levar tudo pra lá, é até mais fácil pra comercializar os peixe, né, porque vai direto pro frigorífico, né, não tem tanto ... por esse também, que hoje pra você comprar uma coisa tem que ser tudo na nota, tudo certinho, então se esse frigorífico lá abrisse pra nós era uma boa pra nós porque nós não ia ter compromisso com o peixe, né, se ó, ia pescar o peixe e eles ia levar pra lá e ia ter as pessoa pra limpar, uma pessoa pra embalar, tudo isso tinha, né, é mais fácil, aí é uma coisa que já ia ajudar o pescador também, né, se fazer esse frigorífico, era mais gente que empregava também nesse frigorífico, né²³⁴.

A maioria dos entrevistados não aprovou a estrutura construída pela Itaipu para a limpeza do pescado. Isso nos permite considerar que os pescadores não veem a estrutura como uma melhoria. Para eles, se a estrutura fosse usada, ela traria conflitos entre os próprios pescadores. Sua utilização implicaria em uma mudança na forma como os pescadores costumam realizar seu trabalho na pesca. Nesse sentido, os pescadores têm resistido à obra e seguem realizando seu trabalho como de costume, pescam, realizam a limpeza em seus próprios barcos utilizando-se dos restos de peixes como iscas, sendo que cada pescador armazena sua produção em seus próprios congeladores localizados dentro das casas em que residem nos pontos de pesca. Além de resistirem, alguns pescadores ainda expressaram sua opinião a respeito da obra, como o senhor Alfeo:

Alfeo: A Itaipu inventou isso aí, cultivando água boa aí, isso aí é politicagem, isso aí é politicagem. É, na verdade eles queria que nós pegasse o peixe lá e viesse limpar ali, num tem água encanada, num tem nada.

Cátia: Tem energia?

Alfeo: O único benefício que veio ajudar nós, que energia veio, nos ponto, isso sim a Itaipu trouxe, agora a água...

Cátia: É recente a energia?

Alfeo: A energia faz um dois ano, três ano.

Alfeo: Isso aí é conversa fiada, gastaram uma fortuna, a base que fizeram disso aí de concreto, deus o livre, lá no nosso porto fizeram, no dia que eles tava fazendo eu tava lá, é uma estrutura de fazer sobradinho de três andar²³⁵.

²³⁴ Maria Aparecida.

²³⁵ Alfeo.

Nota-se, pelas entrevistas e pelas fontes oficiais, que os projetos tanque-rede, frigorífico e readequação dos pontos de pesca foram pensados de forma conjunta pela Itaipu. Como o tanque-rede não teve êxito, os demais projetos ficaram inacabados. Assim ocorreu com a adequação dos pontos de pesca. Embora haja energia elétrica, por outro lado não há água encanada como mencionado por Alfeo. Isso nos permite considerar que não se pretende que essas melhorias nos pontos de pesca sejam benefícios aos pescadores, mas sim requisitos necessários para o funcionamento dos projetos pretendidos pela Itaipu. De acordo com o Relatório anual de 2009 presente no *site* da Itaipu o processo de adequação dos pontos de pesca foi um projeto iniciado em 2009:

Em 2009 foi iniciado um processo de coleta e retirada do lixo dos pontos de pesca, distribuição de lixeiras, retirada de animais domésticos, adequação dos abrigos de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Técnica Ibama, IAP, Itaipu e Ministério Público – CTIM²³⁶.

Nesse mesmo ano, de acordo com a legislação relacionada à atividade pesqueira disponível no *site* do IAP, ficou estabelecido, no artigo 36, que:

Art. 36. A atividade de processamento do produto resultante da pesca e da aquicultura será exercida de acordo com as normas de sanidade, higiene e segurança, qualidade e preservação do meio ambiente e estará sujeita à observância da legislação específica e à fiscalização dos órgãos competentes²³⁷.

Embora tal lei não determine que os pescadores não possam plantar ou criar animais, ela estabelece que a atividade de processamento do pescado seja realizada mediante normas de higiene. Dessa forma, como o objetivo da Itaipu é impor aos pescadores uma disciplina industrial à atividade pesqueira, na qual o início do processamento do pescado se daria ainda no ponto de pesca, as medidas tomadas pela Itaipu de restrições aos pescadores se justificam por esse fato. Ou seja, a lei não impede os pescadores de plantar, criar, mas exige que o processamento do pescado seja realizado mediante normas de higiene. Ocorre, porém, que os projetos criados pela Itaipu em relação à pesca não são aqueles pensados pelos pescadores. A partir das entrevistas realizadas com pescadores que residem nos pontos de pesca foi possível identificar as angústias

²³⁶ Relatório Anual 2009 da Itaipu. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

²³⁷ Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Disposições Gerais, capítulo IX, Artigo 36. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Informações disponíveis em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=869>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

compartilhadas por muitos deles ao relatarem as restrições feitas pela Itaipu devido ao seu objetivo de transformar a pesca em uma atividade industrial.

Tais restrições, como não poder plantar e não criar animais domésticos (nem mesmo animais que ajudariam na dieta dos pescadores), tendo em vista que a distância da cidade impossibilita muitas vezes a compra de produtos que eles poderiam ter, como o ovo, frango e verduras, são vistas pelos pescadores como imposição, como mencionou o casal Roberto e Luzia, residentes do ponto de pesca da localidade de São João:

Luzia: Nós tinha umas galinha aqui, né, mais daí a Itaipu veio, daí eu tive que tirar tudo as galinha.

Roberto: O galo aqui era nosso relógio (sorriu).

Luzia: E também um alimento pra gente, né, a gente é difícil ir lá na cidade lá compra mistura, então já tem a galinha pra...

Roberto: Ó, outra, outra questão, outra questão também é assim, sobre o lixo, eles num quer que nós queima o lixo aí, mais num traz um, um, num vem um latão pra nós pôr lixo, como é que nós vai fazer? Nós tem que queimar. Outra, o único fogo que nós pode fazer, é só no fogão a lenha, mais nada²³⁸.

Perguntei então ao casal se os funcionários da Itaipu costumam ir com frequência aos pontos de pesca:

Cátia: E eles vêm com frequência aqui no ponto de pesca?

Roberto: Vem, só que quando eles vêm... é igual eles falou, se pegar de novo as galinha eles multa nós, aí nós acabemos porque tinha galinha adoidado, a turma comia ovo aí ó. Agora nem galinha nem ovo. Outra questão é o cachorro, nós num pode ter nem um cachorro, mais nós precisa de ter um cachorro, cachorro é bom .

Luzia: Nem gato, nem cachorro.

Roberto: Ainda eu entrei na questão de criar as galinha presa, não deu certo não.

Roberto: Outra coisa, nós num pode cortar nem um galho de árvore²³⁹.

Ao se referir ao fato de não poderem cortar galhos de árvore, a pescadora Helena que me acompanhou até o ponto de pesca lembrou de um acontecimento com o casal. Segundo ela:

Helena: Num pode, que esses dia deu um vento aí quase matou eles dentro da casa deles.

Roberto: Caiu uma árvore dentro na casa.

Helena: Eles falou que não podia tirar as árvore, quase que eles morreu.

Luzia: Se uma árvore for caí ali, ó, é um monte de negócio pra poder cortar ela, tem que esperar, tem que ir lá na prefeitura, pedi num sei o que, ih...

Roberto: Da grossura dessa aqui, ó, caiu uma dessa e outra, as duas tava junto. Tem até as foto que foi tirado, caiu lá de trás e veio parar aqui na frente, quebrou tudo. A minha outra parabólica aqui, aqui ela moeu.

Helena: Não matou eles por deus mesmo.

²³⁸ Roberto e Luzia.

²³⁹ Roberto e Luzia.

Roberto: Tava em cinco aí dentro na hora do vendaval, criança, aí foi na onde que daí deu certo pra eles limpa o pátio um pouco, mas se num cai aquela árvore lá, num²⁴⁰

Além dessas, outra restrição feita pela Itaipu está em relação às casas dos pescadores. Embora noticiado pela Itaipu que, entre as medidas tomadas por ela no processo de adequação dos pontos de pesca, estaria a construção de casas aos pescadores que lá residem, percebemos, através do diálogo com os pescadores, que a iniciativa da Itaipu em relação a isso consistiu apenas no trabalho de limpeza dos pontos. Isso incluiu a demolição dos barracos que serviam de moradia para os pescadores. Perguntei então ao casal Roberto e Luzia, e também à pescadora Helena, se as casas construídas naquele ponto de pesca teriam tido algum recurso financeiro por parte da Itaipu:

Cátia: E as casas aqui no ponto de pesca, foram vocês ou a Itaipu que construíram?

Roberto: Foi nós mesmo, a área é da Itaipu.

Cátia: Mas a Itaipu ajudou com algum recurso?

Roberto: Não, não. Só energia. A casa cada um fez a sua.

Cátia: E a água encanada? Aqui tem?

Roberto: Tem. Mas não sei se foi a Itaipu também que mandou essa água aqui.

Helena: É do poço artesiano aí mesmo da comunidade

Roberto: Essa luz também não foi a Itaipu que mandou, isso aí foi aquela luz lá que, do governo federal.

Roberto: Igual aqui, nós gastemos quase cinco anos pra fazer essa casa, tudo o dinheiro do seguro que nós pegava no final do ano tá investido aqui, é, eles num...

Roberto: Essa aqui tem que acabar ela. E outra coisa, nós num pode aumentar, é só esse tamanho aqui, de 25 metros quadrado.

Luzia: Nós tá querendo que eles libere pra fazer uma área aí, também não libera.

Roberto: Uma área pra ponhar o carro de baixo.

Cátia: E essas exigências eles dão por escrito, como que é?

Roberto: Eles fala pessoalmente.

Luzia: E se teimar daí eles desmancha.

Roberto: Quem vai brigar com a Itaipu? Agora nós num poder criar uma galinha é covardia, a galinha...

Luzia: Ninguém pode brigar.

Helena: O quê que a galinha estraga, aí? No mato, aí?

Roberto: Fala a verdade, é alimento porque todo o dia o gambá comia um pintinho, dois aí ó, aquele furão.

Luzia: Nós tava tratando os bicho deles aí (sorriu)

Roberto: A galinha eles devia liberar, ajuda a sustentar a casa também. Na verdade a comunidade inteira²⁴¹.

Ao pergunta-lhes sobre a construção das casas, nota-se na entrevista que recorrem novamente às restrições feitas em relação ao impedimento de criarem animais. Isso pode ser explicado pelo fato de que alguns dos pescadores residentes no ponto de pesca vão com maior frequência até a cidade por terem a família que lá reside. Entretanto, no caso do

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Entrevista com Roberto, Luzia e Helena, em 4 de junho de 2011.

casal Roberto e Luzia, a situação dificulta porque residem no ponto de pesca e vão poucas vezes à cidade. Na maioria das vezes, sua produção é vendida para peixeiros que vão buscá-la no ponto de pesca. Isso dificulta a aquisição de alimentos que poderiam ser produzidos por eles. Apesar das queixas, Roberto demonstra certa impotência diante da estatal quando diz “quem vai brigar com a Itaipu?”, mas vê isso também como uma ação de covardia para com os pescadores.

Como Roberto e Luzia, Alfeo aponta os mesmos problemas, embora os veja como um meio utilizado pela Itaipu para expulsá-los dos pontos de pesca:

Alfeo: Na verdade ela quer acabar com o pescador mesmo, a Itaipu quer expulsar da barranca. Ah, se você mora na cidade, você tem um cachorrinho pra ajudar cuidar do cê, arma você não pode usar, aqui nós somo proibido de usar arma, um porquinho fechado ali, um cachorro pra lati se chega alguém diferente, não podemos usar, vamos contra a lei, isso aí é contra a lei, já vieram, eles tão nos perseguindo, num pode, até um galo pra cantar de noite, e tem situação que eu tenho vergonha de ser brasileiro. Eu vivo falando pra minha esposa, eu tenho vergonha de ser brasileiro cara, você passa no Paraguai, tem porco, tem galinha, tem uma vaca pra você tirar um leite, pra ajudar no seu sustento, aí pega um pouquinho de peixe, tira o leite de uma vaca, tem um porquinho ali, você mata um no mês, né, engorda, aqui não pode ter nada cara, aqui não pode ter nada, é uma palhaçada. Você não pode entrar ali e cortar uma varinha, você não pode entrar ali e cortar uma varinha, enfim, eles... lá no porto eu tenho filmagem que eu fiz na época, eles entraram com o trator assim tipo, aqui era assim nossos acampamento e eles entraram com o trator lá e arrebentaram tudo, pra fazer as... falaram que ia fazer casinha né, tipo um condomínio, um BNH, sei lá como é que fala esse trem, pros pescador. Há que, limparam lá e falou, ó vocês tem umas tábua, põe aí. E o que ta lá é, você tá vendo aí. Eles limpou e falou, faz aí. Aí pra você ver, e lá no nosso porto é a mesma coisa, se você tinha uma tábua, ou se você fosse um pouquinho melhor de dinheiro você fazia um barraquinho igual você tá vendo ali, de tijolo, quem é aposentado, num é pescador, é aposentado aquele cabra ali, porque pescador mesmo que não é aposentado ... esse aí é pescador dá uma olhada aí o barraco dele, vai vê o meu lá em casa, onde eu pesco lá no meia dois lá²⁴².

Demonstrando uma posição contrária aos projetos e às atitudes da Itaipu em relação aos pescadores, Alfeo denuncia de forma crítica uma das questões muitas vezes divulgada pela Itaipu e noticiada nos jornais: a construção de casas como um benefício dado pela estatal aos pescadores. Além da denúncia, podemos ainda perceber, na fala de Alfeo, a indignação sentida por ele diante das condições do que é hoje ser pescador. Ao mencionar as condições das casas localizadas nos pontos de pesca, ele demonstra a situação vivenciada por eles em que só possuem melhores condições aqueles que, além da pesca, possuem como renda a aposentadoria.

²⁴² Alfeo.

2.5.2 O Frigorífico de Peixes de Guaíra

A estrutura do frigorífico foi construída em Guaíra a partir de recursos do governo federal e da doação pela Itaipu de um terreno numa área rural distante da área urbana da cidade de aproximadamente 25 quilômetros, num distrito denominado de Oliveira Castro. Através do acesso ao memorando econômico sobre o projeto do frigorífico é possível compreender como esse projeto foi pensado. Em primeiro lugar é importante destacar que, no projeto, aparece como sendo proprietário do frigorífico a prefeitura de Guaíra e não a Colônia de Pesca Z-13:

1 – Nome do proprietário – firma

1.1 – Prefeitura Municipal de Guaíra²⁴³

Mesmo assim, no entanto, segundo informações do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Guaíra, responsável pelo fornecimento dos memorandos, o frigorífico de peixes não está funcionando devido à falta de “organização” dos pescadores da Colônia Z-13, culpabilizando-os pelo não funcionamento do frigorífico e desconsiderando a falta de peixes e o fracasso decorrente ao projeto tanque-rede. No projeto, a intenção com o frigorífico seria a de processar tanto a produção extrativista quanto a criação de peixes:

O pescado será recebido vivo quando dos tanques-rede e de depuração, ou conservados em gelo triturado quando proveniente de extrativismo. Existe previsão para armazenamento do pescado bruto em câmara de espera, bem como, disponibilidade de uma fábrica de gelo. Serão manipuladas 1,5 T (uma tonelada e meia) de pescado vivo/dia²⁴⁴.

Essa informação aparece, no entanto, de forma contraditória no memorando econômico, quando, ao mesmo tempo em que informa que a produção abatida seria proveniente da produção extrativista e da criação, em outros momentos é atribuída apenas à atividade criatória: “O pescado procederá de tanques-rede instalados no reservatório da Usina de Itaipu”²⁴⁵. Por outro lado, analisando a citação parece evidente que o não funcionamento do frigorífico deve-se à falta de produção, tendo em vista a pretensão de abate de peixes/dia. A baixa produção extrativista, aliada ao fracasso dos tanques criadores

²⁴³ Memorando econômico sobre o projeto do Frigorífico de Peixes, fornecido pelo Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Guaíra/PR.

²⁴⁴ Memorando econômico sobre o projeto do Frigorífico de Peixes, fornecido pelo Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Guaíra/PR.

²⁴⁵ Idem.

explica o não funcionamento do frigorífico, apesar da afirmação de que seria por falta de iniciativa dos pescadores.

Quanto ao mercado de consumo, de acordo com o memorando econômico: “Serão abastecidos os mercados locais e regionais do Estado do Paraná. Já em relação à forma como pescado seria recolhido para ser levado até o frigorífico: “Haverá uma plataforma flutuante na margem do lago para recebimento do pescado proveniente dos tanques-rede, distante aproximadamente 300 (trezentos) metros do estabelecimento”²⁴⁶. A distância que seria percorrida pela plataforma para o recolhimento do pescado denuncia que só se “beneficiaria” com o projeto, pescadores que residem próximo a ele.

Dos pescadores entrevistados, nem todos percebem o frigorífico como positivo. Aqueles que o veem como positivo, isso se deve ao fato de que não precisariam realizar a limpeza do pescado, o que, na concepção dos pescadores, se traduziria em menos trabalho e na melhora na comercialização (porque a produção não precisaria ficar estocada) e por permitir facilmente a comercialização de espécies que não são facilmente comercializadas pelos pescadores, como comenta Roberto e Luzia: “Porque daí nois não perdia nada, até o dourado facão era tudo comercializado. Então pra nós hoje, nós perde o dourado facão, as piranha, raia, a tilápia. Então no frigorífico nós não perdia nada, fazia ração”²⁴⁷. Outro fator apontado por Roberto e Luzia seria a possibilidade de geração de emprego com o frigorífico:

Luzia: E ia gerar até um emprego né.

Roberto: Ia gerar um emprego pra quem limpa peixe, né, trabalhar, pras mulheres principalmente. Ajudaria bastante²⁴⁸.

Ainda em relação à comercialização, José e Teresa percebem o frigorífico como positivo porque não precisariam mais vender o pescado de forma avulsa, como muitas vezes são obrigados a fazer, resolvendo também o problema com nota fiscal:

Teresa: Ah, eu acho que pra nós era bom, né, porque daí a gente não vendia peixe assim picado, pra um e pra outro. Aí entregava logo.

José: Se tivesse o frigorífico ia dá pra nós entregar os peixe, né, porque a gente vende assim, a gente depende da nota fiscal e se vende pouco peixe eles num quer dá nota²⁴⁹.

E ainda pela possibilidade de obterem um melhor preço, como aponta Mauro:

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Roberto e Luzia.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Entrevista com José e Teresa, em 5 de março de 2011.

Eu acho que seria melhor, sim, porque, além do frigorífico ele ia fazer justamente a peixaria que sairia empacotadinho e com selo. Então já sairia todo já de dentro do mercado, ele ia fazer um frigorífico e um mercado, então aquilo ali já saía com o preço mais acima do que nós ganha hoje, essa que é a realidade.

O fato é que, para o funcionamento do frigorífico, é necessário haver produção. Quanto a isso, Romão expôs sua opinião, dizendo: “Olha sobre aquele projeto lá, se os agricultor ajudasse, de criar peixe no tanque-terra, funciona, mais pescador não consegue. Eu falo dos agricultor, criar também, né, pra abastecer o frigorífico”²⁵⁰. Por mais que Romão seja favorável ao projeto do frigorífico, ele reconhece que apenas com a produção dos pescadores tal projeto não alcançaria êxito.

Já entre os pescadores que percebem o frigorífico como negativo, os principais fatores são: a distância para os pescadores entregarem o pescado no frigorífico e a falta de peixe, como comenta Cleomar:

Eu acho que o frigorífico não é melhor, se sabe por quê? Ó, o frigorífico tá, vamos supor, situado lá tipo dá daqui uns vinte quilômetro mais ou menos, aí como que nós vamos pegar esse peixe e levar lá? Outra coisa, se chegar um barco aqui pra pegar peixe, dizer assim nós vamos pegar um barco... cem pescador sai do rio cinco hora, o outro sai seis, tem pescador que é duas hora da tarde ele num chegou ainda. Você acha que vai ter um barco o dia inteirinho pra poder ficar pegando esse peixe? Isso aí num vai dá certo nunca, né, e outra coisa é peixe na medida. Nós aqui, ó, nós não pega peixe fora da medida? nós pega peixe fora da medida porque tem época que não tem peixe entendeu?²⁵¹

Na opinião de Cleomar, a distância para que os pescadores entregassem o pescado no frigorífico se coloca como uma impossibilidade para seu funcionamento. O que significa dizer que, se funcionasse, ele não constituiria em um projeto homogêneo, que “beneficiaria” a todos da mesma forma. Outro fato se refere à falta de produção, tendo em vista a baixa produção extrativista e o insucesso da criação em tanques-rede, como mencionado por Alfeo:

Aquilo ali é outro dinheiro jogado fora isso aí, ó. É outra coisa, num existe, num existe peixe, mulher do céu, nesse rio, pra uma estrutura daquela ali, num existe cara, num existe, num existe peixe nesse rio pra abater ali cara, num tem, num tem nem pra limpar nesse trem aí, meu deus do céu.

Pelas falas observamos que, tanto a percepção positiva quanto a negativa sobre o frigorífico não consideram a mudança que sofreriam em relação à intensificação do trabalho que passaria a ser exercido sobre eles a partir do ritmo industrial. Todas as

²⁵⁰ Romão.

²⁵¹ Cleomar.

percepções se voltam a questões como melhorias ou dificuldades que tal projeto causaria sem, no entanto, apontar para a intensificação do trabalho que sofreriam. Tal intensificação do trabalho pode ser considerada tendo em vista a divulgação feita pela Itaipu em relação às mudanças pretendidas por ela, aos pescadores. Além das mudanças no espaço físico a Itaipu pretende uma mudança em relação aos pescadores, que precisam, segundo a empresa, de “qualificação” para realizarem o trabalho de acordo com as normas de higiene exigidas quando se trata de uma atividade industrial:

Paralelamente à reforma dos espaços físicos, a Divisão de Reservatórios pretende promover uma série de programas de qualificação para que o pescador consiga tirar o máximo proveito – e lucro – do pescado. Estão previstas orientações sobre normas de higiene, técnicas de conservação, cortes, industrialização e comercialização. Algumas experiências já estão sendo feitas em parceria com a Uniãoeste, de Toledo. De acordo com Alderico Coltro, o trabalho mostrou desde o volume de vísceras de cada espécie até a indicação de partes nobres. Somente do pacu, foram feitos 12 cortes diferentes – como filé e costela²⁵².

Ou seja, o objetivo da Itaipu é impor aos pescadores uma determinada disciplina capitalista de mercado da pesca, a uma atividade que aparentemente estava fora do controle capitalista. Além da industrialização do pescado, há o objetivo de produzir outros produtos a partir da pele de peixe:

Com a profissionalização, a expectativa é que o rejeito que muitas vezes hoje polui o reservatório se transforme em lucro. Com a pele do pacu, por exemplo, dá para fazer produtos finos, como sapatos e bolsas; com as vísceras, silagem e compostagem; com a cabeça, caldo e pirão. “Queremos motivar o pescador para que ele fique na atividade e que possa crescer profissionalmente, oferecendo um produto melhor para o consumidor”, reforçou o responsável pela ação nos pontos de pesca²⁵³.

A partir do ritmo industrial se teria a “profissionalização” dos pescadores, passando a imagem de que o trabalho como é realizado pelos pescadores não é uma profissão, ou seja, um trabalho. Querer que o pescador permaneça na profissão pela Itaipu é atribuído não mais à pesca extrativista, mas a uma atividade industrial. Embora em Guaíra os projetos elaborados pela Itaipu não estejam funcionando, as restrições feitas aos pescadores nos pontos de pesca permanecem, levando-nos a considerar que o objetivo da Itaipu em processar e industrializar o pescado não está descartado, tendo em vista o alto valor

²⁵² Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335>. Acesso em: 9 set. 2011.

²⁵³ Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335>. Acesso em: 9 set. 2011.

investido somente na estrutura de limpeza do pescado, como divulgado no *site* Cultivando Água Boa:

Com a conveniente infra-estrutura, o que significa recuperação ambiental e proporciona melhores condições de trabalho e de qualidade de vida aos pescadores, fica mais fácil o processamento do pescado e a obtenção de um produto final que atende às exigências sanitárias. O custo médio da construção de um módulo no ponto de pesca é de R\$ 36 mil. A execução dessa ação significou avanços com a autorização ambiental para recuperação da faixa de proteção do reservatório. Um dos critérios para a seleção de áreas propícias ao cultivo em tanques-rede é a existência de acesso ao local, sendo o ponto de pesca um dos principais. A adequação dos pontos de pesca atende às exigências ambientais de acordo com as normas da CTIM – Comissão Técnica ITAIPU-IAP IBAMA e Ministério Público, que desde 1997 normatiza e disciplina os usos e ocupações do reservatório e da respectiva faixa de proteção²⁵⁴.

Além de uma norma para que atenda às exigências sanitárias, segundo a Itaipu as restrições se referem ainda a uma exigência ambiental que “normatiza e disciplina os usos e ocupações do reservatório”. Além da adequação dos pontos de pesca, o segundo objetivo da Itaipu em relação aos pescadores diz respeito à “formação do pescador aqüicultor”, o que implicaria uma mudança significativa e uma descaracterização da profissão de pescador a partir da qual o desenvolvimento da aquicultura exigiria dos trabalhadores outros conhecimentos, diferentes daqueles utilizados com a pesca extrativista.

Além da divulgação no *site* da Itaipu, tais projetos também possuem visibilidade no jornal local de Guaíra, como observamos na reportagem intitulada: “Pescadores de Guaíra recebem mais benefícios”:

Os pescadores de Guaíra começaram a receber a obra tão aguardada pela categoria. Através de uma parceria entre a Itaipu Binacional e a Prefeitura, serão construídos nos próximos 180 dias 03 galpões coletivos para limpeza e depósito de peixes e sanitários. As obras estão estimadas em R\$108 mil e serão realizadas pela empresa Sovifer. Os pontos de pesca escolhidos são os da comunidade do São José, e dos parques aqüícolas do Rio Xororó e da Salamanca.²⁵⁵

Além da forma positiva como os projetos criados pela Itaipu são divulgados, o jornal ainda se preocupou em noticiar o “grande trabalho de valorização da classe” por parte da prefeitura municipal: “Através de parcerias, a prefeitura acredita que vem realizando um grande trabalho de valorização da classe”²⁵⁶.

²⁵⁴ Caderno de Aqüicultura. Informativo Cultivando Água Boa. Informações disponíveis em: <http://www.itaipu.gov.br/userfiles/file/Encarte_Piscicultura_web.pdf>. Acesso em: 9 set 2011, p. VI.

²⁵⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Edição 523, sessão “geral”, de 19 a 25/5/2007. Acesso em: 7 jan. 2011.

²⁵⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Edição 531, sessão “geral”, de 7 a 13/07/2007. Acesso em: 7 jan. 2011.

2.5.3 O Projeto tanque-rede em Guaíra

Como o projeto tanque-rede não teve êxito entre os pescadores profissionais de Guaíra e no intuito de compreender seus motivos, analisamos o relatório fornecido pelo grupo de pesquisa Gemaq, responsável pelo acompanhamento do projeto em Guaíra (firmado por meio de convênio com a Itaipu). De acordo com o relatório, tal convênio foi firmado para que os técnicos do Gemaq pudessem orientar os pescadores de como realizar a atividade de cultivo:

As atividades de cultivo de peixes em tanques-rede, desenvolvidas pelos pescadores da colônia de Guaíra – PR, foram temas de discussões entre as partes envolvidas e mereceram destaque por se tratar do apoio técnico ao desenvolvimento da produção de peixes de forma intensiva. Como o número de tanques-rede instalados no módulo era substancial (160 tanques) e os responsáveis pelos manejos envolvidos no cultivo possuíam conhecimentos limitados para a produção, haveria a necessidade de assistência técnica continuada para o sucesso da atividade. O início do trabalho foi realizado através de visita ao local para constatação da situação real em que se encontrava o módulo de produção e quais as medidas que deveriam ser tomadas para dar condições ao cultivo de peixes. As condições encontradas no módulo de produção foram de abandono geral²⁵⁷.

A partir da citação percebemos que o convênio entre Itaipu e Gemaq foi firmado após os tanques já terem sido colocados no lago. Ou seja, a assistência técnica oferecida pela Itaipu ocorreu a partir da “necessidade de assistência técnica continuada para o sucesso da produção” já que os pescadores que possuíam “conhecimentos limitados para a produção” tinham abandonado o módulo de produção. Embora reconheçam esse fato, os elementos apontados pelo grupo Gemaq pelo projeto tanque-rede que não deram certo em Guaíra são outros: a falta de recursos financeiros dos pescadores para manterem os tanques criadores e a falta de segurança no lago por causa do contrabando:

Infelizmente, os procedimentos de acompanhamento técnico desta unidade, relacionados ao cultivo foram descartados, pois os responsáveis pelo módulo não tiveram condições financeiras para dar continuidade a produção de peixes. Outro fato importante foi com relação à falta de segurança no local devido à ocorrência de contrabandos. Os técnicos do GEMAq, inicialmente, foram orientados pelos técnicos da Itaipu a não trabalharem no local após as 17 h. Como os problemas

²⁵⁷ Relatório do convênio firmado entre Itaipu e Gemaq em 29/5/2007 para avaliação das práticas de manejo e nutrição de espécies de peixes com potencial de cultivo na Unidade Demonstrativa de Aquicultura do reservatório de Itaipu localizada no município de Santa Helena – PR, bem como o acompanhamento técnico aos pescadores-aquicultores pertencentes ao módulo de cultivo de peixes em tanques-rede de Guaíra-PR. Fornecido pelo Grupo Gemaq (Grupo de Estudos de Manejo da Aquicultura) – Toledo, PR, p.2.

relacionados à falta de segurança foram se agravando, aliado à falta de recursos para a compra de insumos, os trabalhos foram paralisados em acordo com a Itaipu²⁵⁸.

A falta de recursos apontada no relatório é um elemento que precisa ser considerado, tendo em vista a falta de condições dos pescadores para a compra de insumos. Mesmo assim, nota-se no relatório que não é descrita nenhuma forma de resistência dos pescadores, passando-se a imagem de que eram favoráveis ao projeto, apesar de deixarem transparecer um fator significativo em relação a esse processo, a falta de conhecimentos em criar peixes. Devido à falta de recursos, os pescadores teriam que contrair empréstimos no banco, embora no relatório a falta de licença ambiental seja citada como impedimento a liberação de recursos aos pescadores: “Na busca por financiamentos bancários, a licença ambiental é um dos fatores essenciais para a liberação dos recursos, a qual ainda está em tramitação nas entidades responsáveis”²⁵⁹. O fato é que em 2004 os pescadores já haviam contraído um empréstimo por meio do Pronaf-Pesca para a compra ou reforma de equipamentos. Essa questão precisa ser considerada, já que muitos pescadores não conseguiram, por diversos motivos, saldar suas dívidas, conforme comentado anteriormente. No próprio relatório é apontada uma situação de ordem financeira como impedimento da atividade criatória:

Outro fator que impediu a continuidade da produção foi o acerto mal realizado entre a Colônia Z-13 e o produtor Reginaldo Ferreira de Souza, que arrendou sua área para a produção de juvenis de Pacu. Por problemas de ordem financeira, o locatário não conseguiu honrar seus compromissos, não obtendo sucesso na produção dos juvenis. Esses peixes faziam parte de um acordo entre a Itaipu Binacional (fornecedora de larvas e ração para a fase inicial) e os pescadores (deveriam fornecer o local e a mão-de-obra) para fomento da cadeia produtiva²⁶⁰.

Pela citação podemos compreender a estruturação do projeto elaborado pela Itaipu. Os alevinos que seriam tratados nos tanques-rede pelos pescadores primeiramente seriam criados por um produtor rural. Nesse processo da cadeia produtiva, a Itaipu entraria apenas com as larvas e ração somente para a fase inicial como descrito no relatório. Na ocasião, como o sistema de criação não teve resultado, a Itaipu propôs que o presidente da colônia

²⁵⁸ Idem, p. 11 e 12.

²⁵⁹ Relatório do convênio firmado entre Itaipu e Gemaq em 29/5/2007 para avaliação das práticas de manejo e nutrição de espécies de peixes com potencial de cultivo na Unidade Demonstrativa de Aquicultura do reservatório de Itaipu localizada no município de Santa Helena – PR, bem como o acompanhamento técnico aos pescadores-aquicultores pertencentes ao módulo de cultivo de peixes em tanques-rede de Guaíra-PR. Fornecido pelo Grupo Gemaq (Grupo de Estudos de Manejo da Aquicultura) – Toledo, PR, p. 16.

²⁶⁰ Idem, p. 16.

se comprometesse em buscar recursos financeiros para viabilizar o cultivo e dar continuidade ao projeto, no entanto, como os recursos não foram adquiridos, os tanques foram retirados pela Itaipu.

Dessa forma, o trabalho de assistência técnica foi proposto a partir da produção de alevinos em tanques escavados. Para isso a colônia precisava de uma propriedade para a realização da atividade. Como essa tentativa também já não havia dado certo em Guaira em sua primeira tentativa (conforme fica evidenciado no trecho citado anteriormente sobre o acerto entre a Colônia Z-13 e o produtor Reginaldo), a atividade criatória não obteve os resultados esperados, nem em sua fase de alevinagem, nem de criação de peixes. À colônia cabia disponibilizar uma área com estrutura para o cultivo dos peixes e mão de obra para a criação. Ou seja, a Itaipu tentou o projeto de criação de peixes de duas formas, no sistema tanque-rede e em tanque-terra. Ambos os projetos, no entanto, não obtiveram resultados em Guaira.

Embora o relatório apresente indícios de muitos motivos pelos quais o projeto tanque-rede não tenha dado certo, procuramos, através da percepção dos trabalhadores, compreender os significados atribuídos a ele, já que foram esses pecadores que viveram a experiência e a tentativa de terem sua profissão modificada a partir do projeto. De acordo com Jesuíno, tal projeto não teria se efetivado por dois motivos, o primeiro deles:

Porque “eles não ofereceram uma técnica, um técnico pra fazer um acompanhamento entende? É a mesma coisa que eu sou da pesca profissional, me joga eu no sem terra, eu vou saber pegar uma enxada, muito malemá, eu num vou saber como que é que planta um arroz, um feijão, uma alface, nada disso ia acontecer, aí num existia uma técnica, quando vinha alguém, vinha lá pra uma reunião, blá, blá, blá, blá, blá, blá e pronto. Eu só vou passar a criar se tiver um técnico em cima me orientando como é que faz, como que não faz, tantos quilo de ração assim. E a ração é caríssima, começou com um preço e só foi subindo²⁶¹.”

Jesuíno, ao mencionar a falta de assistência técnica, possibilita compreendermos os significados atribuídos por ele ao projeto tanque-rede. Em sua concepção, desenvolver um projeto em que os pescadores, ao invés de pescar, passassem a criar peixes, seria o mesmo que os obrigar a exercerem outra profissão da qual não possuem conhecimentos suficientes. Demonstra ainda que tal projeto foi elaborado de forma desconectada da realidade vivida por grande parte dos pescadores. Esses, muitas vezes, precisam complementar suas rendas com outras atividades de ganho, o que torna impossível ao

²⁶¹ Jesuíno.

pescador manter tanques criadores sobre os quais precisariam dispor de recursos financeiros para o trato dos animais até o momento de estar pronto para o abate.

O segundo motivo apontado por Jesuíno se refere à impossibilidade de se criar peixes na forma como foi projetado pela Itaipu:

Na verdade o tanque rede pra nós aqui foi uma coisa assim tipo mais uma propaganda política. Porque o tanque rede é pra criar o pacu, aí trouxeram aí o projeto do tanque rede, aqui não é tanque terra, é o tanque rede, um tanquinho pequenininho tipo dois metro de comprimento por dois metro de altura, né, coloca ali dentro duzentos peixe, trezentos peixe, trezentos alevinos sendo que o peixe, é, cientificamente comprovado ele necessita de um metro quadrado de água por peixe, então quer dizer se um tanque daquele ali teria dez metro quadrado ele tem que colocar dez peixe, aí colocaram ali duzentos, trezentos alevino de peixe, daí... e a Itaipu ficou com aquilo ali, é politicamente fazendo propaganda mas na verdade o projeto não andou²⁶².

Além de Jesuíno, Alfeo também apontou para o fato de que o tamanho dos tanques impossibilita a criação: “Num funciona, fã, o bicho gosta de liberdade, o bicho é liberdade, lá é dois por dois, dois por dois o tanque e dois metro de fundura, preso”²⁶³. Em Guaíra não foram todos os pescadores que tentaram a criação de peixes nos tanques criadores. Por isso questionei Jesuíno como se teria dado a divulgação do projeto entre os pescadores e se esses tiveram a escolha de entrar ou não no projeto. Segundo Jesuíno, além dos elementos já apontados por ele, muitos pescadores não aceitaram entrar no projeto pela distância na qual os tanques criadores estavam sendo instalados. A escolha desse local deve-se ao fato de que os tanques precisavam serem instalados num local sem vento. Dessa forma o frigorífico foi construído próximo aos tanques, o que tornaria impossível que todos os pescadores distantes da localidade aderissem ao projeto.

Mesmo com todas essas questões, Jesuíno reforça que houve ainda uma certa pressão para que os pescadores aceitassem fazer parte do projeto:

Ó, politicamente a coisa funciona o seguinte, quando existe um projeto vamos dizer não bom mas que seja político existe uma certa pressão em cima, entende? E usaram ali uns dois, três puxa saco ali pra ter microfone pra dizer que o projeto era viável, na verdade não foi viável, não, não foi. Entanto que se você mora aqui em Guaíra se não viu falar de uma fera de pacu de nada, porque não funcionou²⁶⁴.

Por outro lado, os pescadores próximos à cidade que entraram no projeto não conseguiram se deslocar até os tanques para tratá-los porque tinham que continuar seu

²⁶² Idem.

²⁶³ Alfeo.

²⁶⁴ Jesuíno.

trabalho na pesca. Assim, eles pagavam para que pessoas tratassem dos peixes e cuidassem dos tanques em sua ausência:

Jesuíno: Aqui chegou criar um grupo de cinquenta pescadores, se ajuntou né, aí pagaram duas pessoas, pagava pra, só pra cuidar e não funcionou. Porque suponhamos, que eu teria que criar o peixe, eu não podia tá lá todo o dia, eu tenho que pescar, pra mim sobreviver, daí se juntou um grupo de pescadores, e pagava pessoas mensal, pagava mensal, livre de comida, tudo.

Cátia: Pra fica tratando e ele pescar?

Jesuíno: É, ele ir pescar, e mesmo assim não funcionou. Não, não é bom porque na verdade a Itaipu é o seguinte, ela foge sempre da responsabilidade, porque na época de rio Paraná em antes de Itaipu, nós tinha dourado, piracanjuba, tinha jaú, os peixe nobre, entende? Aí com a formação do lago, o ambiente passou a não ser mais propício pra essas espécies, que são espécies nobres de alto valor, entende? Então aí eles inventa, politicamente essas coisa aí, e mostra na televisão, na imprensa, abafa os problema social, o que eles faz é abafar o problema social²⁶⁵.

Jesuíno ainda mencionou a impossibilidade de participação dos pescadores durante reuniões realizadas pela Itaipu no sentido de emitir opinião sobre o projeto:

E aí não é válida a discussão de um pescador profissional que tem um pouco de conhecimento com eles, porque esse tipo de informação que eu tenho cientificamente que eu tô repassando pra ti, num adiantaria eu discutir com eles porque eles falava que eu era pescador e não entendia de pesquisa, de, de ciência, eu como eu tinha conhecimento eu não entrei nesse projeto. Os pescador levou a sério o projeto no início, não funcionou, abandonou, não funcionou abandonou. E eles nunca divulgou o porquê não funcionou o projeto aqui em Guaíra, nunca foi divulgado²⁶⁶.

Além da falta de técnica, conhecimento por parte dos pescadores, a questão da distância, deficiência no sistema de criação de peixe criado pela Itaipu e altos gastos com ração, o pescador Alvino apontou outros motivos pelos quais fizeram ele dentre outros pescadores a não mexer com o sistema tanque-rede:

É porque que nem eu já falei pra muita gente, eu falei não, eu vou ficar no meu peixinho que deus me tá dando porque esse ele me tá dando de graça lá, é só eu ponhar, eu trabalhar, se eu tiver a boa vontade pra ponhar as coisa na água e eu tratando dele porque eu tô tratando dele também, né? Tudo a isca que eu joga na água eu tô tratando deles também. E no rede tanque não, esse, esse, esse eu tenho que pagar. Esse aí não é que Deus tá me dando de graça, esse eu tenho que pagar²⁶⁷.

É significativa a atribuição feita por Alvino ao fato de a pesca extrativista em contraposição da criação ser considerada por ele “de graça”. Tal percepção pode ser compreendida tendo em vista que, mesmo a pesca extrativista exigindo determinados

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Jesuíno.

²⁶⁷ Entrevista com Alvino, em 20 de março de 2011.

gastos (com combustível do barco, isca e traia de pesca), se comparado com os gastos que exigiria a criação, Alvino os percebe como irrisórios. Além dessa, Alvino ainda percebe outra questão:

Outra também, pouco também, um pouco também sabe porque muito aqui não pega? Que nem nós já falemos, pro Zé da colônia que é o presidente, não adianta nós pegar porque é o seguinte, a Itaipu, a água da Itaipu é o seguinte: uma hora tá lá no seco, outra hora tá, tá no mato que nem agora tá quase no mato. Aí vamos supor, eu tô com os meus rede tanque lá dentro pra baixo da Salamanca (sítio) lá, onde que eu moro, no barco, como que eu vou deslocar meus rede tanque e cheio de peixe, eles tá cheio de peixe lá, como é que vou deslocar ele, lá, lá embaixo lá no meio do brejo. Aí de repente a água vem subindo de novo eu tenho que ir lá recolher de novo, cada hora, ou cada dia eu tenho que tá recolhendo e puxando pra cima, então não tem. Na realidade eu, eu não quero nem, nem saber disso aí não porque o serviço vai ser demais, porque daí se tem serviço pra descer ele pra baixo quando a, a Itaipu solta a água, vai lá em baixo no seco, que nem uma vez tava lá perto do canalão perto do canalão que é aqui na beira, aqui se sai de Guaíra, se podia de Guaíra a Foz acho que andando pela barranca a fora, e até de moto se quiser, se quisesse podia andar de moto, pra andar, seco, seco. Aí se vai deslocar um rede tanque desse aí lá perto do paranazão, o quê que se vai fazer? Você vai perder teu serviço, tua traia, e teus peixe. Aí depois começa a subir de novo se tem que recolher tudo lá pra dentro, lá pra boca de novo, então eu prefiro ficar só naquilo que nem eu falei, o peixe que deus me tá dando²⁶⁸.

A falta de normalidade no nível da água causada pela alteração realizada pela Itaipu em épocas que a estatal aumenta a produção de energia é apontada por Alvino como outra impossibilidade para a criação de peixes em tanques rede no lago de Itaipu. Outro elemento apontado em relação ao projeto tanque-rede está na dificuldade de os pescadores conciliarem a criação com a pesca extrativista devido ao fato de que a previsão de abate de acordo com a Itaipu é de seis a nove meses. Em relação a isso, Roberto comenta que:

Eu num quero nem saber de tanque rede. Você vê, se pega pacu, chega pegar de nove quilo, dez quilo, mas ele, ó o quanto de água que tem. Se tivesse um cara acompanhando o processo do peixe, sim, mas sem isso, porque colocar qualquer um pra cuidar lá num vai resolver. Deles ter um cara, tipo assim igual... pra sempre tá cuidando. Porque ali eu não sei como funciona, se dá ração pra crescer, se é pra engordar... E outra coisa, a pessoa pra pegar um tanque rede desse aí, ele tem que permanecer na beira do rio vinte e quatro hora, tem que tá sempre ali... igual meu caso, eu moro aqui é fácil, mas igual aqueles que mora lá na cidade, dá dezesseis quilômetro, dezessete, pra vim tratar esses peixe todo o dia, né, o que ele vai gasta de combustível. E, outra coisa, outra coisa vamos supor que esse peixe leva um ano pra ficar bom, cê vai comer o quê durante um ano? Esses povo, fala a verdade, rico, eles num sabe nem o que se passa na vida de um pescador dentro dum rio desse aí, eles num sabe o risco que nós corre de morrer afogado, eles num sabe nada, né, o que eles escuta lá eles ponha, mas manda passar aqui uma semana toda pescando junto pra vê. Eu duvido rapaz... não...²⁶⁹

²⁶⁸ Alvino.

²⁶⁹ Roberto e Luzia.

Dentre os pescadores entrevistados, Romão foi o único que entrou no projeto tanque-rede. Ao perguntar-lhe sua opinião a respeito do projeto, antes que me respondesse, sua esposa emitiu sua opinião a respeito: “É um projeto bom pra afunda o pescador...”²⁷⁰. Romão, no entanto, fala:

Não, calma, deixa eu falar. É bom o projeto, é bom sim, num é ruim não, o projeto foi muito bom, mas só que eles fizeram tudo ao contrário, quando ponharam o projeto de tanque rede não tinha frigorífico, ponharam frigorífico não tem os tanque, então foi tudo...²⁷¹

Desconsiderando o prejuízo que teve com a criação, Romão percebe o projeto de forma positiva, que só não deu certo devido ao fato de o frigorífico na época não estar funcionando. De outra forma, o peixe também não podia ser comercializado, pois, como comenta Romão: “Não podia vende pra peixaria. Porque não dava, na época não dava o tamanho, e a peixaria só pega na medida”²⁷². Mesmo assim Romão não estabelece maiores críticas ao projeto, ao contrário de sua esposa: “Vender peixe aonde e pagar ração com que?”²⁷³.

Em contrapartida houve pescadores, como José e Teresa, que, pelo motivo apontado por Itamar, resolveram não trabalhar com tanques:

Olha eu podia até pegar mas eu num tenho muita vontade, não. Porque a gente já tá acostumado dum jeito, agente já sabe como que é o peixe, a gente ... justamente esses tanque rede, essa ração que vem certeza que vai ser tirado do peixe num é?, a produção do peixe justamente ali vai ser um, vai ter que tirar uma porcentagem pra ele e uma pra gente, e se não trabalhar bem com o tanque o prejuízo tá aí no rio, o cara perde o serviço. Se a ração também não vim controlada, né, também o peixe não vai. O dinheiro é pra dois dono, pros da ração e pros que trabalha²⁷⁴.

Por todas essas questões, muitos pescadores fizeram a mesma afirmação que Mauro: “No momento que falaram que era pra pegar tanque rede, eu fui um dos primeiro a caí fora, não quis. Porque isso aí só endivida o pescador no banco”²⁷⁵.

Os tanques criadores foram instalados pela Itaipu em 2007, porém, antes desse período em 2004, já era noticiada pelo jornal Rio Paranazão a intenção da Aciag (Associação Empresarial de Guaíra) e Sebrae tornar a Colônia Z-13 uma cooperativa como forma de viabilizar a comercialização do pescado através do projeto de criação e de

²⁷⁰ Maria (nome fictício), esposa de Romão, em 7 de maio de 2011.

²⁷¹ Romão.

²⁷² Romão.

²⁷³ Maria.

²⁷⁴ José e Teresa.

²⁷⁵ Entrevista concedida por Mauro, em 12 de março de 2011.

industrialização do pescado, como podemos notar na reportagem intitulada “Pescadores debatem criação de cooperativas em Guaíra”, como se a iniciativa tivesse partido dos pescadores:

A colônia de Pescadores Profissionais Z-13, com o apoio da Associação Empresarial de Guaíra e o Sebrae/PR, promoveu nesta quarta-feira (17) à tarde uma palestra sobre associativismo e cooperativismo. Os temas foram abordados pelo consultor de negócios Ronaldo Veronezzi e o evento reuniu por volta de 150 pessoas no auditório do Centro Administrativo Municipal. O presidente da colônia, José Cirineu Machado, disse que o objetivo é consolidar ainda mais a instituição, que reúne 245 famílias associadas e 586 pescadores, entre homens, mulheres e aprendizes. “Vamos criar uma cooperativa que ajudará viabilizar o frigorífico de peixes, que está em fase de construção. Já temos 64 tanques-rede no Lago de Itaipu e os produtores estão bastante animados com esse projeto. Precisamos permanecer unidos para sermos cada vez mais representativos e alcançarmos os nossos objetivos”, explicou. [...] Veronezzi comentou que o Sebrae incentiva a formação de sistemas cooperativos e que ações associativas podem ser o melhor caminho para encontrar as soluções para o setor de pesca em Guaíra. “Nossa expectativa é muito, pois aqui já existe um movimento bastante organizado. Na verdade, em parceria como outras instituições, vamos dar instrumentos para que eles possam se organizar ainda melhor”, declarou²⁷⁶.

Considerando, porém, que o projeto tanque-rede não surtiu efeitos entre os pescadores de Guaíra, a proposta de cooperativismo e de industrialização do pescado não passou de projeção por parte da Prefeitura Municipal e de Itaipu.

2.6 O Circuito da Produção de Peixes em Guaíra

O objetivo, neste item, é analisar como é realizada a comercialização do pescado extrativista em Guaíra, desde o trabalho dos pescadores profissionais até a venda dos peixes no mercado de varejo. Acreditamos que esta discussão é necessária para esclarecer aspectos importantes do mundo desses pescadores, particularmente as condições que envolvem parte fundamental de seu trabalho, que é a venda do pescado.

Em Guaíra há duas peixarias que realizam a comercialização de pescado no município, a peixaria Jandrei e a Rio Paraná. Pelas informações de seus proprietários, o pescado comprado dos pescadores da Colônia Z-13 é comercializado no município de Guaíra, em cidades vizinhas, até em cidades mais distantes como Curitiba, e cidades de

²⁷⁶ Jornal Rio Paranazão, Edição 399, 20/11/2004. Informações disponíveis em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

outros estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso não significa, no entanto, de acordo com as informações prestadas pelos proprietários, que todos os pescadores vendem o pescado para as peixarias, fato que foi confirmado entre os pescadores entrevistados. Uma das razões que levam a isso é o fato de haver vários atravessadores²⁷⁷ que realizam o trabalho de comercialização do pescado na região. Na maioria das vezes, os pescadores sentem-se atraídos a vender para os atravessadores porque conseguem melhor preço. Isso acontece principalmente porque os atravessadores sonegam impostos e, desse modo, conseguem pagar um preço melhor aos pescadores.

Segundo os proprietários das peixarias, são poucos os pescadores que possuem um compromisso de entregar mensalmente sua produção a eles. Muitos o fazem devido ao fato de possuírem alguma dívida com gelo (utilizado pelos pescadores para conservar o pescado) ou material de pesca. Essa questão permite-nos observar que, nesses casos, os pescadores ficam dependentes das peixarias, uma vez que estas adiantam a eles seus meios de produção e criam, dessa forma, uma relação de dependência. Os pescadores se veem pressionados a recorrer aos adiantamentos das peixarias porque, de acordo com os próprios proprietários, alguns pescadores não têm crédito noutros estabelecimentos comerciais, ou ainda porque preferem dever para a peixaria uma vez que lá a dívida pode ser parcelada em várias vezes. Percebemos, no entanto, que isso pode ser traduzido também como uma estratégia utilizada pelos proprietários das peixarias para manter os pescadores amarrados a eles.

Quando os pescadores comercializam o pescado nas peixarias, são elas que estabelecem o preço, mas quando comercializam de forma avulsa, “picado” como dizem, conseguem obter um melhor preço. Já para os atravessadores, por mais que o preço seja um pouco melhor, não são os pescadores que estabelecem o preço. Os atravessadores tendem a fixar um tipo de tabela que impede os pescadores de barganharem o preço do pescado. Um dos problemas apontados pelos pescadores, porém, como podemos perceber na fala de Alvino, está relacionado à questão da nota fiscal:

Olha o preço do peixe que nem eu já falei pros cara lá que faz o bloco e falei pro Zé da colônia, se juntar cada peixaria, sentar e ver é assim, assim, assim, porque pro negócio de nota, pro negócio de tirar nota. O preço do peixe, o peixeiro chega é tanto, aí é esse preço, é esse preço. Agora lógico o preço, o preço meu é que se eu vendo avulso. A peixaria é o peixeiro que pega, né, a peixaria tem o

²⁷⁷ Alguns atravessadores que comercializam o pescado com os pescadores, por possuírem estabelecimentos comerciais na cidade, ou fora dela, como lanchonetes, dispõem de notas fiscais, no entanto não são todos os atravessadores que destacam nota. Quando isso ocorre, os pescadores o fazem, cabendo a eles o pagamento do ICMS.

preço dela, a peixaria mesmo tem o preço dela e o peixeiro que é o que busca, ele tem o preço dele²⁷⁸.

Até 2010 era estabelecido pelo Ministério da Pesca que os pescadores tirassem duas notas fiscais anualmente, para fins de entrada no seguro desemprego e aposentadoria. A partir de 2011, passou-se a exigir oito notas anuais. Essa questão se coloca como um problema aos pescadores, que, muitas vezes, dão preferência de venda aos atravessadores a fim de conseguirem um melhor preço no pescado. Como nem todos os atravessadores destacam nota (e quando o fazem é sempre com um valor inferior ao da produção que foi comprada), isso se revela um problema, porque, quando os pescadores comercializam a produção nas peixarias, são elas que se encarregam de tirar as notas e pagar pelo imposto. Diferentemente, quando comercializam com os atravessadores, os pescadores obtêm um melhor preço, mas precisam destacar nota produtora e se encarregar de pagar o imposto ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria), ou então os próprios atravessadores a destacam, mas, nesse caso, numa quantidade menor daquela que foi comercializada com os pescadores. Assim, os pescadores temem que isso dificulte a comprovação de que sobrevivem da pesca quando precisarem dar entrada no seguro desemprego ou até mesmo na aposentadoria.

Nesse sentido, Alvino aponta um problema na comercialização do pescado que, em sua concepção, deveria ser resolvido entre as peixarias. Entretanto, essa medida estabelecida pelo MPA vem justamente favorecê-las, já que o pescador se vê obrigado a vender para a peixaria por causa da obtenção da nota fiscal e para não terem que pagar por conta o ICMS.

Outra questão apontada pelos pescadores se refere ao fato de que há diferenças na comercialização do pescado entre aqueles que residem mais próximos à cidade daqueles que residem nos pontos de pesca na área rural. Quando os pescadores, por motivo de transporte, não conseguem levar a produção às peixarias, dão preferência em buscar o pescado próximo à cidade devido à distância que precisa ser percorrida até os pontos de pesca. Nesses casos os pescadores dos pontos de pesca se veem obrigados a vender para os atravessadores. Esses, muitas vezes, compram dos pescadores nos pontos de pesca e revendem para as próprias peixarias na cidade ou em cidades vizinhas, como apontado pelo pescador Alfeo: “Lá no nosso porto tivemos até uma situação que o cara, o atravessador

²⁷⁸ Alvino.

vim pegar o peixe, por a gente não ter veículo, nada pra levar, pegar de nós e entregar na própria peixaria lá, pra ganhar tipo assim, um real, cinquenta centavo por quilo”²⁷⁹.

Como Alfeo, Alvino diz que a única forma de conseguir um melhor preço é quando vende de forma avulsa:

É tem hora, tem o peixeiro que busca só pra peixaria dele, e tem o peixeiro que busca só pra, pra ir levando pras peixaria, que ele vai, vai levando pra fora, só pra fora e o peixe que eu vendo avulso daí esse não, esse é preço meu, esse é preço meu daí²⁸⁰.

Quando se refere à venda de peixe de forma “avulsa”, Alvino está se referindo à venda de peixes em pouca quantidade, que não é feita nem para as peixarias e nem para os atravessadores, porque para esses, comenta Alvino, “eu vendo o peixe o cara chega ele pesa o peixe, faz a conta lá, soma, é tanto esse, esse é esse preço, esse o preço é esse e assim vai por diante. Então esse é preço deles que vem”. Somente em relação ao pescado vendido em pouca quantidade é que ele consegue ter autonomia sob sua produção. Nesses casos, como diz Alvino, “esse é preço meu”, ou seja, é ele quem estabelece o preço no pescado, contudo a quantidade vendida nessas condições é pouca, já que os compradores, muitas vezes, vão em busca do pescado para seu próprio consumo e não para comercializá-lo:

Sim, aí é um precinho melhor, porque, que é peixe avulso, então eu vendo avulso, então lógico nunca o comprador que vem de fora ele vai comprar cinco, seis, sete quilos, oito quilo, dez quilos, lógico que ele vai achar um pouco caro o preço que eu fazer, mas ele tem que se pohnar na realidade que peixaria e o peixeiro... vamos supor eu tenho dez quilo, tem duzentos quilo ou trezentos quilo ou quinhentos quilo ele leva, ele leva aquele peixe. Então a importância é essa, ele, ele leva o peixe que tem e o avulso não, o avulso o cara vem compra um quilo, meio quilo, dois quilo, lógico que eu não vou vender, vou vender o preço da peixaria eu não posso, porque daí eu to combatendo com a peixaria, né, então eu tenho que vender um pouco mais caro, ou ele compra de mim ou ele vai pra peixaria compra²⁸¹.

O maior preço no pescado conseguido quando é vendido avulso é justificado por Alvino pelo fato de ser em pouca quantidade, ao contrário da peixaria, que, por exemplo, compra em maior quantidade e por isso consegue um preço menor. É, porém, interessante observar na fala de Alvino que essa forma de comercialização é considerada por ele não como uma forma de obter um melhor ganho, mas como forma de não “combater” com a

²⁷⁹ Alfeo.

²⁸⁰ Alvino.

²⁸¹ Alvino.

peixaria. Dessa forma, em sua concepção, competir com a peixaria vendendo ao mesmo preço que ela, ele estaria se prejudicando, pois, além de não pegar um melhor preço, ele venderia em pouca quantidade, correndo o risco de não conseguir vender toda a sua produção.

Quanto aos compradores, Alvino afirma que às vezes o pescado tem que ficar estocado, mas que, na maioria das vezes, tem comprador, no entanto são os atravessadores e não a peixaria que os compra. Mesmo assim, na maioria das vezes, os pescadores precisam pedir para que busquem o pescado.

Diferente de Alvino, que comercializa com atravessadores e com a peixaria, Cleomar só comercializa com atravessadores. Residente de um ponto de pesca mais próximo da cidade do que Alvino, Cleomar diz não vender para as peixarias pelo fato de não comportarem todo o pescado:

É, nós entrega o peixe, isso, isso também é problema pra nós. Em Guaíra, Guaíra é, num sei se as peixaria são muito fraca, num sei se, num sei o que acontece, só sei que toda vida nós teve esse problema, nós vende peixe pra um atravessador, né, num é uma peixaria que vem comprar nosso peixe, com isso aí nós é lesado em preço, nas nota, também nós tem problema com nota, né, porque quando tem um falso pescador que muitas vez ele num pesca, ele depende de uma nota que num existe... pra você ver, se pode abri o freezer dele aí que tá cheio de peixe, quer ver o meu lá não coube, eu tive que trazer um pouco e colocar no freezer dele, né, então a gente trabalha, a gente vive disso aí, mais só que mesmo assim ainda nós tem problema com nota de peixe, nós num tem aquela pessoa, nós vende pra um atravessador um cara que pega nosso peixe pra revender, né. Às vez nós pega, aí, trezentos quilo de peixe, o cara dá o nó em nós em vinte, trinta quilo. No dia da nossa aposentadoria vai dá problema pra nós, né²⁸².

No dia em que entrevistei Cleomar, ele havia ido à cidade ligar para o atravessador para que fosse buscar a produção. Assim como Alvino, Cleomar diz se sentir lesado com a forma pela qual o peixe é comercializado, tanto na questão do preço quanto da nota fiscal. Quanto a isso, Cleomar ainda faz referência ao “falso pescador”, aquele que, em sua concepção, não exerce a função de pescador e que, portanto, não se importa com a forma pela qual o peixe é comercializado (na visão de Cleomar, há muitas pessoas que se assumem como pescadores somente para conseguirem o benefício do seguro desemprego e aposentar-se a partir dessa profissão, como veremos no próximo capítulo). Em relação a isso, Cleomar explica que:

Cleomar: Você sabe o quê? O cara que vai comprar o peixe nosso pra revender ele num vai querer pagar o imposto alto, entendeu? E um dia, como se ele vai dá

²⁸² Cleomar.

uma nota pra mim aí de, de, de cinqüenta, sessenta quilo de peixe por mês, isso aí num comprova que eu vivo com isso aí, num é verdade?

Cátia: Ele nunca dá a nota da quantidade que levou?

Cleomar: Exato, né. É, então você sabe o quê? O pescador, é igual eu tava te falando, quando você tava entrevistando ele, né, o pescador por falta de estudo ou sei lá, ou falta de se uni, então nós é uma classe assim que... muito sofrida por isso aí, porque às vez chega um cara e compra nosso peixe, paga o que quer, né, muitas vez, se nós num aceitar, nós fica sem lugar de vender o peixe, né, então de qualquer maneira nós é lesado, sabe? Então num é fácil pra gente²⁸³.

Cleomar demonstra, em sua fala, uma submissão dos pescadores aos atravessadores. Isso ele atribui à falta de estudo ou falta de união dos pescadores e aponta para o que, em sua opinião, melhoraria a questão da comercialização:

Olha eu acho assim que o pescador primeira coisa que o pescador tinha que fazer, ele valorizar mais o produto dele, né, só que é o seguinte, que é igual eu tô falando pra você, se nós pegar um peixe aqui ó, muitos tem condições de ter uma motinha, um carro pegar esse peixe e levar lá em Guaíra, levar mais longe, mais muitos não tem condições de pegar esse peixe aqui e, outra levar esse peixe pra vender, né. Vamos supor, eu chego do rio aqui dez, onze hora, aí eu tenho que pegar esse peixe e levar lá em Guaíra, né, outra hora se não tem um freezer, então nós, eu acho assim, que nós ainda falta um pouco de melhoria pra nós, sabe, porque se nós vier a ser mais estruturado nós pode ter um freezer bom, nós pode ter mais alguma coisa pra ajudar nós, né, e outra coisa, eu acho assim também que nós tinha que vender peixe pra fora sabe, e se vê, os cara que compra peixe nosso aqui, esses dia o cara acabou de pagar uma piapara dum rapaz aqui, ele pagou a quatro reais e ele vendeu lá na rua por doze reais, né, se vê, vendeu por doze reais ali, então ó o tanto que ele ganha em cima, né, do nosso peixe, enquanto se levanta cinco hora da manhã e vai lá pegar esse peixe, sofrendo pra caramba aí, e num tem, num tem..., num pega aquele valor, né²⁸⁴.

Primeiramente, Cleomar atribui aos pescadores a forma de resolver o problema da comercialização ao dizer que o pescador teria que “valorizar mais o produto dele”. E uma forma apontada por ele seria ele próprio comercializar seu produto, como faz o atravessador., Por diversos motivos, contudo, como a distância dos pontos de pesca em relação à cidade, a falta de um meio de transporte como carro ou moto, ou porque gastam muito tempo pescando, eles ficam impossibilitados de realizar a comercialização de outra forma. Além dessa alternativa, ao mesmo tempo, Cleomar cita uma outra, a de terem alguém que lhes assegurasse com garantia a compra da produção:

Não, eu acho assim que tinha que entrar uma pessoa comprar, uma pessoa boa comprar uma peixaria, né, um cara forte, comprar uma peixaria em Guaíra e comprar tudo o peixe né, eu acho assim, com um preço bom. Isso que eu pensava que dava certo, por que os cara que pega peixe nosso, eu vendo peixe pra ele, ele tem uma lanchonete no, no, no Mato Grosso né, já não é uma peixaria né, então

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Cleomar.

ele é um comprador. O que compra de vocês também, né? O outro que compra de vocês também, né? Então nenhum é peixaria, né²⁸⁵.

Cleomar, ao revelar para quem vende sua produção, destaca também que cada pescador possui compradores diferentes, embora residam no mesmo ponto de pesca. Embora ele tenha apontado que o motivo pelo qual ele não vende para as peixarias seria porque elas não compram toda a produção, insisti com Cleomar sobre essa questão, pois poderia ser que as peixarias não comportassem toda a produção, mas comportasse a dele. Nesse sentido, voltei a questioná-lo sobre por que ele não comercializa seu pescado nas peixarias. Segundo ele:

Por que se nós for vender nas peixaria eles não agüenta pegar o nosso peixe, com três, quatro dia nós enche a peixaria entendeu? Então se entendeu como é que eu quero dizer? Num é problema de... é que eles não tem estrutura pra agüentar comprar o peixe porque são muitos pescador, num é que pega demais peixe, é que é muita gente, então eles não consegue, se nós, cada um de nós pegar dez quilo de peixe vamos supor, e for levar pra eles, tudo os pescador, aonde eles vão ponhar esse peixe?²⁸⁶

Mesmo assim, no entanto, o problema continuou porque ele se referiu a todos os pescadores. Além disso, afirmou que as peixarias não comportam toda a produção não pelo fato de ter muita produção, mas muitos pescadores. Embora Cleomar não mencione, seu relato nos leva a considerar que o fato de ele preferir vender para os atravessadores ao invés das peixarias se deve justamente à possibilidade de obter um melhor preço. Revela ainda que ele não possui vínculo com as peixarias como aqueles pescadores que, por dívida, precisam entregar sua produção ou parte dela as elas. Ocorre, porém, que, ao atribuir que a melhor saída para os pescadores seria que houvesse na cidade uma “peixaria forte”, Cleomar não considera a possibilidade de ficarem submetidos da mesma forma como se encontram hoje em relação às peixarias existentes e aos atravessadores. Mesmo assim ele ressalta a necessidade de haver uma peixaria maior e, para isso, lembra de quando o pescado era comercializado pelo presidente da Colônia de Pesca Z-16 de Altônia, (cidade próxima à Guaira), por Antônio Capatti:

É igual eu tava falando se fosse uma pessoa que tivesse uma peixaria forte, tivesse uns furgão pra pegar esse peixe e levar pra fora, né, igual o Toninho Capatti teve uma vez, eles mexia assim uma vez, aí eles pegava e levava esse peixe pra fora, mas não tinha quantidade de peixe que ele não comprava, mais daí depois já cresceu o olho começou a trazer peixe do paraguaio, contrabando sabe, aí a polícia federal já multou ele aí cabo, né, mas aquele tempo que ele tava

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Cleomar.

comprando bastante peixe e levando pra fora, aquele tempo era muito bom, mais depois nunca mais, né²⁸⁷.

Antônio Capatti comercializava o pescado em Guaíra, quando ele foi presidente da Colônia Z-13 de Guaíra. Embora Cleomar veja como positivo o fato de ter uma pessoa que comercializasse o pescado na cidade, como ocorreu na época de Antônio, muitos dos pescadores entrevistados se referem a esse período de forma negativa. Por muito tempo a presidência da Colônia Z-13 esteve nas mãos de pessoas da família Capatti, que monopolizavam o comércio de peixes na cidade comercializando o pescado para fora dela. Inclusive Cleomar se referiu, no momento da entrevista, ao período em que Jesuíno era presidente, em que a colônia não possuía a infraestrutura que possui hoje, embora mencionasse o lado positivo da comercialização de peixe pela peixaria pertencente a Antônio, irmão de Jesuíno:

Pra você ver, nossa colônia não falta nada, né, bem organizadinha, temos funcionária séria, pessoas honesta ali que trabalha, né. Então eu fico contente pelo presidente, mas eu tenho até medo no dia que ele sai, né, porque se ele sai e entrar outro cara igual tava o Inga (Jesuíno), o Devaldir, eu falo pra eles mesmo, outro dia eu falei pro Inga, é, Inga, se nós tiver você na colônia nós vamos ter que jogar você dentro do rio, cara (sorriu)²⁸⁸.

Outros pescadores a se queixarem da forma como o peixe é comercializado são Roberto e Luzia. Residentes do mesmo ponto de pesca de Cleomar, Roberto e Luzia dizem que, quanto à comercialização do pescado, não há problemas, no entanto há problemas quanto ao valor do pescado: “Saída tem, o único problema é que cai muito o preço, cai o preço, por exemplo: se você pega bastante a quatro real, ele vem pra três. Quanto mais ruim de peixe, melhor é o preço. Na Quaresma é bom também, na Quaresma vende tudo”²⁸⁹.

Diferente de Cleomar, Roberto afirma que a maioria dos pescadores que residem em seu porto entregam para as peixarias e não para atravessadores devido à questão das notas fiscais: “O nosso porto aqui mesmo vai tudo pra peixaria, quase. É porque nós entrega na peixaria por causa das nota, né, a gente precisa de nota, pro seguro, pra tudo, né”²⁹⁰. Nesse caso, Cleomar se revela uma exceção, ao afirmar que vende apenas para atravessadores. Essa questão permitiu identificar que não há uma regra entre os pescadores

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Cleomar.

²⁸⁹ Roberto e Luzia.

²⁹⁰ Idem.

quanto à comercialização do pescado. Cada pescador comercializa sua produção da maneira que lhe parece mais conveniente.

Ainda é interessante observar as considerações do pescador Alfeo, quando perguntamos sobre a forma como se dá a comercialização do pescado em Guaira. Segundo ele:

Aqui em Guaira, aqui em Guaira é problema, acho que tem um cartel, né, eu já tô aqui há muitos ano, o armado tá sempre o mesmo preço, sobe a gasolina, sobe tudo. Que o armado é o que a gente mais pega aqui e o misto, sempre tá o mesmo preço, dois real, dois e cinquenta e não passa disso²⁹¹.

Durante o processo de coleta das entrevistas, vários pescadores se queixaram do valor que é pago pelo pescado. Como mencionou Alvino, “pra falar a realidade, o pescador não ganha nada, mas o atravessador ele compra carro, compra tudo”²⁹². Ou, como Maria Aparecida: “o problema que hoje a maioria quer ser peixeiro, quer comprar pra revender”²⁹³. Esses pescadores demonstraram que, além dos problemas vivenciados em decorrência da diminuição da pesca, ainda encontram dificuldades no que se refere à comercialização.

Além do baixo valor pago na produção, está ainda o problema de a peixaria não buscar o pescado nos pontos de pesca e os pescadores precisarem acabar vendendo para atravessadores. Quanto a isso, Alvino diz “eu vou comprar mais um freezer e deixar lá em casa e vou vender meu peixe tudo avulso, porque o peixeiro não vem aqui, já não me dá nota mesmo”²⁹⁴, demonstrando a dificuldade de quem reside nos pontos de pesca comercializar sua produção. Já Alfeo, além das queixas ao valor do pescado, estabelece uma crítica às peixarias, quando perguntamos se há uma existência constante de compradores:

Alfeo: Não, não, aqui em Guaira essas duas peixarias, eles são exigente ainda, se você levar só piapara eles fica, se você levar um pouco de piapara, vamos supor quinze quilo de piapara e trinta de curvininha, pialzinho, outras espécie de peixe, eles não querer, não paga o preço... eles obriga você deixa lá porque você não vai trazer de volta, entendeu? Então ...

Cátia: Então o pescador não tem autonomia?

Alfeo: Não, não tem não, não tem, não ter, tem assim vamos supor se você chegar aqui: o senhor tem peixe aí, seu Alvino? Diz não, tem. Então eu quero tanto, aqui sim, agora você botar no carro e levar lá pra entregar na peixaria, lá

²⁹¹ Alfeo.

²⁹² Alvino.

²⁹³ Maria Aparecida.

²⁹⁴ Alvino.

eles paga o que eles querem. Se quiser, se não quiser pode trazer de volta. Então funciona assim²⁹⁵.

Diferente de Alfeo e Alvino, que reclamam da falta de compradores, os pescadores na cidade afirmam não ter esse problema, como comenta Mauro:

Cátia: E é constante os compradores ou falta?

Mauro: Não é constante, atrás de peixe, se tiver... se você pegar cem quilo toda a noite, toda noite você vende os cem quilo, tanto pra peixaria, quanto pro peixeiro, né, porque tem muita procura do peixe, mas que nem eu falo, o pati, o barbado, e o cascudo, abacaxi. O armado vende, mas e outra não tem o mesmo preço²⁹⁶.

Chamou atenção, durante as entrevistas, o fato de que alguns pescadores, quando perguntamos sobre o que acham da forma como o pescado é comercializado, se referiram ao frigorífico de peixes como aquele que possibilitaria melhorias na comercialização, conforme podemos notar nas considerações de Mauro:

Cátia: E o que o senhor acha sobre a forma como o pescado é comercializado?

Mauro: É aí que eu falo, se tivesse o frigorífico, né, seria melhor pros pescador, agora não adianta o pescador pedi um absurdo pelo pescado, sendo que não vai...vai ficar estocado dentro de casa, num tem condições, a não ser que tivesse pouquinho pescador, aí é uma coisa, mas aqui, meu deus, eu falo assim de nós, de Salamanca até chegar no Porto Figueira em Umuarama, quantos mil pescador num tem? Então quantos mil quilo não sai na noite de peixe? Agora se tivesse pouquinho pescador, aí sim, aí se podia colocar seu preço, ó, eu quero tanto, quero quatro, cinco real o quilo do armado. Se não tivesse os outro freezer cheio aí eles... é uma coisa, né, mas assim não²⁹⁷.

Mauro atribui ao frigorífico de peixes uma possível melhoria para os pescadores comercializarem o pescado. Embora Mauro reconheça que, para ele, que reside na cidade, não há problemas com compradores, ele reconhece que, devido ao fato de haver vários pescadores, isso dificulta a comercialização no sentido de que há concorrência. Do contrário, seria possível o pescador estabelecer um melhor preço no pescado. Devido a esse fato, Ari também diz que até tenta conseguir um melhor preço, porém sem êxito, atribuindo ainda a falta de valorização do pescado:

Cátia: Quem estabelece preço no pescado? O pescador?

Ari: Não, a gente até pede um preço, né, mas eles num paga, que nem o armado mesmo, eu peço mais o armado, o armado nunca sai dos quatro real, ele abaixa mas não sobe, o peixe não tem valor, né²⁹⁸.

²⁹⁵ Alfeo.

²⁹⁶ Entrevista concedida por Mauro, em 12 de Março de 2011.

²⁹⁷ Mauro.

²⁹⁸ Entrevista concedida por Ari, em 12 de março de 2011.

Embora os pescadores que residem na cidade tenham uma maior facilidade de comercializar o pescado, isso não significa que eles possuam compradores fixos ou que comercializem apenas com as peixarias, ou ainda que obtenham um melhor preço. Como Mauro, Ari também se refere ao frigorífico quando perguntamos sobre a forma como o peixe é comercializado: “Vamos ver o frigorífico agora, né, que daí nós vai ter que entregar no frigorífico, né, aí nós vai ser obrigado a entregar tudo lá, aí esse comprador vai ter que comprar lá daí, daí vamos ver o que vai dá, né, vamos ver se vai se melhor ou pior né”²⁹⁹, demonstrando sua expectativa em relação ao projeto.

Finalmente, minha intenção foi revelar as dificuldades vivenciadas pelos pescadores tanto em relação à forma como se dá a comercialização da produção, quanto à expectativa de terem no projeto do frigorífico a resolução desse problema. Foi possível perceber também, entre os pescadores, que possuem resistências aos projetos que visam alterar a forma como o trabalho é realizado. Nesse sentido, analisaremos, no próximo capítulo, outras questões que nos ajudarão a compreender as condições de vida e de trabalho dos pescadores profissionais de Guaira, além dos problemas já mencionados em relação ao seu trabalho, tanto aqueles ligados aos danos ambientais quanto às políticas públicas que procuram readequá-los de acordo com a lógica do mercado.

²⁹⁹ Idem.

CAPÍTULO 3

SER PESCADOR EM GUAÍRA

As últimas décadas têm se caracterizado por constantes mudanças no mundo do trabalho. Em sua maioria, as mudanças ocorridas têm acarretado a transformação de algumas profissões, o desaparecimento de outras, ou ainda a revitalização de antigas formas de trabalho (BOSI e VARUSSA, 2006). Entre os estudos que envolvem a questão do trabalho, muitos se voltam à compreensão de que tais mudanças podem ser entendidas através de conceitos como o de “reestruturação produtiva”. Assim, tais abordagens tendem a pensar e a analisar a história não a partir das mudanças vivenciadas pelos trabalhadores, mas pelas mudanças no âmbito do capital.

Contrariando essa forma de análise, propomos a escrita de “uma história que ainda não tenha sido contada nas escolas, nem tenha sido celebrada nas datas cívicas municipais, nem tenha se convertido em parte reconhecida da história da cidade e da região” (BOSI e VARUSSA, 2006). O que nos desafia, nesse sentido, é tratarmos as questões relacionadas ao trabalho não como conceitos, mas como problemas históricos, a fim de compreendermos as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir das experiências dos trabalhadores.

Nesse contexto de mudanças no mundo do trabalho marcadas pelo avanço do capitalismo, entendemos que parte dessas mudanças aplica-se e é vivida pelos pescadores profissionais de Guaíra. Pode-se dizer que os pescadores vivenciam a expansão das relações sociais capitalistas à medida que precisam viver novas relações de produção. Além da impossibilidade de sobreviverem unicamente da pesca, os pescadores ainda

correm o risco de desaparecerem devido às constantes investidas do capital sobre a atividade da pesca, como comentado no primeiro e segundo capítulos. A nova dinâmica de produção existente na região nesse sentido consiste em uma problemática ligada a questões do sistema produtivo, de uma dinâmica de proletarianização dos pescadores, dinâmica na qual a profissão estaria desaparecendo.

Nessa direção, procuramos, neste capítulo, analisar as condições de vida e de trabalho dos pescadores a partir de seus referenciais. Ou seja, a partir de situações concretas de exploração do trabalho vividas por esses trabalhadores. Por isso, apresentaremos como a pesca é realizada, quais suas jornadas de trabalho e os problemas enfrentados pelos pescadores no que se refere à reprodução da atividade. Devido ao fato de a pesca ter diminuído consideravelmente após os danos ambientais sofridos pelo Rio Paraná, um dos pontos que tentamos esclarecer e discutir ainda diz respeito à ampliação do universo do trabalho desses pescadores, diante da necessidade de se ocuparem com outras atividades, visando complementar suas rendas, já que os ganhos conseguidos com a pesca têm sido insuficientes à sobrevivência. Buscamos ainda compreender as relações dos pescadores com a cidade e a importância atribuída por eles à sua profissão. Além disso, evidenciamos como os pescadores têm encarado sua realidade através dos limites e das possibilidades da luta coletiva. A partir dessas questões, tentamos, então, evidenciar como os pescadores se definem como sujeitos em relação ao trabalho.

3.1 O Trabalho na Pesca: condições de trabalho dos pescadores

Como foi discutido nos capítulos anteriores, os pescadores de Guaíra vêm sofrendo diversas mudanças em relação ao trabalho na pesca. Além dos problemas enfrentados por eles devido à diminuição do pescado causada pelos danos ambientais, vivenciam ainda constantes ameaças de mudanças: a nova proposta de derrocamento e a tentativa de industrialização da atividade. Em meio a esses problemas, evidenciamos também a falta de autonomia dos pescadores em relação à comercialização do pescado, a dificuldade de serem compensados com a indenização e a incerteza de sobreviverem somente da pesca.

Todas essas mudanças vivenciadas pelos pescadores estão inseridas num contexto de transformações capitalistas ocorridas na região nos últimos 30 anos. Além dessas mudanças, procuramos perceber outros elementos relacionados à dificuldade de realização

do trabalho na pesca no intuito de compreender as condições de vida e de trabalho dos pescadores. Nesse sentido, outro problema identificado diz respeito às suas condições de trabalho.

Por ser a pesca um trabalho em que os pescadores estão em constante contato com a natureza, foi comum, durante as entrevistas, eles mencionarem as dificuldades e os perigos que correm todos os dias na profissão, como, por exemplo, o mau tempo, chuva, sol, tempestade, enfim, uma série de fatores que eles precisam enfrentar para exercerem a profissão. Além dos fatores naturais, existem outros que interferem e dificultam a realização do trabalho enfrentado pelos pescadores, dentre eles alguns já foram citados, como a falta de água encanada nos pontos de pesca, a diminuição do pescado e os problemas com a comercialização. Outros ainda dizem respeito aos gastos com materiais de pesca devido às constantes perdas que ocorrem no rio, os gastos com iscas e a falta de segurança no lago devido à atividade do contrabando.

O trabalho realizado na pesca é caracterizado como um trabalho autônomo, por conta própria. Por isso, os pescadores não estão submetidos a uma relação entre patrão e empregado, por meio de contrato ou outro tipo de vínculo trabalhista. O fato de os pescadores não terem jornada e renda fixa não significa, porém, que trabalhem menos. Ao contrário, pelas entrevistas, observamos que o trabalho na pesca exige dos pescadores uma dedicação para além do trabalho no rio, pois precisam realizar o trabalho de limpeza, de armazenagem, de comercialização do pescado, de busca por iscas e também de consertos de redes e espinhéis.

Dessa forma, compreender as condições e jornadas de trabalho dos pescadores foi fundamental para entendermos como é o dia a dia na pesca e como esses trabalhadores estão inseridos no mundo do trabalho. As observações realizadas, durante o processo de coleta de entrevistas, contribuíram para identificar a realidade em que vivem e as dificuldades enfrentadas na busca por manter-se como pescadores.

Podemos dizer que uma das principais dificuldades dos pescadores para a realização do trabalho na pesca está na aquisição dos seus meios de produção. Por meios de produção entendemos tudo aquilo que é necessário para a realização do trabalho na pesca, como rede, espinhel, corda, isca, anzol, barco, etc. Dessa forma, os meios de produção utilizados pelos pescadores dizem respeito a um modo de produção caracterizado por métodos que não utilizam tecnologias. Assim, procuramos inserir o conceito de modo de produção numa discussão mais ampla a fim de compreendermos o trabalho na pesca não como algo

natural, mas como fruto das relações de produção da sociedade capitalista. Nesse sentido, cabe problematizar que o conceito de modo de produção precisa ser entendido num contexto de determinações estruturais, onde é necessário considerar as relações sociais que são postas em movimento pelos indivíduos na sociedade na busca pela produção e reprodução de sua vida material.

Entendemos que as relações sociais de produção são reflexos de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas presentes na sociedade. Ao mesmo tempo, as relações sociais de produção determinam seu próprio desenvolvimento, a partir de que tais relações sempre ocorrem debaixo de uma estrutura. Assim, todo modo de produção está determinado pela existência de estruturas que fixam limites e exercem pressões, porém tal estrutura não é estática, ela age agregando novos fatores como forma de dizer que está se modernizando. Dessa forma, a estrutura se coloca em movimento com a finalidade de continuar impondo limites e exercendo pressões na sociedade.

Nesse sentido, compreender como se dá a reprodução de determinado meio produção só é possível através da análise da estrutura e da articulação dos indivíduos com essa estrutura e suas determinações. Para isso, se faz necessário considerar quais são as características das relações de produção, como são distribuídos ou adquiridos os meios de produção, como se dá a apropriação do que é produzido pelos indivíduos na sociedade e como se apresentam tais indivíduos nas relações sociais de produção.

Embora a determinação da estrutura, em última instância, exerça determinado predomínio dentro do modo de produção, acreditamos que a determinação não significa o fim da história. Ao contrário, entendemos que a estrutura age como pressão na vida das pessoas. Ou seja, que existe uma realidade dada, mas que o capitalismo determina a vida das pessoas em determinadas proporções. Nesse sentido, as determinações presentes na estrutura social são sentidas pelas pessoas através dos limites e das pressões vivenciadas.

Por outro lado, também não significa dizer que o sujeito tenha plena autonomia, mas que essa é limitada e sofre o controle das classes dominantes. Por isso, se faz necessário, como discute Josep Fontana, procurar novas formas de compreensão da sociedade capitalista. Uma dessas formas é direcionar a atenção a fim de compreender como os diversos grupos sociais que compõem a sociedade sentem, percebem e se articulam frente ao processo de reprodução da sociedade. Nesse sentido, Fontana discute que:

O estudo da história mostra que os homens produzem os meios de subsistência de acordo com certos “modos de produção” que são na realidade “modos de vida” – “uma forma determinada de manifestar a vida” -, o que explica que o que os indivíduos são dependa das condições materiais de produção e das relações que se estabelecem entre eles no processo. (FONTANA, 2004, p. 202.)

Entendemos que o trabalho na pesca pode ser considerado uma tática de vida, uma forma de produção alternativa por parte da sociedade, no entanto o pescador não é refém apenas de condicionantes naturais, pois seu modo de trabalho é reflexo de uma sociedade que se utilizou de um modo de produção (pesca) para a sobrevivência. A escolha em ser pescador não pode ser compreendida como natural, mas como fruto de uma sociedade determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas, em que os homens nem sempre possuem condições de escolha e de decisão. Segundo Marx:

Na produção social da existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual uma superestrutura jurídica e política se eleva e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens a que determina o ser. Ao contrário, o ser social é o que determina a consciência. (MARX apud FONTANA, 2004, p. 208).

Procuramos, nesse sentido, compreender o conceito de modo de produção não como algo natural, mas como parte de um processo histórico da sociedade ligado ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Assim, buscamos problematizar em quais condições sociais os pescadores procuram manter a reprodução da pesca como meio de sobrevivência. Devido à baixa renda conseguida por meio da pesca, esta se coloca como insuficiente até mesmo para a garantia da sobrevivência dos pescadores.

Na maioria das vezes, pela falta de condições em comprar ou até como forma de economizar, os pescadores precisam realizar a manutenção dos materiais de pesca para garantir a reprodução da atividade. Outras vezes, torna-se impossível a recuperação dos materiais, devido às constantes perdas ou pelos estragos realizados dentro do rio. Por isso, cabe problematizar o fato de que os pescadores, diferentemente de outras ocupações, precisam eles próprios comprar ou realizar consertos em seus meios de produção para que garantam, assim, a reprodução da atividade.

De acordo com os pescadores, eles utilizam de dois métodos para realizarem o trabalho na pesca: a corda de espinhel e redes. Segundo o pescador Mauro, antes do

derrocamento havia um grupo de pescadores que utilizava de outro método de pesca, por meio de tarrafas, propício para a pesca do cascudo. Tais pescadores, de acordo com Mauro, eram denominados de tarrafeiros, por dedicarem-se exclusivamente à pesca do cascudo preto, porém, após sua contaminação, devido às explosões no lago, a pesca dessa espécie se tornou inviável para esses pescadores. Dessa forma, alguns deles passaram a praticar a pesca de outras espécies, já outros deixaram a pesca, primeiro por estarem acostumados em praticar aquele tipo de pesca, por meio de tarrafas, e, segundo, por acharem inviável iniciar a prática da pesca com outras espécies, já que para isso precisariam adquirir outros métodos de pesca:

Olha, depois do derrocamento a maioria que existia de pescador não pesca mais. Todo mundo saiu quem tinha estudo foi trabalhar, só ficou os analfabeto bem dizer assim no rio. Que todo mundo viu a mortandade daí, e a doença do cascudo preto se tornou... ninguém mais quer ir pro rio. Porque por exemplo, uma comparação: eu pesco de, de, de espinhel e rede né, mas tem os cara tarrafeiro, que era os cascadeiro que só mexia com tarrafã, só tarrafeiro pra pegar o cascudo preto, aí eles não iam sair de... pescar o cascudo pra ir ponhar corda pra armado, num foro, aí eles saíram, acharam melhor sair, trabalhar. Mas por causa dessa matança, depois que eles fizeram esse derrocamento e tão... e vão fazer de novo, né? Pra passar navio ali de São Paulo e as draga, né, que é pra carregar areia e soja, aí vai acabar mesmo os peixe, que agora já tá fraco³⁰⁰.

Primeiro é importante observar que Mauro, ao se referir à pesca, não a considera como um trabalho. Em dois momentos em sua fala ele se refere aos pescadores que deixaram a pesca como aqueles que tiveram então que ir trabalhar. Embora Mauro generalize ao dizer que, após o derrocamento, a maioria de pescadores que existia não pesca mais, talvez isso se comprove entre os pescadores que se dedicavam à pesca exclusiva do cascudo, tendo em vista que após esse período houve um aumento do número de pescadores, como foi discutido no primeiro capítulo. Mesmo assim, porém, parte do que foi apontado por Mauro se verificou durante a pesquisa, pois nenhum dos pescadores entrevistados mencionou que utiliza a tarrafã como método de pesca. A fala de Mauro permite identificarmos como os pescadores sofreram mudanças em sua estratégia de sobrevivência com o derrocamento.

Os métodos mais comuns entre os pescadores entrevistados são as cordas de espinhel e as redes. A corda de espinhel consiste em uma corda com aproximadamente cem anzóis em cada uma, em que os pescadores precisam iscá-los. No trabalho com espinhel, os pescadores precisam todos os dias recolher as cordas com os anzóis, retirar os peixes e recolocar as iscas no espinhel, fixando-o no rio. Já a rede é armada pelos

³⁰⁰ Entrevista com Mauro, em 12 de março de 2011.

pescadores no meio do rio, e todos os dias precisa ser batida para a retirada dos peixes e instalada novamente no local escolhido pelo pescador.

Como já mencionado, além do trabalho no rio, os pescadores precisam constantemente realizar reparos, tanto nos espinhéis quanto nas redes. Esse trabalho é realizado pelos pescadores ainda em seus barcos, nos pontos de pesca ou em suas casas, o que faz estender suas jornadas de trabalho. Como o trabalho de manutenção dos equipamentos de pesca se coloca como condição para a reprodução da atividade, pode-se considerar que os pescadores realizam uma dupla jornada de trabalho.

Os constantes reparos e consertos nos materiais de pesca se devem às sujeiras e aos galhos, principalmente em épocas de chuva quando o rio enche, causando rasgos, enrosco, ou até mesmo a perda dos materiais. Em alguns casos, os pescadores conseguem recuperar seus materiais e consertá-los, já em outros, chegam a perder todo o material de pesca, precisando comprá-los novamente, como explica Teresa:

Teresa: É que a moita carrega, quando o rio enche, então a gente não amarra a rede, a gente solta uma pedra né, então a moita chega e leva embora, aí aquela cê não acha mais nunca. Então é por isso, a gente sempre tem que tá comprando.

Cátia: Então vocês gastam bastante com rede?

Teresa: Agora esse mês mesmo, mês passado, nós gastemos quase quinhentos real, com rede. Daí tá pronta pra ir pro rio. Fica caro pra gente³⁰¹.

Além dos gastos com materiais de pesca, Teresa ainda apontou para outros gastos com a atividade, como óleo, anzol e bateria para carregar o motor do barco. Teresa explica que é impossível contabilizar quanto tempo dura uma rede de pesca. Isso depende de onde ela é armada, e do nível do rio. Apenas relata que muitas vezes a pesca não cobre os gastos realizados no mês:

Teresa: Tem vez que cobre, tem vez que não. Às vez tem que tirar de outra parte. Eu quando eu recebo o seguro eu vou lá e compro rede. Eu gasto meu seguro a maior parte com rede, que do mês passado mesmo eu gastei tudo com rede.

Cátia: E quando não tem o seguro?

Teresa: Aí tem que tirar do salário dele. Aí nós compra a prestação, todo mês dá vinte e cinco até ir pagar tudo.

Cátia: Eles vendem a prazo?

Teresa: Vende, mas de todo jeito tem que pagar, né, fica apurado³⁰².

Como o esposo de Teresa é aposentado, quando ela não recorre ao seguro desemprego, recorre à sua aposentadoria para saldar as dívidas. Percebemos, nesse sentido,

³⁰¹ Entrevista com José e Teresa, em 05 de Março de 2011.

³⁰² José e Teresa.

que, ao invés de o seguro desemprego na época da piracema consistir em uma renda que garanta a sobrevivência dos pescadores, precisa ser utilizado para a compra dos meios de produção que permitam a continuidade da pesca. O salário de seu esposo, da mesma forma, precisa ser utilizado com a finalidade de reprodução da atividade.

Os estragos com materiais de pesca são ainda maiores com os pescadores que realizam o trabalho do lado brasileiro e do lado paraguaio. Isso revela a necessidade dos pescadores em precisarem pescar a uma maior distância na busca pelo pescado e os riscos que correm quando há mau tempo, devido à distância dos portos, caso precisem sair depressa do rio. Embora os pescadores tenham mencionado que do lado paraguaio seja melhor de peixe, por outro lado possuem maiores gastos com os materiais em virtude de haver uma maior ocorrência de perdas. Quanto a isso, Alvino comenta que:

Alvino: Ó, se eu pescar do lado do Brasil nos lugar que eu tenho, ele pode, ele me agüenta (rede) uns três, quatro mês e se eu for no Paraguai não agüenta duas semanas. Nós tem permissão, tirou permissão, pagou permissão e aí tá livre pra pescar, só que lá daí mais é, o peixe pau que pega, aí acaba com a rede. Ó, cortei uma rede novinha, novinha, tive que cortar no meio pra poder recolher, peguei no meio e cortei e depois emendei de novo pra poder aproveitar, no Paraguai, né, agora do lado do Brasil não, do lado do Brasil já tá mais sossegado, menos, menos árvore, então aqui agüenta um pouco mais. Só que o lucro não é muito não, porque o lucro com as redes é muito caro, a rede hoje é muito caro pra nós comprar e o mês que não der peixe aí você tem despesa de tudo, é despesa de gasolina, teu serviço e traia, tudo se tem que pagar, aí se é pouco peixe, que nem tem mês ali, tem mês aí nós pega, tá fraco sabe, dá malemá mesmo pra sobreviver, tem mês que só mesmo, só pra comer, aí tem mês tem a recompensa mais daí... o mês que dá a recompensa você tem que jogar pro mês que você quase não pega nada, daí fica elas por elas³⁰³.

A fala de Alvino expressa o modo como o trabalho do pescador está estruturado na sociedade capitalista. Diferentemente da forma de trabalho assalariada, o pescador não está vinculado a um patrão, mas está da mesma forma integrado ao capitalismo e subordinado à exploração pelo capital. O fato de terem que produzir seus próprios instrumentos de trabalho é uma forma de relação própria da sociedade capitalista. Isso reflete a desigual inserção dos pescadores no mundo do trabalho e a divisão de classes existente na sociedade. Por ser um trabalhador por conta própria, produzir seus meios de produção ou consertá-los se coloca como condição para a realização da atividade e reprodução da mesma. Assim, embora os pescadores não estejam submetidos diretamente a um patrão (capitalista), que os explore, eles estão submetidos a outras formas de exploração.

³⁰³ Entrevista com Alvino em, 20 de março de 2011.

São outras formas de exploração, primeiro, porque a manutenção dos instrumentos de trabalho se coloca como condição para a reprodução da atividade. Essa forma de trabalho pode ser entendida como precária, pois o trabalhador precisa contar com seus próprios recursos para manter a atividade, e para isso precisa realizar uma extensa jornada de trabalho. Em segundo lugar, sofrem a exploração pelo fato de que o trabalho na pesca não possui jornada nem renda fixa. Dessa forma, os recursos necessários à manutenção da sobrevivência e da reprodução da atividade estão atrelados à produtividade, o que nem sempre é garantido. Mesmo exercendo uma extensa jornada de trabalho, a produção na pesca está atrelada às condições naturais. A pesca, nesse sentido, é marcada pela incerteza de recursos para a sobrevivência e a manutenção da atividade. Os gastos com a atividade são diários, o que dificulta ainda mais a realização do trabalho na pesca.

Ainda pela fala de Alvino, podemos ter uma noção de como ele faz para economizar na compra de seus materiais de pesca e quais são os materiais utilizados por ele na realização de seu trabalho:

Tem o espinhel, aí tem as corda, as corda é separada por causa do espinhel, né, daí você tem mais as linha, o torcedor que fala né, girador e anzol, aí vai, que nem no canalão vai, tem um espinhel que vai 350 anzol. Cada caixinha de torcedor sai 18 real e o anzol, isso que eu compro no Paraguai, isso que eu compro no Paraguai, porque se eu comprar aqui, aqui em Guaíra, jamais eu podia ponhar girador no cabo do espinhel pra pegar peixe, que aqui saía muito caro. Uma caixinha daquela de anzol que eu pago seis lá no Paraguai, aqui tá 25, 25 pila, aquele anzol que eu compro. Então o girador eu nem procuro aqui porque já não me interessa, eu já não compro mesmo, né, eu compro no Paraguai aí sai mais em torno pra nós, quanto mais nós puder ganhar melhor pra nós, né. Então a única coisa que nós não compra no Paraguai é a corda e a rede, fora o resto que vai nas coisa, nós compra tudo no Paraguai, então rede e corda é tudo aqui mesmo³⁰⁴.

Como no Paraguai a rede e a corda são mais caras que em Guaíra, Alvino procura comprar as redes em Mercedes: “Eu na minha... no meu... duas vezes por ano tem que ir em Mercedes buscar rede”³⁰⁵. Segundo Alvino, ele dá preferência de comprar os materiais separados, e ele mesmo organizá-los nas redes e na corda de espinhel. Dessa forma, somente as redes Alvino compra prontas, “entraiada”, como diz. Pela sua fala, é possível identificar os custos que os pescadores têm com os materiais de pesca e as estratégias utilizadas por eles como forma de reduzir os custos com seus instrumentos de trabalho:

A rede pronta, a rede pronta malha oito, 79 (reais) a vista, a malha 12, 14, 16, 89 (reais) a vista. A prazo ela fica 98 (reais). Ó, eu comprei só desta vez, desta vez

³⁰⁴ Alvino.

³⁰⁵ Idem.

ta tudo lá, 1500 real só em rede, só em rede, são 15 pano, 15 pano com mais quatro corda que eu comprei, deu quase 1600 pila. Daí eu peguei o dinheiro, peguei o dinheiro e fui lá no Paraguai e já comprei tudo de traia, que o outro me traz girador as linha, tudo é comprado lá no Paraguai. A traia que nem eu comprei agora. A traia que eu comprei agora, pra esse tipo de traia, só pra esse ano, 2000 real³⁰⁶.

Já Maria Aparecida, na tentativa de economizar um pouco mais, além de consertos, ela realiza o trabalho de tecer as redes, conciliando esse trabalho com outras atividades domésticas. Se, no geral, o trabalho realizado pelos pescadores é caracterizado por uma dupla jornada, no caso de Maria, pode-se considerar uma tripla jornada, tendo em vista seus afazeres domésticos. Como vários pescadores, Maria demonstrou que o trabalho na pesca é marcado por incertezas, seja em relação à produção, seja quanto à duração dos materiais de pesca, impossibilitando contabilizar o tempo médio de sua duração:

Perde, muitas vez se perde muita rede, outras vez ela rasga, enrosca você tem que cortar ela e ela fica lá na água. Então é uma traia... hoje se põe uma rede novinha lá na água, depois você vai lá tirar, pegou os peixe ela tá enroscada, se tem que puxa, ela rasga. Uma coisa mais rara é durar uma rede. Se você quiser aproveitar ela, você tem que consertar³⁰⁷.

Pelas falas, observamos que é constante o envolvimento dos pescadores na atividade da pesca. Na maioria dos entrevistados, ao chegar para realizar as entrevistas sempre os encontrava ocupados com alguma atividade relacionada à pesca, principalmente realizando consertos ou tecendo redes, como foi o caso de Maria Aparecida. Devido ao fato de as perdas com os materiais de pesca serem frequentes, diariamente os pescadores precisam fazer reparos, quando não precisam comprá-los novamente, como comenta Roberto: “As vez eu vou remendando, mas geralmente acaba tudo, o peixe que pega não compensa”.³⁰⁸

Outro gasto mencionado pelos pescadores diz respeito a iscas que são utilizadas no espinhel. Além dos consertos de seus materiais de pesca, a busca por iscas é outra tarefa dos pescadores quando não estão no rio. Na maioria das vezes, as iscas utilizadas pelos pescadores são frutas como goiaba, maçã, banana, que podem ser encontradas ou compradas por eles. Utilizam ainda uma massa feita a base de trigo com água, ou peixes pequenos, de pouco valor comercial. Independentemente de qual isca utilizam, na maioria das vezes os pescadores procuram eles mesmos produzir e assim reduzirem os custos com

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Maria Aparecida.

³⁰⁸ Roberto.

a atividade, já que o custo aumento se houver a necessidade de comprar. Como explica Alfeo:

Pro profissional comprar morenita pra iscar espinhel hoje não compensa, é muito caro, muito caro. Minhoca é um real cada uma em Guaíra, é um real cada uma, então não compensa. A gente usa tipo, curimba, pedacinho de curimba, né, o peixe mesmo, o peixe mesmo, pra poder economizar, né³⁰⁹.

O fato de os pescadores precisarem produzir ou buscar por iscas ao invés de comprá-las pode ser considerado outra estratégia utilizada por eles, além da produção e dos reparos dos instrumentos de pesca.

Ao mencionar como faz para conseguir iscas sem que tenha maiores gastos, Alfeo relembra que os peixes utilizados por ele, quando havia maior quantidade de peixe e espécies, hoje não podem ser utilizados como isca, pois são eles os responsáveis por sua sobrevivência. Assim, precisam recorrer a peixes pequenos, pois os maiores, mesmo não tendo muito valor comercial, não podem ser descartados:

Hoje o peixinho que nós pega pra sobreviver aí, nós usava de isca antigamente. Pra pegar o pintado. Hoje se você colocar um curimba de um quilo pra pegar um pintado você tá levando prejuízo. Cê tá deixando de vender aí a dois real o quilo, que o preço também é um absurdo, não vale nem a pena³¹⁰.

Ao lembrar esse fato, Alfeo interpreta como vê as mudanças sofridas pelos pescadores ao longo dos anos, marcada pela diminuição do pescado e pela não valorização do trabalho do pescador, que, por vários motivos, como citado no capítulo anterior, não consegue ele próprio comercializar sua produção, ficando refém de atravessadores. Diferentemente de Alfeo, que prefere produzir suas iscas, há outros pescadores que as compram. Um desses pescadores é Antônio, que opta pela compra devido ao fato de ele conseguir comercializar sua produção a um preço melhor por meio de atravessadores ou em seu próprio bar. Isso possibilita que Antônio invista em iscas para a pesca de peixes mais caros, como o pintado, o que lhe possibilita um maior ganho. Nesse sentido, os gastos de Antônio se referem a:

Espinhel, eu pesco mais é de espinhel, anzol, e no dia a dia é minhoca, vai dois litro de minhoca todo o dia, eu vou trabalhar eu gasto tudo isso. Na faixa de quarenta reais, que eu pesco nas quebrada, né. Eu gasto na faixa do que, uns cinqüenta reais, de trinta reais a quarenta só de isca, aí mais o óleo que agora,

³⁰⁹ Entrevista com Alfeo, em 7 de maio de 2011.

³¹⁰ Alfeo.

graças a deus agora eu tenho um motor a diesel, aí gasta uns dois litro de óleo pra ir lá e voltar, pra isca e corre³¹¹.

Outros pescadores, porém, por não contarem com as mesmas formas de comercialização, precisam dar preferência a espécies cuja isca para capturá-los possui um menor custo. Entre esses pescadores estão Joanias e Jesuíno, que comercializam parte da produção com atravessadores e afirmam não compensar aos pescadores profissionais investimentos em isca para a captura de espécies de maior valor. Segundo Joanias:

O pescador profissional não pode comprar isca, ele tem que produzir. Por quê que o amador pega muito pintado? Porque ele tem o dinheiro dele, ele depende lá do escritório, aí, se não deu nada, mas o escritório dele tá produzindo pra ele, o comércio da produzindo pra ele. E o pescador, ele não tem (dinheiro) pra bancar. A isca é muito caro³¹².

Ao comparar os pescadores profissionais com os amadores, Joanias aponta para uma questão interessante. Ao demonstrar suas diferenças sociais, explica por que, nos torneios de pesca que ocorrem na cidade, a grande maioria dos peixes capturados e exibidos na exposição ao público são de alto valor comercial, como o dourado e o pintado, mas não em grande quantidade, nem em tamanho. Demonstra ainda a dependência dos pescadores profissionais à pesca, diferente dos amadores, que a praticam como lazer e possuem outras fontes de renda.

Já Jesuíno, embora tenha mencionado a facilidade de comercialização dos peixes considerados “nobres” em detrimento de outras espécies, apontou para a forma como, para ele, os pescadores profissionais precisam trabalhar:

O pescador profissional ele tem que trabalhar em cima da quantidade e não da qualidade, tem que trabalhar em cima da quantidade, qualidade pra nós é prejuízo. É tipo assim, é a mesma coisa que você pegar uma terra e querer, aqui do Paraná, e querer plantar cacau em cima, não vai dá (sorriu). E a pesca é a mesma coisa porque querer inovar, querer pegar outro tipo de pesca não compensa, pega lá algum, mas quando nós captura aquele pintado, aquele dourado, o custo dele foi muito alto³¹³.

Trabalhar em cima da quantidade e não da qualidade pode ser entendido como uma estratégia utilizada por esse pescador para garantir sua sobrevivência. Tal estratégia revela a própria dinâmica capitalista na qual os pescadores estão inseridos. É a partir da produtividade que os pescadores têm a possibilidade de obterem uma maior renda. Por

³¹¹ Entrevista com Antônio, em 21 de maio de 2011.

³¹² Entrevista com Joanias, em 21 de maio de 2011.

³¹³ Entrevista com Jesuíno, em 11 de junho de 2011.

outro lado, essa dinâmica também é responsável pela extensão da jornada de trabalho dos pescadores, embora nem sempre o cumprimento diário de uma extensa jornada de trabalho signifique maior produção, tendo em vista a diminuição do pescado.

Por isso, para Jesuíno, o fato de trabalhar em cima da qualidade consiste em risco e prejuízo aos pescadores profissionais. Além do alto custo com iscas para serem mantidas diariamente, não há a garantia de capturarem um peixe de maior valor comercial, tendo em vista a incerteza em relação à captura também de outras espécies.

Para compreendermos ainda a forma na qual a pesca é realizada, buscamos analisar as jornadas de trabalho dos pescadores. Vimos anteriormente que ser pescador e trabalhar por conta própria pode ser entendido como uma contradição. Ao mesmo tempo em que os pescadores não estão submetidos há um contrato por intermédio de patrão, há jornadas de trabalho, responsabilidades e deveres que precisam ser cumpridos pelos trabalhadores como forma de manter a sobrevivência e a reprodução da atividade. Devido ao fato de a renda dos pescadores ser composta pela produtividade, o tempo destinado à pesca precisa ser o suficiente para que atenda suas necessidades. Mesmo assim, ainda que estendam sua jornada de trabalho, a renda fica limitada pela falta de produção causada a partir dos danos ambientais.

Nesse sentido, podemos considerar que os pescadores possuem uma autonomia limitada em relação à carga horária e à quantidade de dias de trabalho. A não submissão a uma jornada de trabalho fixa, no entanto, não imuniza os pescadores de experimentarem as mudanças no mundo do trabalho a partir da impossibilidade de conseguirem, por meio da pesca, uma produção que atenda suas necessidades. Essa mudança vivida pelos pescadores é reflexo da expansão do capitalismo, materializada tanto na construção da Hidrelétrica de Itaipu, quanto na abertura do canal de navegação. Ambas as obras acarretaram mudanças nas relações de produção dos pescadores, tanto no que se refere aos meios de produção, já que necessitam de uma maior quantidade para a realização do trabalho, quanto à produção em si.

Nesse sentido, vemos que a exploração vivenciada na sociedade capitalista não está direcionada apenas nas relações que envolvem o trabalho assalariado e o capital. Os pescadores, por exemplo, estão submetidos a uma dinâmica capitalista que interfere de muitas formas na realização do trabalho na pesca. As interferências na pesca causadas pela expansão do capitalismo puderam ser identificadas durante o processo de pesquisa. Além daquelas que já mencionamos, relacionadas à falta de autonomia dos pescadores, a extensa

jornada de trabalho e a diminuição da produção, identificamos ainda as dificuldades de aquisição e manutenção dos instrumentos de trabalho para a realização do trabalho na pesca, as precárias condições de moradia e a falta de segurança no local onde residem devido às constantes práticas ilícitas na região do lago, como veremos.

Além de todos esses fatores, verificamos ainda que a jornada de trabalho está relacionada a alguns fatores que diferenciam o tempo de trabalho de cada pescador. O primeiro deles diz respeito à quantidade de produção que os pescadores necessitam tirar do rio a cada dia, como comentou Antônio:

Depende a produção. Doze horas. Eu vou pro rio na base de umas seis hora, (tarde) chego em casa na base de onze e meia, meia noite, cinco hora (manhã) já estou de pé de novo. Eu vou lá eu isco, eu corro lá mesmo (noite) e pego e venho embora. É, eu guardo o peixe né, deixo o peixe dentro do bote. No outro dia acordo cedo e corro de novo, aí eu trabalho dependendo o tanto que pega, né. Quanto mais pega mais demora voltar, hoje mesmo eu voltei era, era onze e quarenta hoje (manha)³¹⁴.

Por mais que Antônio atribua o tempo de trabalho à quantidade de produção, percebemos que sua jornada é árdua, compreendendo doze horas diárias. Isso, porém, não significa que ele trabalhe necessariamente todo esse tempo porque está havendo produção, mas para que ele consiga uma maior produção capaz de suprir suas necessidades.

Outro fator que interfere na jornada de trabalho está relacionado à quantidade de material de pesca o pescador possui, como comenta Alfeo ao descrever seu dia a dia na pesca:

Alfeo: Cinco da manhã. Clareou o dia você pode esquecer, a piranha comeu tudo. Se você for pescar de rede... você tá no barco ali agora, de tardezinha você vai armar elas. As rede, depois você vai revistar, precisa ser antes de clarear, a rede, né, porque piranha pega bastante mas ela tem medo de comer o peixe na rede, na rede assim ela não come, mas no espinhel, se você iscar espinhel você tem que correr antes de clarear o dia, a rede já não precisa. Então a gente é acostumado cinco hora da tarde, dependendo o montante de rede, o tanto de rede né, e arma, e no outro dia cedo, cinco hora da manhã levanta, toma um chimarrão e vai, né.

Cátia: Se for somar, dá quantas horas de trabalho no dia?

Alfeo: Até guardar o peixe no congelador umas cinco hora, é desde a hora que eu saio daqui, eu vou armo, revisto, limpo tudo, aí chega de manhã, umas cinco hora trabalhada, assim contando né, fica duas hora e meia pra armar e duas horas e meia pra limpar o peixe, e a rede depois, cinco hora trabalhada.

Cátia: E o senhor pesca com os dois?

Alfeo: Sim, se tá na chuva tem que se molhar, né, porque se você depender só de espinhel e se der piranha, se tiver lua, esqueça³¹⁵.

³¹⁴ Antônio.

³¹⁵ Alfeo.

Se relacionada a quantidade de horas trabalhadas por Antônio, podemos supor que Antônio possui mais materiais de pesca que Alfeo, porém, em sua fala, Alfeo contabilizou apenas o tempo em que está envolvido com o trabalho de pescar e limpar a produção, sem no entanto mencionar o tempo que gasta com os reparos em seus materiais de pesca, nem o tempo que procura por iscas. De qualquer forma, a fala de Alfeo demonstra que o trabalho na pesca é um trabalho que exige esforço e dedicação do pescador. Pode-se dizer que, fora as condições naturais, em grande medida, a obtenção de produção na pesca fica por conta da responsabilidade do pescador. Assim, a possibilidade de o pescador conseguir ou não sucesso com a pescaria está condicionado a uma série de deveres e de responsabilidades. Alguns podem ser notados na fala de Mauro, ao referir-se à sua jornada de trabalho:

Mauro: Eu trabalho três hora, não, duas hora e meia, tipo que nem hoje à tarde, e duas hora e pouquinho amanhã cedo, eu estou contando, por exemplo, depois que os espinhel tiver tudo prontinho, né, aí eu chego lá pra iscar. Aí eu vou levar o quê? Por corda uns quinze minuto, então na realidade eu chego em casa, dez onze hora da noite, mas na realidade eu não trabalho mais que duas hora e meia, três hora, na noite, daí no outro dia mais duas hora, daí limpa o peixe e trazer em casa.

Cátia: Mas daí esse trabalho é no rio?

Mauro: No rio.

Cátia: Mas em casa?

Mauro: Em casa por exemplo, eu tenho freezer em casa, então eu ponho o peixe, embalo ele e deposito, mas quando toca de colocar corda, aí tipo, quando é três hora eu estou encabando o anzol pra levar tudo pronto pra colocar no rio, porque a corda não tem como você chegar lá no rio e esticar corda e amarrar anzol, demora demais, então você já leva cem anzol na distância certa da linha, aí só estica corda vai colocando e iscando já. Mas pode colocar aí ó, quatro, cinco hora, por dia, cinco hora por dia³¹⁶.

Mauro contabiliza que trabalha cinco horas por dia, incluindo o tempo que leva para arrumar e organizar seus materiais de pesca. Essa diferença na jornada de trabalho de cada pescador deve-se ainda à distância percorrida por cada pescador de sua casa até o rio e ao local onde costuma realizar seu trabalho. No caso de Mauro, por exemplo, a distância percorrida por ele não ocupa muito tempo devido ao fato de residir próximo ao seu local de trabalho. Já outros pescadores disseram que, mesmo residindo nos pontos de pesca, o trabalho exige deles grande dedicação. É um trabalho que os ocupa praticamente todo o dia. Um desses pescadores foi Roberto:

Essa batalha começa cinco horas da manha, cinco e vinte, cinco e meia, nós vamos pro rio bater corda, bater rede, limpar peixe. Daí chega, põe no congelador, de tarde volta iscar de novo e vai.... Na realidade nós pesca quase o

³¹⁶ Mauro.

dia inteiro, porque sempre tá arrumando uma corda, uma rede, pesca o dia inteiro. É, corda de espinhel mesmo, tem que bater três vezes ao dia, cedo, meio dia e à tarde, três vezes, praticamente o dia inteiro mesmo. Eu trago as rede pra arrumar aqui em cima né, porque estraga muito, entranhando rede. Pra definir o horário assim é difícil, porque de um dia pro outro muda, né, o serviço. Quando pega mais, vem mais tarde do rio, quando pega menos, vem mais cedo.³¹⁷

A diferença no tempo de trabalho dos pescadores ainda está relacionada à quantidade de vezes que os pescadores realizam o trabalho de iscar e recolher os peixes. No caso de Roberto, ele diz realizar esse trabalho com a corda de espinhel três vezes ao dia, por isso se refere ao trabalho como uma batalha, expressando que o trabalho na pesca exige dele grande esforço e dedicação. Já outros pescadores recolhem os peixes apenas uma vez por dia. Isso revela que a jornada de trabalho é distinta para cada pescador e está relacionada à necessidade de cada um a partir da insistência de conseguirem uma melhor produção. Como Roberto, Cleomar que também reside no ponto de pesca, cita que a jornada de trabalho é longa, e o envolve todo o dia:

Cleomar: Eu vou pro rio, eu acordo cinco horas e vou seis hora pro rio, aí até umas nove hora, dez hora, já tá terminando de limpar o peixe, aí já tem que guardar o peixe, mexer com uma traia de novo. Agente pesca com espinhel, anzol né e rede, então sempre precisa tá remendando uma rede, se ocupa o dia todo mexendo com isso aí, né. Porque quando cê não tá lá no rio pescando, cê tá arrumando uma traia, organizando, arrumando os anzol, sempre a gente tá envolvido, isca, então não tem muita folga, né.

Cátia: Então não tem como contabilizar?

Cleomar: Não, não, não, a gente trabalha muito ³¹⁸.

No geral, a maioria dos pescadores apontou para uma jornada de trabalho entre oito a doze horas. Alvino, por exemplo, contabiliza desde o trabalho no rio, até as atividades que precisa cumprir para realizar o trabalho na pesca. Segundo ele: “Oito horas, tudo junto, pescar, limpar a rede, arrumar, todo dia, todo dia. Todo dia tem que ponhar, no outro dia recolhe, põe de novo à tarde e...”³¹⁹.

Já alguns pescadores, ao falarem sobre sua jornada de trabalho, evidenciaram a diferença do trabalho exercido na pesca com o trabalho que realizava quando trabalhava de empregado. Um desses pescadores é Ari, que, ao fazer isso, permitiu identificar uma vantagem que para ele possui o fato de ser pescador:

³¹⁷ Roberto e Luzia.

³¹⁸ Entrevista com Cleomar, em 4 de junho de 2011.

³¹⁹ Alvino.

Ari: Eu vou à tarde e no outro dia cedo né, é invertido né, quando eu trabalhava de empregado eu começava cedo e parava de tarde, né, no rio não, começa à tarde e para de manhã.

Cátia: Dá quantas horas?

Ari: É a base de umas onze hora, dez hora, é a noite, né, que vai correr corda tudo, é a noite, que a gente isca, fica no rio, aí de noite corre, depois vai cedo de novo, aí vem embora, aí só de tarde na volta³²⁰.

Embora não mencione, Ari contabiliza todo o tempo que está envolvido com a atividade, desde seu trabalho no rio até o tempo em que realiza reparos em seus materiais de pesca. Observamos que Ari percebe como positivo o fato de na pesca ele não precisar trabalhar de forma constante como era quando trabalhava de empregado. O próprio fato de Ari comparar os serviços permite essa compreensão. Embora sua jornada na pesca possa ser até maior daquela que realizava como empregado, quando relata os momentos em que precisa ir pescar, Ari vê isso como algo positivo, principalmente quando diz “aí só de tarde na volta”. Embora Ari possa decidir seu horário de trabalho, isso não significa, porém, que trabalhe menos, pois seu ritmo de trabalho está condicionado às suas necessidades.

Já Maria Aparecida fez questão de detalhar todas as suas atividades, que, somadas, dão em média uma jornada de aproximadamente onze a doze horas:

Maria Aparecida: Vamos começar agora a pesca. Primeiro quando tiver quase de manhã eu vou lá (rio) com você e vou ponhar o quê? A corda pra espinhel,

Cátia: Isso bem cedinho?

Maria Aparecida: Isso de manhã, agora eu vou arrumar minha traia.

Cátia: Que horas mais ou menos?

Maria Aparecida: Ah, agora, essa hora mais ou menos, (13:30 h) vou começar arrumar minha traia, eu num vou pescar agora, só vou arrumar a traia, eu vou arrumar a rede no barco, vou deixar tudo arrumadinho. Aí vou arrumar o espinhel, as coisa tudinho, vou ponhar os anzol, aí lá pras três, quatro hora da tarde aí eu vou (rio). Aí já vai pra atividade da pesca, aí eu vou pra pescar, você sabe o quê que é? Aí eu vou pra iscar as corda tudinho que tem, ponhar a isca no anzol, esticar as rede todinha, armar elas no ponto, achar os ponto delas, ponhar elas tudinha, aí eu acabo lá pelas seis, sete horas da noite eu acabo, esse serviço, aí venho pra casa. Aí vou jantar, ficar em casa, aí vou dormir. No outro dia, cinco horas da manhã, cinco horas, cinco e meia por aí (na lua clara tem que ir mais cedo, senão você chega lá você não acha peixe nenhum), que aí você vai lá pra tirar pra ver na água, pra tirar os peixe, aí vamo correr os espinhel, tirar os espinhel, os peixe que tá lá, já isca os espinhel, que você deixa iscado, você vem limpar os peixe. Aí você tem que sentar e limpar os peixe todinho, limpar e separar eles, cada um tem o seu lugar pra você ponhar nos freezer pra não ficar embolado né. Aí você vem, aí você almoça, descansa ali um pouquinho, já se tiver alguma coisa pra fazer no rio de novo você já tem que ir de novo pro rio. A vida do pescador parece, é fácil, mas não é uma vida fácil porque é uma vida trabalhada. E outra, você tem que ir lá arrumar uma corda, você tem que ir lá soltar uma moita, ponhar outra corda e, daí é assim, você tem que aproveitar o tempo, se você deixar passar o tempo cê não faz nada, passa o dia e não faz nada. Aí depois que tiver tudo organizado lá na água certinho, aí é mais fácil, aí

³²⁰ Entrevista com Ari, em 12 de março de 2011.

“você só vai pra iscar, aí você vem em casa limpar seus peixinho, faz o que tem que fazer ali, tece alguma rede, sempre estraga algumas rede, rasga, essas coisa, aí conserta ela, né, aí de tarde volta de novo, depois você vai catar uma isca, vai arrumar uma isca, aí de tarde acabou, é isso aí. Aí de manhã de novo, a vida é essa.

Cátia: Se for somar quantas horas dá no dia? Dá umas 12 horas?

Maria Aparecida: Ahan. Porque você é direto no rio. Vou cinco hora, oito, oito, nove hora, tem dia até nove hora, nove e meia eu não acabei ainda.

Cátia: Então, são quatro horas e meia pela manhã...

Maria Aparecida: À tarde eu volto, você vai sair de casa umas quatro horas, quatro e meia. Aí você vai, volta umas sete.

Cátia: São mais três horas. Dá oito horas, fora o tempo em que a senhora se ocupa com os concertos, arrumar isca, etc.

Maria Aparecida: Ahan³²¹.

A fala de Maria demonstra como os pescadores, apesar de possuírem certa autonomia quanto ao seu horário de trabalho, eles também sofrem os limites da disciplina capitalista. Ao dizer “você tem que aproveitar o tempo, se você deixar passar o tempo cê não faz nada, passa o dia e não faz nada”, Maria expressa como os pescadores estão condicionados a cumprir um horário de trabalho o suficiente para que atendam suas necessidades.

Pelos relatos da maioria dos entrevistados, o dia de trabalho começa às cinco da manhã, quando fazem a primeira refeição do dia e se arrumam para começar a jornada de trabalho. Normalmente às seis da manhã ou um pouco antes eles já estão no rio para realizar a coleta das redes e espinhéis que armaram no dia anterior e dos peixes que conseguiram naquele dia. O tempo desse trabalho, como já mencionado anteriormente, dura conforme o trabalho de cada pescador e as suas necessidades, mas em média os pescadores ficam no rio até por volta das dez horas da manhã. Saindo do rio, eles iniciam o trabalho de limpeza do pescado até o horário de almoço, por volta do meio-dia.

À tarde eles se ocupam com o trabalho de limpeza das redes, a busca de iscas e reparos nas redes e espinhéis. Por volta das quatro horas da tarde, os pescadores retornam ao rio para novamente lançarem a rede no rio, e fixarem as cordas de espinhel. O tempo de realização desse trabalho depende de cada pescador, mas em média possui uma duração de quatro horas, possibilitando o retorno dos pescadores por volta das oito horas da noite. Todo esse percurso, se for contabilizado desde quando o pescador inicia o trabalho às seis da manhã até às dez, quando guardam o pescado e almoçam, e depois das treze horas, quando iniciam a preparação do material, vão ao rio e voltam até término do trabalho, por volta das oito horas da noite, tem uma duração média de 11 a 12 horas no dia. Esse tempo

³²¹ Maria Aparecida.

leva em consideração o momento em que eles não estão no rio, mas estão envolvidos da mesma forma com a atividade através da preparação do material a ser utilizado todos os dias.

Vimos, porém, pelas entrevistas, que a jornada de trabalho na pesca dependem de cada pescador a partir da necessidade que cada um possui. Todos os pescadores disseram ser a pesca um trabalho difícil, pesado, que requer esforço e dedicação. Isso pode ser explicado pelo fato de que a possibilidade de obter um maior ganho está nas mãos dos próprios trabalhadores, desde que trabalhem mais. Essa forma de trabalho não é exercida apenas pelos pescadores, mas por todos os trabalhadores por conta própria ou que estão submetidos a um ritmo de trabalhos condicionado por meta. Assim, ganham a partir da produtividade, no entanto, no caso dos pescadores, podemos afirmar que existe uma diferença, a de que ainda sofrem a limitação em relação à produção. Devido à diminuição da pesca e por não conseguirem uma produção suficiente que atenda as suas necessidades, os trabalhadores se veem forçados a insistirem e a trabalharem ainda mais. O caso de Roberto e Cleomar demonstra essa tentativa, ao realizarem o trabalho na pesca diversas vezes no dia. Outra opção é recorrerem a outras atividades de ganho, como veremos.

3.2 Dificuldades e Melhorias na Pesca

Nesse contexto de mudanças vividas pelos pescadores, quando perguntamos quais eram as maiores dificuldades enfrentadas por eles na realização do trabalho na pesca, apontaram para algumas questões ligadas às condições naturais que a precisam ficar expostos e à escassez de condições possibilitadas com a pesca. Roberto comenta que:

É mais o tempo, né, quando tá ventando igual assim, igual tá hoje, quando tá ventando, chovendo, frio. Dificuldade assim de tá arrumando barco, que quebra muito aqui no nosso porto, teve ali, se der um vento quebra um barco inteirinho, tem que ficar correndo, tirar pra fora, mais isso aí mesmo³²².

A falta de condições dos pescadores pode ser percebida quando procuramos pelos pescadores em suas casas na cidade, ou nos pontos de pesca, principalmente no que diz respeito a suas moradias. Como vimos no capítulo anterior, os pescadores não contam com nenhum recurso para a construção de suas casas, ao contrário do divulgado pela imprensa.

³²² Roberto e Luzia.

Tanto na cidade quanto na área rural, em sua maioria, as construções são pequenas e de madeira. Mesmo as que são de alvenaria, não apresentam boas condições. Pelos relatos dos pescadores, foi com muito sacrifício que conseguiram construir suas casas, muitas delas com recursos do seguro desemprego ou da própria pesca. Nesse sentido, Roberto menciona uma dificuldade enfrentada não só por ele, mas por boa parte dos pescadores que residem nos pontos de pesca, a falta de um local adequado para que guardem seus barcos. Ao mencionar esse problema, Roberto deixa transparecer a falta de condições dos pescadores. Outra dificuldade mencionada por Maria Aparecida está relacionada aos riscos de perda não só dos instrumentos de trabalho, mas a impossibilidade de ganharem quando há mau tempo:

O dia que tá ruim você não vai no rio, então aquele dia você pode considerar perdido, né, você num ganhou nada e se for é só sofrimento. E muitas vez você gasta seu combustível, vamos supor hoje eu vou lá, eu isco a traia, amanhã faz um vento uma coisa ou outra eu não posso ir lá, então perdi tudo, porque deixo iscado os outro peixe que vai lá come, né, então aquilo você vai e você não tira, o lucro você não tira. Então as dificuldade é isso daí³²³.

Embora Maria Aparecida se refira aos riscos de perda relacionando-os ao mau tempo, a incerteza de ganho ou ao tempo de uso dos materiais na pesca é constante. A diferença está que, quando há mau tempo, os pescadores ficam impossibilitados de irem ao rio. Além dessas questões, a falta de produção também foi evidenciada por Teresa, como uma das dificuldades enfrentadas pelos pescadores: “Ah, tem vez que nós, já teve semana aqui que nós não tirou nem um quilo. E tem os gastos mesma coisa, que daí vai óleo, você gasta pro motor, né, você gasta isso daí, aí muitas vez tem que comprar isca”³²⁴.

Pelas falas, vemos que o trabalho na pesca é caracterizado por incertezas. Dessa forma, investir no trabalho da pesca é um risco que os pescadores precisam correr sem a garantia de que irão conseguir sustentar-se. Mesmo assim, Antônio menciona que só conseguem ainda sobreviver da pesca aqueles que, com melhores condições, arriscam seus recursos e adquirem uma maior quantidade de material de pesca:

Bom, bom mesmo de peixe não tá, não adianta falar, que pra mim pegar uns peixe mais ou menos aí, se o cara for lá com três, quatro corda, não consegue arrancar nem o dinheiro da isca. Então você tem que pôr nove a dez corda pra poder ganhar uns troquinho, senão não ganha nada não, só perde tempo. E tem dia que você vai também e não tira nem, nem o da isca³²⁵.

³²³ Maria Aparecida.

³²⁴ Teresa.

³²⁵ Antônio.

Ocorre, no entanto, que a ampliação da quantidade de material de pesca se traduz em uma extensão da jornada de trabalho. Como o trabalho na pesca não está dissociado das questões naturais, as dificuldades na pesca apontadas pelos pescadores também se apresentaram relacionadas às suas consequências para a saúde dos pescadores:

Nós nessa época agora (junho), essa é a época mais difícil pra nós porque tem muita maré, venta demais, muita maré, muito ruim pra trabalho é, cerração, né, é umas época muito difícil. O pescador quando ele chega, sessenta, sessenta e poucos anos ele já tá tudo arrebentado, surdo, com problema na coluna, essa corda grossa de canal aí ó, de dez em dez anzol tem uma pedra de um quilo né, então pra você vê, pra atravessar uma corda no canal aí ó ele vai dá mais de trezentos quilos de peso né, então isso aí acaba com o... porque cada dez anzol tem uma pedra assim né, então aquilo ali tá ó... tem dia que você não agüenta de dor assim nem... rim tudo regaçado, né, então o trem é complicado, muito pesado. É friagem demais, né, é direto o ouvido tá, tá, vasando, num sei se você tem isso também? (perguntou a Roberto). E a pescaria a gente não para porque uma que a gente num tem outra profissão e outra também que a gente gosta também de pescar, né, e tem época difícil que nem nós passa umas época assim que nós num consegue tirar peixe pra nós sobreviver, tem, esses dia pra trás aí eu tava pegando dois, três quilo de peixe, agora estamos pegando bem, de duas semana pra cá, mais teve dias aí de nós num tirar, num tirar duzentos reais por mês. Não, tem época aí que nós não consegue tirar tudo as despesa sabe, não consegue³²⁶.

A fala de Cleomar demonstra as dificuldades de exercer o trabalho na pesca com a intensidade que é exigida atualmente devido aos problemas adquiridos com a profissão. Quando, no entanto, se refere aos problemas enfrentados na pesca, não menciona intenção em deixá-la, mesmo reconhecendo as dificuldades enfrentadas para garantir a sua sobrevivência com o trabalho na pesca.

Na fala de Cleomar, como também na de outros pescadores entrevistados, foi possível perceber a referência de que em algumas épocas do ano a pesca proporciona uma maior produção. Entretanto, há períodos em que a produção é pequena. Tal sazonalidade gera complicações para os pescadores nos períodos em que há pouca produção, principalmente aqueles que dependem unicamente da pesca para manter a sobrevivência. Como apontado por Cleomar, há épocas em que os pescadores não conseguem cobrir todas as suas despesas com a pesca. Nesse sentido, questionei o que eles fazem quando isso acontece. Segundo ele:

Sabe o quê que nós faz? Nós fica devendo nos mercado, né, tem pessoas que vende o seguro, ele chega no mercado, ele empenhora o seguro desemprego dele pra ele pagar, quando chega a época do seguro ele entrega o cartão lá pra poder o dono do mercado receber, né, porque, num é falando mal da nossa profissão, acontece que tem época boa, né, mais tem época ruim também, né, e outra nós

³²⁶ Cleomar.

temo o rio aqui internacional ele num é só do Brasil , porque se é dos dois lado do Brasil então nós tem acesso melhor³²⁷.

Quando Cleomar menciona que os pescadores entregam aos donos de mercado “o cartão”, ele se refere ao cartão cidadão, o qual possibilita aos pescadores o recebimento do seguro desemprego na época da piracema. O fato de passar o cartão para as mãos dos donos de mercado serve como garantia a estes últimos de que irão receber aquilo que foi gasto pelos pescadores. Essa ação demonstra a falta de condições vivenciadas pelos pescadores nos períodos em que a pesca é fraca. Quando isso ocorre, os pescadores não possuem condições nem mesmo de manter a documentação que lhes permite pescar do lado paraguaio. Em relação a isso, Cleomar explica que:

Cleomar: Na verdade eu pesco mais do outro lado, né, pro lado de cá quase num tem peixe. Você sabe o quê? Do lado de lá é mata nativa, é pouca mata mais só que é mata nativa, então com isso aí lá tem fruta. Isso aqui é uma mata plantada, então aqui, aqui você pode ver que num tem um pé de fruta. Lá não, lá tem tudo quanto é tipo de fruta nativa, então ela cai na água é alimento pra peixe né.

Cleomar: Nós aqui ó tem época que nós não pode entrar no Paraguai porque nós não tem condições de fazer o documento de lá, né, aí nós fica dividido, nós fica pra cá, se nós for pescar só pro lado de cá, as vaga nossa não dá, porque cada, cada cinco quilômetro aqui é um porto. Você foi no porto de baixo ali?

Catia: Não, ali ainda não.

Cleomar: Ali dá trezentos metros, aqui tem um porto né, um aqui né. Aqui há mil metro pra cima tem outro porto, aqui se o Paraguai fechar a pesca do lado de lá completamente nós podemos pegar a mala e ir embora, porque nós se espalha, porque nós pesca do lado de lá, alguns pra cá, então, se espalha né, mais se for pra fechar lá e nós ficar só pro lado de cá nós num temos espaço, não temos espaço. Porque pra você ver, ali tem o porto do Lair, tem o porto aqui, são três ou quatro porto dentro de dois quilômetro, três quilômetro. É muita gente, nós somo... Então se for pra cada um, só a metade do rio pra cá nós num consegue sobreviver³²⁸.

A procura pela pesca do lado paraguaio, além de possibilitar aos pescadores uma melhor quantia de peixes, resolve o problema de espaço ocupado pelos pescadores para a realização de seu trabalho, porém o problema está na licença exigida para que os pescadores possam trabalhar do lado internacional. Segundo Cleomar, não é sempre que os pescadores conseguem manter a documentação em dia para que, desta forma, não tenham problemas em praticar a pesca. Embora o valor que precisa ser pago pela documentação não seja alto (dez reais por mês) há períodos em que os pescadores não conseguem pagá-lo. Alguns pescadores adiantam alguns meses para não precisarem ir ao Paraguai todo o mês pagar pela licença. Outros precisam ir como maior frequência renovar a documentação, como comenta Cleomar: “Eu fiz por oito mês, né, aí um faz por um ano,

³²⁷ Cleomar

³²⁸ Idem.

faz por dois mês, né, mais todo mundo tem que ter esse documento porque se não tiver em dias e pegar lá eles pode prender, né, e levar o barco pra cima”³²⁹.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos pescadores, tentamos mapear algumas melhorias conseguidas por eles nos últimos tempos. Dentre as melhorias mencionadas está a regularização dos pontos de pesca pela Itaipu e o direito da carteira de pesca às mulheres de pescadores e aos integrantes da família que desempenham alguma atividade vinculada à pesca, juntamente com o benefício do seguro desemprego. Quanto a esse benefício, os pescadores o atribuem a uma conquista da colônia, como observa Maria Aparecida, que possui sua carteira de pescadora há seis anos, mas desde 1984 ajuda seu marido na atividade da pesca:

Agora depois que eles... o Zé Cirineu lutou pra mulher do pescador ter direito, foi uma reivindicação do Zé Cirineu porque ele conseguiu isso pra nós mulher, porque nós em tudo tá fazendo parte da pesca, no trabalho da pesca, nós lava uma roupa, nós limpa o peixe, nós tece rede, em tudo nós tá, de tudo jeito nós tá no trabalho também. Daí ele falou: Por que não a mulher não ter a carteira dela? Porque é um benefício para nós também. E ajuda, né, que numa hora que a gente precisa a gente tem no que se aposentar, no que... porque ultimamente se a gente fosse se aposentar ia se aposentar com quê? A mulher de primeiro não tinha isso aí, dava conta lá de trabalhar e não tinha benefício. E agora nós tem e o seguro também, que é um benefício também³³⁰.

Por meio da colônia, as mulheres e integrantes de famílias de pescadores passaram a receber o seguro desemprego a partir de 2000. A luta dos pescadores por meio da colônia para alcançar essa conquista se deve ao fato de que a pesca é uma atividade que, em alguns casos, envolve a participação de mais de uma pessoa na família. Durante a pesquisa houve casos que demonstraram a participação familiar na pesca, como demonstra Maria Aparecida. Já em outros casos, devido ao fato de a pesca se apresentar insuficiente para a sobrevivência, identificamos famílias em que seus integrantes estão exercendo outros tipos de trabalho fora da pesca como forma de complementar a renda. De qualquer forma, segundo Maria, a quantidade de serviços relacionados à pesca consistiu em um forte elemento para que fosse possível o registro das mulheres de pescadores e todos os integrantes da família que desempenham alguma função na pesca. Todavia, um dos motivos para que houvesse o aumento do número de pescadores associados à colônia deve-se a esse fato. Não é possível afirmar, porém, se todas as pessoas registradas a partir de 2000 praticam de fato o trabalho na pesca.

³²⁹ Cleomar.

³³⁰ Maria Aparecida.

Quanto a isso, em alguns casos a participação da família merece destaque na atividade da pesca. Tal participação contribui para a divisão das atividades que precisam ser cumpridas. Cabe, porém, problematizar que, se a pesca é organizada com a participação familiar, a produção do pescado precisa ser o suficiente para o sustento da família e para a reprodução da atividade, mas devido à diminuição da pesca e pela sazonalidade que marca a pesca no Rio Paraná, podemos afirmar que nem sempre isso acontece.

No mais, quando perguntados sobre alguma outra melhoria, vários pescadores apontaram para aquilo que, para eles, seriam melhorias, mas que, no entanto, ainda não foram materializadas, como comenta Alvino:

Olha a melhoria que eles deram pra ajudar nós é a, pra colocar água pra nós, só que nós tá esperando a água até hoje, é o projeto dela, e ela tá não, não. Na verdade, ela tá ajudando, sim, é no frigorífico, né, mas tá parado, o frigorífico tá lá, então ajudou, sim, mas o benefício que eu preciso, que eu preciso que foi garantido que ia puxar, puxar água pra nós, nós tá esperando. Então esse é o benefício que, que ainda tô esperando ainda e vamos ver, de repente chega, esse ano chega água, se não chegar...³³¹

Alvino, quando se refere ao projeto do frigorífico e à água encanada nos pontos de pesca, atribui isso à Itaipu. Ao dizer que está “esperando”, Alvino demonstra certa esperança de que essas melhorias possam acontecer, porém tais melhorias fazem parte dos projetos criados pela Itaipu, articulados e voltados a uma dinâmica industrial que agregue valor à matéria-prima, como foi discutido no segundo capítulo. Tendo em vista que um desses projetos, o tanque-rede, não deu certo entre os pescadores, há a hipótese de que os demais projetos mencionados por Alvino não sejam materializados.

Outros ainda veem como melhoria apenas a época em que aumenta o volume de peixes, porém esse período, segundo Ari, é quando a pesca fecha em novembro: “A melhoria é que quando tá pra fechar. A pesca tá bom de peixe, mais aí tem que parar”³³².

Diante das condições de vida e de trabalho dos pescadores ainda é preciso considerar um dos principais riscos para a prática da profissão, a atividade do contrabando. Em alguns casos, quando perguntados sobre a interferência do contrabando no trabalho da pesca, os pescadores preferiram afirmar que tal atividade não atrapalha seu trabalho, como afirmou Ari: “Num atrapalha porque nós num tem nada a ver com aquilo lá, né, polícia não vem em cima de nós, vai em cima deles”³³³. Mesmo afirmando que a atividade do contrabando não atrapalha a realização de seu trabalho, insisti com Ari sobre a questão de

³³¹ Alvino.

³³² Ari.

³³³ Ari.

segurança para os pescadores. Segundo ele: “Não, não tem, porque a polícia sempre tá na água, né, o perigo à noite é passar em cima da gente, né, que às vez a gente tá lá no escuro lá, quando vê tá em cima, esse que é o perigo, só, mas pra mim não tem nada, não, a polícia tá lá, a obrigação é da polícia pegar, né”³³⁴.

Nota-se, na fala de Ari, um receio em reconhecer que a atividade do contrabando interfere no trabalho da pesca, principalmente no que se refere à segurança. Embora reconheça que existe a possibilidade de ocorrer acidentes entre os contrabandistas e pescadores, qualquer outra forma de insegurança possível de ocorrer, como, por exemplo, alguma forma de confronto com a polícia e contrabandistas, fica excluída, atribuindo à polícia a segurança dos pescadores.

Como Ari, Mauro também respondeu: “Olha na realidade não tem não, porque nós pescador, nós foca a pesca, aí quem tá vindo, tá indo, deixando de vim, nós num... sabe, nem olhar nós olha, na verdade, porque contrabandista pra um lado, pescador pro outro e não se mistura”³³⁵.

Na fala de Mauro, nota-se uma tentativa de ele afirmar-se enquanto pescador. Isso porque, para Mauro, o fato de lhe perguntar sobre o contrabando, pode ter sido interpretado por ele como uma desconfiança se seria ou não pescador. Dessa forma, tratou de defender-se enquanto pescador. Insisti, porém, perguntando-lhe sobre os possíveis riscos que os pescadores correm estando no lago, pois, ao contrário do que apontou Mauro, é difícil não ver ou fingir a inexistência da prática do contrabando, ao mesmo tempo em que tal atividade é realizada no mesmo espaço de trabalho dos pescadores. Quanto a isso Mauro então responde:

Mauro: Corre, corre perigo sim, porque na realidade não passou muito tempo aí, eu o Ari, o Vito e a Marlene, a federal de Foz do Iguaçu, atirou num cara dentro da pauleira paraguaia e eu pensei na realidade que tinham matado o Ari, você vê como é que é, isso era seis hora da manhã. E o cara não tinha nada, tava com o barco limpinho, e a federal atirando.

Cátia: Ele era pescador?

Mauro: Ele é pescador, só que ele não tava pescando não, ele tava subindo rio acima né, na tamanca, daí...

Cátia: Foi confundido?

Mauro: Foi confundido, como um contrabandista, mas não era. A questão é tipo assim, se for pra analisar, o medo que o pescador tem é um confronto, entre polícia e contrabandista, e o pescador ta lá no meio trabalhando e daí acontecer isso daí, é só isso porque ... agora sobre polícia, a polícia não enche o saco de pescador nenhum, e nem contrabandista³³⁶.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Mauro.

³³⁶ Mauro.

Ao admitir a falta de segurança e relembrar de uma situação presenciada por ele e seus companheiros de pesca, Mauro permite o levantamento de algumas hipóteses: segundo Mauro a pessoa morta pelos policiais era um pescador, e isso permite a compreensão de que tanto Mauro quanto seus outros companheiros poderiam ter sido vítimas. Por outro lado, sua fala ainda levanta a hipótese de que a pessoa morta pelos policiais poderia estar envolvida com o contrabando, embora Mauro afirme que era um pescador. Mesmo assim, tal fato demonstra a insegurança presente no lago, onde qualquer pessoa pode ser confundida, como o próprio Mauro apontou.

Outro pescador a explicar sobre o perigo em ser confundido com contrabandistas foi Davi. Sua fala permite a compreensão de que o tratamento dado por policiais a contrabandistas e pescadores pode ser o mesmo caso ocorra um possível confronto, pois a polícia não irá fazer questão de saber quem é pescador e quem é contrabandista:

Davi: Atrapalha, atrapalha porque pense bem, se você tá no lago aí pescando você não sabe o que pode acontecer no lago aí, né. Segurança, você não tem segurança, você tá ... não talvez contra as pessoa que trabalha no lago, mais você vai... vai que, que os cara se tromba aí com polícia aí no lago, não vai saber se você, se você é pescador, você não vai ... se morrer aí... volta e meia você é abordado no rio aí pra... os cara correndo atrás, revirando barco da gente pra ver se não tem as coisa, pra ver se não tem...

Cátia: Acontece?

Acontece, a rede, às vez tá com rede no barco, eles revira tudo o barco da gente aí, pra ver, pra ver se não tem, não tem nada de errado, né, graças a deus nunca tem porque a gente não mexe com isso, né, mas sempre eles tão pegando pescador aí, dando batida. Essa questão de segurança até nesse rio aí você tá arriscando, né³³⁷.

Outra interferência apontada por Davi em relação ao trabalho dos pescadores diz respeito à desconfiança por parte da polícia em relação aos pescadores. Nesse sentido, percebemos que o trabalho na pesca exige dos pescadores o enfrentamento de diversas dificuldades. Algumas estão relacionadas ao próprio trabalho, como a necessidade de cumprimento de uma maior jornada que lhes dê a possibilidade de maior ganho, e a falta de recursos para a reprodução da atividade e da própria sobrevivência. Outras se devem às condições naturais às quais estão submetidos, ao medo e à falta de segurança no exercício da profissão devido à constante prática do contrabando no lago de Itaipu.

3.3 Condições de Vida dos Pescadores: estratégias de sobrevivência

³³⁷ Entrevista com Davi, em 5 de março de 2011.

Como a pesca não possibilita a garantia de sobrevivência de muitos pescadores, eles precisam desenvolver outras atividades de ganho como forma de complementar suas rendas. Já os que afirmam sobreviver apenas com a pesca, esses são obrigados cumprir uma extensa jornada de trabalho sem a certeza de retorno dos recursos que investem em seus instrumentos de trabalho. Dessa forma, vivem a insegurança de não conseguir até mesmo o necessário para o próprio sustento.

Noutra pesquisa³³⁸ foi possível identificar a existência de outras atividades de ganho sendo desenvolvidas pelos pescadores como forma de complementarem suas rendas, como no trabalho de servente de pedreiro, apicultor e serviços por dia no campo. Para muitos pescadores entrevistados em 2009 reconhecer que conciliavam outras atividades de ganho com a pesca não era uma situação facilmente admitida. Essa questão pode ser entendida como uma descaracterização da condição profissional de pescador, sob pena de perderem a carteira de pesca e alguns direitos caso sejam descobertos, como o seguro desemprego e a possibilidade de se aposentarem na pesca.

Naquele período a maioria dos pescadores entrevistados apontou para as dificuldades de sobreviverem apenas da pesca e reconheceram precisar desenvolver outras atividades. Já aqueles que afirmaram sobreviver apenas da pesca, embora não avaliando a pescaria como boa, e reconhecendo a diminuição da atividade em decorrência dos danos ambientais, assumiram como justificativa uma posição de conformismo com a situação que estavam vivenciando, como Ingo Grabner, uma vez que para ele “não dá pra reclamar”³³⁹.

Já para José Lair, ao dizer “dá pro cara sobreviver... agora viver mesmo não dá não, dá pra sobreviver”³⁴⁰, demonstrou determinada privação em relação ao que a pesca proporciona. Na concepção de Lair, o fato de viver de determinada atividade era poder usufruir daquilo que com a pesca ele não consegue. Por isso dá para sobreviver, o que para ele é “comer uma comidinha aí, ropinha”, ou seja, viver para ele seria diferente, seria poder ter acesso a outras coisas possíveis apenas àqueles que possuem melhores condições.

Durante as entrevistas, procurei investigar sobre outras atividades realizadas, e questioná-los sobre a avaliação que fazem em relação à pesca como único meio de sobrevivência. Para muitos pescadores entrevistados em 2011, o fato de admitir que

³³⁸ SANFELICE, Cátia Franciele. “A Natureza do rio virou... Não é mais a natureza do rio é a natureza dos homens”: Cotidiano e Sobrevivência dos Pescadores de Guaira (1970-2009). TCC da especialização História, Ensino e Pesquisa, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2009.

³³⁹ Entrevista com Ingo Grabner, em 18 de abril de 2009. Atualmente Ingo encontra-se aposentado, deixou a pesca, e passou a trabalhar como cortador de lenha.

³⁴⁰ Entrevista com José Lair, em 18 de abril de 2009. José continua atualmente como pescador.

desenvolvem outra atividade de ganho e falar sobre isso também não foi algo facilmente aceito. Mesmo avaliando a pesca como uma atividade que não vem possibilitando recursos suficientes à sobrevivência, muitos dos pescadores entrevistados em 2011 reconheceram a necessidade de precisarem desenvolver outras atividades, sem, no entanto, eles próprios admitirem que realizam. O desenvolvimento de outras atividades é sempre remetida a pessoa do outro. Isso em certa medida, pode ser compreendido pelo receio de serem descobertos, e sofrerem consequências como a perda da carteira de pescador, perda ao acesso ao seguro desemprego e perda da possibilidade de aposentar-se na profissão.

O receio ainda em admitir outras atividades se dá também pelo fato de que, em alguns casos, a outra atividade desenvolvida está vinculada a uma atividade que vem sendo, nos últimos tempos, bastante praticada na região, que é o contrabando de mercadorias. Embora as questões relacionadas à atividade ilícita não apareçam de forma clara na fala dos pescadores, é possível perceber que fazem referência a ela.

Durante a entrevista com o pescador João, por exemplo, quando lhe perguntei sobre a avaliação que faz da pesca e se, em sua opinião, ela vem possibilitando a sobrevivência dos pescadores, ele diz:

Não, não sobrevive, só que não pode falar... eu, sim, mas eu falo porque ... eu sobrevivo. Eu dei uma entrevista esses dia atrás aí, eu falei... com a turma que vem fazer entrevista aqui da universidade, eu dei entrevista, não sobrevive, os pescador não tem condições de sobreviver. Eu falo que eu sobrevivo porque eu investi muito, eu tenho muito investimento na pesca, então quando um não dá, a corda, não dá, o espinhel dá, é desse jeito, eu tenho ceva também, não vê? Lá ó, então eu tenho meu trabalho, na rede também, ainda eu tenho, mais não sobrevive não. Eu dei entrevista, o pessoal da federal mesmo, vieram fazer entrevista comigo, não, não sobrevive não³⁴¹.

Quando realizei a entrevista com João não tinha conhecimento de que o ponto de pesca onde reside vem servindo de porto onde são praticadas atividades ilícitas. Através de conversas informais com moradores daquela localidade obtive, porém, a informação de que é recorrente tal prática naquele ponto de pesca, e de que há um possível envolvimento de algumas, senão de todas as pessoas que lá residem. Tais informações são, porém, hipóteses levantadas pelos moradores, sem, no entanto, terem sido elementos de investigação mais a fundo, até porque não foi objetivo da pesquisa realizar um trabalho sobre o contrabando na cidade. Dessa forma, a prioridade durante a realização das entrevistas era identificar outras possíveis atividades desenvolvidas pelos pescadores.

³⁴¹ Entrevista com João, em 13 de agosto de 2011. Embora o pescador tivesse autorizado utilizar seu nome verdadeiro, preferi referir o pescador por meio de um nome fictício para manter sua privacidade.

Assim o que constatamos em algumas entrevistas é que, ao insistir sobre a questão do contrabando, alguns pescadores se referiram a ele de forma irônica, como foi o caso de João.

Embora não seja algo admitido, há a hipótese de que muitos pescadores estejam infiltrados na prática do contrabando como único meio de sobrevivência ou conciliando-o com a pesca. Esse é o caso da pescadora Maria Aparecida, que, quando perguntada se somente a pesca vem possibilitando a sobrevivência dos pescadores, ela admite: “Não consegue, não consegue”³⁴². Por outro lado, Maria não admite que ela e seu marido desenvolvem outra atividade. Quando, porém, lhes perguntei sobre quais outras atividades os pescadores vêm desenvolvendo, ela diz: “Aí tem várias, aí depende da pessoa, depende das pessoa o quê que vai fazer”³⁴³.

Durante a entrevistava, no entanto, aparece um homem para comprar cigarro. Maria meio sem jeito o atende e depois continuamos a entrevista. Procurei, num primeiro momento, direcionar a entrevista com outras questões e, posteriormente, insisti com Maria sobre alguma outra atividade que ela e seu marido desenvolvem como forma de complementarem a renda. Maria, por sua vez, acaba revelando, ao dizer:

Maria: Não, que aí nesse caso é eu que faço outra atividade que nem você viu aí (vende cigarro em casa). Só que também é uma coisa que tem que ficar por baixo dos pano, né. É que nem eu tô lá ajudando ele, né, tô aqui tecendo uma rede, fazendo uma coisa, tem isso aí, apareceu esse emprego, eu tô fazendo, né, pra ajudar, porque é da onde que eu tiro a água e luz.

Cátia: A senhora então consegue cobrir essas contas?

Maria: Ahan, que se for depender só dele lá, não dá. Porque o que vem lá do rio se for bem olhar é mais pra metade do mercado, água e luz, olha lá. Que tá bem fraco, que o peixe fracassou bastante³⁴⁴.

É interessante observar que Maria considera a atividade de vender cigarro em casa como um emprego que conseguiu arrumar e no qual ela consegue complementar a renda com a pesca. Dessa forma percebemos que, mesmo praticando uma atividade ilícita, Maria reivindica sua condição como trabalhadora. No caso de Maria, não ter admitido que desenvolve outra atividade num primeiro momento se deve a dois motivos: pelo receio de praticar uma atividade considerada ilícita e pelo receio de perder seus direitos como pescadora.

Dos 16 pescadores entrevistados, a maioria, embora não admita num primeiro momento que desenvolve outra atividade, possui alguma outra forma de renda. No caso de

³⁴² Maria Aparecida.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem.

João, mesmo não admitindo seu envolvimento com o contrabando, há a hipótese de que o pratica. Já Maria Aparecida acabou, por força das circunstâncias, admitindo sua estratégia para ajudar seu marido complementar a renda da família. Outros pescadores, no entanto, mesmo afirmando não desenvolver outra atividade, possuem algum membro da família que trabalha fora da pesca, como empregados no Paraguai, no comércio da cidade, ou algumas mulheres que trabalham como empregadas domésticas. Enfim, em outros serviços que não envolvem a pesca, embora em alguns casos os pescadores contem com a ajuda da família na realização do trabalho na pesca, como, por exemplo, é o caso de Roberto e Luzia, e José e Teresa.

Quando não realizam outra atividade fora da pesca, pudemos perceber outras formas de estratégia utilizadas pelos pescadores a fim de conseguirem maior renda. Esse é o caso de Antônio, que, além de vender o pescado para atravessadores, também comercializa sua produção de forma avulsa num pequeno bar em frente à sua residência. Antônio comenta que é por meio dessas duas formas de comercialização do pescado que ele tenta se manter:

Antônio: Olha pra todos não, tá difícil, se o cara pesca e vende o peixe dele lá na peixaria lá aí num dá, é difícil, eu mesmo, vixi, passo apuro.

Cátia: Tem que ser mais avulso?

Antônio: É mais avulso, né, se nós tivesse um canto aí que desse valor no nosso serviço, o canto que você chegava lá pegasse seu peixe, vendesse e não precisasse limpar nada, que nem falaram que ia fazer o frigorífico, chegasse fazer mesmo e desse valor no nosso serviço, aí podia ser que ia melhorar pra todo o mundo³⁴⁵.

Diante do problema de comercialização vivido pelos pescadores, o projeto do frigorífico é visto por alguns pescadores como uma possibilidade de melhoria. A aposta dos pescadores nesse sentido é incerta, tendo em vista o que foi discutido no segundo capítulo. Há ainda outros pescadores que, além da renda por meio da pesca, contam com dinheiro da aposentadoria. Esse é o caso de José e Teresa, que relatam as dificuldades em sobreviver atualmente com a pesca:

Imagina quem tem bastante na família minha filha, aí é difícil. Complicado porque eu sei que, nós aqui mesmo que tem três (pessoas na família) já é puxado. Que nem ele tá aposentado, que a gente gasta com mercado mesmo, com remédio, tem que pagar água, pagar luz, né, tem que comprar traia pra pescar, então não sobra. Só um pano de rede só que nós pagar é duzentos e pouco real, só a rede³⁴⁶.

³⁴⁵ Antônio.

³⁴⁶ José e Teresa.

O casal de pescadores José e Teresa é um exemplo do que comentamos anteriormente. Eles realizam o trabalho na pesca juntos. Dessa forma, a renda proveniente da pesca deveria ser o suficiente para o casal, no entanto muitas vezes a aposentadoria de José precisa ser usada até mesmo para a reprodução da atividade.

Já Roberto e Luzia apontam para outra situação. Residentes no ponto de pesca, e sem poder plantar ou criar animais que os ajudariam em sua dieta, como comentado no capítulo anterior, ficam também impossibilitados de que algum membro da família, como Luzia ou o filho do casal, possa trabalhar em outro serviço devido à distância e por não terem uma moradia na cidade. Diante dessa situação Roberto, de forma humorada, relata como fazem para manter sua dieta alimentar:

Roberto: Ó tá difícil hein, tá difícil. Porque quando melhora de peixe é em outubro pra novembro, novembro fecha a pesca, você pega um mês, às vez nem dá bom ainda. Aí quando abre a pesca um mês ou dois pega peixe, depois... acabou também. A época boa de pescar é no tempo da desova, aí fecha tudo, só que daí ajuda por causa do seguro, né, daí dá pra se manter. Se for pra viver da pesca mesmo, o cara que tem uma família grande aí, ele tá ferrado, não vive não. Eu passo um miúdo aqui pra pagar as conta, comprar comida.

Cátia: E a renda de vocês é só da pesca mesmo?

Roberto: Só da pesca, não tem outra não³⁴⁷.

Ao comentar sobre o fato de que na cidade algumas mulheres vêm deixando de acompanhar seu marido na pesca para realizar outra atividade, Luzia diz:

Luzia: A mulher ela tem que complementar porque do peixe...

Roberto: Mas no meu caso não tem como, nós mora aqui, não tem casa lá. Daí pra ela ficar pagando um aluguel lá, deus o livre. Então é melhor, que eles gosta e tem bastante, milho verde, mandioca (sorriu)

Helena: Aí intera, né? (sorriu)

Roberto: É (sorriu). Faz um sopão de cabeça de armado. Sopa da cabeça do armado é bom, hein, só que é forte, já bate e já vai dormi. Nós não, nós tá acostumado, mas pra quem não é acostumado (sorriu)³⁴⁸.

Dessa forma, a pesquisa possibilitou enxergar as dificuldades de alguns pescadores em admitirem que desenvolvem outras atividades fora da pesca, principalmente quando são ilícitas. Por outro lado, permitiu identificar a complexidade que é ser pescador. As incertezas vividas pelos pescadores não dizem respeito apenas aos projetos elaborados pela Itaipu, ou à prática da atividade. Dizem respeito à própria sobrevivência devido à falta de garantia em conseguir recursos que lhes garantam o sustento. Como se vê, no entanto, mesmo com as dificuldades em garantir a sobrevivência, muitos procuram manter-se como

³⁴⁷ Roberto e Luzia.

³⁴⁸ Idem.

pescadores. A insistência em continuar existindo como pescadores pode ser percebida durante a pesquisa. Em parte isso se deve à possibilidade de desenvolverem o contrabando, ou conciliar o contrabando com a pesca. Além desses, outros motivos estão relacionados à falta de estudos (pois o estudo lhes permitiria outras possibilidades de trabalho), a falta de emprego oferecida na cidade e a garantia de se aposentarem através da permanência na profissão.

3.4 A Importância da Pesca para os Pescadores

Para alguns pescadores, a pesca é um trabalho exercido desde a infância. Já para outros a pesca foi uma alternativa encontrada em meio à falta de opções de trabalho oferecidas na cidade. Em 2009, a pesquisa realizada com os pescadores revelou que muitos deles naquele período nasceram em família de pescadores e aprenderam a profissão com os pais. Já outros se tornaram pescadores a partir da necessidade, abandonando determinadas atividades, como, por exemplo, a agricultura, por concluírem que a pesca possibilitava uma maior renda pela pouca terra que possuíam e pela falta de subsídios para cultivá-la.

Tal pesquisa ainda permitiu identificar que a pesca naquele momento havia perdido, para alguns trabalhadores, a importância dada por eles para a sua sobrevivência. Para outros pescadores, porém, mesmo tendo que recorrer a outras atividades como forma de complementar suas rendas, a pesca continuava tendo uma grande importância. Um desses pescadores foi Demétrius, que, ao se recordar desse fato, se emocionou quando perguntado sobre a importância que a pesca possuía em sua vida:

Olha a importância, por exemplo, antes de entrar no rio a gente passava muita miséria, fome mesmo né, e a partir de que eu entrei no rio, que a gente entrou numa época que não era assim muito destruído pelo homem, na época tinha peixe e começou vim uma fartura pra dentro de casa, a gente todos os dias de manhã, a gente comia um pãozinho com manteiga, um café com leite, então quando eu, eu olho pro rio, né, começo lembrar do passado eu olho pro rio, eu vejo o rio como um pai que eu não tive, me deu de comer, sabe, então o rio me deu aquilo ali, então por isso eu sou apaixonado pelo rio, eu amo, eu poderia assim no caso, hoje se fosse feito algo pra ajudar a proteger o rio, cuidar do rio, reflorestar, eu seria o primeiro a entrar nesse, nesse meio de ajuda pra, pra natureza, né, só que o rio é algo que, sei lá não tem como nem te explicar, menina (se emocionou), num tem sabe... num tem mesmo³⁴⁹.

³⁴⁹ Entrevista com Demétrius Luiz Pereira, em 4/4/2009.

Em 2009, embora Demétrius atribuísse tal importância à pesca, sua intenção naquele período era deixá-la e se aperfeiçoar como pedreiro, atividade que ele vinha desenvolvendo como forma de complementar sua renda mensal. A intenção de Demétrius em deixar a pesca estava relacionada ao fato de que, em sua percepção, os estragos feitos por Itaipu eram irreparáveis, dentre eles, a considerável diminuição da pesca, motivo pelo qual ele precisou trabalhar como pedreiro para complementar sua renda. Por essas questões Demétrius afirmava que: “...isso aí vai forçando a gente a sair do rio, num é que a gente quer, num é que tem vontade, que tem profissão boa não, é que vai forçando mesmo, devido a isso aí”³⁵⁰.

A fala de Demétrius, nesse sentido, indica aquilo que vem ocorrendo com determinadas profissões devido à expansão do capitalismo, o desaparecimento, porém a possibilidade de a pesca desaparecer não está relacionada ao fato de que a profissão ou os pescadores vão deixar de existir, mas pela impossibilidade de continuarem existindo como pescadores. Como mencionou Demétrius, as próprias circunstâncias é que vão pressionando para o fim da profissão. Ao se referir às dificuldades em continuar como pescador, Demétrius percebeu isso com um sentimento de perda em relação à profissão. Isso reflete a sua percepção de vida, de alguém que se vê pressionado a deixar a profissão mas não por vontade própria.

Dos pescadores entrevistados naquele período, Demétrius foi o único que apresentou intenção de sair da pesca. Os demais entrevistados apresentaram como motivos para permanecerem na pesca alguns benefícios como o seguro desemprego e, principalmente, a possibilidade de se aposentarem. Em 2011, ao procurar por Demétrius na tentativa de realizar outra entrevista, obtive a informação de que ele não estaria mais pescando, embora não o tivesse encontrado em casa. No geral, no entanto, a maioria dos entrevistados, tanto em 2009 quanto em 2011, não apresentou a intenção de deixar a pesca, como possivelmente ocorreu com Demétrius.

Por isso procuramos identificar, através dos trabalhadores, a importância que atribuem à profissão. Primeiramente, identificamos as trajetórias profissionais dos pescadores. Dos 16 entrevistados em 2011, apenas três deles nasceram em família de pescadores. Os demais se tornaram pescadores, ou seja, trabalharam até certo tempo em outras profissões, como empregados, agricultores, tratoristas, e resolveram tentar a vida na pesca. Dentre os principais motivos que levaram os entrevistados a se tornarem pescadores

³⁵⁰ Demétrius.

estão a falta de estudos, a falta de outra profissão e a pouca oportunidade de emprego que a cidade oferece. Assim, podemos considerar que a maioria dos pescadores entrevistados em 2011 são pescadores de profissão e não de ofício, ou seja, a maioria são pessoas que se tornaram pescadores em algum momento da vida.

Para alguns pescadores, a pesca demonstrou ter a importância de um trabalho que possibilita a sobrevivência, como é o caso de Roberto e Luzia, que se tornaram pescadores pela falta de estudo e por concluírem que a pesca era melhor que o trabalho que realizavam na roça, trabalhando por dia, como na cata de algodão ou carpinando. Por isso, quando perguntados sobre qual a importância da pesca, Roberto e Luzia, respondem que:

Luzia: É o nosso sustento, filha, nós não tem outra profissão, é essa a profissão dele, então vamos ter que ficar porque é o nosso sustento, nosso modo de viver, né.

Roberto: Igual eu não tenho outra profissão, aprendi pescar e hoje pra mim sair do rio é difícil. Se nós abandonar o navio vai fazer o quê? Igual nós mora aqui, num tem nem casa na cidade, fizemos aqui, nós ir pra lá pagar aluguel, se não consegue nada tá ferrado, ficar aqui mesmo, mas que não é gosto ficar no rio não é, não³⁵¹.

Ao relacionar a importância da pesca à sobrevivência, Roberto e Luzia disseram que tiveram que recorrer à pesca diante da falta de oportunidades ou de outra profissão. Embora Luzia ressalte que seja o modo de eles viverem, por outro lado isso pode ser entendido como um modo de vida diante da necessidade. Roberto diz que “mas que não é gosto ficar no rio não é, não”, demonstrando que estão na pesca não pelo gosto desse modo de vida, mas porque ela é a única alternativa de sobrevivência.

As entrevistas demonstram que os pescadores possuem trajetórias ocupacionais diversas. Alguns pescadores, como Ari, preferiram deixar a profissão de tratorista ou similar para se tornarem pescadores por concluírem que a pesca lhes possibilitava uma melhor renda. Pescador há doze anos, Ari apresenta uma posição de conformismo em relação à sua condição como pescador. Isso em certa medida pode ser explicado tendo em vista que, para esse pescador, fazer seu próprio horário de trabalho é uma vantagem isso comparado à jornada que cumpria quando trabalhava de empregado, como comentamos anteriormente:

Cátia: Por que o senhor resolveu se tornar pescador?

Ari: Ah, tratorista não dava quase nada naquele tempo, né, trabalhava e ganhava mixaria e pescador, pra num ganhar nada, ganha mais que trabalhar de empregado.

³⁵¹ Roberto e Luzia.

Cátia: Qual a importância da pesca para o senhor?

Ari: Pra mim tá bom, né, sempre pra não ganhar nada, um salário sai, né³⁵².

Outros pescadores que recorreram à pesca devido à falta de alternativas foram José e Maria Luíza. Esse casal residia na área rural do município, onde José morava e trabalhava numa propriedade como caseiro, plantava e colhia para o proprietário. Distante da cidade, a medida em que as escolas rurais no município foram sendo fechadas, o casal decidiu mudar-se para a cidade em busca de possibilitar o estudo de suas filhas, como comenta Maria:

Maria: Nós viemos pra elas estudar, agora eu nem sei se tem aquela escola mais, e daí nós viemos pra ela estudar, e naquela época era exigido ter o pré, pra poder ir pra primeira série, e naquela época a Camila tinha que fazer o pré, aí nós viemos embora pra cá pra elas estudar. E daí como nós não tem estudo, como vai arrumar serviço, né? Até eu consegui fazer o concurso da prefeitura, pra serviços gerais, né, mas nem fui chamada, e ele coitado não tem estudo nenhum, né, ele é motorista, sabe trabalhar com ceifa, trator, maquinários ele sabe, só que na cidade não tem, né, e pra ele pegar um caminhão aí de uma firma pra trabalhar, de entregar as coisa precisa de estudo e ele não tem, então nós resolveu pescar, aí como ele já tinha uma experiência...³⁵³.

A trajetória de vida relatada por Maria revela que o casal, antes de se tornar pescadores, vivenciou uma mudança no mundo do trabalho. Quando Maria atribui a vinda para a cidade ao fato de precisar dar estudo às filhas, já que as escolas rurais foram sendo fechadas, revela uma importante mudança vivida por eles que repercutiu na experiência de trabalho do casal. É preciso situar que o fechamento de grande parte das escolas rurais no município de Guaíra na década de 90 tem relação com a diminuição do número de pessoas na área rural que precisaram se deslocar para a cidade à procura de melhorias. Grande parte dessas pessoas eram trabalhadores no campo e a diminuição dessa população está relacionada a uma série de motivos: a concentração fundiária, cultivo de monocultura como soja, trigo e milho (ao invés do cultivo voltado a subsistência), introdução de maquinários agrícolas e a redução a área de algumas pequenas propriedades devido ao alagamento para a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Todas essas mudanças afetaram o modo de vida das pessoas que dependiam do trabalho no campo. Embora Maria não enumere a perda de trabalho, mas a perda da possibilidade de estudo para as filhas, ela está mencionando um elemento que foi decisivo para a vinda da família para a cidade. Cabe problematizarmos que o fechamento das escolas está vinculado à falta de condições de trabalho no campo. Dessa forma, a mudança

³⁵² Ari.

³⁵³ Entrevista com José e Maria Luiza, em 26 de agosto de 2011.

vivida pela família de Maria, que tiveram que deixar o trabalho que exerciam no campo para se tornarem pescadores, decorre principalmente de uma mudança do próprio processo de acumulação de capital na região. Isso repercutiu no aumento do número de trabalhadores que precisaram tentar a vida na cidade e, conseqüentemente, isso acarretou outras mudanças que inviabilizaram a permanência de outras pessoas no campo.

Sem outras possibilidades, devido à falta de estudos, a pesca foi para o casal a única alternativa encontrada para a garantia da sobrevivência da família. Pescador há quatorze anos, José demonstra não ter havido escolha a partir de que “não tinha outra coisa pra mim fazer, né, falei então: vai ter que ser no rio”³⁵⁴. Iniciados na pesca a partir da necessidade, ao perguntar-lhes a importância da pesca em suas vidas, Maria responde:

Olha, da minha parte, a importância que ela tem pra mim é de muito valor, porque é da onde eu sobrevivo, é da onde nós consegue manter o nosso sustento, pra tudo, então pra mim ela é muito importante. É um meio de sobrevivência mesmo, nós não estamos ali por esporte, nós estamos ali pra sobreviver que é o nosso trabalho³⁵⁵.

O senhor José, por sua vez, diante dessa pergunta, emocionado, preferiu se calar. A situação vivenciada por esse casal pode, porém, ser entendida como uma experiência de perda, responsável por mudanças nos seus modos de vida e de profissão. Outro pescador que atribuiu a importância da pesca à necessidade de sobreviver foi Antônio. Diferentemente de José e Maria Luiza, Antônio é um exemplo de pescador que sempre exerceu a profissão, ou seja, é um pescador de ofício:

Ah, eu sei lá, eu não tenho outro serviço, no caso, num é que aquilo lá é importante, a gente vai porque precisa, não é uma coisa, a gente trabalha porque precisa. Ela pra mim é bom quando eu vou lá e pego um peixe grande, aí sim, aí ela é importante³⁵⁶.

Pescador desde adolescente, Antônio ainda relata por que exerce a profissão de pescador:

Sabe por que, porque a gente nasceu nessa vida aí, num tem estudo, num tem nada, a única coisa que você tem que se agarrar é naquilo que você aprendeu a fazer, se eu sei fazer só isso aí de bom, então, hoje eu vou lá e ganho cinquenta, sessenta, depois eu vou lá também e perco, já não ganho nada, mas isso aí é um jogo, né, melhor que no caso trabalhar pros outro aí, você bater massa aí, pra

³⁵⁴ José e Maria Luiza.

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ Antônio.

você ganhar trinta, cinquenta reais o dia inteiro aí, é um jogo, você trabalha à noite, à noite, mais só que é, ninguém manda, né, e o que eu fazer é meu³⁵⁷.

O pescador Antônio, assim como outros que pescavam antes da formação do lago e do derrocamento, se diferencia daqueles que se tornaram pescadores posteriormente e que estão vivendo a nova dinâmica capitalista na região. Antônio é um pescador de ofício e representa um exemplo de pescador que a nova dinâmica capitalista quer combater. Para Antônio ser pescador significa exercer uma profissão por que ele optou, por ser seu modo de vida. E é exatamente o modo de vida dos pescadores de ofício que a nova dinâmica capitalista vem tentando transformar.

No geral, os pescadores que atribuíram a importância da pesca à alternativa de sobrevivência sempre procuraram relacioná-la com alguma outra atividade desenvolvida por eles anteriormente ou a alguma atividade que se colocaria como opção caso deixassem a pesca. Isso nós o observamos na fala de Antônio, que vê a pesca melhor do que trabalhar como servente, embora ele nunca tenha trabalhado como um servente. Interessante ainda é destacar que a importância da pesca para Antônio está relacionada ao fato de ele trabalhar por conta, embora isso não signifique que ele não esteja submetido a uma forma de trabalho que o explore.

Já outros pescadores, embora a pesca seja considerada um meio para a sua sobrevivência, demonstraram a falta de perspectiva com a atividade no que se refere à possibilidade de materializarem projetos, realizarem sonhos, para a obtenção de melhores condições de vida. Ao avaliar as condições de vida dos pescadores na pesca, José comenta que:

Às vez o pescador tá com sorte, porque às vez sai pra pescaria e dá sorte, então é um quebra galho, porque se for pro cara falar assim eu vou comprar uma casa com peixe, ou comprar um terreno com peixe ele não compra, não tem renda. E também que a maioria que vai no rio também é por causa que ele já tá de idade ele não vai mais pegar serviço, né, pra outros serviço é só gente mais novo, mais estudo, a maioria do povo daqui não tem estudo pra pegar serviço bom³⁵⁸.

Interessante é observar que, no caso de Antônio e José, a possibilidade de conseguirem realizar uma pescaria farta é interpretada como um jogo ou uma questão de sorte. Isso pode ser entendido pelo fato de que a pesca, assim como o jogo, é uma coisa incerta, atribuída nesse sentido à própria sorte. Por isso José atribui a importância da pesca

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ José e Teresa.

a um “quebra galho”, como uma profissão que nem sempre lhe permite renda o suficiente para garantir a sobrevivência:

José: Olha, é um quebra galho, se for pra viver só do peixe também não dá não, entende? A gente ainda agüenta sabe por quê? Porque a gente tem o benefício da gente, a gente recupera, compra uma rede, mas tem mês que não pega peixe,, não. Não dá pra sustentar casa, não.

Teresa: Tem semana que do jeito que arma (rede) tá no outro dia³⁵⁹.

Diferente dos pescadores que atribuem a importância da pesca à sobrevivência, embora esses reconheçam que a renda proveniente da pesca muitas vezes é insuficiente para que realizem seus projetos, como José e Teresa, outros pescadores atribuíram outros significados à profissão. Para muitos, a importância da pesca e até mesmo o motivo presente nas intenções de permanecerem na pesca está invariavelmente ligado ao estilo de vida, de liberdade e de contato com a natureza. Essas questões podem ser percebidas em algumas falas, como, por exemplo, de Maria Aparecida, ao perguntar-lhe sobre qual a importância que a pesca possui em sua vida:

Ah, a pesca pra mim, além de ser um trabalho, né, é uma diversão, a mesma da hora que você tá trabalhando eu tou no lazer, né, então pra mim ela se serve em tudo a pesca, de trabalho e lazer. Eu me sinto outra pessoa quando eu entro na água, se você, se você tiver estressado, você acaba com tudo, se você ... porque você vai, sabe que você tá ali num lugar gostoso, num ambiente... na natureza, então pra mim o bom da pesca é isso aí³⁶⁰.

Além do estilo de vida ligado à natureza, como demonstrou Maria Aparecida, a importância da pesca ainda está ligada, para alguns pescadores, à possibilidade de terem uma certa liberdade no que se refere ao cumprimento de horários ou, ainda, por ser uma atividade em que eles próprios decidem o que deve ou não ser feito, sem precisarem cumprir ordens, como já apontado por Antônio e Ari. Quanto a isso, também comenta Alvino, quando perguntado sobre por que ele escolheu a profissão de pescador:

Não a profissão de... ali é o seguinte: na pesca, na pesca eu tirei por mim que se eu tirar a mesma coisa que nem vamos supor um servente, lá só que patrão eu sou, eu sou o meu patrão, eu me mando, se eu xingar eu tou xingando eu, assim eu trabalhando de servente eu tenho que passar humilhação, é xingação, tudo isso aí, e pra ganhar mixaria, pra ser até humilhado e ganhar... dá seu sangue pro patrão, pro patrão ser... enricar no seu... nas suas costa... . Então pelo menos ele não vai me xingar mais, e lá, lá a hora que eu tiver pescando eu xingar eu tou xingando eu mesmo. Então essa profissão eu escolhi, então ali é uma profissão que eu fico sossegado, ninguém me manda, eu que me mando, então acho que é

³⁵⁹ José e Teresa.

³⁶⁰ Maria Aparecida.

uma profissão mesmo, então é uma profissão, pra mim é bom porque pelo menos eu que sou mandado eu me mando, não sou mandado mais por ninguém então por isso que eu optei por isso aí³⁶¹.

Alvino percebe a pesca como uma profissão em que ele consegue evitar a relação de comando-obediência, no entanto Alvino não consegue evitar a exploração por mais que ele não seja “mandado” por ninguém, ele próprio precisa adequar seu horário de trabalho a partir de suas necessidades. Dessa forma, Alvino não está livre de uma disciplina capitalista. Antes de ser pescador, Alvino trabalhava como servente pedreiro. Ao comparar as duas profissões, Alvino aponta o que pra ele é vantagem em ser pescador: “Então essa profissão eu escolhi, então ali é uma profissão que eu fico sossegado”. Permite ainda percebermos qual sua percepção em relação ao seu trabalho na pesca quando:

Profissão não, eu tinha é, a profissão mesmo era servente (sorriu). Que servente é profissão, hein? Lógico, é profissão pra defender a comida, né, mas pra dizer que vai, vai ter alguma coisa na vida, não vai ter também não, porque servente só se lasca na, é sofrido, só serviço pesado, pesado, pesado. Graças a Deus também até hoje nunca escolhi serviço, eu sempre agüentei. Mas agora não, agora eu não quero nem saber de serviço, eu vou ficar na minha pesca e pronto³⁶².

Para Alvino, pescar não é considerado um serviço. Em certa medida isso pode ser entendido pelo fato de que ele próprio dita aquilo que precisa ou não ser feito em seu trabalho. Compartilhando da opinião de Alvino, Joanias, quando perguntado sobre por que escolheu ser pescador, demonstrou a não aceitação em ter que obedecer a ordens. Ele vê a pesca como uma atividade que lhe possibilita uma maior liberdade:

Ah, é o seguinte, o pescador geralmente ele já é pescador porque ele não quer ter um horário fixo de trabalho todo dia, todo dia você tem que trabalhar das cinco hora e ir pro porto, vamos supor, né, no local lá, eu vou praticamente quatro dia na semana e o restante eu procuro um lazer e vou pra onde eu quero e fico aonde eu quero, eu num quero ser mandado, não³⁶³.

Diferentemente de outros pescadores, Joanias afirmou trabalhar apenas quatro dias na semana. Isso porque Joanias reside em um porto próximo à cidade, local que, aos finais de semana, é frequentado por pescadores amadores. Dessa forma, por ser responsável em cuidar do porto, além da pesca, Joanias possui como ganho as taxas pagas pelos pescadores amadores para utilizarem o local. A importância que Joanias atribui à pesca está ligada a

³⁶¹ Alvino.

³⁶² Idem.

³⁶³ Joanias.

um modo de vida que para ele deveria prevalecer na sociedade, o respeito e a igualdade de direitos, não a sobrevalorização do dinheiro:

Olha, a coisa melhor que existe é quem sabe viver da pesca, que seria... esse pessoal precisava trabalhar duro na pesca, porque todo o direito do pescador eles tão atentando tirar. Num é o dinheirão que é bom, você veve com poquinho dinheiro, não veve? Como tá o governo em cima e a coisa só... e os amadores como você tá vendo, como a coisa tá hoje, então eles tá tirando o direito dos profissional, entendeu. Por quê? Mas não é o profissional que tá acabano hoje... Eu gosto de pescar, gosto da natureza, então tem que casar uma coisa com a outra, se eu gosto do peixe, mas eu num gosto de pescar, num gosto da natureza, pode cai fora³⁶⁴.

Em sua fala, Joanias estabelece uma crítica sobre aqueles que, além de não proporcionarem melhorias aos pescadores, interferem em seu trabalho. Em primeiro lugar, Joanias se refere ao governo por tentar tirar direitos dos pescadores. Um desses direitos a que se refere Joanias diz respeito ao problema enfrentado pelos pescadores em 2011 para renovarem suas carteiras de pesca. Outra crítica feita por ele está relacionada aos prejuízos provocados pelos pescadores amadores aos pescadores profissionais, como veremos adiante, e aquilo que é disseminado muitas vezes na imprensa local, de que é o pescador profissional que causa danos à pesca. Dentre as reportagens que noticiam sobre esse fato destacamos uma para demonstrar o que Joanias apontou em sua fala. A reportagem noticiada em março de 2011, trazia a seguinte afirmação: “A cada ano que passa os pescadores estão respeitando mais a piracema, e isso tem contribuído para a melhora do pescado”³⁶⁵, atribuindo a diminuição da pesca aos pescadores e excluindo qualquer outra forma de interferência que a pesca pode ter sofrido. Interessante ainda observar é que tal afirmação noticiada pela imprensa aparece como sendo a fala de um pescador.

Já Romão escolheu ser pescador: “Pra se sustentar, na época eu comecei pescar e gostei, né, do trabalho, então, e trabalhar por conta, não tem nada a... vai na água a hora que quer, então é por conta, não tem, não tem que marcar o horário, é sossegado, independente”³⁶⁶. Ao falar sobre a importância da pesca em sua vida apontou, porém, para outro fator:

Olha a importância que eu tenho, que eu vejo hoje é que pra saí fora dela, eu tou velho, né, eu tou velho e a aposentadoria? A minha importância que eu tenho, até hoje, se Deus ajudar, até ontem eu tava falando com a mulher, e os meu piá ali, falei: Ó, se, Deus o livre guarde, eu chegar faltar amanhã, com trinta dia a minha

³⁶⁴ Joanias.

³⁶⁵ Jornal Rio Paranazão, 12 de março de 2011.

³⁶⁶ Entrevista com Romão, em 7 de maio de 2011.

mulher tá recebendo a aposentadoria, então eu avalio nisso aí, né, porque hoje se eu chegar sai dela, vou encaixar numa firma aonde? Então tem que firmar nela³⁶⁷.

Nesse sentido, foi possível identificar que a importância atribuída pelos pescadores à pesca está ligada fundamentalmente à necessidade de sobreviver, à falta de alternativas e à garantia de direito à aposentadoria, porém essas questões estão ligadas à percepção e à posição que possuem em relação a outras formas de trabalho. Para alguns pescadores, a pesca, além de uma alternativa de sobrevivência, representa uma forma de trabalho que lhes possibilita uma determinada autonomia no que se refere a ordens e cumprimentos de horários. Para outros, a pesca está relacionada a um estilo de vida ligado à natureza. De qualquer forma, embora a pesca possibilite determinada autonomia, os pescadores não estão imunes de uma disciplina capitalista.

Além dessas questões, identificamos uma contradição nas falas, a de como eles lidam com o fato de serem pescadores. Ao descreverem o trabalho realizado, há uma tentativa dos pescadores de demonstrar que ser pescador não é para qualquer pessoa, exige esforço e dedicação. Tal afirmação pode ser percebida até mesmo por aqueles que se tornaram pescadores e não apenas pelos pescadores de ofício, no entanto, quando falam sobre a importância da profissão em alguns momentos demonstram determinado desprestígio sobre ela. Isso em parte pode ser explicado como sendo um reflexo da imagem negativa sobre os pescadores que é disseminada na cidade, de que são vagabundos ou envolvidos com o tráfico. Percebe-se, nesse sentido, que alguns desses discursos são incorporados pelos pescadores e refletem sobre a imagem que eles próprios fazem em relação à importância de sua profissão.

3.5 Os Pescadores e a Cidade

Uma das preocupações durante a pesquisa foi perguntar aos trabalhadores quais eram suas ocupações quando não estavam pescando ou envolvidos com a atividade, suas relações com a cidade, entre os próprios pescadores, e com o lugar onde moram. A preocupação em responder a essas questões voltou-se à compreensão de que elas possibilitam perceber o modo de vida dos trabalhadores articulado ao seu trabalho.

³⁶⁷ Idem.

Assim, as atividades mais citadas pelos pescadores quando não estão pescando foram: jogar futebol, conversar com os amigos, ir à igreja e bailes ou descansarem em casa. Na maioria dos pescadores entrevistados, foi possível perceber que ao serem indagados sobre a ocupação que realizam nos momentos de lazer, responderam não haver muito tempo para isso devido à constante ocupação com o trabalho. Um desses pescadores foi Joanias:

Cátia: O que o senhor costuma fazer nas horas vagas?

Joanias: Conversar com meus companheiros, só que o pescador mesmo quando tá no acampamento não tem muito tempo, não, hein.

Cátia: E o senhor costuma acampar sempre?

Joanias: Oxi, que nem eu tô falando pra você, às vezes a gente tem que andar, hein, que nem no meu caso eu vou acampar e o amador ele vai e volta. É que nem eu tou falando pra você, ele tem como trabalhar mais fácil que o profissional³⁶⁸.

Percebe-se, na fala de Joanias, que ele sempre faz uma comparação de seu trabalho com a prática da pesca esportiva realizada pelos pescadores amadores. Isso pode ser explicado pelo fato de que Joanias convive quase que diariamente com eles, e, como ele próprio comentou, ele presencia várias situações em que os amadores desrespeitam o trabalho dos profissionais estragando seus materiais. Por isso entendemos que, ao referir-se aos amadores, Joanias tenta demonstrar não apenas que são desrespeitados, mas também as diferenças sociais entre ambos. O próprio fato de Joanias comparar como é realizado seu trabalho com o trabalho do amador pode ser entendido dessa forma.

Alguns pescadores, como forma de reduzir os custos com combustível, costumam acampar nas Ilhas do Rio Paraná. Dessa forma, quando estão no acampamento procuram aproveitar ao máximo o tempo de forma que consigam a produção que necessitam e assim retornem pra casa. Por esse motivo, Joanias menciona não possuir muito tempo para o lazer. Já outros pescadores residentes dos pontos de pesca, mesmo não tendo como costume acampar, também mencionaram passar grande parte do tempo em função da atividade, como é o caso do pescador Roberto e Cleomar. Além de realizarem o trabalho na pesca várias vezes no dia, esses pescadores costumam trabalhar todos os dias da semana. Por esses motivos e pelo fato de residirem num ponto de pesca distante da cidade, disseram preferir descansar nos poucos momentos de folga que possuem.

Dentre as atividades citadas, ainda chamou atenção a opção pelo lazer relacionada a bailes. Isso se justifica pelo fato de que as outras atividades são mais corriqueiras e, grosso

³⁶⁸ Joanias.

modo, não requerem gastos, ao contrário de bailes. Nesse sentido, perguntei a Mauro, pescador que apontou para essa opção de lazer, sobre outras festas de ele participa além de bailes, no entanto Mauro respondeu que participa somente de bailes: “Participo, baile, bailão (sorriu), só isso”³⁶⁹. Perguntei então sobre a relação dos pescadores com a cidade. Avaliando-a de forma positiva, ele respondeu:

É boa, eu falo pra você que é boa porque, graças a Deus, a onde nós pescador vamos, tudo é, cumprimenta, porque a gente você vê, se conhece no rio, porque a cidade de Guaíra de cem casa, se você achar um que não gosta de ir pro rio final de semana é difícil, então todo mundo vai pro rio, não quer saber, vai lá nem que se for pra pegar um peixinho pra ele tá bom, então a relação dos pescador com a cidade de Guaíra eu acho que não tem nenhum tipo de... é tudo na paz mesmo³⁷⁰.

Ao contrário do que afirma Mauro, não são todas as pessoas da cidade que possuem as condições de ter um barco para a prática da pesca amadora. Ao homogeneizar a todos, Mauro deixa de considerar as diferenças sociais existentes. É notável que grande parcela das pessoas da cidade alcançaram um maior poder aquisitivo nos últimos anos tendo em vista a prática do contrabando de mercadorias. Mesmo assim, no entanto, por mais que a parcela de pessoas envolvidas nesse tipo de atividade seja grande, não há como generalizar e afirmar que todas as pessoas no município desfrutam de boas condições financeiras provenientes da prática do contrabando. São bastante visíveis as diferenças de classes presentes na cidade.

Por Mauro ter revelado uma relação positiva com os pescadores amadores no rio, insisti com ele sobre como se dá essa relação em outros momentos. Perguntei-lhe sobre qual a relação dos pescadores, por exemplo, quando ocorrem os torneios de pesca amadora na cidade, e se acaso tal evento não atrapalha ou prejudica os pescadores profissionais de alguma forma, tendo em vista que são recorrentes as reclamações dos pescadores profissionais relacionadas aos amadores. Segundo ele: “É tranquilo, é tranquilo porque o pescador profissional não se envolve, né, nesse tipo, não”³⁷¹. O questionei então sobre o porquê da não participação dos pescadores profissionais nesse tipo de evento:

Cátia: Mas por quê? É aberto, né?

Mauro: É aberto só que, que nem você vai lá pagar uma inscrição, duzentos real, se você pegar na realidade duzentos real e comprar de material de pesca pra você sobreviver, você vai ganhar muito mais que você ir lá pra ganhar um preminho, uma varinha, ou um salvavidinha, lá, não.

Cátia: É um evento mais pra...

³⁶⁹ Mauro.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem.

Mauro: Pra rico, né, pra rico. Pra se diverti, pra pescador profissional, não³⁷².

A resposta de Mauro aponta para uma diferenciação de classe, diferenciação relacionada à falta de condições dos pescadores profissionais em participar de torneios de pesca, embora, num primeiro momento, Mauro tenha indicado uma sociedade sem diferenças sociais. O torneio de pesca realizado na cidade exemplifica tal diferenciação, demonstrando que nem todas as classes sociais podem fazer parte do evento. O fato de Mauro ter contato com pescadores amadores, e isso ser visto por ele como uma boa relação, não explica as diferenças sociais. Isso só pode ser percebido a partir de ele exemplificar a falta de condições dos pescadores profissionais em participar dos torneios. Isso explica também o tipo de festa de que Mauro participa na cidade, de bailes ou, como ele diz, de “bailão”, e não de eventos em que só participam pessoas com melhores condições econômicas.

Como Mauro, embora Ari não aponte para conflitos entre pescadores profissionais amadores, possibilita compreendermos a divisão social existente entre ambos. Quando perguntado se participa de alguma festa na cidade, Ari diz: “Tem o campeonato de pesca né, é uma festa pros pescador, né, é só isso aí”³⁷³. Perguntei então se os pescadores profissionais participam e ele disse:

Ari: Quem quiser participar, participa, participa quem quiser, né, é só pagar lá. É, muitos participa, né, que nem quem tem tamanca vai, né, de vez em quando tem, mais é difícil, num compensa.

Cátia: Tamanca, é?

Ari: Motor de popa (e o barco é de alumínio). O meu e o dos outro aí é de madeira, motor de ferro.

Cátia: E o senhor participa de alguma outra festa?

Ari: Não, eu não³⁷⁴.

Ari foi um dos pescadores que disse conversar com os amigos ou descansar nas horas vagas. Como comentado por ele, “tamanca” é um termo utilizado pelos pescadores para se referirem àqueles que possuem melhores motores e barcos. Como a maioria dos pescadores profissionais não possui condições de terem “tamanca”, pois seus barcos são de madeira e não de alumínio, e os motores são de ferro e não de popa, ficam impossibilitados de participarem dos torneios de pesca. Embora possam se inscrever, é inviável a participação dos pescadores profissionais, já que, para esse tipo de evento, os participantes

³⁷² Idem.

³⁷³ Ari.

³⁷⁴ Idem.

precisam contar com motores ágeis, diferentes daqueles usados pela maioria dos pescadores profissionais.

Tanto a fala de Mauro quanto a de Ari demonstram as diferenças de classes existentes na cidade. Apesar de Mauro mencionar que, mesmo assim, existe uma boa relação com os pescadores amadores, Joanias relatou os conflitos existentes entre esses e os pescadores profissionais no que se refere ao não respeito aos materiais de pesca por parte dos amadores. Segundo ele: “O que causa conflito com o profissional é com o amador, porque o amador ele tem barco bom, ele vem cortando tudo as traia do cara, boia e, se não tiver lugar pra passar, ele passa em cima, então tem dado prejuízo”³⁷⁵. A fala de Joanias, contraditoriamente a de Mauro, leva à hipótese de que a relação entre pescadores amadores e profissionais não parece ser tão pacífica.

Além dos conflitos com os pescadores amadores, e as diferenças sociais em relação a eles, alguns entrevistados ainda destacaram outras relações dos pescadores com a cidade, apontando para formas de preconceito presenciadas no comércio. Quando, no entanto, perguntados sobre isso, as relações de preconceito são atribuídas aos seus conhecidos, afirmando eles próprios nunca terem sofrido alguma relação de preconceito. Além disso, foi comum os pescadores se referirem às relações de preconceito como algo que acontecia e que hoje não ocorre mais. Pescador há 31 anos, Joanias é um dos pescadores que apontou essa questão, relatando um fato que presenciou quando ainda não havia se tornado pescador:

Cátia: E o pescador sofre algum tipo de preconceito?

Joanias: Não, hoje em dia até favoreceu ele, ele é mais respeitado como um cidadão qualquer, o pescador é um peão qualquer, né, e hoje ele é respeitado como uma profissão, né, ele tem mais... os logistas confia mais nele porque ele tem como pagar, né. Porque no tempo da pesca fechada ele tem aquele defeso ali né, já ajuda.

Cátia: Mas antes acontecia?

Joanias: Ah, sim, né, eu não passei por isso, mas eu trabalhei num posto de gasolina uma vez, um senhor até muito bem assíduo, né, um cara de sessenta ano aquele tempo, então eu ainda era novo, ainda, no caso era um senhor que nem eu assim, foi entrar dentro do posto lá, e depois que ele saiu o pessoal ficou falando que o cara tava fedido a peixe, eu acho um preconceito, é claro não falou pra ele, mas é um preconceito³⁷⁶.

Joanias se refere à confiança depositada nos pescadores pelos lojistas da cidade e relaciona isso ao seguro desemprego recebido pelos pescadores, porém o fato de se recordar dessa relação possibilita a compreensão de que, se hoje essa forma de preconceito

³⁷⁵ Joanias.

³⁷⁶ Idem.

não existe, ela já existiu. Além disso, possibilita analisarmos ainda que a relação de preconceito está relacionada à garantia que os lojistas possuem devida ao seguro desemprego dos pescadores, mas isso não significa necessariamente que a relação de preconceito deixou de existir. Ou seja, Joanias se refere a uma relação de não preconceito tendo em vista o poder de compra que o seguro desemprego possibilita aos pescadores.

Outro pescador a se referir ao fim do preconceito em relação aos pescadores foi Ari. Ao invés do seguro desemprego, Ari se referiu ao empréstimo que muitos contraíram por meio do Pronaf: “De primeiro não valorizava não, né, agora valoriza, depois que começou liberar empréstimo pra pescador, tudinho aí, aí mudou né, antigamente não, mas agora mudou”³⁷⁷.

Já Alvino ressalta que o preconceito estava relacionado também à profissão, principalmente quando tinham que abrir crediário:

Cátia: E qual a relação dos pescadores com a cidade? Os pescadores sofrem algum tipo de preconceito?

Alvino: Não, não, agora não. Graças a Deus... de primeiro, de primeiro quando você chegava numa loja, ah, eu quero comprar um calçado, uma roupa, uma roupa e coisa e tal. O que você é? Eu sou, sou pescador. Não, não dá não.

Cátia: Não conseguia abrir crediário?

Alvino: Não. Hoje, hoje graças a Deus você chega em qualquer loja: O que você é? Ah, eu sou pescador. Ô... agora se tem tudo, agora o pescador até é visto na cidade, agora sim, agora até pra isto nós estamos, estamos mais visto um pouco. Mas de primeiro não, de primeiro falava que era pescador eles queria distância. Agora eu posso... acho que até se você entrar dentro da loja com cheiro de peixe eu acho que eles agradece que tá cheirando, que você tem o cheiro do peixe, eu acho que eles agradece porque eles tão sabendo que é... e hoje, hoje não, que nem eu mesmo eu não posso reclamar, não sei os outro mas eu, eu chego em qualquer loja, eu compro³⁷⁸.

Interessante é observar que, embora Alvino se refira à não existência mais de preconceito por parte dos lojistas, ele acaba afirmando posteriormente que “agora o pescador até é visto na cidade”, o que implica dizer que a relação de preconceito ou de diferenciação ainda existe. É importante ainda destacar a referência que Alvino faz ao fato de que agora “eles agradece que tá cheirando, que você tem o cheiro do peixe”, o que significa dizer que essa forma de preconceito, se não existe mais, ela também já existiu. Perguntei então a ele sobre os motivos que o levam a crer que não haja mais preconceito em relação aos pescadores:

Alvino: Não, porque antes não tinha ajuda do governo, que nem agora teve ajuda do governo, o financiamento e coisa e tal e que nem os benefício, vamos supor

³⁷⁷ Ari.

³⁷⁸ Alvino.

os benefício que nem acaso você ficar doente, você tem o seu benefício, então não tem como correr risco de, de, de não perder, e naquela época não, naquela época o cara fala: vendo hoje quando der fê amanhã, amanhã e depois ele fica doente e não pode pagar e daí? Então hoje não, hoje em dia ele recebe, hoje ele sabe, até o próprio comerciante ele tem garantia que ele pode confiar na gente. É que nem o freezer eu fui lá na loja e comprei o freezer e eu nem... só falou é doze pagamento e pronto. E já tou pagando também, é mixaria por mês mais tou... então eles confia na gente. Não sei se em todos, né, mas, graças a Deus, na minha parte, na minha parte tá confiando³⁷⁹.

Se a possibilidade de compra dos pescadores, em virtude da linha de crédito disponibilizada pelo Pronaf, ou ainda pelo seguro desemprego, pode ser considerada como explicação da maior acessibilidade de crédito aos pescadores no comércio, já que, em tese, representa uma garantia que antes inexistia, por outro lado é preciso considerar que isso não está desvincilhado de outras questões. Em parte isso também pode estar relacionado ao constante fluxo de pessoas, inclusive do município, que preferem as compras no Paraguai. Dessa forma, a facilidade de abertura de crédito no comércio de Guairá pode ser uma estratégia encontrada pelos comerciantes como forma de atrair clientela. Além disso, também pode estar relacionada à possibilidade de compra disseminada na sociedade por meio de cartões de crédito, ou ainda ao aumento do poder de compra decorrente do envolvimento de muitas pessoas com o contrabando. De qualquer modo, a relação de preconceito parece estar ligada a uma questão de classe.

Em outras entrevistas, a relação de preconceito foi percebida em momentos inesperáveis, como no diálogo com Roberto e Luzia. Ao perguntar-lhes sobre as dificuldades encontradas pelos pescadores em seu dia a dia, além de apontar para as dificuldades em sobreviver apenas da pesca, Roberto mencionou a forma como muitas vezes é disseminada na sociedade a imagem dos pescadores:

Roberto: Ainda eu num falei das friagem, as doença que pega, coluna, visão. O sol vai direto nas vista. Eu mesmo tou enxergando muito pouco, eu tou enxergando. E a gente de manhã já tá tudo molhado, tá batendo uma corda, se molha, então permanece muito molhado. A maioria não sabe o que a gente passa no rio, aí tem coragem de falar que os pescador é vagabundo, acorda cinco hora da manhã... É, muita gente fala, que o pescador é vagabundo. Hoje eu parei um pouco porque eu tava muito cansado mais quatro hora nós tava... sem contar as pedra que nós pega (para fazer apoio para o barco)³⁸⁰.

Roberto procurou, em sua fala, demonstrar como, em sua concepção, é distorcida a imagem que a sociedade faz em relação a eles. Mais que isso, procurou anunciar o que

³⁷⁹ Alvino.

³⁸⁰ Roberto e Luzia.

poucos sabem que acontece. Nesse sentido, insisti com Roberto sobre essa questão, perguntando-lhe se alguma vez ele já passou por uma situação de discriminação. Mesmo sem nunca ter sido ofendido, Roberto relata uma situação ocorrida com seu filho, o que para ele se traduz numa confirmação dos comentários que ouve na sociedade, embora não tenha apontado diretamente aqueles que disseminam tal ofensa:

A gente escuta assim, que o pescador é vagabundo, o pescador é mais trabalhador que... Pra dizer que falaram isso pessoalmente pra nós não falou, não, mais é o comentário. Agora a polícia, é qualquer um que eles encontra na rua eles já fala que é vagabundo. Meu filho tava com uma motinha dessas do Paraguai, ele ficou com medo e correu deles, cataram meu filho e meteram uns murro. Ele correu porque a motinha era paraguaia, a moto inclusive era minha, ele pegou e foi andar, eles deitou ele no chão. Foi em fevereiro, cataram a moto, colocaram em cima da caminhoneta e levaram embora. Tá certo, ele tava errado, a moto é paraguaia, é de menor, mas num precisa bater, pegaram e bateram. E outra coisa, o menino tem dezesseis ano, ele não podia chutar as costa dele. Aí que ele (polícia) torna as pessoa mais violenta, você bater num moleque de dezesseis ano, ele vai se revoltar, num tem nem o que falar. O pescador é discriminado, não tem nem o que falar³⁸¹.

No momento da entrevista, como outros pescadores que apontaram a questão da discriminação no comércio, Luzia, esposa de Roberto, também fez o mesmo apontamento. Segundo ela: “Antigamente tinha muita discriminação na matéria de ser pescador nas loja, você num comprava, abrir crédito mesmo, vixi, só com avalista. Hoje não, hoje já mudou”³⁸². Como os demais pescadores, Luzia relacionou essa questão ao fato de os pescadores contarem com a linha de crédito. Além dessas questões, Roberto também apontou para a discriminação relacionada ao odor de peixe, como foi citado por Alvino e Joanias:

Roberto: Outra coisa também, que eu toy pescando aqui, eu posso tomar banho do jeito que for, mas num sai o cheiro do seu couro, aí qualquer lugar que você chega as pessoa se afasta por causa do cheiro. Outros já fala, tá louco, cara, que fedor de peixe. O cheiro do peixe fica uns três dia no couro, pode tomar banho, num sai, na roupa³⁸³.

Além dos pescadores que disseram não haver mais relação de preconceito devido à linha de crédito ou ao seguro desemprego, outros ainda atribuem isso ao atual presidente da colônia, como é o caso de Maria Aparecida e seu esposo Cleomar:

Maria: No comércio você não tinha crédito, se você falava que era um pescador pra você comprar no comércio, ninguém fazia o crédito pra você. Que você não

³⁸¹ Roberto e Luzia.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

tinha valor, você não era reconhecido e agora não você chega lá e fala que é pescador você tem um crédito, né, que eu mesmo eu já cansei de fazer isso, de ir na Pernambucanas e abrir crédito por ser pescadora, abrir crédito na Pernambucanas, no banco, no Banco do Brasil, tem crédito no banco também como pescadora. Então foi aonde foi reconhecido, mas depois que o Zé Cirineu entrou na colônia, de antes não tinha.

Cátia: Se quisesse comprar alguma coisa numa loja?

Maria: Não podia, se tivesse o dinheiro você comprava, se num tivesse também num comprava porque você não tinha crédito, não tinha como você abrir a conta ali³⁸⁴.

Apesar de Maria atribuir a facilidade de crédito ao presidente da colônia, esse fato está relacionado ao que comentamos anteriormente, sobre a possibilidade de acesso ao crédito de uma forma mais ampla. O fato de Maria ter conseguido abertura de crédito no Banco do Brasil e nas Pernambucanas não evidencia que a relação de preconceito no comércio tenha deixado de existir. Isso, em certa medida, pode ser explicado pelo fato de que os lugares citados por Maria são lugares em que é comum a abertura de crédito. No Banco do Brasil a abertura de crédito foi concedida em virtude do empréstimo contraído não só por ela, mas por grande parte dos pescadores por meio do Pronaf. Já em relação às Pernambucanas, a abertura de crédito pode ser explicada devido o fácil acesso ao crédito existente naquela rede de loja.

Cleomar, a exemplo de Maria, afirma que hoje há um maior reconhecimento dos pescadores devido ao presidente da colônia, enfatizando algumas ações que, segundo ele, significaram melhorias para os pescadores:

A mudança maior que eu vi foi, igual eu falei aquela hora, foi depois que fizeram a carteira pra mulher, que deram direito pra mulher, direito ao auxílio maternidade, essas coisa, então, seguro desemprego, então isso aí foi uma conquista muito grande que nós tivemos, que de primeiro falava que era pescador aqui em Guaira, quantas pessoa aí amigo meu que apanhou da polícia federal. Ah, o que você tá fazendo aí? Eu sou pescador. Ah, é, já levava um pé do ouvido já, né, porque, naquela época, o pescador era tudo ladrão pela polícia, né, ladrão, era tudo ladrão, você não é pescador não é tudo bandido. Porque na época quando começamos pescar, se você tivesse um barco aqui no rio, você tinha que olhar, você tinha que se esconder até quando a polícia chegava porque ela não acreditava que você tava pescando. Achava que você tava levando um carro, uma moto, alguma coisa pro Paraguai, né, que nem naqueles coqueiro ali pra cima, cansei de ver neguinho tomar... o Agenor mesmo um dia chegou na beira do rio, os cara catou ele e afundou umas dez vez dentro da água, um homem já de idade, e deu uns pé do ouvido nele, tinha acabado de chegar do rio, o seu Agenor. Agora você vê, se acha que essa conquista que nós temo hoje de tá tranquilo aí, isso aí foi difícil, não foi fácil, não. Hoje nós temo crediário, nós temo, né, e dou graças também, muitas pessoa fala do Zé Cirineu, mais depois que ele organizou essa colônia aí ó, pra nós foi muito bom. No tempo do Devaldir, Ingá, (Jesuino) esses cara aí ó, essa colônia não tinha... o pescador não tinha fama não, o pescador...³⁸⁵

³⁸⁴ Maria Aparecida.

³⁸⁵ Cleomar.

Dentre as melhorias citadas por Cleomar estão os benefícios para as mulheres de pescadores, muitas delas também pescadoras, mas que não possuíam seus direitos garantidos. Ele destaca também a regularização dos pontos de pesca que, segundo ele, contribuíram para o fim das atitudes de violência em relação aos pescadores. Quanto a isso, ele diz ainda que:

Você sabe o que? O pescador ele, ele fez os documentos dele, ele se organizou, antigamente nós não tinha documento. Antigamente eu cansei de vencer meu documento, o Devaldir cobrava vinte reais pra levar nós em Foz do Iguaçu, levava quatro, cinco vez por ano lá no Ibama em Foz do Iguaçu e o Ibama não aceitava. A dona Marlene do Ibama metia a porta na nossa cara e fazia nós sumir de lá, porque não tinha crediário, a colônia não tinha crédito sabe, falava que era pescador não tinha crediário, um dia ela chegou empurrando nós assim pra fora e não atendeu sabe. Aí o Devaldir trazia nós de volta, demorava três, quatro mês, cobrava mais de nós, botava na kombis lá e levava aquele monte de gente, chegava lá num aceitava de novo né, por quê? Muitos cara, não o cara é puxa saco, eu não sou puxa saco de ninguém, eu falo o que é verdade. Mas hoje não, eu chego naquela colônia ali, chego ali levo meu documento eles têm tudo no computador lá, eu faço, arrumo um papel, um documento qualquer rapidinho. Antigamente eu cansei de ficar dois, três ano sem conseguir arrumar minha carteira por causa que não tinha, não tinha crediário a colônia³⁸⁶.

Cleomar aponta um conjunto de fatores responsáveis para que hoje os pescadores sejam reconhecidos, não sofram preconceitos e nem sejam confundidos pela polícia como pessoas que praticam atividades ilícitas, porém é válido ressaltar que a regularização dos pontos de pesca não consiste em uma ação voltada unicamente a atender os anseios dos pescadores. Como comentado no segundo capítulo, a regularização faz parte do projeto de adequação dos pontos de pesca realizado pela Itaipu, cuja finalidade era imprimir um ritmo industrial à atividade. Além de Cleomar, vários outros pescadores mencionaram o problema de não conseguirem renovar suas carteiras de pesca. Além de não serem renovadas na colônia em Guaíra, os pescadores não tinham a garantia do documento.

A opinião de Cleomar em relação ao reconhecimento dos pescadores por parte de autoridades diverge daquilo que apontou Roberto quando citou a ação de violência contra seu filho. Diverge ainda da opinião de Alvino, que apontou para as diversas vezes que já ouviu ofensas contra os pescadores por parte de autoridades que os relacionam a vagabundos. Entretanto, Alvino e Roberto também percebem a regularização dos pontos de pesca como um avanço para os pescadores. Através da regularização reconhecem que a polícia não pode prendê-los ou agredi-los pelo simples fato de estarem nos pontos de

³⁸⁶ Cleomar.

pesca. Nesse sentido, pela fala de Alvino, podemos perceber como os pescadores eram vistos antes da regularização dos pontos de pesca:

Alvino: Olha o benefício até agora que eu tou vendo da Itaipu que eles fizeram aquele ponto de pesca pra nós, né, o ponto de pesca. Então o benefício da Itaipu é esse, que nós temos o portinho e ninguém, ninguém manda em nós mais porque de primeiro você não podia entrar, entrar na, na, na beira do mato ali que já podia ser preso.

Cátia: Ah, é ?

Alvino: É, podia ser preso, agora não, agora você tem tudo o, acesso de entrada e coisa e tal, e as casinha têm o seu ponto registrado.

Cátia: E por quê?

Alvino: Não porque naquelas época era só, que nem aqui ainda era 080 e ali pra baixo ou você tinha que sair de baixo pela água, aí você não podia, daqui mais três, quatro quilômetro que tinha pra baixo fazer um portinho e ir morar, porque se os homem chegasse prendia você, e aí você podia..., aí ele ficava achando que você tava fazendo as coisa errada, mexer com contrabando e coisa e tal, pa, pa, pa. E hoje agora não, então esse foi um benefício porque se tá ali, tá sossegado, então eles não têm como, a lei vim falar pra você que você tá mexendo com as coisa errada, então agora você, você tem o seu portinho, então esse é um benefício pra nós³⁸⁷.

Embora Alvino aponte que a regularização dos pontos de pesca tenha ajudado os pescadores dando uma maior legitimidade à profissão, isso não significa que os pescadores estão imunes de sofrerem algum tipo de agressão verbal das autoridades. Para Alvino, é comum muitas autoridades do município se referirem aos pescadores como vagabundos e traficantes. Isso, em certa medida, pode ser explicado devido ao fato de grande parcela da população estar envolvida no contrabando. Alvino se recorda de um fato ocorrido em sua presença e na de seus filhos, em que autoridades locais se referiram aos pescadores nesses termos.

Aí que nem esses tempo atrás tava eu, meu outro meu piá e ela sentado lá na barranca do paranazao no tempo vago ali, aí chega a federal e coisou e olhando e olhando e já boquejando. Aí eu saí e fui pro meu rancho, eu já num gosto muito mesmo. Aí num sei, parece que eles pediram porque é que eu saí, né? (perguntou a sua filha) Parece que foi que eles pediram porque é que eu saí. Aí ela, ela e o outro piá ficou sentado assim, e eles conversando e conversando, aí não sei se foi ela ou o piá que solicitou a morte do meu filho que foi matado na barranca do paranazão ali em baixo, ele tava pescando ali, na chacina que deu ali, dá, dá... no sítio e... ah, tudo vagabundo mesmo! Traficante! É desse jeito, é desse jeito, tudo era traficante, tudo é traficante e vagabundo. Então você, você hoje em dia você tá, você vai e volta, mas você, às vezes você não sabe se você vai e se volta, porque a própria lei hoje, tem horas que a própria lei é pra te proteger, você tá até desconfiante da própria lei. Da própria lei você tem que tá desconfiado porque do jeito que tá correndo, nós mesmo tem que tá, tá desconfiando. A Federal fica olhando, ué tá desse jeito então imagina o resto. Se a própria lei tá desse jeito, então, imagina o resto, porque tem horas que não sei... A gente tem que levar a vida assim meio, meio trancos e barrancos, porque... e fazer o máximo possível

³⁸⁷ Alvino.

you ficar na boa, porque na boa ainda you já fica escutando ainda coisa que não é pra escutar. Então, graças a Deus, eu com 54 anos, pra dizer com 54 anos que eu tou, nunca fui preso e também nunca pretendo ir preso também, e já falo pra eles pra num, pra num discutir com eles, eu prefiro ficar sossegadão no meu canto porque não adianta. Então tem horas que you tem que escutar e engolir pra num sobrar³⁸⁸.

Na fala de Alvino percebemos que ele possui um forte motivo para afirmar a relação de preconceito em relação aos pescadores. O fato de ter tido o filho morto na chacina³⁸⁹ ocorrida em Guaira em 2008, juntamente com o julgamento por parte de policiais de que ele seria um traficante, faz Alvino desconfiar da lei, pois em sua concepção ela existe para fazer justiça e não julgamentos preconceituosos. Para Alvino, seu filho estava apenas pescando e não possuía envolvimento com o tráfico.

É válido ressaltar que, pelos relatos de moradores da localidade, várias pessoas presentes no momento da chacina e que foram assassinadas não teriam envolvimento com o contrabando, suposto motivo pelo qual a chacina tenha ocorrido. Importante ainda destacar que Alvino, ao relatar esse fato, procurou desfazer-se da imagem distorcida e divulgada pelos meios de comunicação, de que todas as vítimas da chacina seriam bandidos e traficantes. A intenção, porém, não é discutir quem tinha ou não culpa nesse episódio. O que podemos concluir dele é que, com a chacina, a desconfiança e o preconceito em relação a quem é pescador ou morador na localidade, e seu possível envolvimento com atividades ilícitas tenha se tornado mais explícito.

Alvino ainda aponta que há uma tentativa de homogeneização por parte de autoridades locais quanto aos pescadores, considerando a todos como pessoas que praticam algo ilícito. Discordando da forma como muitas vezes são vistos ou tratados, percebemos, na fala de Alvino, uma tentativa de afirmar-se enquanto pescador:

Não tem horas que é por eles ser... é maldade deles mesmo. Não porque todo mundo, que nem eles já fala, que pescador é vagabundo. Deles mesmo porque eles não querem saber se é ou não é. Agora eu não tenho nada que ver, eu não tenho nada que ver com a outra pessoa que mexe. Agora porque, que vamos supor, eu que tou sossegado eles chega, eu, eu sou vagabundo. Ué mais num é todo, todo pescador que é vagabundo. Ai chega porque é tudo vagabundo e pronto. Pô, mas não é, não é todos eles são vagabundo, eles têm que ver, eles têm que ver os certo, o lado bom e o lado ruim. Porque agora vim falar pra todo mundo que todos eles é vagabundo, num é..... porque vagabundo é vagabundo, e pescador é pescador³⁹⁰.

³⁸⁸ Alvino.

³⁸⁹ A chacina ocorreu em Guaira em 2008. Ao todo foram 15 pessoas assassinadas em uma chácara próxima à cidade. Segundo informações divulgadas pela imprensa, o motivo da chacina teria sido um possível acerto de contas entre contrabandistas.

³⁹⁰ Alvino.

Através da fala de Alvino observamos que a regularização dos pontos de pesca contribuiu para o fim das ações de violência física aos pescadores, mas não foi capaz de solucionar o problema do preconceito vivenciado por alguns deles. A regularização dos pontos de pesca foi efetivada pela Itaipu em 2005. Divulgada no jornal Rio Paranazão, a proposta de regularização dos pontos de pesca aparece como sendo fruto de liberação da licença ambiental que regularizaria os pontos de pesca, tendo como benefícios o acesso à energia elétrica, cascalhamento nas estradas, água encanada, local para manuseio do pescado e casas aos pescadores nos pontos de pesca: “A intenção da Itaipu é de construir casas em todos os pontos de pesca na região”³⁹¹. Apesar da intencionalidade da Itaipu, tais casas nunca foram construídas, como foi discutido no segundo capítulo. Tal medida pode ser entendida como parte do projeto de criação de peixes e do frigorífico, que começou a ser divulgado pela Itaipu em 2004.

Apesar de a Itaipu ter sido responsável pela regularização dos pontos de pesca, a distribuição dos pontos de pesca aos pescadores é um trabalho realizado pela Colônia Z-13 com os pescadores. Como comentou Alvino: “Esse é entre o pescador e a colônia, né. A Itaipu não se envolve, não”³⁹².

Outro caso de preconceito em relação aos pescadores foi relatado por Célia. Com 23 anos, Célia possui há quatro anos sua carteira de pesca. Já seu esposo possui a carteira há sete anos. Quando a entrevistei, Célia estava enfrentando uma situação bastante difícil. Com dois filhos pequenos, marido preso devido ao contrabando, e com o seguro desemprego atrasado, ela contava com a ajuda da mãe e da sogra para se sustentar, além de preparar bolos e pães para seu esposo comercializar na prisão. Além de relatar suas dificuldades, perguntei-lhe se os pescadores sofrem algum tipo de preconceito e se acaso ela já havia passado por alguma situação. Segundo ela:

Sofre porque, por exemplo, se você vai num mercado você fala que é pescador, já fica... sabe? Meio assim, cara de nojo. Já cansei de ir no mercado com meu marido, ele fedendo peixe, eu não tenho vergonha de andar com meu marido, ele não tá roubando, já cansei de ir no mercado com ele e os outro ficar olhando, com ele assim sabe com cara de nojo, isso eu acho uma falta de respeito, porque a pessoa não tá roubando, ele não tá roubando de ninguém, né, então eu faço muita crítica assim, se você fala que é pescador eles já começam... né, e outra você chega lá e fala eu sou pescador, daí eles fala: Você, pescador? Por causa de uns, nós tá pagando³⁹³.

³⁹¹ Jornal Rio Paranazão, 10 de Fevereiro de 2005, p. 9.

³⁹² Alvino.

³⁹³ Entrevista com Célia, em 26 de fevereiro de 2011.

É interessante observar que Célia, ao mesmo tempo em que culpabiliza o fato de algumas pessoas se envolverem com contrabando, e por isso serem confundidos como tais, quando ela diz “por causa de uns nós tá pagando”, por um momento reivindica sua condição de pescadora, esquecendo até mesmo que seu próprio esposo foi preso pela prática do contrabando. Ou seja, nota-se, em sua fala, uma tentativa de expor o preconceito, de tentar demonstrar que são desprezados, seja em relação ao fato de serem pescadores ou quando “confundidos” como contrabandistas. Compreendemos que a tentativa de expor o preconceito é utilizada por Célia como forma de justificar o fato de seu esposo ter se envolvido com o contrabando. Ao demonstrar a relação de preconceito, perguntei-lhe então por que teriam desconfiado de que seriam contrabandistas. Segundo Célia:

Porque tem muita gente que não é pescador e tem (carteira). Só que nem por exemplo eu num tenho nada a ver com a vida dos outro, né, eu não tenho nada a ver, se eles tem ou não tem, se eles pesca ou não pesca, o problema é deles. Eu não sou doída de ir lá e falar e depois você sabe, que o mundo hoje em dia você tem que ver e... Porque tem gente rico, gente do dinheiro, que tem carteira, porque assim por exemplo, o mais pobre não pode ter? né, que tem gente muito rico que tem carteira, então ninguém pode criticar ninguém, porque no mundo que nós ta vivendo hoje em dia tem que ver e ficar quieto, porque hoje em dia se você for falar você sabe que a gente morre. Então a gente vê e tem que ficar quieto³⁹⁴.

Célia então associa o preconceito que sofreu ao fato de outras pessoas terem a carteira de pesca e não a utilizarem para esse fim, mas para a prática de atividades ilícitas, como foi comentado no primeiro capítulo, e não ao fato de que seu marido também estava envolvido. Ocorre que o fato de possuir carteira de pesca sem exercer a profissão não está relacionado apenas às pessoas que praticam o contrabando. Nesse sentido, Célia aponta também para a existência de carteira de pesca profissional entre pessoas bem-sucedidas na cidade e que procuram manter a carteira de pesca para outras finalidades, visando receber seguro desemprego ou recorrer à possibilidade da indenização.

Ao apontar para o que para ela são irregularidades, principalmente no que diz respeito à posse de carteira a quem possui melhores condições, Célia expõe sua opinião. Para ela, assim como os pescadores profissionais têm conhecimento de que pessoas bem-sucedidas na cidade possuem carteira de pesca e usufruem de benefícios dos pescadores e não denunciam, o inverso não podia ocorrer. Para Célia, não deveria existir crítica aos

³⁹⁴ Célia.

pescadores que conciliam a pesca com a atividade ilícita, tampouco sofrerem algum tipo de preconceito.

Aqui Célia deixa claro que o preconceito está relacionado a uma questão de classe: “Porque tem gente rico, gente do dinheiro, que tem carteira, porque assim, por exemplo, o mais pobre não pode ter?”, fazendo referência às pessoas que possuem a carteira como álibi para realizar o contrabando e aquelas que pescam e conciliam a atividade do contrabando.

Além dessas questões, Célia ainda demonstra a relação de tensão e conflito existente no lugar em que mora: “Eu não sou doida de ir lá e falar e depois você sabe, que o mundo hoje em dia você tem que ver e...”, ou “então ninguém pode criticar ninguém, porque no mundo que nós tá vivendo hoje em dia tem que ver e ficar quieto, porque hoje em dia se você for falar você sabe que a gente morre. Então a gente tem que ver e ficar quieto”. Célia demonstra o receio existente em denunciar o que acha serem irregularidades. Ao comparar a ação dos contrabandistas à ação do governo, Célia tenta demonstrar que muitas vezes a condição de classe dá legitimidade a ações irregulares existentes:

Eu falo pra você, cigarreiro não rouba de ninguém, ele rouba do governo e o tanto que o governo rouba? Né, só que se eles deixassem os cigarreiro trabalhar não teria tanta morte, não teria tanta roubalheira que tá tendo aqui em Guaira, eles cortaram um monte de cigarreiro de trabalhar, por quê? Não deixaram e agora? Agora o que você escuta que fala na rádio é só morte, roubalheira, roubo de moto, roubo de casa, porque cortaram os cigarreiro, eles não tava mexendo com ninguém, né, só que tem uns também que invés deles trabalhar no cigarro, eles trabalha na droga e no cigarro tudo junto, então daí sim, né, mas quê, que nós tem a ver com a vida deles, né? Se eles faz o serviço deles, nós faz o nosso, mas os pescador não têm segurança nenhuma, não³⁹⁵.

Ao mesmo tempo que Célia reivindica a condição de contrabandista como um meio de vida, por outro lado aponta essa prática como algo que não possui nenhuma relação com a pesca. Assim Célia também reivindica sua condição enquanto pescadora, apontando para as consequências da atividade ilícita para o trabalho na pesca, como a falta de segurança.

Ao fazer isso, percebe-se que a memória de Célia, ao mesmo tempo que procura afirmar-se como pescadora, por outro lado não consegue ver esta atividade em separado do contrabando. Em parte isso pode ser explicado através do que ela mesma comenta:

Que nem nós fala, nós que vive do rio, que nem nós fala, os outro que tá lá fora é fácil criticar, mas vem no nosso lugar pra ver se é fácil, porque eles têm dinheiro, nós num tem, nós num tem condições, tem que sobreviver disso, mas quem tá lá

³⁹⁵ Célia.

fora gosta de criticar, gosta muito, e os pescador são muito criticado pelas pessoa lá de cima³⁹⁶.

A fala de Célia nos leva considerar que a prática do contrabando invariavelmente está ligada à falta de condições de sobrevivência que sejam lícitas. Se considerada a impossibilidade de sobrevivência unicamente da pesca nos últimos tempos relacionada à possibilidade de que muitos pescadores de, enquanto pescadores, se infiltrarem na prática do contrabando é possível a afirmação de que muitos conciliam as duas atividades como forma de sobreviverem, sem, no entanto, abandonarem a profissão de pescador.

As questões apontadas pelas entrevistas permitiram compreender que a relação dos pescadores com a cidade é marcada por preconceitos e diferenciações de classe. Já a relação entre os próprios pescadores foi apontada pelos pescadores como uma relação sem conflitos, de camaradagem e respeito. Por isso, quando perguntados sobre a relação entre os próprios pescadores, eles disseram haver uma relação pacífica, como comenta Alvino: “Não, pra nós lá, nós lá não tem conflito, tem camaradagem entre nós mesmo lá e quando um precisa do outro lá sempre ajudar. Mas tem lugar que tem conflito, sim, tem lugar que tem conflito sim”³⁹⁷. Embora mencione que em seu porto de pesca exista uma boa relação entre os pescadores, Alvino não descarta a possibilidade de que em outros portos haja conflitos. Outro pescador a apontar uma relação de respeito entre os pescadores no rio foi Ari. Segundo ele, “nós no rio né, cada um põe a traia lá, cada um respeita o lugar do outro”³⁹⁸.

Embora a relação entre os pescadores se apresente como uma relação pacífica e sem conflitos, foi possível identificar em algumas falas indícios de que há um receio por parte dos pescadores em expor aquilo que veem e vivenciam. Isso porque uma relação pacífica está relacionada ao cumprimento de algumas condições. Tais condições estão relacionadas invariavelmente ao silêncio que precisam manter sobre o que veem e ouvem, tanto em relação à prática de atividades ilícitas, quanto das irregularidades no que se refere à manutenção da carteira de pesca por pessoas envolvidas no contrabando ou por aqueles que a possuem com a finalidade de receberem benefícios.

Uma das falas que apontaram para essa questão foi a de Mauro. Embora tenha apontado também para uma relação de companheirismo entre os pescadores de seu porto,

³⁹⁶ Célia.

³⁹⁷ Alvino.

³⁹⁸ Ari.

revelou algumas questões que possibilitam a compreensão de como se dá a relação dos pescadores no lugar onde ele mora:

Sobre os ponto de pesca, graças a Deus até vou citar o nome de um companheiro aí, ele num tem uma perna sabe, aposentado, tudo bem, mas ele é daqueles companheiro que nós saímos pro rio, de repente ele vai lá, que nem eu, sete, oito corda pra iscar, e ele tem duas, três, ele acaba as duas, três, dele e fica agarrado na boia, enquanto eu não terminar, eu, o Ari ali, o outro companheiro bom também o Ari, num viemos embora, pra num largar ninguém pra trás, aí todo mundo sai e vem embora, é uma união que nós temos entre nós ali, né, no nosso porto, só que tem portos aí pra cima que tem disputa, tem. Agora ali pra cima eu já vi pescador brigar mesmo no porto, por causa de disputa de ponto de pesca, isso aí é verdade, mas aqui não, aqui pra começar o nosso porto é unido porque se você chega lá, você vai encontra ali um... , de quinze a vinte barco, mas se você for lá no rio todo o dia a tarde e todo o dia de manhã, somente cinco barco sai pra pesca³⁹⁹.

Mauro atribuiu a boa relação dos pescadores ao fato de que há poucos pescadores que pescam todos os dias, embora no local haja diversos barcos. Apontou um problema já identificado por Cleomar, e Patrícia, sobre os pescadores que possuem a carteira de pesca, mas que não exercem a profissão. Perguntei então a Mauro por que existem tantos barcos, sendo que poucos são utilizados para a pesca. Segundo ele:

Mauro: É, tipo né, segundo o nosso presidente são o pescador lambaio que fala né, fazem carteira, tem embarcação mas não exercem da profissão, então, só ficam trabalhando o ano inteiro daí chega o seguro desemprego eles recebe.

Cátia: Mas sem ter nota?

Mauro: Paga aqueles trinta real, o INSS acho que é, é tipo uma contribuição que você tem que manter no INSS, aí paga duas de trinta, aí recebe.

Cátia: Tendo a carteira e pagando essa taxa...

Mauro: Chega o final do ano, você pode trabalhar o ano inteiro, só que não pode é assinar carteira, se assinou a carteira de trabalho, já não recebe o seguro desemprego, então eles trabalha assim por dia né, a maioria faz isso aí, eu não vou julgar ninguém, num vou também porque, roubo não é, porque se fosse roubo já tinha vindo muita...

Cátia: Já tinha vindo uma fiscalização em cima?

Mauro: Mas rigorosa, é porque ... nós ali, eu já vou citar, é eu, o Ari, o Alemão, o Vito e a Marlene e o doidinho, é nós que podemos falar assim, que tá todo dia, é chuva, é sol, é vento, é nós que estamos todo dia, às vez nós chega aqui, seu Vito até brinca, às vez de manhã cedo, quando a gente chega com o peixe tudo, ele olha assim e fala, mas estamos chegando atrasado. Por que, seu Vito? Olha quanto barco, e nós chegando. Mas é que eles não foro (sorriu), essa é que a realidade. Eles diz, sempre nós chega atrasado, mais é nós que estamos no rio, os outro barco parado, é assim. Só que eu não julgo não por causa que os pais deles pescaram muito, na família, então continuou⁴⁰⁰.

³⁹⁹ Mauro.

⁴⁰⁰ Idem.

A fala de Mauro complementa o que Cleomar havia apontado no segundo capítulo, em relação aos “falsos pescadores” e ao problema enfrentado por eles com nota fiscal. Cleomar mencionou como que aqueles que não exercem a função de pescador não se importam com a forma pela qual o peixe é comercializado. Isso porque não há uma preocupação por parte dos “falsos pescadores” em provar, através de notas fiscais, que são pescadores. Segundo Mauro, o simples fato de contribuírem no INSS lhes basta para conseguirem receber os mesmos benefícios do que os pescadores profissionais. Em parte, isso se deve à falta de fiscalização, embora, na concepção de Mauro, tal ato não seja visto como roubo se comparado a outras formas de corrupção:

Pra falar a verdade, a gente não pode falar muito, se não a gente dá bom dia a cavalo, porque se a gente começar a falar: Ah, mas isso aí é roubo. Mas, pô, mas quem rouba é deputado lá de cima, agora o pescador, por mais que, de repente o coitado tá ali, não tem emprego fixo, não tem nada, apesar que não vai pro rio, é erro, né, só que chega o final do ano ele pode ajudar a família, então eu pra mim eu num, se tem carteira tem, se não tem ...⁴⁰¹

A fala de Mauro se assemelha à fala de Célia, quando ela se refere ao perigo de falar ou de denunciar aqueles que possuem carteira, mas que não são pescadores. Como ela diz: “Eu não sou doida de ir lá e falar e depois você sabe, que o mundo hoje em dia você tem que ver e... [...] então ninguém pode criticar ninguém, porque no mundo que nós tá vivendo hoje em dia tem que ver e ficar quieto, porque hoje em dia se você for falar você sabe que a gente morre. Então a gente ver e tem que ficar quieto”⁴⁰². Já Mauro, ao utilizar a expressão “a gente não pode falar muito, se não a gente dá bom dia a cavalo”, revela que a relação no lugar onde moram requer alguns silêncios sob o risco de perderem até a vida.

Outra pescadora a relatar a relação de medo no local onde vive foi Maria Luíza. Mesmo indignada quando acontece de morrer alguém que pratica atividades ilícitas e noticia-se como um pescador, Maria diz que o melhor a fazer é se calar:

Olha tem hora que eu fico meio constrangida sabe, fala ah,, mataram um pescador lá, o pescador morreu, mas ele não era pescador, ele tem a carteira mas ele não é pescador... Dá vontade de ir lá na rádio e falar que pescador nada, mas cê vai falar da pessoa? num tem como você fazer isso, né, deixa pra lá, deixa quieto porque é perigoso⁴⁰³.

⁴⁰¹ Mauro.

⁴⁰² Célia.

⁴⁰³ José e Maria Luíza.

Sem entrar nesse mérito, a relação apontada pelos pescadores ao lugar onde moram algumas vezes mostrou-se como pacífica, como mencionou Ari: “Entre nós é tudo bom, né, ninguém encrenca, não”⁴⁰⁴. Ou como Alvino, que, apesar de apontar para uma relação tranquila com seus vizinhos, porém ressaltou que procura não fazer confusão: “Ah, não, eu com os meus vizinho, só se os vizinho fala mal de mim, porque eu não posso falar, e eu tou distante de, de, de fazer confusão com vizinho também. É tranquilo também”⁴⁰⁵.

Vimos, nesse sentido, que, além dos problemas vivenciados na realização do trabalho na pesca, muitos pescadores vivem constantemente vinculados ao trabalho. Para alguns pescadores inexistente, dessa forma, uma separação entre o trabalho e o lazer. Esses ainda enfrentam algumas relações de preconceito na cidade. Isso em grande medida está relacionado à condição de classe que ocupam na cidade e o envolvimento de muitos com o contrabando. A falta de condições dos pescadores permite a afirmação de que há a possibilidade de que parte desses trabalhadores esteja envolvida em atividades ilícitas. Essa questão faz aumentar a relação de preconceito e discriminação, além de provocar tensão, medo e insegurança no lugar em que moram e trabalham. Assim, as mudanças vividas pelos pescadores não afetam apenas seu modo de trabalho. Acarretam transformações em suas estratégias de sobrevivência, além de interferirem em seus modos de vida, e nas relações de convívio.

3.6 Limites e Possibilidade da Luta Coletiva

Além dos problemas vivenciados pelos pescadores, procuramos, nesta pesquisa, evidenciar suas formas coletivas de organização. Identificamos, através das entrevistas, da participação nas reuniões realizadas pela colônia e pelas manifestações noticiadas pela imprensa, algumas iniciativas coletivas como forma de enfrentamento da realidade aqui investigada. O objetivo em evidenciar as formas coletivas de organização dos pescadores justifica-se pela insistência dos trabalhadores em se manterem como pescadores há mais de três décadas. Por isso, além de destacarmos as disputas presentes no interior da Colônia Z-13, procuramos evidenciar as organizações coletivas, entendidas como uma forma de luta com a finalidade de continuar possibilitando a existência dos pescadores.

As iniciativas coletivas puderam ser identificadas desde 1989, época quando os pescadores se mobilizaram e conseguiram impedir e adiar a obra de derrocamento no Rio

⁴⁰⁴ Ari.

⁴⁰⁵ Alvino.

Paraná. Novamente, em 1996, os pescadores se organizaram com a mesma intenção, mas não conseguiram êxito. Além das formas de organização cuja finalidade era impedir a obra de derrocamento, percebemos outras formas coletivas de organização dos pescadores a partir de reivindicações e manifestações a partir de 1998, cuja finalidade se voltava ao recebimento de indenizações do DER pelos danos causados à pesca.

Naquela época houve várias reportagens que noticiaram as reivindicações dos pescadores. Em uma delas foi noticiado que os pescadores aproveitariam a cerimônia de inauguração da Ponte Ayrton Senna para realizar uma manifestação: “Pescadores preparam protesto contra bloqueio de dinheiro”⁴⁰⁶. Aproveitando-se então da presença do governador Jaime Lerner, os pescadores, durante a inauguração, protestaram por melhorias para a categoria e pela indenização⁴⁰⁷.

Não surtindo efeito, em junho do mesmo ano foram noticiadas novamente na imprensa as reivindicações dos pescadores, notícias decorrentes de uma reunião que contou inclusive com a participação de vereadores locais. Na ocasião, os advogados dos pescadores, juntamente com os pescadores e autoridades locais, decidiram sobre a ida dos pescadores a Curitiba para reivindicar do DER o que havia prometido, a indenização, com a seguinte orientação dos advogados:

O Dr. Aparecido Martins pediu que os pescadores apresentem os peixes contaminados às entidades do Governo que cuidam da área ambiental, como prova do crime cometido contra a natureza, que merece com certeza uma maior atenção do IBAMA, SEMA, e do IAP. O Dr. Acyr Golveia fez questão de frisar que tudo o que está sendo reivindicado pelos pescadores está sendo feito nos rigores da lei, o DER apenas deve cumprir o que prometeu e deve-se apenas fazer justiça. “Guaíra não pode ser apenas um trampolim para o desenvolvimento do país”⁴⁰⁸.

Em julho do mesmo ano, a manifestação dos pescadores em frente ao DER foi noticiada tendo como título: “Acampados em frente o DER, pescadores exigem indenização por prejuízo com a obra da ponte de Guaíra”⁴⁰⁹:

Justificavam os pescadores que nas explosões efetuadas durante a construção da ponte, 90% dos peixes morreram ou foram contaminados. Segundo eles: “O movimento é pacífico, mas não descartamos a possibilidade de invadir o prédio no caso de não chegarmos a um acordo”⁴¹⁰.

⁴⁰⁶ Jornal Rio Paranazão, 23 de janeiro de 1998, p. 4.

⁴⁰⁷ Jornal Rio Paranazão, 01 de fevereiro de 1998, p. 1.

⁴⁰⁸ Jornal Ilha Grande, 26 de junho de 1998, p. 6.

⁴⁰⁹ Jornal Ilha Grande, 19 de julho de 1998, p. 1.

⁴¹⁰ Idem.

Mesmo assim, porém, logo após a manifestação, os pescadores foram apresentados novamente como aqueles que não haviam recebido a indenização do DER. A reportagem trazia como título: “Pescadores de Guaíra continuam sem indenização”⁴¹¹:

Segundo o Dr. Maurício Ferrante, ficou decidido entre as partes que será feita uma solicitação ao Grupo Nupélia, para que o mesmo dê orientação técnica, de como proceder, com relação aos estudos que serão necessários para definir ou não a possibilidade de uma indenização. Ferrante, além de deixar bem claro que não haveria indenização sem um estudo claro dos danos causados, afirmou que as negociações continuam e que o Governo Federal também tem culpa no cartório, ou seja, que desde o início foi colocado que não haveria derrocamento se não fosse por exigência dos órgãos federais. O DER, se limitou a construir uma obra de interesse em benefício do Paraná e a exigência de se fazer um outro canal de navegação foi dos órgãos federais oficiais. O Dr. Aparecido Martins, que representa os pescadores, disse que, apesar das divergências, encontrou respaldo aos argumentos, de que realmente houve prejuízo ambiental enorme, com o derrocamento na região de Guaíra, mesmo que infelizmente essa constatação não seja suficiente para o Estado indenizar momentaneamente os pescadores. Por outro lado, por enquanto os pescadores continuarão como estão, dependendo da ajuda de próximos sem indenização e com sérias dificuldades. “Nós não entendemos o que está faltando para que os pescadores venham a ser indenizados, não entendemos se está faltando dinheiro para o Estado, acredito que não, pelo que percebemos sobra dinheiro para executar obras que tenham retorno político, para viagens, política, etc. Na verdade o que está existindo é uma má vontade por parte do Estado, tentando protelar o máximo possível o pagamento da indenização devida aos pescadores por uma ação de responsabilidade exclusiva do DER. Posto que o derrocamento foi um ato praticado pelo próprio DER – sem influência de qualquer outro órgão, e deve ele ser responsabilizado”. Disse o Dr. Aparecido Martins⁴¹².

Pela reportagem, percebemos que a defesa utilizada pelo DER em 1998 era a de que o pagamento da indenização aos pescadores era dever do governo federal e não do Estado. Desta forma, ao atribuir responsabilidade ao governo federal, o DER empurrava o caso, adiando o pagamento da indenização. Por outro lado, o advogado dos pescadores atribuía a responsabilidade unicamente ao DER. Passados quinze anos desde o derrocamento, os pescadores continuam sem receber a indenização. Na visão de Roberto, o DER poderia ter pago os pescadores:

Rapaz, pra pagar nós era a coisa mais fácil, é só eles cobrar um tanto lá de pedágio e já pagava nós. Hoje tá tudo liberado. Se liberasse pagava mais de um pescador por dia. Só que eles tinha muito dinheiro, o pescador que vive aí precisando de um peixe pra comer aí, ó, se lascou, depois deu mais aquela morte de peixe, que pegava de caminhão e jogava fora...⁴¹³

⁴¹¹ Jornal Rio Paranazão, 14 de agosto de 1998, p. 5.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Roberto.

Os recursos levantados por meio do pedágio não foram, porém, destinados ao pagamento das indenizações aos pescadores. Além das manifestações, ainda é possível perceber a ação coletiva dos pescadores a partir das ações judiciais empreendidas pelos advogados dos pescadores contra a Itaipu e o DER. Há também reportagens sobre denúncias por parte dos advogados em relação ao nível baixo do lago mantido pela Itaipu para o aumento de produção de energia. É o caso da reportagem noticiada em 1999, intitulada: “Advogado acusa Itaipu de causar danos ambientais”⁴¹⁴:

Algumas colônias de pesca ao longo do Lago de Itaipu estão movendo uma ação contra a Itaipu Binacional onde elas querem que a empresa apresente um estudo do dano ambiental e um relatório do impacto ambiental, para que se tome posteriormente a aplicação de medidas necessárias. O Dr. Aparecido da Silva Martins, advogado que está representando estas colônias, afirma que o Lago de Itaipu vem sofrendo hoje um dano ambiental de grande monta onde peixes estão morrendo em época de piracema e moluscos estão secando ao sol. Segundo o advogado, a empresa Itaipu Binacional é a grande culpada pelo desastre ambiental que está ocorrendo na região de Guaíra, afirmando que ela está aumentando a produção de energia para suprir a demanda nacional, baixando o seu nível do reservatório e expondo as margens do lago, causando um grande prejuízo para a atividade pesqueira e o meio ambiente de uma maneira geral. Mesmo estando num período de falta de chuvas em toda a região, o advogado que representa as colônias tem a certeza de que a seca tem influência muito pequena no que está acontecendo, o maior problema, segundo ele, é porque a Itaipu, nesse mesmo período de seca, aumenta a sua produção de energia, causando grandes danos ao meio ambiente⁴¹⁵.

Apesar das denúncias e da ação judicial empreendida pela Colônia Z-13 contra a Itaipu, devido ao rebaixamento do lago, os pescadores não obtiveram êxito. Ainda em 1999 a imprensa noticiou o resultado da ação através da reportagem intitulada “Colônia de Pescadores perde ação judicial contra Itaipu”⁴¹⁶. Além da informação de que os pescadores teriam perdido a ação, a imprensa noticiou a justificativa utilizada pela estatal contra a denúncia de que a estatal estaria rebaixando o lago, através da reportagem “A Itaipu deve continuar mantendo o nível do Rio Paranazão baixo, para garantir a geração de energia”⁴¹⁷.

Além do derrocamento e do não recebimento da indenização, outro fato lembrado pelos pescadores foi a mortandade de peixes ocorrida no Rio Paraná em 2006, porém, diferentemente da denúncia realizada pelos pescadores em 1999, de que os peixes estariam morrendo devido à baixa do rio provocada pela Itaipu, a mortandade ocorrida em 2006 teve como causa uma possível contaminação dos peixes. Sobre isso, no entanto, desde

⁴¹⁴ Jornal Rio Paranazão, 10 de dezembro de 1999, p. 1.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8

⁴¹⁷ Idem.

aquele período não houve ao certo um esclarecimento público de qual teriam sido os motivos que causaram a mortandade.

Tal fato foi lembrado pelos pescadores como um dano ambiental responsável por grande prejuízo. Dessa forma, alguns pescadores, ao se referirem ao derrocamento, enumeraram a mortandade de peixes também como uma das causas pela diminuição do pescado. Um desses pescadores foi Cleomar:

Ó, o pescador ele teve muito prejuízo com o derrocamento e muitos prejuízos com essa mortandade de peixe, que deu depois do derrocamento que morreu milhões, toneladas de peixe aí, né, não sei se vocês conseguiram ver na época que morreu. Então, pra você ver, e aquilo lá, aquilo lá foi o próprio Ibama que matou aquele peixe, eles matou nas barragem aí pra cima, matando aquele mexilhão dourado né, que no pé da barragem diz que tava num sei quantas toneladas daquele bicho colado assim na barragem então eles meteu um veneno, um líquido, num sei o que lá, pra matar eles, então aquele matou os peixe, mais muito peixe. E você vê como é o Ibama, né, tá tudo quietinho, né, como é o Ibama... se nós pegar um peixe fora da medida nós é capaz dos homem pegar nós e algemar e prender, agora quando é eles lá, milhões de tonelada de peixe, fica por isso mesmo, né⁴¹⁸.

Em sua fala, Cleomar culpa o Ibama pelo fato de ter causado a mortandade de peixes, embora a suspeita da mortandade, segundo ele, seja a de que tenha sido algum produto químico utilizado para matar o mexilhão dourado que se instala nas turbinas de hidrelétricas. Devido à quantidade de peixes mortos no Rio Paraná, a suspeita da Colônia Z-13 era a de que seria a Hidrelétrica de Itaipu que teria provocado a mortandade. Nesse sentido, a Itaipu veio a público esclarecer os possíveis motivos da mortandade na imprensa local, através da reportagem intitulada “Itaipu esclarece sobre a mortalidade de peixes da espécie armado no Rio Paraná”⁴¹⁹:

Sobre a mortalidade de peixes da espécie armado (*Pterodoras granulosus*) verificada recentemente no Rio Paraná, acima do município de Guaíra, no Oeste do estado, a Itaipu Binacional vem a público fazer os seguintes esclarecimentos:

1-) Desde que começou a ser registrada a mortalidade de peixes da espécie armado, a Itaipu Binacional se mobilizou na busca dos locais e causas do problema, coletando e enviando material para análises nos laboratórios da própria Itaipu e do Instituto do Paraná (IAP)

2-) A mortalidade não está ocorrendo no âmbito de abrangência do reservatório da hidrelétrica de Itaipu, mas num trecho de 250 quilômetros do Rio Paraná, entre o município de Guaíra e a usina de Porto Primavera, localizada no estado de São Paulo. A maioria dos peixes chega moribundo ao reservatório da Itaipu ou morta e em adiantado estado de decomposição;

3-) As análises de metais pesados nos peixes mortos, realizadas no laboratório do IAP em Curitiba, constataram uma alta taxa de cobre no fígado dos exemplares. Já as análises hematológicas, realizadas no Laboratório Ambiental

⁴¹⁸ Cleomar.

⁴¹⁹ Jornal Ilha Grande, 21 de outubro de 2006, p. 1.

da Itaipu, em Foz do Iguaçu, revelaram que, devido ao excesso de cobre, os peixes estavam com anemia e, provavelmente, morreram em consequência desse fato;

4-) Em virtude de quase 100% dos peixes mortos serem da espécie armado, os pesquisadores acreditam que essa espécie esteja mais exposta à contaminação do que as demais. No entanto, novos estudos buscam descobrir o motivo de só o armado ter sido afetado;

5-) Novas coletas, executadas em parceria com o IAP e a Companhia Energética de São Paulo (Cesp), para análises de metais pesados (pelo IAP, em Curitiba), hematológicas e bacteriológicas (pela Itaipu, em Foz do Iguaçu) foram realizadas e abrangeram, além de peixes, amostras de água, de sedimentos do rio e mexilhões dourados. Os resultados de todos os exames devem ser conhecidos em três semanas;

6-) É grande a possibilidade da contaminação ter sido causada, acima do reservatório da Itaipu, por fungicidas e alguns tipos de agrotóxicos usados na agricultura, que possuem cobre em sua composição.

Assessoria de Comunicação Social – Itaipu Binacional⁴²⁰

Acreditamos que as denúncias feitas pelos pescadores em relação à mortandade de peixes tenha funcionado como pressão sobre a Itaipu, fazendo-a vir a público esclarecer o fato, embora o que foi divulgado como esclarecimento não tenha passado de hipóteses.

Colocando-se à disposição para a resolução do caso, a Itaipu tentou logo atribuir a culpa ao fato de que os peixes já estariam chegando mortos no lago de Itaipu, num trecho que liga Guaíra à usina de Porto Primavera, no estado de São Paulo. Embora os exames divulgados pela Itaipu, num primeiro momento, tenham constatado a presença de cobre no organismo dos animais, em momento algum foi divulgado o causador de tal contaminação.

Percebe-se na fala de alguns pescadores que, ao perguntar-lhes a causa da mortandade, eles reproduzem o que foi noticiado pela Itaipu. Explicam que a causa da contaminação teria sido provocada pela usina de São Paulo através do uso de produto químico que tinha por finalidade matar o mexilhão dourado. Em certa medida isso pode ser explicado pelo fato de que o esclarecimento dado pela Itaipu talvez tenha sido a única informação que os pescadores tiveram sobre ao assunto. O curioso é que o resultado do exame encomendado pela Itaipu que esclareceria o fato nunca chegou ser divulgado ao público:

Única coisa que depois (do derrocamento) afetou muito nós também pra dizer a realidade, que nós sofremos um pouco foi na, na... duas vezes agora que eles fizeram sacanagem com nós e daí a lei brasileira num tá aí com nós, né, pescador, pra dizer, pra dizer nós pescador que nem a própria polícia fala, que nós é vagabundo, tudo nós pescador é vagabundo, né, eles fala, né, a polícia fala. Aí os cara vai lá, que nem em Rosana, fizeram a sacanagem lá, ponharam um tal de veneno lá pra matar mexilhão, mexilhão que existe mexilhão à vontade mesmo, né, aí o armado, o armado comeu o mexilhão, aqui pra baixo aonde eu pesco eu contei num pedaço só, só contando assim, contando o que eu vi mais ou

⁴²⁰ Jornal Ilha Grande, 21 de outubro de 2006, p. 1.

menos, o que eu contei naquele pedacinho, eu contei 552 armadão, não armadinho, armadão grande. Eu só calculava armado grande, bonito. Então isso que nós tem que lamentar também, que nós não tá recebendo, não tá recebendo, nós temos o direito pra receber porque matou o peixe, e esse era o peixe pra nós pegar, pra nós consumir, né, pra nós ter pra ganhar um pouquinho a mais, o lucro a mais, que pegar mais peixe, logicamente ia pegar mais. Como que deu aquela vez, acho que era lá de Rosana São Paulo até não sei que lado de Santa Helena, abaixo, Santa Helena abaixo. Urubu mesmo escolhia o peixe, o armado que queria comer. Depois começou a aparecer, começou aparecer, aparecer uns pialzinho, a curvina, traíra morto, pintado também, nós encontremos, mais era muito fraco, bem fraquinho, mais maioria, mais, mais, mais mesmo foi o armado, o armado, o armado deu uma caída grande pra nós, aquela vez, aquela duas vez que deu⁴²¹.

Alvino aponta para duas datas em que ocorreram as mortandades. Uma delas em 2006 e outra em 2009. Devido à falta de providências sobre o caso, o presidente da colônia entrou na Justiça contra o Ibama, acusando-o de não apurar as causas da mortandade para que responsabilizasse os culpados. Assim, segundo os pescadores, de acordo com a ação da colônia, quem se responsabilizaria em ressarcir as perdas da mortandade aos pescadores seria o Ibama, porém, como comentou Cleomar:

Ele entrou (presidente da colônia), ele entrou, sim, contra o Ibama, só que o Ibama pressionou ele pra ele tirar, eles falou assim; se você não tirar, isso aí acaba né... . Começou jogar um... ele num quis falar pra nós, também num é bobo, né, mais só que ele pegou e tirou e ele tinha, ele tinha entrado com um ação contra sabe, só que ele teve que tirar entendeu, então...⁴²²

Cleomar menciona um suposto tom de ameaça ao presidente da colônia, caso não voltasse atrás na ação. O silêncio em relação à mortandade leva à suposição de que o Ibama se omitiu enquanto órgão responsável pela apuração do fato. Negou-se ainda de assumir como sua a responsabilidade pelas perdas sofridas pelos pescadores. Assim como o derrocamento, a mortandade é vista pelos pescadores como um dano ambiental que só fez diminuir a produção do pescado, além do que, para eles, tal fato consistirá em mais um problema sem resolução, como comentado por Helena, Roberto e Luzia:

Luzia: Antes do peixe morrer era quantidade de armado, que pegava mesmo. Depois da mortandade diminuiu.

Roberto: O armado caiu oitenta por cento.

Cátia: E ninguém até hoje explicou o que causou a mortandade de peixes?

Helena: Talvez até sabe mais vai falar...

Roberto: Ó, eu num vou nem falar, velho. Um fica jogando nas costa um do outro. Isso aí vai acabar sabe no quê? Em pizza, igual no Congresso, lá⁴²³.

⁴²¹ Alvino.

⁴²² Cleomar.

⁴²³ Roberto, Luzia e Helena.

Tanto a luta em relação ao derrocamento quanto a questão da mortandade de peixes apresenta limitações no que se refere ao reconhecimento dos danos causados. Além dessas questões, os pescadores ainda reivindicam questões de outra natureza, como podemos observar pela reportagem “A piracema e o desemprego”⁴²⁴, onde a imprensa noticiou a reunião que os pescadores realizaram em 2000 com a finalidade de discutirem o valor do seguro desemprego:

Descontentes com a situação, os pescadores de Guaíra reuniram-se na última segunda-feira, numa Assembléia Geral na Colônia de Pescadores Z-13, para discutirem a questão do Seguro Desemprego. Inconformado com o valor estipulado pelo governo (R\$151,00), o presidente da Colônia dos Pescadores Z-13 de Guaíra, Sr. José Cirineu (foto), afirmou ter documentos protocolados datados desde o dia 10 de fevereiro, onde solicita o aumento da renda e sugere ainda que seja liberada a pesca utilizando-se de espinhéis com iscas frutíferas, porém, as respostas do IBAMA às reivindicações têm sido sempre desfavoráveis aos pescadores, ele segue argumentando que a questão é social, “para quem tem outras fontes de renda, o Seguro Desemprego é ótimo, mas para quem depende exclusivamente da pesca o valor recebido é insuficiente, não justo, que na hora que o pescador vai fazer sua colheita, o governo o proíba de trabalhar esperando que uma família sobreviva com apenas cento e cinquenta reais por mês”, concluiu dizendo que se de alguma forma até o dia vinte suas reivindicações não forem atendidas os pescadores irão se reunir novamente e decidirão o que fazer, uma vez que as decisões na Colônia são sempre tomadas democraticamente⁴²⁵.

A imprensa, por sua vez, além de noticiar a reivindicação dos pescadores, também noticiou o parecer do chefe do IBAMA, a quem os pescadores reivindicavam na ocasião em que a pesca fosse liberada na época do defeso para que os pescadores pudessem complementar o valor recebido com o seguro desemprego:

De Cascavel, o chefe do Posto Fiscal do IBAMA, o Sr. Jorge Luiz Pegoraro, explicou que, nessa questão, ao IBAMA cabe somente proteger a fauna aquática, “os problemas sociais e econômicos advindos com a proibição da pesca, agora deverão ser tratados com o Ministério da Agricultura e as questões trabalhistas com o INSS”. Entendemos que proibir a pesca durante a piracema é uma medida extremamente salutar e necessária, pois, além de preservar os ecossistemas aquáticos, garantirá a pesca às gerações futuras, quer dizer, a lei protege o peixe e ao mesmo tempo o próprio pescador. Por outro lado, concluímos que a pesca artesanal em Guaíra está se tornando uma atividade economicamente inviável, como muitas outras em nosso país, talvez pela demora na fiscalização, a lei que proibiu a pesca nos períodos de defeso é recente (1988) considerando os impactos causados pela pesca predatória e o tempo que a natureza levava para se recuperar ou até mesmo sua ausência, pois o IBAMA não tem estrutura necessária para executar a fiscalização no período do defeso. As perdas contabilizadas pelos pescadores durante o resto do ano. Como em outras atividades, o faturamento nas economias também oscila, faz parte do negócio, é comum que as empresas e os profissionais liberais ganhem mais ou menos em determinados meses do ano. Concordamos que a renda mínima vigente no país é ridícula levando-se em consideração as necessidades básicas de qualquer ser

⁴²⁴ Jornal Rio Paranazão, 10 de novembro de 2000, p. 9.

⁴²⁵ Jornal Rio Paranazão, 10 de novembro de 2000, p. 9.

humano, é direito de qualquer cidadão lutar por uma vida mais justa. Neste caso, um grave erro aconteceu quando se estipulou que o valor do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal em um salário mínimo e não o correspondente à média anual de cada um, devidamente comprovada, o que seria justo. Sendo assim aos pescadores que não conseguissem uma média superior a de um salário mínimo, de nada adiantaria mudar as regras do jogo. Portanto esperar que o valor do Seguro Desemprego mude substancialmente não parece ser o caminho mais eficaz para resolver os problemas dos pescadores. A atividade pesqueira realizada aqui, embora que envolva várias questões ambientais e de nível Nacional, é como muitas outras, um problema econômico local, e cabe ao município viabilizar a sua produção e comercialização de forma a gerar emprego e renda tornando a pesca uma atividade viável, é claro que qualquer benefício é bem vindo, mas não podemos ficar esperando que a União financie as deficiências dos nossos meios de produção⁴²⁶.

Enfatizando o dever de proteger a fauna aquática, o chefe do IBAMA, apesar de reconhecer o baixo valor pago aos pescadores, atribuiu a responsabilidade social em relação aos pescadores unicamente ao município, apesar de enumerar que o problema relacionado ao baixo valor do seguro desemprego é de responsabilidade do governo federal por não estabelecer seu valor de acordo com a realidade de cada pescador. Ao ressaltar que a atividade pesqueira vem se tornando em Guaíra uma atividade inviável, culpou a pesca predatória devido à implantação de uma fiscalização tardia em proibir a pesca no período do defeso. Culpou ainda questões de ordem ambiental, embora não sem citar quem as tenha causado e, ao mesmo tempo, relacionando a pesca com outras atividades para justificar e naturalizar o fato de os pescadores durante o período do defeso ganharem menos. Assim, “o faturamento nas economias também oscila, faz parte do negócio, é comum que as empresas e os profissionais liberais ganhem mais ou menos em determinados meses do ano”.

No caso dos pescadores, o discurso de proteção ao meio ambiente parece contraditório quando considerarmos que o derrocamento, por exemplo, que gerou grandes danos à pesca, foi realizado por meio de licença ambiental expedida pelo próprio IBAMA. Ou ainda, que a mortandade de peixes que também causou danos à pesca tenha sido silenciada como mais um fato sem resolução. Vemos, nesse caso, que, quando se trata de um projeto dominante, do governo, ou ainda questões que envolvam grandes empresas, o discurso de proteção ganha força e outros significados, o de “desenvolvimento” e “progresso”, mas isso não é para todos, como podem exemplificar as perdas sofridas pelos pescadores.

As reivindicações dos pescadores levadas a efeito de forma coletiva nos levam considerar que os pescadores acreditam e veem possibilidades de melhorias através dessa

⁴²⁶ Jornal Rio Paranazão, 10 de novembro de 2000, p. 9.

forma de luta, embora, em alguns casos, não venham conseguindo êxito. Outras reivindicações dos pescadores ainda estão relacionadas a questões como o atraso do seguro desemprego, ao tempo de registro de carteira para recebimento do benefício, a baixa do rio e as sujeiras no lago causadas pela Itaipu e ao não recebimento da indenização. Noticiada em 2001, a reportagem trazia por título “Não podemos continuar sendo feitos de palhaço”⁴²⁷, através da procura de um pescador à redação do jornal:

Nilson Carlos Cirineu, 28, pescador de Guaíra, filiado na Colônia Z-13, procurou nossa reportagem para fazer várias reclamações. Uma delas é com relação ao seguro desemprego. Segundo ele essa situação tem que ser alterada, porque, o pescador tem que exercer a profissão durante três anos, com carteira registrada no Ibama para receber o benefício, fato que não acontece com outras classes que precisam exercer apenas seis meses de trabalho, não se esquecendo do atraso que acompanha a entrega do benefício seguro desemprego, chegando sempre após o período da piracema. “Particularmente essa é uma grande injustiça com a classe dos pescadores”. Nilson também chegou a afirmar que o que as barragens fizeram mostra uma grande falta de consideração com os pescadores. Lembra ele, que uma baixa no nível do rio Paraná no ano de 1999 prejudicou sensivelmente a pesca, pois a mesma ocorreu em época de piracema e até agora os representantes dos pescadores nada fizeram para reparar o erro. (...) Um outro grande problema levantando por Nilson, é que há dias que as barragens estão soltando grande quantidade de sujeira e entulhos fazendo com que vários pescadores perdessem os materiais de trabalho. Ele acha que os responsáveis pelas colônias deviam se mobilizar e mover uma ação contra as pessoas que causaram esses prejuízos aos profissionais pescadores. “Não podemos permitir que sejam colocadas regras aos pescadores ao mesmo tempo em que não se tem respeito com a classe”. Sobre a longa novela do derrocamento, houve manifestações que fizeram com que a primeira parcela de indenização fosse paga aos pescadores e até agora nada mais foi repassado. Lembrou de uma reunião realizada na Câmara Municipal de Guaíra, onde estiveram representantes do DER, dos pescadores, políticos municipais e estaduais, onde soluções foram prometidas e até agora não cumpridas. “É por isso que eu sempre acho que esse país só funciona a base de pressão. Se a gente não lutar de uma forma mais séria atrás de nossos direitos, vamos ficar a ver navios”. Para o pescador Nilson o que falta é a vontade política de ajudar os pescadores, não precisa ir muito longe para conseguir um bom exemplo, na cidade de Itaipulândia foram criados tanques rede para engordar peixes, projeto que beneficia muito os pescadores daquela região. “É preciso vontade política para fazer as coisas acontecerem. Os pescadores não podem viver na miséria que estão” – Finalizou Nilson Carlos Cirineu⁴²⁸.

É importante ressaltar que Nilson é irmão de José Cirineu, presidente da Colônia Z-13 desde 1999. Dentre as denúncias, o pescador criticou aqueles que ele chamou de representantes ou responsáveis pelas colônias, numa referência aos advogados, que, segundo ele, não estariam cumprindo com o dever de representá-los na luta por seus direitos. Interessante ainda é observar que, na mesma reportagem, foi apontado como

⁴²⁷ Jornal Rio Paranazão, 25 de maio de 2001, p. 2.

⁴²⁸ Idem.

solução de ajuda aos pescadores o desenvolvimento de tanques-rede, a exemplo de Itaipulândia, onde supostamente esse projeto estava se desenvolvendo.

Considerando a posição favorável ao projeto tanque-rede pelo presidente da colônia, isso possibilita o levantamento da hipótese de que o tanque-rede tenha sido tentado pela Itaipu em Guaíra, por reivindicação do presidente da colônia, José Cirineu, a exemplo do que estava ocorrendo na região. Dessa forma percebemos que, embora os pescadores acreditem na forma de luta coletiva por meio da colônia, isso não significa que concordem com todos os projetos defendidos pelo presidente da colônia. A própria questão dos tanques-rede demonstra a divergência existente. Isso ocorre porque os interesses dos pescadores são distintos dos interesses políticos do presidente da colônia. Há ainda diversas disputas políticas que marcam o interior da colônia, o que, em certa medida, leva a um enfraquecimento da luta dos pescadores. Por outro lado, identificamos, pelas entrevistas e na participação das reuniões, que os pescadores atribuem grande importância à colônia e ao presidente. Isso evidencia que os pescadores acreditam na forma de luta coletiva como forma solução aos problemas vivenciados.

De todas as reivindicações dos pescadores, a indenização do DER pelos danos causados à pesca se coloca, senão como a principal, como uma das mais importantes reivindicações feitas pelos pescadores. Em toda manifestação, a causa principal está relacionada ao não cumprimento da promessa de indenização feita pelo DER aos pescadores. Em 2004, numa manifestação realizada pelos pescadores na Ponte Ayrton Senna, a imprensa se referiu à ação dos pescadores de forma curiosa. A reportagem trazia por título “Sem-peixe” ocupam a Praça de Pedágio da Ponte Ayrton Senna”⁴²⁹, fazendo referência ao movimento dos pescadores ao Movimento dos Sem Terra:

Cerca de 70 famílias de pescadores ocuparam a Praça de Pedágio da Ponte Ayrton Senna em Guaíra na segunda-feira (26) por volta da meia-noite. Eles liberaram a cobrança do pedágio para todos os veículos como forma de pressionar o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná a pagar uma indenização pelo derrocamento feito no canal de navegação do Rio Paraná, o que teria terminado com a produção pesqueira no local. “Nossa principal reivindicação é uma indenização. O DER soltou mais de mil quilos de bombas aqui, o acabou com os peixes. Hoje, o pescador não pode mais sobreviver do rio. Eles alegam que foi a natureza, mas foram as bombas que jogaram aqui. Desde aquela época nós não tivemos nenhuma solução e ficamos totalmente abandonados. Autoridade nenhuma olha para pescador e nós estamos dispostos a ocupar esse pedágio por tempo indeterminado. A partir de amanhã (quarta-feira) se ninguém der uma solução, nós vamos fechar tudo e parar o trânsito de veículos. As nossas famílias, verdadeiramente, sobrevivem de algum peixinho

⁴²⁹ Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/7/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

que sobrou. Estamos quase passando fome, porque não temos de onde tirar o meio de vida. Temos que nos abraçar com nós mesmos e ocupar tudo”, disse Ivo Alves dos Santos, representante dos pescadores. No final da tarde de terça-feira (27), representantes do DER estiveram em Guaíra e se reuniram com os pescadores. Propuseram uma negociação desde que a Praça do Pedágio fosse desocupada, o que aconteceu por volta das 18h, quando a passagem voltou a ser cobrada. Segundo informações da representante da empresa F. Andreis, que administra e explora a cobrança no local, cerca de 103 mil veículos entre pagantes e isentos, trafegam mensalmente pela ponte⁴³⁰.

Embora o jornal se refira a Ivo como o representante dos pescadores, o presidente da colônia era José Cirineu. Apesar da notícia de que o DER teria se reunido com os pescadores para propor uma negociação, o motivo dessa ação pode ser entendida como uma forma encontrada pelo DER para que os pescadores desocupassem a praça de pedágio. Isso porque, no mesmo ano, ocorreu outra manifestação dos pescadores na Ponte Ayrton Senna, noticiada pela imprensa da mesma forma do que a manifestação ocorrida em julho de 2004: “Sem peixe” ocupam praça de pedágio da Ponte Ayrton Senna em Guaíra⁴³¹:

Um protesto pacífico reuniu dezenas de pescadores profissionais na praça de pedágio da Ponte Ayrton Senna em Guaíra. Os manifestantes, que reivindicam uma indenização do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER) como compensação pelo derrocamento feito em 1997, no canal de navegação do rio Paraná e que teria ocasionado o desaparecimento dos peixes, ocuparam o local desde a noite de domingo (5) até o final da tarde de terça-feira. “Peixe não temos, indenização também não. Queremos nossos direitos”, dizia o texto de uma das faixas expostas no local. Nilson Carlos Cirineu, um dos representantes da comissão de pescadores, informou que o impasse para um acordo com a categoria acontece desde que o rio Paraná foi contaminado pelo uso de explosivos na área de pesca. “Isso afetou muito a qualidade de vida dos peixes e dos pescadores”, afirmou. Ele comentou ainda que o DER exigiu uma perícia na área e constatou danos irreparáveis. “Em julho deste ano, quando abrimos o pedágio, a representante do DER de Maringá pediu um prazo de 60 dias para resolver o problema, mas até agora nada”, explicou. “A situação está muito delicada. Morreram muitos peixes e inclusive o canal foi construído na época da piracema. Nossa renda caiu e muitas famílias estão passando por necessidade. Na verdade, não queremos esmolas do governo, e sim o que é nosso por direito”, afirmou. Na terça-feira à tarde a reunião com os representantes do DER aconteceu e os manifestantes desocuparam a praça de pedágio⁴³².

Sem êxito, novamente em 2006 os pescadores tornaram a realizar a 5ª manifestação desde que ocorreu o derrocamento, com uma duração de quatro dias. A reportagem trazia por título “Pescadores reivindicam direitos e obstruem trânsito”⁴³³, marcando uma

⁴³⁰ Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/7/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

⁴³¹ Jornal Rio Paranazão, edição 402, 10/12/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

⁴³² Idem.

⁴³³ Jornal Rio Paranazão, 31 de março de 2006, p. 17.

diferença em relação às manifestações anteriores, a de impedir a circulação de veículos na Ponte Ayrton Senna:

O protesto da colônia Z-13, de Guaíra, bloqueou o acesso à ponte Ayrton Senna que liga Guaíra – PR a Mundo Novo – MS. Os pescadores cobram o pagamento de indenização pelas explosões de rochas para a abertura de um canal de navegação, realizadas em 1996, durante a construção da ponte. [...] O presidente da colônia, José Cirineu Machado, afirmou que espera um acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) responsável pelo derrocamento. [...] Segundo Cirineu, os pescadores já provaram cientificamente que as explosões causaram sérios danos. O homem que lidera cerca de 400 pescadores afirmou com veemência: “Os peixes desapareceram, como resultado, nossa pesca sofreu uma redução de 80%. Essa é a quinta paralisação realizada pelos pescadores. “É lamentável termos que tomar essa atitude, atrapalhar o trânsito, empresas, passageiros, e caminhoneiros, mas é uma tentativa desesperada de chamarmos atenção do Governo Estadual”. [...] Mais uma vez Guaíra foi palco de polêmica e conseqüências sociais. [...] Não foi a primeira vez, todos sabem das incalculáveis perdas que Guaíra teve no passado. Perdas com conseqüências ambientais, econômicas e sociais e com resultados assustadores e nitidamente ainda presentes. Os pescadores movem uma ação contra o DER e a Itaipu. Ambas as instituições causaram grandes perdas para Guaíra. Ali, naquele canal-que se encontra, por sinal, bastante assoreado – jamais se viu sequer uma barcaça navegando. Toda a tradição que Guaíra tem com a pesca, uma ligação umbilical, histórica, foi prejudicada com todas estas questões. Para Aparecido Martins, (advogado) isso ficou evidente. “o cascudo na brasa, prato tradicional, hoje, não recomendo mais. Em sua grande parte, o peixe está contaminado”⁴³⁴.

Desde 2006, os pescadores não realizaram manifestações, ao menos que fossem noticiadas pela imprensa, porém isso não significa que os pescadores não as tenham realizado. A partir desse período, as reportagens referentes aos pescadores estão relacionadas unicamente a notícias sobre a implantação do projeto tanque-rede e sobre o término do frigorífico de peixes, como projetos que melhorariam as condições de vida dos pescadores. O projeto tanque-rede foi instalado pela Itaipu em 2007. No final desse mesmo ano identificamos na imprensa algumas reportagens relacionadas ao projeto, porém em relação aos pescadores percebemos a ausência de reportagens, principalmente aquelas relacionadas a reivindicações ou a denúncias dos pescadores, que só voltaram a ser noticiadas na imprensa novamente em 2011. Isso porque, pelo que evidenciamos, as reportagens na imprensa noticiadas a partir de 1999 são a pedido do presidente da colônia. Como o projeto tanque-rede era uma aposta do presidente, suponhamos que, devido ao fato de esse projeto não ter alcançado sucesso entre os pescadores, houve, por parte do presidente da colônia, um silenciamento tanto em relação ao projeto quanto aos pescadores, o que coincide com a ausência de reportagens sobre os pescadores na imprensa.

⁴³⁴ Jornal Rio Paranazão, 31 de março de 2006, p. 17.

Em 2011, então, além da notícia de que o presidente da colônia havia realizado o recadastramento dos pescadores, em seus respectivos pontos de pesca com a finalidade de estabelecer a quantidade de pescadores em cada ponto, a reportagem ainda se referia a uma reivindicação do presidente Cirineu, desta vez relacionada ao frigorífico de peixes:

Mas nem tudo é um “rio” de rosas para os pescadores de Colônia Z-13. Segundo o José Cirineu (presidente da colônia Z-13) os pescadores devem enfrentar um grave problema nos próximos meses se não houver a ativação do frigorífico de Peixes do Município Guaíra, isso porque nos próximos meses a Vigilância Sanitária Estadual começará a realizar barreiras nas divisas do município. Com estas barreiras os pescadores não poderão mais fornecer o pescado a outros municípios como vem sendo feito atualmente. “O município de Guaíra não consegue consumir todo este pescado, para exportarmos para outras cidades necessitaremos do frigorífico”, afirmou Cirineu. O frigorífico de peixes está quase pronto, segundo Cirineu toda a estrutura física, assim como os equipamentos já estão instalados, falta somente o município de Guaíra agilizar a licitação para a instalação da luz no local. “Na semana que vem vou procurar o prefeito de Guaíra, Manoel Kuba, para cobrar dele uma atitude mais firme sobre esse assunto. Se isso não acontecer pode ter certeza que iremos realizar um grande movimento no município, em defesa dos nossos direitos. Afinal não se trata de 10 pescadores, mas sim de mais de 300 pescadores” finalizou José Cirineu⁴³⁵.

Mesmo não havendo produção suficiente para o funcionamento do frigorífico, o presidente da colônia continua fazendo pressão através da imprensa com o intuito de fazê-lo funcionar. Isso sob pena de que os pescadores sofrerão as conseqüências uma vez que não conseguirão comercializar a produção em outros municípios vizinhos. Por mais que o projeto do frigorífico se apresente como um projeto inviável, tendo em vista a falta de produção e o insucesso do sistema de criação de peixes em tanque, o presidente da colônia insiste em divulgá-lo como um bom projeto. Em certa medida, isso pode ser entendido como uma estratégia política por parte do presidente, tendo em vista que vários pescadores possuem expectativa de que, com o frigorífico, o problema da comercialização do pescado seja solucionado.

Outra reportagem em 2011 esteve relacionada a uma reunião realizada pelos pescadores, cuja finalidade era discutir a burocracia imposta pelo Ministério da Pesca quanto à renovação de suas carteiras de pescadores profissionais. A reportagem trazia como título “Pescadores dizem: 'O bicho vai pegar!'”. “Pescadores da colônia Z-13 e Z-16 devem começar um mega protesto contra a burocracia exigida pelo Ministério da Pesca e a Superintendência de Pesca do Estado do Paraná”⁴³⁶:

⁴³⁵ Jornal Rio Paranazão, 12 de março de 2011, p. 4

⁴³⁶ Jornal Rio Paranazão, 21 de Maio de 2011, p. 5.

Segundo o presidente da Colônia Z-13, José Cirineu Machado, muitas carteiras de pescadores vêm sendo negadas devido a uma burocracia muito grande imposta pela Superintendência do Ministério da Pesca do Paraná e a nova instrução normativa nº2, lançada no dia 26/01/2011, pelo Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA). “Nesta normativa existem alguns artigos que desmobilizam o pescador, pois o mesmo fica desamparado quando necessita recadastrar o seu documento de pesca. Essa situação não está acontecendo somente na cidade de Guaíra, mas sim em todo o Paraná e até mesmo no Brasil”, disse Zé Cirineu. [...] De acordo com Zé Cirineu, a instrução normativa nº 2 publicada pela Ministra da Pesca e Aqüicultura, Ideli Savatti, (Salvatti) solicita uma série de documentos necessários para a emissão das carteiras de pesca, entre estes documentos existe um que deixou de ser emitido há muitos anos. “Eles estão pedindo um documento que eles (MPA) mesmo emitem que é o certificado de Registro de Embarcação Pesqueira (CREP), só que esse documento é para as embarcações do litoral. Nós fazíamos isso aqui (CREP) antigamente, porém o próprio Ministério da Pesca, afirmou que as nossas colônias de pesca não precisariam mais deste documento, somente os pescadores que exercem a atividade no litoral. Hoje eles estão pedindo este documento para todos os pescadores, ou seja, eles (MPA) cancelaram este documento e agora estão pedindo o mesmo para renovar as nossas carteiras de pesca”, disse Zé Cirineu. O mais curioso deste caso é que, segundo Zé Cirineu, o próprio Ministério da Pesca é que emite esse documento. “Eles pedem um documento que eles mesmos estão sentados encima, (em cima) mas também não dão acesso a nenhuma pessoa fazer”, disse Zé Cirineu ao se referir ao caso⁴³⁷.

A reportagem acima evidencia um posicionamento crítico do presidente da colônia em relação às exigências do Ministério da Pesca feitas aos pescadores que precisavam realizar a renovação de seus documentos de pesca. Além disso, criticou, na ocasião, o trabalho realizado pela Superintendência de Pesca do Paraná, a qual, para o presidente da colônia, não estava de encontro com as necessidades dos pescadores:

Além deste assunto, Zé Cirineu falou a respeito do serviço prestado pela Superintendência do MPA no estado. Segundo ele, o atual chefe não vem colaborando com a classe dos pescadores. “Quando o José Wigineski veio a Guaíra, ele trouxe uma série de carteiras foram entregues. A outra parte destas carteiras voltou com ele para Curitiba a acabou ficando em cima da mesa dele”, disse Zé Cirineu. “Muitas informações não estão chegando a nossa colônia de pescadores, como por exemplo; o nome dos pescadores que tiveram as suas carteiras caçadas. Nós precisamos dos nomes desses pescadores para que possamos entrar com um recurso administrativo ou judicial. Afinal de contas é um direito desses pescadores”, conclui Zé Cirineu. Sem a carteira de pesca os pescadores não podem receber o seu seguro desemprego, que ocorre todo ano durante o período da piracema, muito menos ter o direito de se aposentar pela classe. [...] “Ficou decidido em assembléia que até o dia 28, tentaremos fazer uma intermediação com a superintendência, se até a data marcada não houver acordo, os pescadores estarão aqui para decidir a data e o horário que nós faremos os comboios que partirão a Curitiba. Lá nós faremos um manifesto em frente à superintendência do Ministério da Pesca. Inclusive pretendemos fechar a superintendência se for o caso”, afirmou Zé Cirineu. O protesto deverá mobilizar todas as colônias de pescadores da costa oeste. Para Zé Cirineu todo esse problema pode ser evitado. “O Ministério da Pesca tem que ser mais claro e mais humano com os pescadores. Queremos um atendimento de qualidade! Nós não estamos pedindo um caminhão de peixe ou uma câmara fria, nós só queremos

⁴³⁷ Idem.

um pedacinho de papel que nos dá o direito de ir e vir com o nosso pescado, sem termos problemas com a fiscalização”, disse José Cirineu⁴³⁸.

Pela reportagem, o presidente Cirineu demonstra que, embora a colônia de pesca siga direcionada por leis e decretos que regem a pesca por meio do Ministério da Pesca, isso não significa que os pescadores sigam à risca algumas determinações. A colônia, nesse sentido, apresenta um posicionamento crítico em relação a algumas ações. Segundo informações obtidas com os pescadores, tal posicionamento crítico surtiu efeito contra as determinações do Ministério da Pesca, o qual precisou rever as exigências impostas, para que assim os pescadores pudessem realizar a renovação de seus documentos. Podemos concluir, nesse sentido, que, em alguns casos, a reivindicação dos pescadores por meio da ação coletiva possibilita algumas conquistas no que se refere aos direitos dos pescadores, embora em outros casos não se verifiquem os mesmos efeitos positivos, como, por exemplo, quando o assunto diz respeito ao recebimento da indenização.

Nesse sentido, é importante ainda destacar a organização coletiva dos pescadores através de reuniões realizadas na colônia. Durante o processo de pesquisa pude acompanhar duas dessas reuniões em que foi possível identificar que é significativa a participação dos pescadores. É por meio das reuniões que os pescadores tomam conhecimento das questões relacionadas à categoria que são repassadas pelo presidente da colônia. Dentre as informações obtidas estão o esclarecimento sobre quando devem renovar suas carteiras de pesca, recadastramento dos pescadores em seus respectivos pontos de pesca, determinações e exigências do Ministério da Pesca ou do Ibama, etc. Além disso, as reuniões realizadas pela colônia caracterizam-se como espaços de debates sobre diversos assuntos, como, por exemplo, sobre os projetos elaborados pela colônia e direcionados aos pescadores e o recebimento da indenização. Constituem ainda um momento onde são possíveis decisões sobre a realização ou não de manifestações. Percebemos que a participação dos pescadores nas reuniões realizadas na colônia é expressiva. Isso demonstra que eles veem na organização coletiva uma forma de solução para os problemas vivenciados. Como mencionado por Ari: “Incentivo mesmo só da colônia, né, a prefeitura até agora não dá ajuda pro pescador, não. O negócio é só o presidente que corre atrás, é a colônia, né”⁴³⁹.

Além das formas de organização por meio da colônia, na pesquisa identifiquei outra forma de organização coletiva. Refere-se à organização de um grupo de pescadores

⁴³⁸ Jornal Rio Paranazão, 21 de maio de 2011, p. 5.

⁴³⁹ Ari.

contrários tanto ao atual presidente da colônia quanto ao direito à indenização de pescadores que iniciaram na profissão após o derrocamento em 1996. Tal grupo realiza uma descaracterização desses pescadores, dizendo que possuem carteira, mas não exercem a profissão, como apontado no primeiro capítulo. Além disso, eles vêm, nos últimos tempos, tentando, através da Justiça, fazer pressão para que seja realizado um trabalho de investigação e apure quem realmente vem exercendo a profissão de pescador.

No geral identificamos que os pescadores não formam um grupo homogêneo. Ao contrário, os pescadores divergem por várias questões. Entre elas está o questionamento sobre quem deve ou não receber a indenização, o problema do aumento do número de pescadores, as disputas políticas existentes no interior da colônia e os distintos interesses entre os pescadores e o atual presidente. Mesmo assim, no entanto, por mais que haja disputas internas, a pesquisa permitiu identificar que as formas coletivas de organização evidenciam a busca por melhorias e, com elas, a resistência dos pescadores em continuarem existindo como pescadores.

Por isso, através da discussão das questões relacionadas às condições de vida e de trabalho dos pescadores, identifiquei alguns elementos que permitiram enxergar a forma pela qual os pescadores se definem como sujeitos em relação ao trabalho. Em alguns casos, os pescadores expressaram determinada impotência em relação à Itaipu. Roberto sintetizou esse sentimento: “Quem vai brigar com a Itaipu?”⁴⁴⁰. Ou seja, ao mesmo tempo em que Roberto menciona a impossibilidade de fazer algo diante do poder exercido pela estatal, expressa um sentimento de angústia vivenciado por ele devido aos problemas causados à pesca. Em outras vezes, os pescadores expressaram uma situação de inferioridade relacionada à profissão, como mencionado por Joanias: “... o pescador é um peão qualquer, né, e hoje ele é respeitado como uma profissão”⁴⁴¹ ou como uma profissão que não é valorizada, segundo a pescadora Maria:

Muito sofrida, é muito sofrida, num, num falo que é boa porque é muita sofrida, muita dificuldade das coisa aí, né, a vida financeira ainda tá muito sofrida pra vida do pescador, tinha que melhorar um pouco mais. Principalmente o ganho, né, tinha que ter mais um pouco de valor o trabalho da pesca. Se tivesse um pouquinho mais de valor você ganhava um pouquinho mais também, e ajudava não só nós que somos pescador como aqueles da cidade, no comércio que a gente tinha mais renda também, né⁴⁴².

⁴⁴⁰ Roberto.

⁴⁴¹ Joanias.

⁴⁴² Maria Aparecida.

Outros pescadores, mesmo reconhecendo todas essas questões apontadas anteriormente, fizeram questão de ressaltar que, embora haja a desvalorização de seu trabalho, vivenciem dificuldades, injustiças e preconceitos, a pesca constitui seu meio de trabalho e sobrevivência. Por isso se veem como sujeitos que realizam um trabalho árduo, sofrido, embora muitas vezes as autoridades ou a imprensa tente passar uma imagem distorcida sobre o trabalhador pescador. Quanto a isso, comentou Alvino: “A pessoa que mexe dia a dia, que vai lá ponhar, levantar o espinhel, com aquele peso, tem hora que você vê estrela na sua frente pra levantar um espinhel pra cima, as mão tudo cheio de calo, ardido, a mão chega arder”⁴⁴³, ou ainda Roberto: “A maioria não sabe o que a gente passa no rio, aí tem coragem de falar que os pescador é vagabundo, acorda cinco hora da manhã...”⁴⁴⁴

A pesquisa ainda permitiu identificar que alguns pescadores se apresentam como sujeitos que não admitem determinadas situações a eles impostas. Em alguns momentos foi possível identificar um posicionamento crítico diante daquilo que vivenciam, seja em relação aos projetos elaborados pela Itaipu, pela busca de seus direitos, ou em relação à própria escolha da profissão. Embora para muitos tornar-se pescador foi uma alternativa encontrada em meio à falta de estudos e oportunidades, para outros esses mesmos motivos foram ressaltados juntamente com o fato de que a pesca, mesmo constituindo-se em um trabalho pesado, lhes possibilita uma maior liberdade no que se refere a cumprimentos de horários. Isso não significa, porém, que os pescadores estejam livres da exploração. Tanto pela relação de preconceito, quanto pela forma como os pescadores realizam seu trabalho para sobreviver, percebemos que a relação dos pescadores com a cidade apresenta diferenciações de classe, ou seja, isso revela a desigual inserção dos pescadores no mundo do trabalho.

Por fim, o objetivo deste capítulo foi demonstrar as condições de vida e de trabalho dos pescadores a partir das mudanças vividas por eles nos últimos trinta anos. Além disso, buscamos entendê-los como um grupo de trabalhadores que vem, ao longo desses anos, resistindo e lutando com a finalidade de continuarem existindo como pescadores. Por isso, evidenciamos as disputas internas na Colônia, sem, no entanto, perder de vista as suas formas coletivas de organização. É através das lutas coletivas que os pescadores buscam melhorias para a categoria. Por meio delas demonstram acreditar na possibilidade de alcançarem melhores condições de vida, bem como fazer pressão frente aos problemas

⁴⁴³ Alvino.

⁴⁴⁴ Roberto.

vivenciados. Mesmo encontrando limites, os pescadores buscam lutar da forma que conseguem, permitindo percebermos que a luta dos pescadores não consiste apenas em uma luta pela sobrevivência, mas também em uma luta política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procurei analisar as mudanças vividas pelos pescadores profissionais de Guaíra como parte do processo de mudanças no mundo do trabalho ocorridas nos últimos trinta anos. O avanço do capitalismo ao longo desses anos trouxe diversas transformações nas relações sociais de produção. Para os pescadores, essas transformações puderam ser sentidas a partir dos danos ambientais provocados à pesca no Rio Paraná.

Em meio a discursos homogeneizadores que privilegiam a Hidrelétrica de Itaipu e o canal de navegação como construções que trouxeram melhorias a toda população, esta pesquisa buscou estudar um grupo de pescadores que nada tiveram o que comemorar com essas obras. Defasada, a pesca não permite mais aos pescadores a sobrevivência. A extensa jornada de trabalho não significa produção farta e os recursos adquiridos com a pesca são insuficientes ao sustento e à reprodução da atividade. A desigual inserção dos pescadores no mundo do trabalho exige deles a realização de um trabalho precário. Sem renda e jornada fixas, produzir e consertar seus meios de produção se coloca como condição para a realização do trabalho na pesca. Além da não garantia em relação à duração de seus instrumentos de trabalho, os pescadores vivem a instabilidade de não conseguir até mesmo o necessário para sobreviverem. Por isso, a luta dos pescadores é caracterizada por uma luta diária pela sobrevivência. Isso demonstra que os pescadores vivem um embate permanente de classes.

Outra dificuldade vivenciada pelos pescadores se refere à falta de autonomia em relação à comercialização do pescado. “Preocupada” com a situação, a solução proposta pela Itaipu consistiu em uma tentativa de inserir os pescadores numa dinâmica capitalista de produção para a indústria, porém o projeto de criação de peixes elaborado pela Itaipu encontrou como obstáculo a resistência dos pescadores. Desconectado da realidade vivida

por eles, o projeto tanque-rede propunha mudanças na forma como realizam o trabalho na pesca, sendo que o sucesso do projeto seria um dos elementos que pressionaria para o fim da profissão.

Analisando esse contexto de mudanças, primeiro com a formação do lago, segundo com o derrocamento e, em terceiro, com a tentativa de industrialização da atividade, percebemos que todos esses projetos procuram demonstrar à sociedade que os pescadores não possuem importância ou que é possível produzir de outra forma, já que a pesca decaiu e que a profissão de pescador, ou eles mesmos, não fazem nenhuma falta.

Nesse sentido, evidenciamos também como as políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro vêm, nos últimos tempos, criando políticas de incentivo que priorizam a atividade criatória de peixes em detrimento da pesca natural. A criação de tais políticas interfere no trabalho dos pescadores, de modo que os projetos políticos elaborados são favoráveis a um modo de produção inserido nos moldes capitalistas, contrapondo-se, dessa forma, ao modo de trabalho realizado pelos pescadores profissionais. A aplicação de tais políticas pode ser sentida quando identificamos as novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná relacionadas à atividade pesqueira, principalmente a atividade criatória de peixes. A criação de políticas públicas nesse contexto capitalista pode ser entendida como uma forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial.

Assim, tentamos perceber a natureza dos conflitos que os pescadores estão vivendo em meio às transformações ocorridas na região. Para isso, partimos do pressuposto de que as determinações existentes na vida desses trabalhadores não se caracterizam como o fim da história. Consideramos que os estragos causados à pesca ocasionaram mudanças na estratégia de sobrevivência dos pescadores e, conseqüentemente, em seu modo de vida, porém a representação que os grupos dirigentes municipais produzem acerca da história do município não encontra respaldo na realidade vivenciada e narrada pelos pescadores.

Desse modo, quanto às mudanças ocorridas nos últimos anos, buscamos entender esse processo valorizando a subjetividade dos pescadores. Acreditamos que, enquanto trabalhadores, eles puderam sentir e continuam sentindo os custos sociais daquilo que, no discurso dos setores das classes dominantes, aparece como sendo o “desenvolvimento” do município.

Como forma de discutirmos essas mudanças, procuramos entender os pescadores como um movimento social que há três décadas resiste e luta para continuar existindo enquanto pescadores. Através do diálogo com os trabalhadores, procurei mapear os

problemas enfrentados, suas práticas, significados e percepções acerca do trabalho realizado na pesca. Pude perceber que a luta coletiva se coloca como um elemento fundamental na busca por melhorias para a categoria. Ficou claro que os pescadores acreditam na organização coletiva como um meio de luta para fazer valer os interesses dos pescadores. Muitas dessas lutas se revelam importantíssimas para a resolução de alguns problemas vivenciados por eles, e pelo alcance de algumas conquistas, como é o caso da luta pela renovação da documentação de pescador e o direito à carteira de pesca às mulheres e aos outros integrantes na família de pescadores.

Ao mostrar as formas de luta coletiva não deixamos de evidenciar as disputas existentes no interior da colônia. Em alguns casos, as divergências políticas ou os distintos interesses entre os pescadores e o presidente da colônia puderam ser identificados principalmente em relação à questão do direito à indenização, ou aos projetos direcionados aos pescadores, como o tanque-rede e o frigorífico. Entendemos que o fato de tais projetos não terem dado certo contribuiu até mesmo para o silenciamento das dificuldades vivenciadas pelos pescadores e divulgadas na imprensa por um período de três anos (entre 2008 a 2010). Dessa forma, consideramos que tais disputas levam a um enfraquecimento da luta dos pescadores, no entanto consideramos que as disputas e divergências existentes são fruto das contradições e de interesses políticos vividos no interior do próprio movimento. Os interesses políticos por parte da liderança da colônia, por exemplo, nem sempre expressam os interesses dos trabalhadores.

Além das disputas políticas, ainda destacamos outras divergências, como a deslegitimação dos presidentes e de alguns pescadores e a tentativa de transformação do direito à indenização em negócio, que são elementos que revelam a ambiguidade vivenciada pelos pescadores. Todas essas questões não deslegitimam o movimento, mas evidenciam a contradição e as dificuldades dos pescadores em lutar por melhorias em meio a diferentes projetos em disputa. Procuramos, nesse sentido, demonstrar que a luta dos pescadores não pode ser entendida da forma como gostaríamos que ela acontecesse. Esses trabalhadores estão lutando da forma que conseguem lutar, em meio aos limites e às pressões exercidas na sociedade da qual fazem parte.

Evidenciamos, a partir das formas de luta coletiva, que os pescadores lutam, se mobilizam, resistem e se adequam frente aos problemas vivenciados, porém nossa preocupação com a pesquisa também foi a de mapear qual é o projeto de vida dos

pescadores, questionando, nesse sentido, o que vai ser desses trabalhadores diante das investidas do capital.

Chamou atenção, durante a pesquisa, o fato de que, mesmo a pesca não possibilitando mais a sobrevivência de muitos pescadores, pode ser constatado, nas entrevistas, que é recente para algumas pessoas a carteira de pesca. Nesse sentido, o aumento do número de pescadores leva a algumas hipóteses: revela a falta de oportunidades oferecidas na cidade, pode estar relacionada ao fato de ser recente o direito à carteira de pesca às mulheres ou aos integrantes de famílias de pescadores, ou ainda ao envolvimento de muitas pessoas com atividades ilícitas na fronteira.

Apesar de todas as dificuldades relatadas, pelas entrevistas realizadas não identificamos a intenção dos pescadores de abandonarem a profissão, ou seja, apesar dos prejuízos causados, a pesca ainda é capaz de atrair pessoas. Em certa medida, isso pode ser entendido pelo fato de que grande parte dos entrevistados são trabalhadores já com idade avançada, outros não possuem perspectivas de conseguirem outros empregos devido à falta de estudo e à falta de oportunidades de serviço que a cidade oferece. Ainda há o fato de que possuir carteira de pesca vem permitindo, nos últimos tempos, a alguns pescadores infiltrados em atividades ilícitas, que conciliem as duas atividades, ou que se camuflem como pescadores enquanto praticam o contrabando.

Dentre os pescadores entrevistados, apenas Jesuíno se referiu à pesca como uma atividade que, para ele, caminha para a extinção, ou seja, que não permitirá definitivamente mais a sobrevivência dos pescadores. Ao mencionar sua opinião a respeito da nova proposta de derrocamento, ele diz:

A partir da hora que fazer esse derrocamento aí, uma hora se vai saí no rio comigo aí vou te mostrar como funciona, aí vai descer aqueles grande comboio, aquilo passa fazendo uma maré, de cinco, seis metro de altura. Com certeza, aqui sobe e desce barquinho pequeno assim, se tem que parar o barco pra não afundar, aí aquilo que tem de corda, de material de pesca, aquilo arranca tudo, estoura tudo (sorriu) sim o impacto ambiental, aquelas barranca de ilha, aquelas margem aquilo lá arrebenta tudo, vai tirar. Aí o próprio leito do rio que nós cruza com o material pra pesca, aquilo ali foi, não existe mais, como é que você vai trabalhar ali? Se quando passa um comboio daquele arranca tudo, estraga tudo. Vai extinta, não essa, a profissão de pescador aqui, vamos fala na nossa... essa ta indo pra extinção, essa já ta, essa ta indo pra extinção. Que hoje perante o desenvolvimento, dessa de progresso, se fala, né, então eu já penso assim, quem é nós pescador pra impedir o progresso, então nós estamos na extinção. Porque na extinção? Porque aqui é o leito do rio, eles vai aprofundar mais, então esse leito, essa aqui tudo nós utiliza pro nosso trabalho profissional, cruzando aqui, né, não vai ter mais, não vai ter mais, isso aí, o material que você colocar ali

estoura tudo, o material ele é apoiado é colocado bóia, uma hora eu te levo você, te mostro como é que é a pesca.⁴⁴⁵

Apesar de Jesuíno reconhecer as interferências provenientes do derrocamento e fazer uma previsão do que ainda pode acontecer ao seu trabalho caso ocorra a ampliação da hidrovia, ele demonstra a impossibilidade de os pescadores impedirem a obra. Ao fazer isso, Jesuíno identifica no movimento histórico os limites do movimento dos pescadores diante das pressões para a garantia de sobrevivência dos pescadores com a prática da pesca. Dessa forma, Jesuíno vê a realidade como algo que para ele não tem mais jeito, ou seja, que não é mais possível pescar da mesma forma que antes.

Embora a maioria dos pescadores não tenha demonstrado a intenção de deixar a pesca, ao analisarmos o que o capitalismo está fazendo com os pescadores, as evidências apontam para o fim da profissão. A tendência é de que, cada vez mais, os pescadores sejam empurrados a uma situação que torne impossível a permanência na pesca. As circunstâncias vivenciadas pelos pescadores e causadas pelo capital estão pressionando a profissão a caminhar para o seu término. Isso, porém, não pela vontade dos trabalhadores, mas pela impossibilidade de continuarem existindo como pescadores.

Embora os projetos de vida dos pescadores estejam voltados à permanência na profissão, as determinações impostas pelo capitalismo pressionam para o fim da atividade. Cabe, nesse sentido, questionarmos: – O que será desses trabalhadores?

Frente às projeções do governo municipal, estadual e federal em relação à ampliação da hidrovia, acreditamos que, caso ela ocorra, a tendência em relação à pesca é que ela impossibilite ainda mais a sobrevivência dos pescadores. Desse modo, não fica excluída a possibilidade de que, com maior frequência, cresça o número de pescadores envolvidos com o contrabando, como já vem ocorrendo. Como mencionou Jesuíno: “Quem que segura (sorriu), quem que segura um governo federal, um progresso, porque vai ligar hidrovia e a ferrovia e vai ter outra ponte aqui em Guaíra, você sabia? Opa, a do trem”⁴⁴⁶, permitindo interpretarmos que, ao mesmo tempo que ele não vê possibilidades de impedir a obra, acaba naturalizando e até mesmo projetando melhorias que certamente serão direcionadas para alguns como se fossem de todos.

O aumento do número de carteiras de pescador atrelado à prática do contrabando vem contribuindo também para o enfraquecimento da luta dos pescadores. Isso porque essa

⁴⁴⁵ Jesuíno.

⁴⁴⁶ Jesuíno.

questão faz aumentar o preconceito e a deslegitimação daqueles que utilizam a pesca como meio de sobrevivência. Devido ao fato de muitos se utilizarem da pesca como uma profissão que camufle a prática do contrabando ou pelo fato de muitos conciliarem as duas atividades, isso acaba fazendo com que todos os pescadores sejam estigmatizados como contrabandistas.

Tal estigmatização pode ser identificada na relação dos pescadores com a cidade, seja no comércio, ou nas relações com autoridades locais. No geral identificamos, porém, que o preconceito está atrelado a uma questão de classe, principalmente no que se refere ao poder de compra dos pescadores no comércio. Percebemos ainda a luta de classes na relação dos pescadores com os pescadores amadores, na falta de condições dos pescadores em participarem dos eventos promovidos na cidade, como nos torneios de pesca e na própria luta do dia a dia realizada pelos pescadores em busca da sobrevivência.

Embora em alguns casos tenha sido possível perceber a relação dos pescadores com a prática de atividades ilícitas, em outros, a tentativa de afirmar-se enquanto pescador também pode ser notada. Isso demonstra a tentativa de muitos pescadores de se oporem à avaliação homogeneizadora disseminada na cidade de que todos são contrabandistas. Por outro lado, também demonstra a situação vivenciada pelos pescadores ou outras pessoas na cidade, as quais recorrem a atividades ilícitas como alternativa de complementarem sua renda na pesca ou até mesmo como único meio de sobrevivência. Todas essas questões apontam que a realidade vivida por muitas pessoas no município está pautada numa divisão social de classes. Os pescadores, por exemplo, vivem um embate permanente de classes. Lutam dia a dia para sobreviver.

Nesse contexto, podemos sintetizar a realidade vivenciada pelos pescadores através do que foi mencionado pelo pescador José Cardoso dos Santos em 2009 em relação a como ele sente as mudanças sofridas pelos pescadores. Segundo ele: “Eu? Acompanhar né, acompanhar do jeito que vem, tudo tem que acompanhar, né, as mudanças que tem? A gente tem que acompanhar porque fazer o quê? Num pode fazer mais nada. É os homem que manda”⁴⁴⁷.

Quando José menciona ter tido que acompanhar, compreendemos que ele precisou se adaptar às mudanças ocorridas para que pudesse continuar realizando seu trabalho na pesca, porém as mudanças sofridas pelos pescadores podem ser ainda mais intensificadas caso a obra de derrocamento venha acontecer. Isso demonstra que, embora os discursos

⁴⁴⁷ José.

que amparam a elaboração e divulgação de projetos considerados “modernos” sejam homogeneizadores e totalizantes, revela por outro lado que eles causam custos sociais. No caso de Guaíra, tais custos sociais não são ocultados. Seja pela imprensa, ou por relatos de ex-políticos locais, é possível verificar o reconhecimento que é feito acerca desses custos. Foi, porém, também possível verificar qual a percepção que possuem acerca do projeto relacionado à nova proposta de derrocamento, como afirmado pelo ex-vereador e empresário de Guaíra Heraldo Trento: “Eu considero a redenção de Guaíra e região essa plataforma logística...”⁴⁴⁸

Por fim, procuramos, nesta pesquisa, evidenciar algumas formas de luta coletiva dos pescadores frente às determinações impostas pelo capitalismo, no entanto não consideramos que os trabalhadores aparecem como vitoriosos nesse processo. Eles continuam sendo derrotados frente às investidas do capital. O que procuramos mostrar é como esses trabalhadores, em suas limitações e da forma que conseguem, agem e se articulam na procura de melhorias para a categoria. Nesse sentido, a luta dos pescadores continua demonstrando que muitas conquistas só são possíveis através da ação dos sujeitos sociais.

⁴⁴⁸ Heraldo.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS:

1. Eletrônicas:

1.1 Oficiais:

Site Ministério da Pesca: <<http://www.mpa.gov.br/>>.

Site Itaipu: <<http://www.itaipu.gov.br/>>.

Site Gemaq: <<http://www.gemaq.org.br/>>.

Site DER: <<http://www.der.sp.gov.br/>>.

Site DNIT: <<http://www.dnit.gov.br/>>.

Site Guaíra: <<http://www.guaira.pr.gov.br/>>.

Site IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/>>.

Site Iparades: <<http://www.ipardes.gov.br/>>.

Site Ibama: <<http://www.ibama.gov.br/>>.

Site Eletrosul: <<http://www.eletrosul.gov.br/>>.

Site SEAB: <<http://www.seab.pr.gov.br/>>.

Site CONEPE: <<http://www.conepe.org.br/>>.

1.2 Privadas:

Site Arhana: <<http://www.ahrana.gov.br/>>.

Site Codomar: <<http://www.codomar.com.br/>>.

Site Jornal Rio Paranazão: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>.

Site Jornal O Presente: <<http://www.opresente.com.br/>>.

1.3 Outros *sites*:

http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte_ayrton_senna

<http://noticias.ambientebrasil.com.br>

<http://www4.fct.unesp.br/ceget/A02.pdf>

<http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrhv1.nsf/0/1f9ad475ecf84d0103256ae6005d0b95>

<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=349>
<http://www.intersindicalportuaria-es.org.br/portal/noticias/artigo.php?cod=17>
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/17.pdf>
<http://www4.fct.unesp.br/ceget/A02.pdf>
http://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4_Incentivo_a_aquicultura.pdf
<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=24729>
<http://revistas.unipar.br/veterinaria/article/view/57/38>
<http://www.economiasc.com.br/index.php?cmd=industria&id=1737>
<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>
<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-foz-itaipu-e-região>
<http://www.impactoonline.com.br/destaque/mar-pra-peixe-no-parana.html>
<http://www.cultivandoaguaboa.com.br>
<http://www.claudiodimauro.com.br/dimauro/userfiles/file/biblioteca/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel.pdf>
[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A906DF4BC/\\$File/NT0003737A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A906DF4BC/$File/NT0003737A.pdf)
<http://www.cartadaterrabrasil.org>

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A9006DF4BC/\\$File/NT0003737A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7227D4D9D30AB6CC832573A9006DF4BC/$File/NT0003737A.pdf)
http://jie.itaipu.gov.br/?leia_mais=1&secao=manchete&q=pt/node/1445

2. Impressas:

2.1 Oficiais:

Processo dos Pescadores contra o DER – 2005;
 Processo dos Pescadores contra Ibama, Dnit e União – 2009;
 Projeto do Frigorífico (memorandos) – Prefeitura Municipal de Guaíra;
 Relatório Gemaq (implantação de tanques-rede – Guaíra);
 Material fornecido pela Itaipu (*slides*, cartilha, jornal);
 Contrato de implantação do projeto tanque-rede em Santa Helena – Itaipu e Curso de Engenharia da Pesca da Unioeste de Toledo.

Relatório da Administração 2005/2008. Guaíra/PR.

2.2 Jornais:

Jornal O Paranazão;

Jornal O Paranazão, 24/10/1997, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 23/1/1998, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 1º/2/1998, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 14/8/1998, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 10/12/1999, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 23/12/1999, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 28/7/2000, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 10/11/2000, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal O Paranazão, 25/5/2001, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal Rio Paranazão, 10/2/2005, Arquivo Biblioteca Pública Municipal de Guaíra

Jornal Rio Paranazão, 31/3/2006, Arquivo Próprio

Jornal Rio Paranazão, 12/3/2011, Arquivo Próprio

Jornal Rio Paranazão, 21/5/2011, Arquivo Próprio

Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/07/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/7/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

Jornal Rio Paranazão, edição 402, 10/12/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

Jornal Rio Paranazão, edição 415 (sem data no site). Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

Jornal Rio Paranazão, edição 400, sessão “geral”, 26/11/2004. Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 7 jan. 2011.

Jornal Rio Paranazão, Edição 399, 20/11/2004. Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

Jornal Ilha Grande

Jornal Ilha Grande, 13/4/1980, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 16/10/1982, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 26/3/1983, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 17/8/1985, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 8/3/1986, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 12/6/1986, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 7/2/1989, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 12/3/1989, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 10/9/1989, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 29/10/1989, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 20/6/1993, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 12/11/1995, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 10/12/1995, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 21/1/1996, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 26/1/1996, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 28/1/1996, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 4/2/1996, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 11/2/1996, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 27/7/1997, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 23/1/1998, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 1º/2/1998, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 26/6/1998, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 19/7/1998, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 09/1/2004, Arquivo Jornal Ilha Grande
Jornal Ilha Grande, 21/10/2006, Arquivo Jornal Ilha Grande

3. Orais:

Entrevista concedida por Agenor, em 11 de abril de 2009, transcrita por Cátia.

- Entrevista concedida por Alfeo, em 7 de maio de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Alvino, em 20 de março de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Antônio, em 21 de maio de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Antônio Capatti, em 26 de novembro de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Ari, em 12 de março de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por José Cardoso dos Santos, em 4 de abril de 2009, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Cleomar, em 4 de junho de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Davi, em 5 de março de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Demétrius, em 4 de abril de 2009, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Heraldo, em 24 de agosto de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Ingo Grabner, em 18 de abril de 2009, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Jesuíno, em 11 de junho de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Jesuíno, em 6 de agosto de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Joanias, em 21 de maio de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por João, em 13 de agosto de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por José e Teresa, em 5 de março de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Lair, em 18 de abril de 2009, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Maria Luiza e José, em 26 de agosto de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Mauro, em 12 de março de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Osvaldino, em 24 de agosto de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Célia, em 26 de fevereiro de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Roberto e Luzia, em 4 de junho de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Romão, em 7 de maio de 2011, transcrita por Cátia.
- Entrevista concedida por Simone, em 5 de março de 2011, transcrita por Cátia.
- Conversa informal com João Lima Moraes (João Mandi) em 29 de novembro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a sociedade rural do Oeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado. Unioeste – Marechal Cândido Rondon, 2010.

BOMBARDELLI, R.A.; SYPERRECK, M. A.; SANCHES, E. A. Situação atual e perspectivas para o consumo, processamento e agregação de valor ao pescado. **Arq. Ciên. Vet. Zool. UNIPAR**, 8(2): p. 181-195, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/veterinaria/article/view/57/38>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

BOSI, Antônio; VARUSSA, Rinaldo José. **Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa.** Volume 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2006 (Coleção Tempos Históricos).

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. In: LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). São Paulo: Contexto, 2005.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.** Tese de doutorado – USP. São Paulo, 2001.

_____. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. Depto. de Geociências – CCNE/UFSM. Pós-doutorando – Geografia – FCT – Unesp. **Revista Pegada** – vol. 10, nº 2, 2009.

CASTELLUCI JR, Wellington. **Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Taiuru – BA.** São Paulo: Annablume, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **Introdução: a questão da história do movimento operário.** A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 - .** São Paulo: Educ, 1981.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo, Ática, 1983.

FONTANA, Josep. Marx e o materialismo histórico. In: FONTANA, Josep. **A história dos homens.** Bauru, SP: Edusc, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 230-31.

_____. “O fazer-se da classe operária”. In: **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária.** Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUKÁCS, Georges. “A consciência de classe”. In: **História e consciência de classe.** Rio de Janeiro: Elfos. Porto: Publicações Escorpião, 1989. p. 59-96.

MARX, Karl. **Prefácio da contribuição à Crítica da Economia Política** In: FONTANA, Josep. Marx e o materialismo histórico. In: FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Doutor em Educação/UFRN–Professor da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://coloniadepescadores.blogspot.com/2009/02/colonia-de-pescadores-e-luta-por.html>>.

OLIVEIRA, Hagaides de. **Pescadores do canal mestre: análise de impacto ambiental e socioeconômico pós-*derrocamento* do Rio Paraná em Guaira**. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2008.

PAIOLA, L. M.; TOMANIK, E. A. **Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do Rio Paraná**. Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC- SP**. São Paulo, 1981.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações**. In: **Panorama da Geografia Brasileira – vol. 2 – 2006**, p. 77 a 100. Disponível em: <<http://www.claudiodimauro.com.br/dimauro/userfiles/file/biblioteca/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Josemar Raimundo. **Análise da viabilidade econômica da produção de peixes em tanques – rede no reservatório de Itaipu**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2008.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial**. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.267-304.

_____ et al. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Experiência: o termo ausente**. A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. 2009. Copyleft.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.